

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA  
DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Companhia de Capital Autorizado  
CNPJ nº 76.500.180/0001-32  
Rodovia BR 376 km 16,5, s/ nº, São José dos Pinhais – PR, CEP: 83015-000  
Código ISIN: BRPRVIACNOR6  
Código de Negociação do Segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores São Paulo: PRV13  
31.250.000 de Ações Ordinárias  
Valor Total da Distribuição: R\$468.750.000,00

Preço de Distribuição: 15,00

A Companhia Providência Indústria e Comércio (“Providência” ou “Companhia”) está realizando uma distribuição pública de ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal (“Oferta” e “Ações”, respectivamente), as quais estarão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames na data de publicação do anúncio de início da Oferta, (i) que compreende a distribuição primária de 31.250.000 de Ações a serem emitidas pela Companhia (“Oferta Primária”), e (ii) poderá compreender a distribuição secundária das Ações Suplementares, no caso do exercício da Opção de Ações Suplementares (definidas abaixo), de titularidade de Fundo de Investimento em Participações BSSF II, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, Fundo de Investimento em Participações ASAS, Fundo de Investimento em Participações C.A., Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG, Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão, Banco Espírito Santo, S.A., e Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (“Oferta Secundária” e “Acionistas Vendedores”, respectivamente), em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada no Brasil, sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), e com esforços de colocação nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, e alterações posteriores (“*Securities Act*”), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com o Regulamento S do *Securities Act* e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos a serem adquiridas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM. A Oferta será coordenada pelo Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e pelo Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”), em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”).

A quantidade total de Ações inicialmente ofertada no contexto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.687.500 de Ações (“Ações Suplementares”), correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador Líder nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (“Opção de Ações Suplementares”). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida no prazo de até 30 dias contados da data do início da negociação das Ações na BOVESPA (“Início de Negociação”).

Não foi exercida a opção de aumentar a Oferta em até 20% das Ações, excluindo-se as Ações suplementares, nos termos do Artigo 14 da Instrução CVM 400.

O preço de distribuição por Ação (“Preço de Distribuição”) foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser conduzido no Brasil pelos Coordenadores nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 e será aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião a ser realizada antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

	Preço em R\$	Comissões e Despesas em R\$	Recursos Líquidos em R\$ <sup>(1)</sup>
Por Ação .....	15,00	0,54	14,46
<b>Total Oferta<sup>(2)</sup></b> .....	<b>468.750.000,00</b>	<b>17.000.115,00</b>	<b>451.749.885,00</b>

<sup>(1)</sup> Incluindo despesas da Oferta.

<sup>(2)</sup> Os valores indicados não incluem as Ações Suplementares.

As Ofertas Primária e Secundária foram registradas na CVM, respectivamente, sob os nºs CVM/SRE/REM/2007/049 e CVM/SRE/SEC/2007/040, em 26 de julho de 2007. A Companhia realizou pedido de listagem de suas ações no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que serão negociadas sob o código PRV13. A Oferta Primária e a autorização para o aumento de capital com emissão das Ações foram aprovados com base em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5 de julho de 2007, cuja ata foi publicada no jornal “Valor Econômico” em 9 de julho de 2007. O Preço de Distribuição e o montante efetivo do aumento do capital social foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM.

Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

**Os investidores devem ler integralmente este Prospecto, principalmente a seção “Fatores de Risco” nas páginas 53 a 62, para conhecer riscos a serem considerados antes de efetuar sua decisão de investimento nas Ações.**

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da Companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas”.



“A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 4890254, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública.”

Coordenadores da Oferta e Joint Bookrunners

Coordenador Líder



Coordenadores Contratados  
A data deste Prospecto Definitivo é 25 de julho de 2007.

[página intencionalmente deixada em branco]

## ÍNDICE

<b>I – INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>DEFINIÇÕES</b>	<b>7</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS</b>	<b>14</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<b>15</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b>	<b>17</b>
<b>SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS</b>	<b>23</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA</b>	<b>32</b>
<b>INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA</b>	<b>37</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS</b>	<b>51</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>52</b>
<b>FATORES DE RISCO</b>	<b>53</b>
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>63</b>
<b>II – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA</b>	<b>65</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>67</b>
<b>DILUIÇÃO</b>	<b>68</b>
<b>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS</b>	<b>70</b>
<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>79</b>
<b>VISÃO GERAL DOS SETORES DE ATUAÇÃO</b>	<b>112</b>
<b>NEGÓCIOS DA COMPANHIA</b>	<b>121</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS</b>	<b>148</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>150</b>
<b>DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>156</b>
<b>DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS</b>	<b>168</b>
<b>PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA</b>	<b>172</b>
<b>PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES</b>	<b>181</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>	<b>186</b>
<b>III – ANEXOS</b>	
<hr/>	
<b>ANEXO A</b>	<b>189</b>
<b>ANEXO B</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO C</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO D</b>	<b>223</b>
<b>IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
<hr/>	
<b>ANEXO E</b>	<b>259</b>
<b>ANEXO F</b>	<b>291</b>
<b>ANEXO G</b>	<b>323</b>

[página intencionalmente deixada em branco]

## **I – INTRODUÇÃO**

---

Definições

Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras

Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações

Sumário da Companhia

Sumário das Informações Financeiras e Operacionais

Sumário da Oferta

Informações Relativas à Oferta

Informações Cadastrais

Identificação de Administradores, Consultores e Auditores

Fatores de Risco

Destinação dos Recursos

[página intencionalmente deixada em branco]

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados aos mesmos atribuídos nesta seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

ABINT	Associação Brasileira de Nãotecidos e Tecidos Técnicos.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
Acionistas Controladores	Conjuntamente, BSSF II, AIG Brasil Equity II, ASAS, Fundo C.A., Boreal, GGPAR, Governança e Gestão, Banco Espírito Santo e Espírito Santo Capital.
Acionistas Vendedores	BSSF II, AIG Brasil Equity II, ASAS, Fundo C.A., Boreal, GGPAR, Governança e Gestão, Banco Espírito Santo e Espírito Santo Capital.
Ações ou Ações Ordinárias	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, objeto da Oferta.
Ações Suplementares	Lote suplementar de 4.687.500 Ações equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, de emissão da Companhia, conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador Líder, após notificação aos Acionistas Vendedores e ao Santander, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Afilizadas	As pessoas que, direta ou indiretamente, controlam, ou são controladas, ou estão sob controle comum de outra pessoa.
Agentes de Colocação Internacional	UBS Securities LLC e Santander Investment Securities Inc.
AIG Brasil Equity II	Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II.
Alnilan	Alnilan S.A.
Amanco	Amanco do Brasil Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio informando acerca do início do período de distribuição das Ações, publicado nos termos da Instrução CVM 400.
Aquisição	Aquisição da nossa Companhia, juntamente com sua controlada Providência Transportes, pela Alnilan.
ASAS	Fundo de Investimento em Participações ASAS.
ASFAMAS	Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento.
Aviso ao Mercado	Comunicado publicado em 10 de julho de 2007, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo, S.A.
Boreal	Boreal Fundo de Investimento em Participações.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.

Braskem	Braskem S.A.
BSSF II	Fundo de Investimento em Participações BSSF II.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Código Civil Brasileiro, introduzido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Providência	Companhia Providência Indústria e Comércio.
Conselheiro(s) Independente(s)	<p>Conforme o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, Conselheiro(s) Independente(s) caracteriza(m)-se por: (i) não ter(em) qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser(em) Acionista(s) Controlador(es), cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau daquele, ou não ser(em) ou não ter(em) sido, nos últimos 3 anos, vinculado(s) a sociedade ou entidade relacionada ao Acionistas Controladores (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter(em) sido, nos últimos 3 anos, empregado(s) ou diretor(es) da Companhia, do Acionistas Controladores ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser(em) fornecedor(es) ou comprador(es), direto(s) ou indireto(s), de serviços e/ou produtos da Companhia em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser(em) funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser(em) cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber(em) outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).</p> <p>Serão ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos por meio das faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Distribuição ou Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a CBLC, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado entre a Companhia, os Acionistas Controladores, os administradores da Companhia e a BOVESPA em 6 de julho de 2007, por meio do qual a Companhia concordou em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pela BOVESPA, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início da Oferta.
Coordenador Líder ou UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Santander.
Coordenadores Contratados	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, Banco Safra de Investimento S.A. e BES Investimento do Brasil.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
Corretoras Consorciadas	Sociedades corretoras membros da BOVESPA que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações junto aos Investidores Não-Institucionais.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Cromex	Cromex S.A.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Dívida Líquida	Soma dos empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras da Companhia e suas controladas e coligadas consolidadas.
EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil elaborada por nossa administração, calculada observando as disposições do Ofício Circular CVM nº 01/2006, consistindo no lucro (prejuízo) líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Nossa Companhia divulga o EBITDA porque ela o utiliza para medir o seu desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto do lucro (prejuízo) ou da receita operacional, como um indicador de nosso desempenho operacional ou nosso fluxo de caixa ou para medir a nossa liquidez ou a nossa capacidade de pagamento da dívida.
EBITDA Ajustado	Para efeito deste Prospecto, o EBITDA Ajustado pelos itens não recorrentes corresponde ao EBITDA aumentado ou diminuído por itens operacionais de natureza não recorrente que afetaram o resultado operacional em um dado exercício tais como: sinistros de mercadorias, sinistros de máquinas e equipamentos, baixa de créditos insolventes cujo montante excede a média histórica de nossa Companhia e provisão para obsolescência de estoques, entre outros.
EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses	Para efeito deste Prospecto, o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses corresponde ao EBITDA Ajustado pelos itens não recorrentes acumulado dos últimos doze meses. Para o período encerrado em 31 de março de 2007, o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses é calculado da seguinte forma:  (+ ) EBITDA Ajustado do exercício fiscal de 2006 encerrado em 31.12.2006 (- ) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2006 encerrado em 31.03.2006 (+ ) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2007 encerrado em 31.03.2007 (=) EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses encerrados em 31.03.2007
EDANA	European Disposable and Nonwoven Association.
Espírito Santo Capital	Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
Fundo C.A.	Fundo de Investimento em Participações C.A.
GGPAR	Fundo de Investimento em Participações GGPAR.
Governança e Gestão	Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo AIG	Fundo de Investimento em Participações BSSF II e Fundo de Investimento em Participação AIG Brasil Equity II.
Grupo Boreal	Boreal Fundo de Investimento em Participações.

Grupo Constantino	Fundo de Investimento em Participações ASAS e Fundo de Investimento em Participações C.A.
Grupo Espírito Santo	Banco Espírito Santo, S.A. e Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Grupo GG	Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG e Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão.
Grupo Libra	Libra Terminal Rio S.A. e Libra Administração e Participações S.A.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	Normas contábeis internacionais ( <i>International Financial Reporting Standards</i> ).
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, índice de inflação calculado e divulgado pela FGV.
INDA	Associação da Indústria de Não-tecidos ( <i>Association of the Nonwoven Fabrics Industry</i> ).
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, índice de inflação calculado e divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Início da Negociação	Data de início da negociação das Ações da Companhia na BOVESPA, ou seja, primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM nº 325, de 27 de dezembro de 2000, e alterações posteriores.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BOVESPA, cujas ordens específicas de investimento excedam o valor de R\$300.000,0, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e determinados investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN nº 2.689, ou, ainda, nos termos das normas de investimento externo direto da Lei nº 4.131, de 27 de setembro de 1962, conforme alterada.
Investidores Não-Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas, residentes e domiciliadas no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, e clubes de investimento registrados na BOVESPA que decidirem participar da Oferta de Varejo por meio da realização de Pedido de Reserva.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, índice de inflação calculado e divulgado pelo IBGE.
Ipiranga Petroquímica	Ipiranga Petroquímica S.A.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte.

Isofilme	Isofilme Indústria e Comércio de Plástico Ltda.
ISS	Imposto Sobre Serviços.
Johnson & Johnson.	Johnson & Johnson Industrial Ltda.
Kimberly Clark	Kimberly Clark Kenko Ind. Com. Ltda.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Notas Promissórias	95 notas promissórias comerciais emitidas pela Alnilan, em 31 de janeiro de 2007, no valor nominal de R\$5,0 milhões cada uma, totalizando R\$475,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. Para mais informações sobre essas notas promissórias, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa do qual a Companhia fará parte a partir da data da publicação do Anúncio de Início da presente Oferta.
Oferta	Compreende a presente Oferta Primária e, no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares compreenderá, conjuntamente a Oferta Secundária de Ações de emissão da Companhia.
Oferta Institucional	Oferta realizada aos Investidores Institucionais.
Oferta Primária	Oferta pública de 31.250.000 Ações a serem emitidas pela Companhia.
Oferta Secundária	Oferta pública de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Oferta de Varejo	Oferta realizada aos Investidores Não-Institucionais.
OPA	Oferta pública de aquisição de ações.
Opção de Ações Suplementares	A quantidade total de Ações inicialmente ofertada no contexto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.687.500 de Ações, correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador Líder, após notificação aos Acionistas Vendedores e ao Santander, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida no prazo de até 30 dias contados da data do Início da Negociação, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento da precificação da Oferta tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.
Opção	A Opção de Ações Suplementares.
País ou Brasil	República Federativa do Brasil.
PEAD	Polietileno de alta densidade.
Pedido de Reserva	Formulário específico para a realização de reservas de Ações pelos Investidores Não-Institucionais.
Período de Reserva	O período de 17 de julho a 24 de julho de 2007, inclusive, no qual os Investidores Não-Institucionais efetuaram seus Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Os Investidores Não-Institucionais que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta, (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, ou (iv) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii).

PE	Polietileno.
PET	Polietileno tereftalato.
<i>Placement Facilitation Agreement</i>	Contrato celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional que regula os esforços de venda de Ações no exterior.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Plano Real	Plano econômico do Governo Federal que introduziu o real como a moeda de curso legal obrigatório no Brasil, em julho de 1994.
PP	Polipropileno.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, normas e instruções da CVM e boletins técnicos publicados pelo IBRACON.
Preço de Distribuição	R\$15,00 por Ação, fixado após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido no Brasil pelos Coordenadores, junto a Investidores Institucionais, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Procter & Gamble	Procter & Gamble Hig. e Cosméticos Ltda.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações de Emissão da Companhia, datado de 26 de julho de 2007.
Prospecto Preliminar	O Prospecto de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações de Emissão da Companhia, datado de 10 de julho de 2007.
Providência ou Companhia	Companhia Providência Indústria e Comércio.
Providência Transportes	Providência Transportes Ltda.
PS	Poliestireno.
PVC	Cloreto de polivinila.
Regra 144A	<i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> .
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seu acionista controlador, do qual a Companhia fará parte a partir da data da publicação do Anúncio de Início da presente Oferta.
Regulamento S	<i>Regulation S</i> do <i>Securities Act</i> .

Reicofil	Marca utilizada pela Reifenhäuser como identificação de suas máquinas.
Reifenhäuser	Reifenhäuser GmbH & Co, empresa alemã fabricante de máquinas para a produção de nãotecidos de alta tecnologia.
Resolução CMN nº 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Retorno Sobre o Capital Investido - ROIC	Retorno sobre o Capital Investido ( <i>Return on Invested Capital</i> ), calculado como Lucro Operacional depois dos Impostos, dividido pelo Capital Investido. O Lucro Operacional depois dos impostos é calculado como EBITDA menos imposto de renda e contribuição social, e o Capital Investido como o ativo total menos caixa e aplicações financeiras menos passivo de curto prazo excluindo endividamento bancário. O ROIC não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.
Santander	Banco Santander Banespa S.A.
Scott Paper	Scott Paper Co. de Costa Rica S.A.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> dos Estados Unidos da América.
<i>Securities Act</i>	<i>Securities Act of 1933</i> dos Estados Unidos da América e alterações posteriores.
SELIC	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Solvay	Solvay Indupa Brasil S.A.
<i>Spunbonded ou Spunbond</i>	Produção de nãotecidos por meio de um processo de fusão do granulado de polímeros os quais posteriormente são submetidos a extrusão por meio de ffeiras. Em seguida, os filamentos produzidos são resfriados e utilizados para a formação da manta de tecido. A manta de tecido passa, em seguida, por um processo de consolidação térmica através de cilindros rotativos aquecidos.
Sujeitos a Restrições de Transferências de Ações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros de Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia que detiverem ações de emissão da Companhia na data de assinatura do <i>Placement Facilitation Agreement</i> .
Technomic International	Empresa de consultoria de marketing estratégico baseada na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, que atua no mercado global de tecidos desde 1966.
Tigre	Tigre S.A. - Tubos e Conexões.
U.S. GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Valores Mobiliários	Quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de emissão da Companhia.

Neste Prospecto, utilizamos os termos “Providência”, “Companhia”, “nós”, “nosso”, “nossos”, “nossa” e “nossas” para nos referirmos à Companhia Providência Indústria e Comércio e sua controlada Providência Transportes, sempre que aplicável, exceto quando o contexto requerer outra definição.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

As declarações contidas neste Prospecto relativas aos nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, projeções, tendências financeiras que afetam as nossas atividades, bem como declarações relativas a outras informações, principalmente descritas nas seções “Sumário da Companhia”, “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Negócios da Companhia” que se encontram nas páginas, 17, 53, 79 e 121 deste Prospecto, respectivamente, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos em outras seções do Prospecto, podem vir a fazer com que os nossos resultados efetivos sejam substancialmente diferentes dos resultados previstos em nossas estimativas, inclusive, entre outros, os seguintes:

- mudanças de preços do mercado e das condições de concorrência;
- alterações da demanda, das preferências e da situação financeira de nossos clientes;
- sucesso contínuo dos nossos esforços de comercialização, relacionamento e desenvolvimento de novos produtos em parceria com nossos clientes e da nossa capacidade de implementar com sucesso a nossa estratégia de crescimento;
- nossa capacidade de obter equipamentos, materiais e serviços de fornecedores sem interrupção e a preços razoáveis;
- aumento de custos;
- aumento da concorrência nas indústrias de têxteis e de tubos e conexões de PVC no Brasil;
- nossa capacidade de implementar nosso plano de negócios, inclusive nossa capacidade para contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- nosso nível de endividamento e demais obrigações financeiras;
- nossa capacidade de atualização e utilização de tecnologia de ponta;
- leis e regulamentos existentes e futuros;
- interesses dos nossos Acionistas Controladores;
- inflação, flutuações do real e das taxas de juros;
- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- os fatores de risco discutidos na seção “Fatores de Risco” que se encontra na página 53 deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “antecipa”, “espera”, “estima”, “irá”, “planeja”, “pode”, “poderá”, “pretende”, “prevê”, “projeta”, entre outras palavras com significado semelhante, têm por objetivo identificar estimativas e projeções. Estimativas e projeções futuras envolvem incertezas, riscos e premissas, pois incluem informações relativas aos nossos resultados operacionais futuros possíveis ou presumidos, estratégia de negócios, planos de financiamento, posição competitiva no mercado, ambiente setorial, oportunidades de crescimento potenciais, efeitos de regulamentação futura e efeitos da competição. As estimativas e projeções referem-se apenas à data em que foram feitas e nós não nos comprometemos a atualizar publicamente ou a revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras após a distribuição deste Prospecto, tendo em vista novas informações, eventos futuros ou outros fatores. Devido aos riscos e incertezas descritos acima, os eventos estimados e futuros discutidos neste Prospecto podem não ocorrer e não são garantia de acontecimento futuro.

## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

### INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, incluídas neste Prospecto, foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, conforme indicado no seu parecer também incluso neste Prospecto, o qual contém um parágrafo de ênfase que menciona a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Cia. Providência Indústria e Comércio, em 18 de janeiro de 2007, com a sua conseqüente redução em R\$115,2 milhões e, a deliberação, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2007, do pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$221,8 milhões.

Nossas informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, incluídas neste Prospecto, foram extraídas das nossas informações financeiras consolidadas revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, conforme indicado no seu relatório também incluso neste Prospecto. Este relatório contém um parágrafo de ênfase relacionado ao capital circulante líquido negativo da Companhia no valor de R\$333,9 milhões (R\$333,4 milhões, consolidado), substancialmente representado por empréstimos e financiamentos no montante de R\$486,6 milhões, com vencimento no curto prazo. Menciona, ainda, que conforme Nota 1(d), os planos da administração para o pagamento dessa dívida prevêm a captação de recursos por meio de emissão de debêntures e de abertura de capital, no primeiro semestre de 2007. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude de eventual insucesso desse plano.

As informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras de resultado relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 não são necessariamente comparáveis em razão dos efeitos da aquisição da nossa Companhia pelos Acionistas Controladores em janeiro de 2007. Para mais informações, ver seções “Negócios da Companhia – Aquisição da Nossa Companhia” e “Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Eventos Recentes” que se encontram nas páginas 126 e 82 deste Prospecto, respectivamente.

As informações financeiras consolidadas referidas acima devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras anuais e informações trimestrais consolidadas e suas respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto.

Todas as referências feitas neste Prospecto a “real”, “reais” ou “R\$” dizem respeito à moeda do Brasil e todas as referências a “dólar”, “dólares” “dólar norte-americano” ou “US\$” dizem respeito à moeda dos Estados Unidos da América.

Alguns números constantes do presente Prospecto podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem.

### CÁLCULO DO MARKET SHARE, CAPACIDADE INSTALADA E CAPACIDADE UTILIZADA

O cálculo do nosso *market share* nos segmentos de não tecidos e PVC é realizado com base no nosso volume de vendas em um determinado período e na estimativa de demanda do mercado para o mesmo período, a qual é calculada a partir de informações obtidas junto a (i) clientes, considerando os volumes por eles consumidos e seus respectivos *market shares* no mercado; (ii) informações dos fabricantes das matérias-primas quanto ao consumo de resinas do mercado como um todo; (iii) informações que temos sobre a capacidade de produção dos concorrentes obtidas junto a estes; e (iv) relatórios de importação e exportação de não tecidos produzidos internamente e com base em dados obtidos junto à ABINT.

Nossa capacidade instalada é definida pela capacidade de processamento das nossas linhas de produção conforme dados fornecidos pelos nossos fabricantes de equipamentos.

Nossa capacidade utilizada, em termos percentuais, é definida pela relação entre a produção realizada e a capacidade instalada relativas a um mesmo período de tempo.

As informações que utilizamos no cálculo do *market share*, bem como na definição de nossa capacidade instalada e utilizada podem não ser precisas, tendo em vista que envolvem dados fornecidos por terceiros (clientes e fornecedores) nas datas em que foram expressas. Embora não tenhamos motivos para acreditar que essas informações não estejam corretas, não podemos assegurar isso.

## **ESTIMATIVAS DE MERCADO E OUTRAS INFORMAÇÕES**

Fazemos declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa participação no mercado, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atuamos. Fazemos tais declarações com base em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como ABINT e ASFAMAS, entre outras. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. Apesar de não termos motivos para acreditar que quaisquer dessas informações ou publicações sejam imprecisas em qualquer aspecto relevante, não verificamos, independentemente, a posição competitiva, a participação de mercado, o tamanho do mercado, o crescimento do mercado e outras informações fornecidas por terceiros, por publicações correlatas às nossas atividades ou outras publicações.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

*Apresentamos a seguir um sumário de nossas atividades, nossas informações financeiras e operacionais, bem como nossos pontos fortes e principais estratégias. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Antes de investir nas Ações, o investidor deverá ler todo o Prospecto cuidadosamente para uma melhor compreensão das nossas atividades e da presente Oferta. Este sumário deve ser lido juntamente com as informações mais detalhadas constantes das demais seções deste Prospecto, especialmente aquelas contidas nas seções “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Negócios da Companhia” que se encontram nas páginas 53, 79 e 121 deste Prospecto, respectivamente, e nas nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto.*

### VISÃO GERAL

Somos a empresa líder na fabricação e comercialização de não tecidos no Brasil, com presença significativa na América Latina. Estimamos ser o terceiro maior fabricante de tubos e conexões de PVC no Brasil, em termos de volume de vendas em 2006. Atuamos ainda, em menor escala, no setor de embalagens flexíveis para a indústria de alimentos e produtos de higiene.

Durante os últimos anos obtivemos considerável êxito em ampliar e consolidar nossa posição de liderança nos mercados de não tecidos em que atuamos. Estimamos que nossa participação no mercado brasileiro em termos de volume foi de 49,0% em produtos descartáveis e 40,0% em produtos duráveis, em 2006, resultando em uma participação total no mercado brasileiro de não tecidos de 45,0%, considerando os segmentos de não tecidos descartáveis e duráveis produzidos a partir da tecnologia *spunbonded*. Atuamos não apenas no mercado brasileiro, como também nos mercados da América Latina e Estados Unidos. Em 2006, 59,4% da nossa receita bruta de não tecidos foi oriunda de produtos comercializados no Brasil e 40,6% de produtos destinados aos mercados de exportação, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Argentina e Colômbia.

Os não tecidos são elaborados a partir de fios ou filamentos ligados mecânica, química ou termicamente. Nossa produção de não tecidos é principalmente comercializada para a aplicação em produtos descartáveis (ex. fraldas, roupas médicas descartáveis, absorventes femininos e lenços umedecidos, entre outros). Além disso, também comercializamos parte de nossa produção de não tecidos para aplicações em bens duráveis (ex. móveis, colchões, componentes automotivos e construção civil, entre outras). Nosso foco tem sido, e continuará sendo, o mercado de não tecidos para aplicações descartáveis. Em 2006, 74,7% da nossa receita bruta de não tecidos foi oriunda de bens descartáveis e 25,3% foi oriunda de bens duráveis.

Para a produção de não tecidos, utilizamos exclusivamente a tecnologia “estado da arte” *spunbonded*, que vem crescendo a taxas superiores às demais tecnologias utilizadas atualmente na indústria de não tecidos para a produção de aplicações descartáveis, por permitir a produção de não tecidos a custos inferiores e com qualidade superior. Possuímos 8 linhas de produção Reicofil (tecnologia *spunbonded*), com capacidade instalada total de produção de 54,1 mil toneladas por ano, localizadas no mesmo parque industrial (*super site*) em São José dos Pinhais, o que nos proporciona consideráveis ganhos com sinergia, economias de escala e reduções de custos no processo de produção. Nossas linhas de produção têm a flexibilidade para produzir não tecidos de diversas gramaturas. Em 2006, produzimos 51,8 mil toneladas de não tecidos, utilizando 95,7% da nossa capacidade instalada. Ao longo dos últimos 20 anos, construímos um sólido relacionamento com nosso fornecedor de equipamentos, o que nos permite estar na vanguarda da implementação das mais eficientes e modernas tecnologias de produção.

Em junho de 2007, com o objetivo de expandir nossas atividades no setor de não-tecidos, celebramos contrato para a aquisição da totalidade das quotas da Isofilme, empresa que atua nos ramos de industrialização e comercialização de não tecidos, em estruturas simples e compostas, impressas ou não, em diferentes gramaturas. No período de janeiro a maio de 2007, a Isofilme comercializou 3.462,3 toneladas de não tecido, sendo 2.131,3 toneladas no mercado local e 1.331,0 toneladas no mercado externo. Para mais informações sobre a aquisição da Isofilme, ver seção “Sumário da Companhia - Aquisição da Isofilme”, que se encontra na página 21 deste Prospecto.

Nossa produção de tubos e conexões de PVC também é feita em nossa planta localizada em São José dos Pinhais, com capacidade de produção instalada de 30,8 mil toneladas por ano. Essa produção atende o mercado brasileiro, sobretudo as indústrias de construção civil e infra-estrutura. Atuamos ainda, em menor escala, no setor de embalagens, por meio de nossa planta localizada em Curitiba, Paraná, com capacidade de produção instalada de 2,0 mil toneladas ano.

A tabela abaixo apresenta algumas de nossas informações financeiras e operacionais nos períodos indicados:

(Em R\$ milhares)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de						Período de três meses encerrado em 31 de março de			
	2004		2005		2006		2006		2007	
<b>Informações Financeiras:</b>		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)
Receita Bruta	550.194	115,1	581.476	117,3	558.272	111,3	145.261	111,5	121.557	110,3
<b>Receita Líquida</b>	<b>477.949</b>	<b>100,0</b>	<b>495.840</b>	<b>100,0</b>	<b>501.540</b>	<b>100,0</b>	<b>130.259</b>	<b>100,0</b>	<b>110.208</b>	<b>100,0</b>
Nãotecidos	376.794	78,8	395.365	79,8	382.556	76,3	101.410	77,9	83.807	76,0
Tubos e Conexões	86.131	18,0	81.435	16,4	101.318	20,2	24.694	19,0	23.045	20,9
Embalagens	15.024	3,2	19.040	3,8	17.666	3,5	4.155	3,1	3.356	3,1
Lucro Bruto	190.613	39,9	189.199	38,2	168.453	33,6	53.117	40,8	28.273	25,6
Lucro Líquido	116.228	24,3	103.765	20,9	94.205	18,8	36.056	27,7	9.795	8,4
<b>EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>176.414</b>		<b>169.152</b>		<b>142.173</b>		<b>48.722</b>		<b>23.879</b>	
Margem EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>	36,9%		34,1%		28,3%		37,4%		21,7%	
<b>Informações operacionais:</b>										
Volume de Vendas (tons)										
Nãotecidos	43.330	64,4	46.919	70,1	51.598	66,1	13.199	67,7	12.054	66,8
Tubos e Conexões	20.845	31,0	18.039	26,9	24.575	31,5	5.835	29,9	5.603	31,0
Embalagens	3.154	4,7	2.020	3,0	1.907	2,4	473	2,4	394	2,2
<b>Total</b>	<b>67.329</b>	<b>100,0</b>	<b>66.979</b>	<b>100,0</b>	<b>78.080</b>	<b>100,0</b>	<b>19.507</b>	<b>100,0</b>	<b>18.051</b>	<b>100,0</b>

(1) EBITDA, uma medida de desempenho utilizada por nossa administração, é definida como lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, e foi calculado como lucro líquido do exercício excluído depreciação e amortização e receitas (despesas) financeiras líquidas. EBITDA Ajustado foi calculado como o EBITDA mais/menos certas despesas ou receitas que consideramos não recorrentes. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são úteis para os investidores porque são frequentemente usados por analistas de investimento, investidores e terceiros interessados, a fim de avaliar empresas de nosso setor. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são uma terminologia reconhecida pelo GAAP Brasileiro e não pretendem ser uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional ou de fluxo de caixa das atividades operacionais ou como medida de liquidez. Tendo em vista que nem todas as empresas fazem o cálculo da mesma forma, esta apresentação do EBITDA ou de EBITDA Ajustado talvez não seja comparável com outras medidas com nomes similares utilizados por outras empresas.

(2) Calculado como EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida.

Em função da qualidade de nossos produtos, do nosso relacionamento com clientes e do nosso posicionamento relevante no setor petroquímico, recebemos importantes prêmios da indústria de nãotecidos. Em 2005, fomos premiados pela terceira vez como a melhor empresa do setor “plásticos e borracha” no anuário Maiores e Melhores da Revista Exame. Além disso, recebemos premiações de nossos clientes, tais como o *Top Quality Assurance Capability Award*, que nos foi conferido pela Procter & Gamble, em função de termos alcançado as metas e expectativas de qualidade especificadas pelo cliente durante o segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005 no desenvolvimento de produtos que atendiam suas necessidades específicas.

## NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Durante os últimos anos obtivemos considerável êxito em ampliar e consolidar nossa posição de liderança nos mercados de nãotecidos em que atuamos. Acreditamos que nosso sucesso tem sido consequência direta de nosso posicionamento estratégico nos mercados onde atuamos e de nossos pontos fortes, entre os quais destacamos os seguintes:

**Liderança e marca amplamente reconhecida.** Com histórico de aproximadamente 20 anos de atuação no mercado de nãotecidos, e com forte presença na América Latina, somos o líder nesse setor no Brasil, com *market share*, de acordo com nossas estimativas, de 45,0%, em termos de volume vendido em 2006, considerando os segmentos de nãotecidos descartáveis e duráveis produzidos a partir da tecnologia *spunbonded*. Estimamos que nossa capacidade instalada seja, aproximadamente, duas vezes superior a capacidade de nosso principal concorrente no Brasil. Operamos nossa divisão de nãotecidos sob a marca Kami, que se tornou sinônimo de produtos de mais alta qualidade e reconhecimento pelos nossos clientes.

**Mercado de elevado potencial de crescimento.** O mercado de nãotecidos apresenta significativo potencial de crescimento, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina e nos Estados Unidos. A tecnologia *spunbonded* cresce com um ritmo ainda mais acelerado que o setor como um todo. Entre o período de 2002 a 2006, estimamos que a demanda de nãotecidos produzidos a partir da tecnologia *spunbonded* no mercado brasileiro cresceu a uma taxa composta, em termos de volume de 10,8% ao ano, ou aproximadamente cinco vezes o crescimento real do PIB no mesmo período. Durante esse mesmo período, nosso volume de vendas de nãotecidos apresentou uma taxa composta de crescimento anual de 19,1%. O grande potencial de crescimento deve-se, principalmente, à perspectiva de aumento do número de aplicações e ao uso de maior quantidade de nãotecidos por aplicação. O baixo consumo *per capita* de nãotecidos no Brasil quando comparado a

países desenvolvidos (0,6 Kg na América Latina versus 3,4 Kg na América do Norte) e o baixo índice de penetração de fraldas descartáveis (35,0% das crianças com menos de 30 meses usam fraldas descartáveis no Brasil comparado com 45,0% na Argentina, 55,0% na Colômbia, 98,0% nos Estados Unidos e 99,0% no Japão), combinados com o esperado aumento da renda disponível no Brasil, representam oportunidades substanciais para o aumento do consumo de nãotecidos no mercado local, evidenciando o potencial de expansão do setor.

***Eficiência operacional e localização estratégica.*** Acreditamos ser uma das únicas empresas do mundo a utilizar exclusivamente a tecnologia “estado da arte” *spunbonded* para a produção de nãotecidos. Possuímos um processo produtivo muito eficiente em função da tecnologia de nãotecidos que utilizamos e de nossa configuração *super site*. A tecnologia de produção que adotamos nos tem permitido crescer a taxas superiores àquelas de outras tecnologias de produção de nãotecidos, devido à sua eficiência e qualidade do produto final. Soma-se a isso nossa unidade de produção, com configuração *super site*, que conta com oito linhas de produção concentradas em uma mesma localidade em São José dos Pinhais, garantindo ganhos de sinergia em nossas operações, bem como economias de escala. Nosso parque industrial de produção de nãotecidos é totalmente automatizado, requerendo reduzida mão de obra em sua operação e manutenção. Nossas linhas de produção operam ininterruptamente, parando apenas para manutenções programadas. Ademais, nossa capacidade de produção exige a compra de um grande volume de matéria-prima, o que nos permite negociar condições favoráveis junto aos nossos fornecedores.

Além disso, nossa localização geográfica estratégica em São José dos Pinhais, próxima à cidade de Curitiba, confere-nos amplo acesso aos maiores mercados consumidores da América Latina, bem como aos principais portos de exportação do país, incluindo Paranaguá e Santos, o que nos permite escoar de maneira eficiente nossos produtos para outros países da América Latina e Estados Unidos.

A nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, que será a quarta do mundo e a primeira da América Latina com esta nova geração de tecnologia, deverá aumentar nossa capacidade de produção em, aproximadamente, 30% e nos habilitará a desenvolver novos produtos que a posição tecnológica atual de nossos concorrentes não permite.

***Ampla base de clientes com os quais temos relacionamento estável e de longo prazo.*** Durante o ano de 2006 e os três meses encerrados em 31 de março de 2007, contávamos com aproximadamente 1.400 clientes ativos (assim considerados aqueles que realizaram compras durante este período) nos mercados de nãotecidos do Brasil, América Latina e Estados Unidos, tais como Procter & Gamble, Kimberly Clark, Johnson&Johnson, SCA (principal acionista da Papeles Industriales S.A. e Família Del Pacífico S.A.) e Mabesa do Brasil S.A.. Em 2006, os 130 maiores clientes representaram 88,2% da receita bruta da nossa unidade de nãotecidos. O setor de nãotecidos caracteriza-se mundialmente por uma elevada concentração de vendas dos produtores a poucos e grandes clientes, como reflexo da estrutura do mercado de produtos de higiene. Acreditamos que nossa concentração de vendas, quando comparada à de outras empresas do setor, é relativamente baixa, o que contribui para diluir o nosso risco de concentração e a dependência de clientes chave.

Possuímos aproximadamente 5.000 produtos em nosso portfólio, sendo 448 especificados por nossos cinco maiores clientes. Todos os nossos produtos podem ser manufaturados em duas ou mais linhas de produção, o que confere um alto grau de confiabilidade no nosso fornecimento. Isso, adicionado à variedade de produtos que oferecemos, nos proporciona uma importante vantagem em relação à maioria de nossos competidores. Desde o início de nossas operações temos cultivado um histórico de relacionamento estável e de longo prazo com nossos principais clientes, para os quais temos desenvolvido soluções integradas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento conjunto de novos produtos e logística de entrega personalizada às suas necessidades, de forma a aumentarmos a fidelidade de nossos clientes. Durante o ano de 2006, lançamos diversos produtos, dentre os quais se destacam os nãotecidos laminados e os impressos. Nosso relacionamento consolidado com grandes clientes nos confere significativa vantagem competitiva em relação a nossos concorrentes no Brasil.

***Posição privilegiada para aumentar substancialmente as vendas.*** Acreditamos que a expansão que projetamos para o mercado em que atuamos será potencializada pela nossa opção tecnológica. Nossos processos produtivos de nãotecidos estão exclusivamente concentrados na tecnologia *spunbonded*, cujas taxas de crescimento têm sido superiores às do mercado global de nãotecidos. Acreditamos que somos reconhecidos pelos nossos clientes pela qualidade de nossos produtos, pelos baixos índices de devolução e pelo desenvolvimento bem sucedido de novos produtos em parceria. Acreditamos que as vantagens que desfrutamos com nossa estrutura *super site* aumentarão à medida que continuemos a crescer. Ademais, a implementação de nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, expandirá nossa capacidade de produção e ainda nos dotará de possibilidades de produção tecnicamente superiores às de nossos concorrentes.

**Sólida performance financeira e elevada rentabilidade.** Temos obtido resultados consistentes ao longo dos últimos anos, com margem EBITDA Ajustado média na faixa de 33,0% nos últimos três exercícios. Em 2006, apresentamos receita líquida de R\$501,5 milhões e EBITDA Ajustado de R\$142,2 milhões, com margem bruta e margem EBITDA Ajustado de 33,6% e 28,3%, respectivamente. Além disso, na média dos últimos três exercícios sociais apresentamos um Retorno Sobre o Capital Investido médio de 43,1%.

**Equipe de administração experiente e qualificada e forte base de acionistas.** Contamos com uma equipe de administradores profissionais independentes e experientes. Nossos executivos têm vasta experiência no setor de fabricação de não tecidos, com uma média de 15 anos de experiência na área. Além disso, nossa política de remuneração busca alinhar o interesse dos nossos profissionais com os dos nossos acionistas por meio de um programa de opções de compra de ações. Nossos administradores foram indicados por nossos acionistas controladores, Grupo AIG, Grupo Constantino, Grupo GG e Grupo Espírito Santo, que possuem vasta experiência na execução de investimentos em diversos setores.

## NOSSA ESTRATÉGIA

Nosso principal objetivo é maximizar o retorno para nossos acionistas, o que pretendemos atingir adotando as estratégias descritas a seguir:

**Focar e continuar crescendo no segmento de não tecidos.** Pretendemos concentrar nossos investimentos e esforços comerciais no mercado de não tecidos, principalmente no segmento de produtos descartáveis, continuando a investir em inovação tecnológica e em equipamentos de última geração. Acreditamos que nossa liderança no mercado nacional nos colocará em posição de destaque para aproveitar o crescimento do setor na América Latina e na América do Norte. Como parte da implementação dessa estratégia, já encomendamos de nosso fornecedor nossa nona linha de produção Reicofil, a qual acreditamos que dispõe da mais avançada tecnologia para a produção de não tecidos *spunbonded* e será destinada à produção de não tecidos de gramaturas leves, seguindo a tendência atual do mercado de não tecidos para aplicações descartáveis. A implementação de nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, que será a quarta do mundo e a primeira da América Latina com esta nova geração da tecnologia *spunbonded*, deverá aumentar nossa capacidade de produção em, aproximadamente, 30%.

**Manter nossa posição de liderança no Brasil e aumentar nossa presença no mercado internacional de não tecidos.** Pretendemos aumentar nosso *market share* no Brasil por meio do desenvolvimento de não tecidos com propriedades especiais para aplicações específicas no segmento de descartáveis higiênicos e intensificar nossa participação em outros mercados (como o hospitalar e o agronegócio). Além disso, pretendemos intensificar nossa atuação internacional, a qual poderá permitir a captura de significativos ganhos de escala, diluindo nossos custos fixos e minimizando nossa exposição à volatilidade dos mercados menos estáveis econômica e politicamente.

**Intensificar o relacionamento com clientes visando o desenvolvimento de novos produtos.** A produção de não tecidos se encontra em constante desenvolvimento. Os fabricantes precisam assistir seus clientes no desenvolvimento de materiais de maior performance e menores custos. Acreditamos que temos sido bem sucedidos em estabelecer parcerias com nossos clientes e fornecedores, com resultados satisfatórios no desenvolvimento de novos produtos e segmentos de mercado. Pretendemos ampliar nossos investimentos na área de desenvolvimento de produtos, para fortalecer essas parcerias e nos posicionarmos na vanguarda do desenvolvimento tecnológico da indústria.

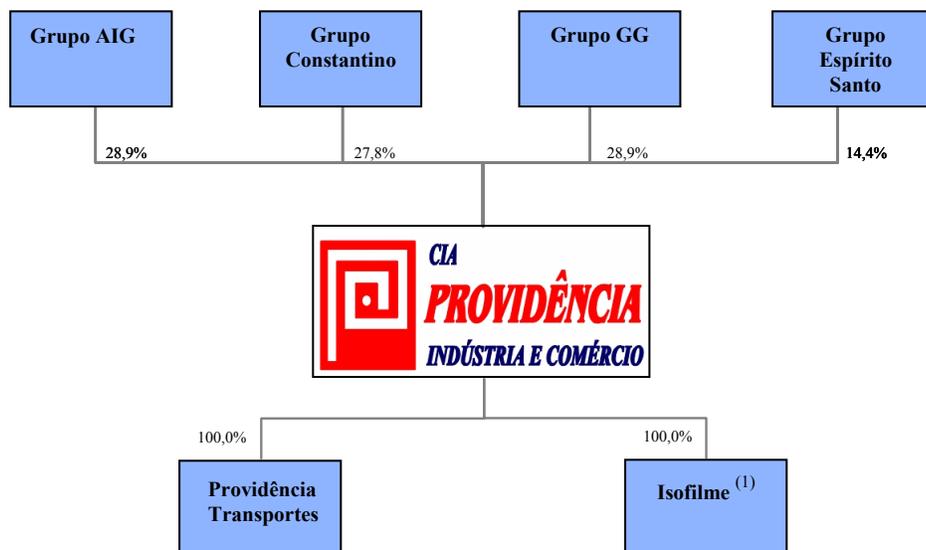
**Aprimorar nossa eficiência operacional.** Pretendemos aprimorar nossa eficiência operacional, de maneira a elevar nossa eficiência e rentabilidade. Nesse sentido, buscaremos (i) reduzir nossos custos com logística e distribuição, aperfeiçoando a adequação de nossos estoques ao nosso processo produtivo; (ii) obter melhores preços junto aos nossos fornecedores e sincronizar os prazos de entrega de nossas matérias-primas de acordo com nosso planejamento; (iii) reduzir gradualmente o prazo médio de recebimento, sobretudo no mercado externo, aumentando a eficiência de nosso capital de giro; (iv) equilibrar as vendas nos mercados interno e externo, de modo a maximizar nossas margens operacionais.

**Ampliar e redirecionar nosso foco no segmento de PVC.** Temos no segmento de PVC um negócio com margens operacionais atrativas e significativo potencial de crescimento. Possuímos presença importante e consolidada no mercado nacional de PVC, com *market share* de 7,0% em 2006, ocupando a terceira posição no mercado, de acordo com nossas estimativas. Considerando as perspectivas de crescimento nos setores de construção civil e de infra-estrutura, pretendemos aproveitar esta oportunidade, principalmente: (i) ampliando nossa participação no segmento predial, que apresenta margens mais atrativas, com a diversificação da nossa linha de produtos e conseqüente redução de nossa dependência do mercado de reposições e (ii) mantendo e incrementando nossa já significativa presença no mercado de tubos para o setor de infra-estrutura e agronegócio.

**Perseguir seletivamente novas aquisições.** Poderemos adquirir empresas com sólida base de clientes ou canais de distribuição estabelecidos, que se enquadrem em nosso modelo de negócios e que possuam tecnologias de produção semelhantes as nossas ou, ainda, que sejam complementares aos nossos negócios e que tenham potencial de crescimento sustentado e de criação de valor para nossos acionistas.

## NOSSA ESTRUTURA ACIONÁRIA

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura acionária na data deste Prospecto:



<sup>(1)</sup> A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições.

Para mais informações sobre a Aquisição da nossa Companhia e nossos acionistas, ver Seções “Negócios da Companhia – Aquisição da nossa Companhia” e “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” que se encontram nas páginas 126 e 181 deste Prospecto, respectivamente.

## AQUISIÇÃO DA ISOFILME

Nossa Companhia celebrou, em 11 de junho de 2007, Contrato de Compra e Venda de Quotas (“Contrato”) para a aquisição da totalidade das quotas da Isofilme pela Companhia. O Contrato prevê a possibilidade da Companhia ceder para uma controlada os seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato. A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições, como por exemplo a substituição de algumas garantias e a alienação pela Isofilme da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos Ltda. (“Daviso”), conforme previstas e melhor detalhadas na cláusula 5.1 e 5.2 do Contrato. Se essas condições não forem implementadas em até 60 dias, contados da data do Contrato, as partes do Contrato podem rescindi-lo.

A Isofilme atua nos ramos de industrialização e comercialização de não tecidos, em estruturas simples e compostas, impressas ou não, em diferentes gramaturas. A Isofilme detém uma fábrica e um centro de distribuição, ambos localizados no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. A Isofilme iniciou suas atuais atividades em 2005, com a importação e implementação de uma Linha REICOFIL 3.1, e começou suas operações comerciais em junho de 2006.

No período de janeiro a maio de 2007, a Isofilme comercializou 3.462,3 toneladas de não tecido, sendo 2.131,3 toneladas no mercado local e 1.331,0 toneladas no mercado externo. O volume comercializado em base mensal teve um aumento importante durante este período, partindo de 700,7 toneladas em janeiro e chegando a 800,1 toneladas em maio.

Durante os primeiros três meses de 2007 findos em 31 de março de 2007, a Isofilme obteve receita bruta de R\$15,3 milhões, um EBITDA de R\$2,7 milhões e um lucro líquido de R\$1,0 milhão, conforme balanço patrimonial, auditado pela Terco Grant Thornton, contendo ressalva em razão de a Daviso não ser auditada. Em 31 de março de 2007, o

endividamento bancário total da Isofilme era de R\$71,9 milhões, divididos em R\$23,8 milhões no curto prazo e em R\$48,1 milhões no longo prazo. Na mesma data, o valor da conta caixa e disponibilidades era de R\$0,1 milhão.

Do total de R\$71,9 milhões de dívida, R\$18,0 milhões correspondem a empréstimos de capital de giro, R\$21,3 milhões correspondem às notas (guaranteed notes) emitidas pela Isofilme em 24 de outubro de 2006, de acordo com Circular de Oferta (Offering Circular), datada de 12 de setembro de 2006, em uma captação de US\$10,0 milhões com prazo de vencimento em quatro anos e taxa de juros de 9,0% ao ano, e R\$32,6 milhões correspondem ao financiamento contratado junto ao banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW) para compra da Linha REICOFIL com taxa de juros equivalente a Libor mais 0,85% ao ano.

O preço de aquisição da Isofilme foi estabelecido nas seguintes bases: (i) uma parcela fixa de R\$23,4 milhões a serem pagos aos vendedores com recursos do caixa da nossa Companhia na data de consumação da compra e venda (“Fechamento”). Essa parcela fixa foi composta pela diferença do valor da empresa (R\$97 milhões) e o valor de sua dívida líquida (R\$73,6 milhões); (ii) uma parcela variável no valor de até R\$7,5 milhões, a serem pagos aos vendedores após a liquidação financeira da presente Oferta. O valor final da parcela variável do preço será determinada de acordo com a precificação da presente Oferta ou, na hipótese de a presente Oferta não ocorrer no prazo de 24 meses contados de 27 de abril de 2007, o valor da parcela variável será igual a R\$2,5 milhões. O preço será ainda ajustado após o Fechamento em função da variação nos montantes de dívida líquida e de capital de giro da Isofilme verificada entre 31 de março de 2007, data do balanço patrimonial base da aquisição, e a data do Fechamento, com base em balanço patrimonial a ser levantado no prazo de até 30 dias contados do Fechamento.

O resultado de equivalência patrimonial referente à participação societária na Daviso foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Isofilme de 31 de março de 2007. As demonstrações contábeis da Daviso não foram auditadas pela Terco Grant Thornton ou por qualquer outros auditores independentes. Os ativos totais da Daviso representam aproximadamente 11% dos ativos totais da Isofilme. Conforme descrito acima, a venda e transferência da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso são condições precedentes para a aquisição da Isofilme.

## SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

As informações financeiras abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como as informações contidas nas seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” que se encontram nas páginas 15 e 79 deste Prospecto, respectivamente.

As informações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 apresentadas abaixo foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no Anexo E deste Prospecto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado no seu parecer também incluso neste Prospecto. Esse Parecer contém um parágrafo de ênfase que menciona a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia, em 18 de janeiro de 2007, com a sua conseqüente redução em R\$115,2 milhões e, a deliberação, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2007, do pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$221,8 milhões. As informações financeiras consolidadas relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 apresentadas abaixo foram extraídas das nossas informações financeiras trimestrais consolidadas, incluídas no Anexo F deste Prospecto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, submetidas à revisão especial da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado no seu relatório também incluso neste Prospecto. Este relatório contém um parágrafo de ênfase relacionado ao capital circulante líquido negativo da Companhia no valor de R\$333,9 milhões (R\$333,4 milhões, consolidado), substancialmente representado por empréstimos e financiamentos no montante de R\$486,6 milhões, com vencimento no curto prazo. Menciona, ainda, que conforme Nota 1(d), os planos da administração para o pagamento dessa dívida prevêm a captação de recursos por meio de emissão de debêntures e de abertura de capital, no primeiro semestre de 2007. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude de eventual insucesso desse plano.

As informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras de resultado relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 não são necessariamente comparáveis em razão dos efeitos da aquisição da nossa Companhia pelos Acionistas Controladores em janeiro de 2007. Para mais informações, ver seções “Negócios da Companhia – Aquisição da Nossa Companhia” e “Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Eventos Recentes” que se encontram nas páginas 126 e 82 deste Prospecto, respectivamente.

### TRATAMENTO CONTÁBIL DO ÁGIO REFERENTE À AQUISIÇÃO DA COMPANHIA

Fomos adquiridos pela Alnilan em 31 de janeiro de 2007. Por ocasião desta operação, a Alnilan apurou um ágio de R\$670,4 milhões, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da Companhia, suportado em relatório de avaliação econômica elaborado por peritos independentes. Por ser sociedade anônima de capital fechado, sem minoritários, não estando sujeita à Instrução CVM 319/99, a Alnilan não efetuou a provisão para reserva especial de ágio constituído na ocasião.

Ao decidirmos abrir o capital, também decidimos realizar os ajustes contábeis necessários a fim de adaptar nossas demonstrações financeiras às disposições das normas contábeis da CVM e, nesse sentido, entendemos que a operação de incorporação reversa deveria ser contabilizada de forma a atingir os efeitos dispostos nas Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, o que enseja o reconhecimento de provisão para manutenção do patrimônio líquido, no valor de R\$442,5 milhões, visando com isto, primordialmente, preservar o fluxo de dividendos dos acionistas, controladores e os futuros minoritários.

Caso tal procedimento não fosse adotado, a futura amortização do ágio, em contrapartida à conta de resultado, iria provocar uma significativa diminuição do lucro e, conseqüentemente, do fluxo de dividendos.

Por ter a incorporação ocorrido anteriormente ao pedido de registro de companhia aberta e a provisão do ágio não ter sido contabilizada no momento adequado (pela ausência de amparo normativo), a Companhia entendeu que a contabilização desta provisão deveria estar presente em suas demonstrações financeiras. Assim, tal contabilização foi realizada em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados e não ao resultado do exercício de 2007, conforme determinado. Se isso não fosse feito, geraria distorção, uma vez que a Companhia não “perdeu” esse ativo (o ativo não perdeu sua substância econômica após a incorporação), e também prejudicaria o fluxo de pagamento de dividendos no exercício de 2007 e seguintes.

Considerando que fomos adquiridos por um grupo de acionistas, o ágio pago para nossa Aquisição deveria ser apurado e contabilizado por esse grupo, os legítimos adquirentes do negócio. No entanto, esse conjunto de acionistas optou por

utilizar uma empresa “veículo” e em seguida extingui-la, mediante sua incorporação na própria Companhia, considerando aspectos administrativos e a possibilidade do aproveitamento fiscal do ágio em função desse modelo de incorporação.

A incorporação de ágio no valor de R\$670,4 milhões referente à compra de nossas ações pela Alnilan, será recuperável de forma integral no futuro. Informamos que pretendemos, respeitados o requisitos legais, absorver os prejuízos acumulados via redução de capital, após a concretização da Oferta. A esse respeito, a Companhia informa que o valor dos recursos brutos provenientes da Distribuição Primária, na importância de R\$468,7 milhões, será registrado em contas do patrimônio líquido da companhia, sendo em conta de Capital Social o valor referente a quantidade de ações emitidas valorizadas em função do valor patrimonial contábil conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2007, após grupamento de Ações ocorrido em 3 de julho de 2007, e em conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações) a diferença desse valor patrimonial e o valor efetivamente negociado.

Subsequentemente, a companhia pretende efetuar a absorção do montante integral de prejuízos acumulados da seguinte maneira e observada a seguinte ordem: (i) utilização da conta de reservas de lucros; (ii) utilização da reserva de capital (ágio na emissão de ações) (iii) redução de capital social no montante necessário para que o saldo remanescente de prejuízos acumulados seja totalmente absorvido.

### INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						2004 x	2005 x
	2004		2005		2006		2005	2006
(em R\$ milhares, exceto porcentagem)		(%)		(%)		(%)	(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>550.194</b>	<b>115,1</b>	<b>581.476</b>	<b>117,3</b>	<b>558.272</b>	<b>111,3</b>	<b>5,7</b>	<b>(4,0)</b>
Mercado interno	437.900	91,6	457.260	92,2	388.538	77,5	4,4	(15,0)
Mercado externo	112.294	23,5	124.216	25,1	169.734	33,8	10,6	36,6
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b>(72.245)</b>	<b>(15,1)</b>	<b>(85.636)</b>	<b>(17,3)</b>	<b>(56.732)</b>	<b>(11,3)</b>	<b>18,5</b>	<b>(33,8)</b>
Impostos sobre vendas	(67.600)	(14,1)	(80.403)	(16,2)	(52.876)	10,5	18,9	(34,2)
Devoluções de vendas	(4.645)	(1,0)	(5.233)	(1,1)	(3.856)	(0,8)	12,7	(26,3)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>477.949</b>	<b>100,0</b>	<b>495.840</b>	<b>100,0</b>	<b>501.540</b>	<b>100,0</b>	<b>3,7</b>	<b>1,1</b>
Custo dos produtos vendidos	(287.336)	(60,1)	(306.641)	(61,8)	(333.087)	(66,4)	6,7	8,6
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>190.613</b>	<b>39,9</b>	<b>189.199</b>	<b>38,2</b>	<b>168.453</b>	<b>33,6</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(11,0)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(48.685)</b>	<b>(10,2)</b>	<b>(61.750)</b>	<b>(12,5)</b>	<b>(58.410)</b>	<b>(11,6)</b>	<b>26,8</b>	<b>(5,4)</b>
Despesas com vendas	(23.267)	(4,9)	(29.515)	(6,0)	(31.593)	(6,3)	26,9	7,0
Despesas administrativas	(18.240)	(3,8)	(21.852)	(4,4)	(33.886)	(6,8)	19,8	55,1
Depreciação e amortização	(18.411)	(3,9)	(18.372)	(3,7)	(18.584)	(3,7)	(0,2)	1,2
Receitas financeiras	16.402	3,4	23.767	4,8	43.789	8,7	44,9	84,2
Despesas financeiras	(6.805)	(1,4)	(18.044)	(3,6)	(19.807)	(3,9)	165,2	9,8
Outras receitas operacionais, líquidas	1.636	0,3	2.266	0,5	1.671	0,3	38,5	(26,3)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>141.928</b>	<b>29,7</b>	<b>127.449</b>	<b>25,7</b>	<b>110.043</b>	<b>21,9</b>	<b>(10,2)</b>	<b>(13,7)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b>148</b>		<b>417</b>	<b>0,1</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>181,8</b>	<b>(88,7)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b>142.076</b>	<b>29,7</b>	<b>127.866</b>	<b>25,8</b>	<b>110.090</b>	<b>22,0</b>	<b>(10,0)</b>	<b>(13,9)</b>
Imposto de renda e contribuição social								
Do exercício	(25.859)	(5,4)	(24.101)	(4,9)	(22.158)	(4,4)	(6,8)	(8,1)
Diferido	-	-	-	-	6.307	1,3	-	-
Participação dos minoritários	11	-	-	-	(34)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>116.228</b>	<b>24,3</b>	<b>103.765</b>	<b>20,9</b>	<b>94.205</b>	<b>18,8</b>	<b>(10,7)</b>	<b>(9,2)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	1,79		1,60		1,45		(10,6)	(9,4)

<i>(em R\$ milhares, exceto porcentagem)</i>	<b>Período de Três Meses encerrado em</b>				
	<b>31 de março de 2006</b>		<b>31 de março de 2007</b>		<b>1º tri 2006 x 1º tri 2007</b>
		(%)		(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>145.261</u></b>	<b>111,5</b>	<b><u>121.557</u></b>	<b>110,3%</b>	<b>(16,3)</b>
Mercado interno	101.215	77,7	79.764	72,4%	(21,2)
Mercado externo	44.046	33,8	41.793	37,9%	(5,1)
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(15.002)</u></b>	<b>(11,5)</b>	<b><u>(11.349)</u></b>	<b>(10,3)</b>	<b>(24,4)</b>
Impostos sobre vendas	(13.945)	(10,7)	(10.700)	(9,7)	(23,3)
Devoluções de vendas	(1.057)	(0,8)	(649)	(0,6)	(38,6)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>130.259</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>110.208</u></b>	<b>100,0</b>	<b>(15,4)</b>
Custo dos produtos vendidos	(77.142)	(59,2)	(81.935)	(74,3)	6,2
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>53.117</b>	<b>40,8</b>	<b>28.273</b>	<b>25,7</b>	<b>(46,8)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(16.287)</u></b>	<b>(12,5)</b>	<b><u>(25.771)</u></b>	<b>(23,4)</b>	<b>58,2</b>
Despesas com vendas	(7.011)	(5,4)	(7.552)	(6,9)	7,7
Despesas administrativas	(7.033)	(5,4)	(6.304)	(5,7)	(10,4)
Depreciação e amortização	(4.680)	(3,6)	(7.768)	(7,0)	66,0
Receitas financeiras	8.384	6,4	4.483	4,1	(46,5)
Despesas financeiras	(6.285)	(4,8)	(14.383)	(13,1)	128,8
Provisão para perda em investimento	(148)	(0,1)	-	-	-
Despesas com ajuste de preço	-	-	(1.875)	(1,7)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	486	0,4	7.628	6,9	1.469,5
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>36.830</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.502</u></b>	<b>(2,3)</b>	<b>(93,2)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(1.033,3)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b><u>36.833</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.474</u></b>	<b>(2,2)</b>	<b>(93,3)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício	(5.570)	(4,3)	(54)	-	(99,0)
Diferido	4.793	3,7	7.303	6,6	52,4
Participação dos minoritários	-	-	-	-	=
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b><u>36.056</u></b>	<b>27,7</b>	<b><u>9.723</u></b>	<b>8,8</b>	<b>(73,0)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	0,55		0,09		(83,6)

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)

	2004		2005		2006		2004 x 2005	2005 x 2006
		(%)		(%)		(%)	(%)	(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>310.727</u></b>	<b><u>60,1</u></b>	<b><u>383.157</u></b>	<b><u>70,4</u></b>	<b><u>470.596</u></b>	<b><u>77,7</u></b>	<b><u>23,3</u></b>	<b><u>22,8</u></b>
Caixa e bancos	2.353	0,5	3.360	0,6	3.707	0,6	42,8	10,3
Aplicações financeiras	91.961	17,8	205.230	37,7	288.867	47,7	123,2	40,8
Contas a receber de clientes	117.574	22,7	111.509	20,5	113.829	18,8	(5,2)	2,1
Estoques	80.790	15,6	47.929	8,8	39.324	6,5	(40,7)	(18,0)
Impostos a recuperar	13.608	2,6	7.546	1,4	18.918	3,1	(44,5)	150,7
Outros direitos realizáveis	4.441	0,9	7.583	1,4	5.951	1,0	70,7	(21,5)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>9.748</u></b>	<b><u>1,9</u></b>	<b><u>8.969</u></b>	<b><u>1,6</u></b>	<b><u>19.498</u></b>	<b><u>3,2</u></b>	<b><u>(8,0)</u></b>	<b><u>117,4</u></b>
Partes relacionadas	3.268	0,6	3.231	0,6	3.638	0,6	(1,1)	12,6
Impostos a recuperar	1.524	0,3	119	-	4.046	0,7	(92,2)	3.300,0
Depósitos e cauções	4.931	1,0	5.594	1,0	5.482	0,9	13,4	(2,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	6.307	1,0	-	-
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	25	-	25	-	-	-
<b>PERMANENTE</b>	<b><u>196.761</u></b>	<b><u>38,0</u></b>	<b><u>151.751</u></b>	<b><u>27,9</u></b>	<b><u>115.690</u></b>	<b><u>19,1</u></b>	<b><u>(22,9)</u></b>	<b><u>(23,8)</u></b>
Investimentos	151	-	121	-	121	-	(19,9)	-
Imobilizado	128.773	24,9	101.825	18,7	83.871	13,8	(20,9)	(17,6)
Diferido	67.837	13,1	49.805	9,2	31.698	5,2	(26,6)	(36,4)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>517.236</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.877</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>5,2</u></b>	<b><u>11,4</u></b>
<b>ATIVO</b>								
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>73.443</u></b>	<b><u>14,2</u></b>	<b><u>20.170</u></b>	<b><u>3,7</u></b>	<b><u>16.936</u></b>	<b><u>2,8</u></b>	<b><u>(72,5)</u></b>	<b><u>(16,0)</u></b>
Fornecedores	<u>18.498</u>	<u>3,6</u>	<u>3.214</u>	<u>0,6</u>	<u>6.951</u>	<u>1,1</u>	<u>(82,6)</u>	<u>116,3</u>
nacionais	18.334	3,5	3.017	0,6	6.808	1,1	(83,5)	125,7
no exterior	164	-	197	-	143	-	20,1	(27,4)
Adiantamento sobre contrato de câmbio	7.597	1,5	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais e provisões trabalhistas	2.765	0,5	3.195	0,6	6.132	1,0	15,6	91,9
Obrigações tributárias	7.605	1,5	7.432	1,4	2.834	0,5	(2,3)	(61,9)
Parcelamento de impostos - REFIS	2.699	0,5	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a acionistas	30.403	5,9	4.402	0,8	-	-	(85,5)	-
Outras exigibilidades	3.876	0,7	1.927	0,4	1.019	0,2	(50,3)	(47,1)
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>6.349</u></b>	<b><u>1,2</u></b>	<b><u>6.951</u></b>	<b><u>1,3</u></b>	<b><u>11.180</u></b>	<b><u>1,8</u></b>	<b><u>9,5</u></b>	<b><u>60,8</u></b>
Obrigações tributárias	-	-	-	-	3.902	0,6	-	-
Provisão para contingências	6.349	1,2	6.951	1,3	7.278	1,2	9,5	4,7
<b>Participações Minoritárias</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>437.441</u></b>	<b><u>84,6</u></b>	<b><u>516.756</u></b>	<b><u>95,0</u></b>	<b><u>577.664</u></b>	<b><u>95,4</u></b>	<b><u>18,1</u></b>	<b><u>11,8</u></b>
Capital social	234.308	45,3	234.308	43,1	234.308	38,7	-	-
Reserva de capital	90.260	17,5	90.260	16,6	90.260	14,9	-	-
Reserva de lucros	9.154	1,8	14.343	2,6	19.053	3,1	56,7	32,8
Lucros acumulados	103.719	20,1	177.845	32,7	234.043	38,6	71,5	31,6
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>517.236</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.877</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>5,2</u></b>	<b><u>11,4</u></b>

<i>(em R\$ milhares, exceto porcentagem)</i>	Em 31 de dezembro		Em 31 de março de 2007		31 de dezembro de 2006
	de 2006				x
		(%)		(%)	31 de março de 2007
		(%)		(%)	(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>470.596</u></b>	<b><u>77,7</u></b>	<b><u>193.419</u></b>	<b><u>35,6</u></b>	<b><u>(58,9)</u></b>
Caixa e bancos	3.707	0,6	2.523	0,5	(31,9)
Aplicações financeiras	288.867	47,7	28.177	5,2	(90,2)
Contas a receber de clientes	113.829	18,8	98.223	18,1	(13,7)
Estoques	39.324	6,5	34.628	6,4	(11,9)
Impostos a recuperar	18.918	3,1	25.411	4,7	34,3
Outros direitos realizáveis	5.951	1,0	4.457	0,8	(25,1)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>19.498</u></b>	<b><u>3,2</u></b>	<b><u>29.187</u></b>	<b><u>5,4</u></b>	<b><u>49,7</u></b>
Partes relacionadas	3.638	0,6	40	-	(98,9)
Impostos a recuperar	4.046	0,7	9.747	1,8	140,9
Depósitos e cauções	5.482	0,9	5.761	1,1	5,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.307	1,0	13.610	2,5	115,8
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	29	-	16,0
<b>PERMANENTE</b>	<b><u>115.690</u></b>	<b><u>19,1</u></b>	<b><u>320.435</u></b>	<b><u>59,0</u></b>	<b><u>177,0</u></b>
Investimentos	121	-	126	-	4,1
Imobilizado	83.871	13,8	99.865	18,4	19,1
Diferido	31.698	5,2	220.444	40,6	595,5
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>16.936</u></b>	<b><u>2,8</u></b>	<b><u>526.856</u></b>	<b><u>97,0</u></b>	<b><u>3.010,9</u></b>
Fornecedores	<u>6.951</u>	<u>1,1</u>	19.927	3,7	186,7
Nacionais	6.808	1,1	19.590	3,6	187,7
no exterior	143	-	337	0,1	135,7
Financiamentos	-	-	486.640	89,6	-
Encargos sociais e provisões trabalhistas	6.132	1,0	5.293	1,0	(13,7)
Obrigações tributárias	2.834	0,5	2.569	0,5	(9,4)
Outras exigibilidades	1.019	0,2	12.427	2,3	1.119,5
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>11.180</u></b>	<b><u>1,8</u></b>	<b><u>11.774</u></b>	<b><u>2,2</u></b>	<b><u>5,3</u></b>
Obrigações tributárias	3.902	0,6	3.407	0,6	(12,7)
Provisão para contingências	7.278	1,2	8.367	1,5	15,0
<b>Participações minoritárias</b>	<b><u>4</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>577.664</u></b>	<b><u>95,4</u></b>	<b><u>4.411</u></b>	<b><u>0,8</u></b>	<b><u>(99,2)</u></b>
Capital social	234.308	38,7	419.768	77,3	79,2
Reserva de capital	90.260	14,9	-	-	-
Reserva de lucros	19.053	3,1	19.053	3,5	-
Lucros acumulados	234.043	38,6	(434.410)	(80,0)	(285,6)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>

**OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

**Reconciliação entre EBITDA e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício**

<i>(R\$ em milhares)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2004	2005	2006	31 de março de 2006	31 de março de 2007
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	116.228	103.765	94.205	36.056	9.723
Total da despesa (benefício) do imposto de renda e contribuição social	25.859	24.101	15.851	777	(7.249)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(9.597)	(5.723)	(23.982)	(2.099)	9.900
Depreciação e amortização	43.924	48.182	47.336	13.214	14.375
EBITDA	176.414	170.325	133.410	47.948	26.749
Margem EBITDA	36,9	34,4	26,6	36,8	24,3

**Reconciliação entre EBITDA e EBITDA Ajustado por Itens Não Recorrentes**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em	
	2004	2005	2006	31 de março de 2006	31 de março de 2007
EBITDA	176.414	170.325	133.410	47.948	26.749
(+/-) Despesas (receitas) não recorrentes, líquidas (*)		(1.173)	8.763	774	(2.870)
EBITDA Ajustado	176.414	169.152	142.173	48.722	23.879
Margem EBITDA Ajustado	36,9	34,1	28,3	37,4	21,7

**(\*) Quadro Analítico – Despesas (Receitas) Não Recorrentes**

R\$ em milhares

	2004	2005	2006	1ºTrim/06	1ºTrim/07
Indenizações a sinistros	-	(40)	-	-	-
Ressarcimento de despesas	-	(3)	-	-	-
Receita s/ processos judiciais	-	(500)	-	-	-
Créditos tributários	-	-	-	-	(7.595)
Recuperação incentivos fiscais	-	(53)	-	-	-
Alienação de imobilizado	-	(418)	-	-	(27)
Gratificações	-	-	-	-	210
Conting processos trabalhistas	-	(19)	-	-	28
Convenções/feiras	-	-	-	-	46
Contingência processo civil	-	(140)	-	-	-
Sinistros de mercadorias	-	-	1.253	-	-
Sinistros de máquinas/construção	-	-	697	-	-
Contingência processo civil	-	-	312	-	-
Despesas Tributárias – Controlada	-	-	(566)	(39)	-
Conting Tributárias	-	-	198	-	-
Baixa de créditos insolventes	-	-	4.912	-	1.603
Prov p/ obsolescência estoque	-	-	1.957	-	-
Honorários profissionais	-	-	-	-	192
Indenizações a representantes	-	-	-	-	28
Prov honorários proc cofins	-	-	-	-	626
Provisão p/ ajuste de preço	-	-	-	-	1.876
Ajuste de inventário	-	-	-	813	143
	-	<b>(1.173)</b>	<b>8.763</b>	<b>774</b>	<b>(2.870)</b>

## Cálculo do EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses de 31 de março de 2007

Para efeito desde Prospecto, o EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses corresponde ao EBITDA Ajustado pelos itens não recorrentes acumulado dos últimos doze meses. Para o período encerrado em 31 de março de 2007, o EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses é calculado da seguinte forma:

	<i>(R\$ em milhares)</i>
(+) EBITDA Ajustado do exercício fiscal de 2006 encerrado em 31.12.2006	142.173
(-) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2006 encerrado em 31.03.2006	48.722
(+) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2007 encerrado em 31.03.2007	23.879
(=) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses encerrados em 31.03.2007	117.330

## Margem de Contribuição – Análise por Divisão de Negócios

A Companhia está em fase de contratação de um sistema de ERP (*Enterprise Resource Planning*) e ainda não dispõe do cálculo do EBITDA por área de negócio. Alternativamente, no quadro abaixo apresentamos a margem de contribuição de cada uma das nossas áreas de negócios.

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Margem de Contribuição por Divisão</b>			
	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004</b>			
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>430.417</b>	<b>101.547</b>	<b>18.230</b>	<b>550.194</b>
(-) ICMS	(43.188)	(14.430)	(2.130)	(59.748)
(-) PIS e COFINS	(8.096)	726	(482)	(7.852)
(-) Devoluções de Vendas	(3.449)	(770)	(426)	(4.645)
<b>Receita Líquida</b>	<b>375.684</b>	<b>87.073</b>	<b>15.192</b>	<b>477.949</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(167.130)</b>	<b>(88.560)</b>	<b>(9.764)</b>	<b>(264.454)</b>
Matéria Prima e Insumos	(149.565)	(67.362)	(7.831)	(224.758)
Depreciação	(10.796)	(14.475)	(313)	(25.584)
Mão de Obra Direta	(2.351)	(1.327)	(1.014)	(4.692)
Energia Elétrica	(3.554)	(4.394)	(444)	(8.392)
Manutenção	(864)	(1.002)	(162)	(2.028)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>208.554</b>	<b>(1.487)</b>	<b>5.428</b>	<b>212.495</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>55,5%</b>	<b>(1,7%)</b>	<b>35,7%</b>	<b>44,7%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.882)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.613</b>

**Margem de Contribuição por Divisão**

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005</b>			
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>457.059</b>	<b>100.793</b>	<b>23.624</b>	<b>581.476</b>
(-) ICMS	(42.593)	(16.197)	(2.784)	(61.574)
(-) PIS e COFINS	(15.016)	(2.646)	(1.167)	(18.829)
(-) Devoluções de Vendas	(4.309)	(556)	(368)	(5.233)
<b>Receita Líquida</b>	<b>395.141</b>	<b>81.394</b>	<b>19.305</b>	<b>495.840</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(185.656)</b>	<b>(83.021)</b>	<b>(11.682)</b>	<b>(280.359)</b>
Matéria Prima e Insumos	(161.541)	(62.742)	(9.472)	(233.791)
Depreciação	(15.878)	(13.652)	(295)	(29.825)
Mão de Obra Direta	(3.045)	(1.038)	(1.256)	(5.339)
Energia Elétrica	(4.466)	(4.815)	(552)	(9.833)
Manutenção	(726)	(774)	(107)	(1.607)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>209.485</b>	<b>(1.627)</b>	<b>7.623</b>	<b>215.481</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>53,0%</b>	<b>(2,0%)</b>	<b>39,5%</b>	<b>43,5%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(26.282)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>189.199</b>

**Margem de Contribuição por Divisão**

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006</b>			
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>418.241</b>	<b>118.393</b>	<b>21.638</b>	<b>558.272</b>
(-) ICMS	(29.398)	(13.721)	(2.507)	(45.626)
(-) PIS COFINS	(3.596)	(2.779)	(875)	(7.250)
(-) Devoluções de Vendas	(2.787)	(669)	(400)	(3.856)
<b>Receita Líquida</b>	<b>382.460</b>	<b>101.224</b>	<b>17.856</b>	<b>501.540</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(213.099)</b>	<b>(88.189)</b>	<b>(12.286)</b>	<b>(313.574)</b>
Matéria Prima e Insumos	(183.445)	(70.263)	(9.537)	(263.245)
Depreciação	(17.688)	(10.946)	(353)	(28.987)
Mão de Obra Direta	(3.485)	(1.314)	(1.541)	(6.340)
Energia Elétrica	(7.182)	(4.983)	(647)	(12.812)
Manutenção	(1.299)	(683)	(208)	(2.190)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>169.361</b>	<b>13.035</b>	<b>5.570</b>	<b>187.966</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>44,3%</b>	<b>12,9%</b>	<b>31,2%</b>	<b>37,5%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.513)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.453</b>

**Margem de Contribuição por Divisão**

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2007

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>89.600</b>	<b>27.832</b>	<b>4.125</b>	<b>121.557</b>
(-) ICMS	(5.669)	(3.417)	(471)	(9.557)
(-) PIS COFINS	(134)	(852)	(157)	(1.143)
(-) Devoluções de Vendas	(406)	(175)	(68)	(649)
<b>Receita Líquida</b>	<b>83.391</b>	<b>23.388</b>	<b>3.429</b>	<b>110.208</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(52.604)</b>	<b>(21.397)</b>	<b>(2.723)</b>	<b>(76.724)</b>
Matéria Prima e Insumos	(45.776)	(16.530)	(2.112)	(64.418)
Depreciação	(3.583)	(2.854)	(75)	(6.511)
Mão de Obra Direta	(942)	(390)	(349)	(1.680)
Energia Elétrica	(1.762)	(1.233)	(107)	(3.102)
Manutenção	(541)	(391)	(80)	(1.012)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>30.787</b>	<b>1.991</b>	<b>706</b>	<b>33.484</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>36,9%</b>	<b>8,5%</b>	<b>20,6%</b>	<b>30,4%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.211)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.273</b>

## SUMÁRIO DA OFERTA

<b>Companhia</b>	Companhia Providência Indústria e Comércio.
<b>Coordenador Líder</b>	UBS Pactual.
<b>Coordenador</b>	Santander.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	UBS Pactual e Santander.
<b>Coordenadores Contratados</b>	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Safra de Investimento S.A. e BES Investimento do Brasil.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	UBS Securities LLC e Santander Investment Securities Inc.
<b>Participantes Especiais</b>	<p>Corretoras-membro da BOVESPA e outras instituições financeiras que não sejam corretoras-membro da BOVESPA, subcontratadas para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais.</p> <p>Compreende a oferta pública de distribuição primária de 31.250.000 Ações, e poderá compreender, no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares, a distribuição secundária de ações, a serem realizadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, e ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América (Investidores Institucionais Estrangeiros), conforme definidos na Regra 144A editada pela SEC, nos termos de isenções de registro previstas no <i>Securities Act</i>, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na Regulamentação S do <i>Securities Act</i>, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Não houve e não haverá registro das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.</p>
<b>Acionistas Vendedores</b>	BSSF II, AIG Brasil Equity II, ASAS, Fundo C.A., Boreal, GGPARG, Governança e Gestão, Banco Espírito Santo e Espírito Santo Capital.
<b>Oferta Primária</b>	Distribuição primária de 31.250.000 Ações, no âmbito da Oferta.
<b>Oferta Secundária</b>	Distribuição secundária de 4.687.500 Ações, no âmbito da Oferta, no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares.
<b>Opção de Ações Suplementares</b>	A quantidade total de Ações inicialmente ofertada no contexto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.687.500 de Ações, correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador Líder, após notificação aos Acionistas Vendedores e ao Santander, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida no prazo de até 30 dias contados da data do Início da Negociação, desde que a decisão de sobre alocação das Ações no momento da precificação da Oferta tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.

<b>Público-Alvo</b>	A Oferta é direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não-Institucionais, e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais. Para mais informações, ver seção “Informações relativas à Oferta” que se encontra na página 37 deste Prospecto.
<b>Pedido de Reserva</b>	Formulário específico preenchido durante o Período de Reserva por Investidor Não-Institucional participante da Oferta de Varejo.
<b>Período de Reserva</b>	O prazo iniciado em 17 de julho de 2007, inclusive, e encerrado em 24 de julho de 2007, inclusive.
<b>Oferta Institucional</b>	As Ações não destinadas à Oferta de Varejo, bem como eventuais sobras de Ações alocadas prioritariamente à Oferta de Varejo, foram destinadas a Investidores Institucionais. Não foram admitidas para esses investidores reservas antecipadas e não houve valores mínimos ou máximos de investimento.
<b>Preço por Ação</b>	<p>RS\$15,00, fixado com base no resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> conduzido pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil e no exterior, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, e de acordo com os critérios indicados no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Tendo em vista o excesso de demanda superior a 1/3 das Ações (excluídas as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelo Coordenador Líder ou pelos Coordenadores Contratados, de ações para os investidores institucionais que sejam pessoas vinculadas, sendo que as intenções de investimento realizadas por investidores institucionais que sejam pessoas vinculadas foram automaticamente canceladas.</p> <p>Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e, portanto, do processo de fixação do Preço de Distribuição por Ação.</p>
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	Processo de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, de Investidores Institucionais, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM.
<b>Valor Total da Oferta</b>	R\$468.750.000,00 sem considerar a colocação das Ações Suplementares.
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>Pretendemos utilizar os recursos líquidos recebidos em razão da Oferta Primária após comissões e despesas para (i) amortização de endividamento de curto prazo; (ii) capital de giro; (iii) investimentos; e (iv) potenciais aquisições. Para mais informações sobre a destinação dos recursos ver seções “Destinação dos Recursos” e “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontram nas páginas 63 e 148 deste Prospecto, respectivamente.</p> <p>Não recebemos quaisquer recursos provenientes da venda de Ações pelos Acionistas Vendedores por meio da Oferta Secundária, no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares.</p>
<b>Garantia Firme de Liquidação</b>	As Ações serão colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, coordenadas pelos Coordenadores da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação de os Coordenadores da Oferta subscreverem/adquirirem, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação e respeitados os respectivos limites individuais de garantia firme, individual e não-solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações objeto da Oferta, que serão objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores. Tal garantia tornou-se vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e celebrado o Contrato de Colocação.

**Data de Liquidação**

A liquidação física e financeira ocorrerá no terceiro dia útil após a data da publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.

**Data de Liquidação das Ações Suplementares**

A liquidação física e financeira das Ações Suplementares deverá ser realizada em até três dias úteis contados da data de exercício da Opção de Ações Suplementares.

**Direitos, Vantagens e Restrições das Ações**

As Ações garantirão aos seus titulares os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos de seu Estatuto Social, legislação aplicável e Regulamento do Novo Mercado, tendo direito a voto e fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação, entre outros, observada a restrição ao pagamento de dividendos acima do obrigatório, bem como ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas enquanto certas notas promissórias não forem quitadas. Para mais informações, ver seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”, “Descrição do Capital Social” e “Dividendos e Política de Dividendos” que se encontram nas páginas 79, 148, 156 e 168 deste Prospecto, respectivamente.

**Restrições à Negociação de Ações (lock-up)**

Nos termos dos contratos assinados com os Agentes de Colocação Internacional na data de assinatura do *Placement Facilitation Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia que detiverem mais de uma ação na data de assinatura do *Placement Facilitation Agreement*, obrigam-se a, pelo prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional, direta ou indiretamente, (i) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, exceto pela alienação fiduciária das ações em garantia de notas promissórias emitidas pela Alnilan e notas promissórias e/ou debêntures emitidas ou a serem emitidas pela Companhia (ii) abster-se de celebrar operações de *swap*, *hedge*, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade das Ações; e (iii) não solicitar ou requerer arquivamento de pedido de registro junto à CVM de oferta ou venda de ações, ressalvada a Oferta. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar as operações acima descritas.

Ademais, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão vender nem oferecer para venda ações de emissão de nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações, durante os primeiros seis meses após a presente oferta, com início na primeira data de negociação de nossas ações ordinárias no Novo Mercado. Após esse prazo inicial de seis meses, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou oferecer para venda mais de 40% de ações de emissão da nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações ordinárias que detiverem imediatamente após a presente oferta.

A totalidade de nossas ações ordinárias detidas por nossos Acionistas Controladores foram alienadas fiduciariamente em favor de certos credores titulares de Notas Promissórias de emissão da Alnilan. As Notas Promissórias serão quitadas com a emissão pública de novas notas promissórias (“Notas Promissórias II”). Parte das Notas Promissórias II serão quitadas com recursos oriundos da Oferta. As Notas Promissórias II restantes serão pagas com os recursos oriundos de uma emissão pública de debêntures (“Debêntures”), no valor total de aproximadamente R\$250,0 milhões. As Notas Promissórias II serão garantidas pela alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia que não integrem a Oferta de Ações e não forem detidas por membros do nosso conselho de administração, e as Debêntures serão garantidas por alienação fiduciária de ações representativas de 50,0% mais uma ação do nosso capital social pertencentes aos Acionistas Controladores. As condições das Debêntures poderão ser alteradas de

comum acordo entre a Companhia e o coordenador da oferta das Debêntures. No caso de inadimplemento das obrigações garantidas por nossas ações, conforme previsto nos documentos relativos às Notas Promissórias e à alienação fiduciária, tais credores teriam o direito a executar a alienação fiduciária, hipótese em que as restrições de venda descritas acima não se aplicariam.

Vale ressaltar que estarão sujeitas às regras do *lock-up*, as ações dos Acionistas Controladores (a) na medida em que forem liberadas da alienação fiduciária em garantia das Notas Promissórias e que não forem alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou Debêntures e, (b) quanto às ações que devem ser alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou das Debêntures, na medida em que forem liberadas desta última alienação fiduciária.

Para maiores informações sobre a não incidência de *lock-up* sobre ações de emissão da Companhia alienadas fiduciariamente, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

#### **Direito de Venda Conjunta (Tag-Along rights)**

Após a listagem de nossas Ações no Novo Mercado, na hipótese de alienação do nosso controle acionário, o adquirente deverá efetivar uma oferta pública para aquisição das Ações de todos os nossos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dispensado ao acionista controlador alienante. Para mais informações, ver seção “Descrição do Capital Social” que se encontra na página 156 deste Prospecto.

#### **Mercados de Negociação**

Após a efetivação da presente Oferta, o mercado de negociação de nossas Ações será a BOVESPA. Em 6 de julho de 2007, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, o qual entrou em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. Nossas Ações serão negociadas sob o código PRVI3 no primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início. Não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.

#### **Inadequação da Oferta a Certos Investidores**

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações no âmbito da Oferta estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados com a volatilidade do mercado de capitais, a liquidez das Ações e a oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações no âmbito da Oferta. Para mais informações ver seção “Fatores de Risco” que se encontra na página 53 deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que atualmente acreditamos serem capazes de nos afetar de maneira adversa.

#### **Fatores de Risco**

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, ver seção “Fatores de Risco” que se encontra na página 53 deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.

#### **Aprovações Societárias**

A Oferta Primária foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5 de julho de 2007, conforme ata publicada no jornal “Valor Econômico” em 9 de julho de 2007. A fixação do Preço por Ação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de julho de 2007, conforme ata publicada no jornal “Valor Econômico” em 26 de julho de 2007.

Ademais, a Oferta Secundária foi autorizada em Reuniões do Comitê de Investimentos/Assembléia Geral de Cotistas de Fundo de Investimento em Participações BSSF II, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, Fundo de Investimento em Participações ASAS, Fundo de Investimento em Participações C.A., Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG e Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão, realizadas em 13 de junho de 2007, 13 de junho de 2007, 24 de maio de 2007, 18 de junho de 2007, 22 de maio de 2007, 28 de maio de 2007 e 31 de maio de 2007, respectivamente.

O Preço por Ação foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada imediatamente após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

#### **Informações Adicionais**

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta” que se encontra na página 37 deste Prospecto. O registro da Oferta foi solicitado por nós e pelos Coordenadores da Oferta em 7 de maio de 2007, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas por meio das Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção “Informações Relativas à Oferta” que se encontra na página 37 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado serão informados por meio de publicação de Aviso ao Mercado no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, bem como Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal “O Estado do Paraná” e por meio de aviso na página da Companhia na Internet, [www.providencia.com.br](http://www.providencia.com.br). As informações contidas em nossa página na rede mundial de computadores não são partes integrantes deste Prospecto.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

### COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por nossos principais acionistas, inclusive aqueles titulares de 5,0% ou mais de nossas ações ordinárias e, por nossos Conselheiros, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

Acionista	Quantidades de Ações e porcentagens			
	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações	(%)	Ações	(%)
BSSF II	9.417.736	17,34	9.417.736	11,01
AIG Brasil Equity II	6.278.492	11,56	6.278.492	7,34
ASAS	13.952.203	25,68	13.952.203	16,30
Fundo C.A.	1.162.683	2,14	1.162.683	1,36
Boreal	4.651.081	8,56	4.651.081	5,44
GGPAR	970.724	1,79	970.724	1,13
Governança e Gestão	10.074.423	18,55	10.074.423	11,77
Banco Espírito Santo	5.861.269	10,79	5.861.269	6,85
Espírito Santo Capital	1.953.757	3,60	1.953.757	2,28
Conselheiros	9	-	9	0,00
Mercado .....	0	-	31.250.000	36,52
<b>Total .....</b>	<b>54.322.377</b>	<b>100,00</b>	<b>85.572.377</b>	<b>100,00</b>

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por nossos principais acionistas, inclusive aqueles titulares 5,0% ou mais de nossas ações e, por nossos Conselheiros, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares:

Acionista	Quantidades de Ações e porcentagens			
	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações	(%)	Ações	(%)
BSSF II	9.417.736	17,34	8.605.075	10,06
AIG Brasil Equity II	6.278.492	11,56	5.736.718	6,70
ASAS	13.952.203	25,68	12.748.262	14,90
Fundo C.A.	1.162.683	2,14	1.062.355	1,24
Boreal	4.651.081	8,56	4.249.737	4,97
GGPAR	970.724	1,79	886.960	1,04
Governança e Gestão	10.074.423	18,55	9.205.097	10,76
Banco Espírito Santo	5.861.269	10,79	5.355.498	6,26
Espírito Santo Capital	1.953.757	3,60	1.785.166	2,09
Conselheiros	9	-	9	-
Mercado .....	0	-	35.937.500	42,00
<b>Total .....</b>	<b>54.322.377</b>	<b>100,00</b>	<b>85.572.377</b>	<b>100,00</b>

Para maiores informações sobre nossos acionistas, ver seção “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” que se encontra na página 181 deste Prospecto.

### DESCRIÇÃO DA OFERTA

#### Características da Oferta

A Oferta (i) compreende a distribuição primária de 31.250.000 de Ações emitidas pela Companhia (“Oferta Primária”), e (ii) poderá compreender a distribuição secundária das Ações Suplementares, no caso do exercício da Opção de Ações Suplementares, de titularidade dos Acionistas Vendedores (“Oferta Secundária”).

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, conforme a Instrução CVM 400, pelos Coordenadores da Oferta, em conjunto com instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição por eles contratadas (“Coordenadores Contratados”), e com as sociedades corretoras-membro da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (“BOVESPA”) que farão parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a Investidores Não-Institucionais, conforme definidos abaixo (“Corretoras Consorciadas”), conjuntamente com os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados, (“Instituições Participantes da Oferta”), e com esforços de venda das Ações no exterior, a serem subscritas/adquiridas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a serem realizados pelo UBS Securities LLC e pelo Santander Investment Securities Inc. (“Agentes de Colocação Internacional”) e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, dos Estados Unidos da América, conforme alterada, nos termos de isenções de registro previstas no *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (em conjunto, “Investidores Institucionais Estrangeiros”). A Oferta não foi e não será registrada na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (“SEC”) ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil. Para participar da Oferta, os Investidores Institucionais Estrangeiros residentes no exterior deverão estar registrados na CVM.

A quantidade total de Ações inicialmente ofertada no contexto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 4.687.500 de Ações Suplementares, correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser exercida exclusivamente pelo Coordenador Líder, após notificação aos Acionistas Vendedores e ao Santander, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida no prazo de até 30 dias contados da data do Início da Negociação, desde que a decisão de sobre alocação das Ações no momento da precificação da Oferta tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.

Não foi exercida a opção de aumentar a Oferta em até 20% das Ações inicialmente ofertadas, excluindo-se as Ações Suplementares, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400 (“Ações Adicionais”).

#### Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

Na hipótese de não haver exercício das Opção de Ações Suplementares:

<u>Emissor/Ofertante</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de Distribuição (R\$)</u>	<u>Montante (R\$)</u>	<u>Recursos Líquidos (R\$)<sup>(1)</sup></u>
Companhia	31.250.000	15,00	468.750.000,00	451.749.885,00

(1) Deduzindo comissões e despesas da Oferta.

Na hipótese de haver exercício da opção de Ações Suplementares:

<u>Emissor/Ofertante</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço de Distribuição (R\$)</u>	<u>Montante (R\$)</u>	<u>Recursos Líquidos (R\$)<sup>(1)</sup></u>
Companhia	31.250.000	15,00	468.750.000,00	452.207.669,44
BSSF II	812.661	15,00	12.189.915,00	11.759.729,18
AIG Brasil Equity II	541.774	15,00	8.126.610,00	7.839.819,45
ASAS	1.203.941	15,00	18.059.115,00	17.421.803,32
Fundo C.A.	100.328	15,00	1.504.920,00	1.451.810,91
Boreal	401.344	15,00	6.020.160,00	5.807.706,72
GGPAR	83.764	15,00	1.256.460,00	1.212.119,14
Governança e Gestão	869.326	15,00	13.039.890,00	12.579.708,30
Banco Espírito Santo	505.771	15,00	7.586.565,00	7.318.832,81
Espírito Santo Capital	168.591	15,00	2.528.865,00	2.439.620,58
<b>Total</b>	<b>35.937.500</b>		<b>539.062.500,00</b>	<b>520.038.819,86</b>

(1) Deduzindo comissões e despesas da Oferta.

### Preço por Ação

No contexto da Oferta, o preço de distribuição por Ação (“Preço de Distribuição”) é de R\$15,00. O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as ações, considerando as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas de Investidores Institucionais. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço de Distribuição é justificada, tendo em vista que tal preço não promove diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de subscrição/compra de Ações no contexto da Oferta. O Preço de Distribuição foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da presente Oferta pela CVM. Os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de fixação do Preço de Distribuição.

### Preço por Ação

Tendo em vista o excesso de demanda superior a 1/3 das Ações (excluídas as Ações Suplementares), não será permitida a distribuição, pelo Coordenador Líder ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações para os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que suas intenções de investimento foram automaticamente canceladas.

	<u>Preço de Distribuição</u> (R\$)	<u>Comissões e Despesas</u> (R\$)	<u>Recursos líquidos para a</u> <u>Companhia (R\$)</u> <sup>(1)(2)</sup>
Primária	15,00	0,54	14,46
<b>Total</b>	<b>468.750.000,00</b>	<b>17.000.115,00</b>	451.749.885,00

(1) Sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Suplementares.

(2) Deduzindo comissões e despesas da Oferta.

### Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados e outras despesas descritas abaixo serão arcadas pela Companhia. As taxas de registro da Oferta serão arcadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores. As comissões abaixo relacionadas, serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de Ações por ele ofertadas. Segue, abaixo, descrição dos custos da Oferta.

Abaixo segue descrição dos custos relativos à Oferta:

<u>Comissões e Despesas</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>% em Relação ao Valor</u> <u>Total da Oferta</u> <sup>(1)</sup>
Comissão de Coordenação	2.343.750,00	0,50%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	2.343.750,00	0,50%
Comissão de Colocação	7.031.250,00	1,50%
Comissão de Incentivo	3.515.625,00	0,75%
<b>Total de Comissões</b>	<b>15.234.375,00</b>	<b>3,25%</b>
Taxa de Registro e Listagem da Oferta	165.740,00	0,04%
Outras Despesas <sup>(2)</sup>	500.000,00	0,17%
Despesas com advogados	800.000,00	0,06%
Despesas com auditores	300.000,00	0,11%
<b>Total de Despesas</b>	<b>1.765.740,00</b>	<b>0,38%</b>

(1) Sem considerar o exercício da Opção e considerando o Preço de Distribuição de R\$15,00.

(2) Custos estimados com Road Show e publicidade da Oferta.

## Reserva de Capital

O montante proveniente da Distribuição Primária, na importância de R\$468.750.000,00, será registrado em contas do patrimônio líquido da Companhia, sendo registrado em conta de Capital Social o valor referente à quantidade de ações emitidas valorizadas em função do valor patrimonial contábil conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2007, após o grupamento de Ações ocorrido em 3 de julho de 2007, qual seja R\$2.500.000,00, e em conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações) a diferença desse valor patrimonial e o Preço por Ação, ou seja R\$466.250.000,00.

Subsequentemente, a Companhia pretende efetuar absorção do montante integral de prejuízos acumulados da seguinte maneira e observada a seguinte ordem: (i) utilização da conta de reservas de lucros; (ii) utilização da reserva de capital (ágio na emissão de ações) (iii) redução de capital social no montante necessário para que o saldo remanescente de prejuízos acumulados seja totalmente absorvido.

## Aprovações Societárias

A Oferta Primária foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5 de julho de 2007, conforme ata publicada no jornal “Valor Econômico” em 9 de julho de 2007. O aumento de capital da Companhia, mediante emissão das ações ordinárias, e a fixação do Preço de Distribuição foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 25 de julho de 2007, imediatamente após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme ata publicada no jornal “Valor Econômico” em 26 de julho de 2007.

A Oferta Secundária, caso ocorra, estará amparada em Autorizações Deliberadas em Reuniões do Comitê de Investimento/Assembléia Geral de Cotistas de Fundo de Investimento em Participações BSSF II, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, Fundo de Investimento em Participações ASAS, Fundo de Investimento em Participações C.A., Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG e Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão, realizadas em 13 de junho de 2007, 13 de junho de 2007, 24 de maio de 2007, 18 de junho de 2007, 22 de maio de 2007, 28 de maio de 2007 e 31 de maio de 2007, respectivamente.

O Preço de Distribuição foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de julho de 2007, imediatamente após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

## Público-Alvo da Oferta

A Oferta é direcionada, na Oferta de Varejo, aos Investidores Não-Institucionais, e, na Oferta Institucional, aos Investidores Institucionais.

## Cronograma e Procedimentos da Oferta

### Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista (1)
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem o logo das Corretoras Consorciadas)	10 de julho de 2007
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	10 de julho de 2007
	Início do Roadshow	10 de julho de 2007
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com o logo das Corretoras Consorciadas)	17 de julho de 2007
	Início do Período de Reserva	17 de julho de 2007
	Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	17 de julho de 2007
3.	Encerramento do Período de Reserva	24 de julho de 2007
4.	Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	25 de julho de 2007
	Fixação do Preço de Venda das Ações	25 de julho de 2007
	Assinatura do Contrato de Distribuição	25 de julho de 2007
5.	Publicação do Anúncio de Início	26 de julho de 2007
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	26 de julho de 2007
6.	Início de Negociação	27 de julho de 2007

	Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	27 de julho de 2007
7.	Data de Liquidação	31 de julho de 2007
8.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	5 de setembro de 2007
9.	Publicação do Anúncio de Encerramento	10 de setembro de 2007

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério dos Coordenadores, da Companhia e dos Acionistas Vendedores.

### ***Procedimentos da Oferta***

Após o encerramento do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta estão efetuando a distribuição das Ações aos Investidores Não-Institucionais e aos Investidores Institucionais, nos termos da Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

As Ações serão colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, coordenadas pelos Coordenadores da Oferta. As Ações da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada pelos Coordenadores da Oferta nos limites individuais indicados no Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação individual e não-solidária, consiste na obrigação dos Coordenadores da Oferta de subscreverem/adquirirem, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações da Oferta objeto da garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada pelos Coordenadores da Oferta e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite da garantia firme de liquidação individual e não-solidária prestada por cada Coordenador da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo da Oferta, o respectivo preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressalvada as atividades de estabilização.

A Oferta Institucional será direcionada a investidores pessoas físicas, pessoas jurídicas residentes e domiciliados no Brasil e clubes de investimento, cujos valores de investimento excedam o limite de aplicação de R\$300.000,00, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e determinados investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas de investimento externo de *portfólio* nos termos da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325, ou Investidores Institucionais. Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição e/ou integralização das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição ou subscrição.

O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Ações, excluindo as Ações Suplementares destina-se prioritariamente à colocação pública a Investidores Não-Institucionais. Os Pedidos de Reserva foram efetuados por Investidores Não-Institucionais de maneira irrevogável e irretroatável, exceto pelo disposto no item (viii) e (ix) abaixo, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, mediante seu preenchimento:

- (i) cada um dos Investidores Não-Institucionais interessado pôde efetuar o seu Pedido de Reserva com uma única Instituição Participante da Oferta habilitada a receber Pedido de Reserva, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, no período de 17 de julho de 2007 a 24 de julho de 2007, observado o disposto no item (ii) abaixo, observados o valor mínimo de investimento de R\$3.000,00 e o valor máximo de R\$300.000,00 por Investidores Não-Institucional, sendo que tais investidores puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha optado pela estipulação de um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao estipulado, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta;
- (ii) Os Pedidos de Reserva de Investidores Não-Institucionais (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c) foram cancelados;

- (iii) a quantidade de Ações a serem subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento serão informados aos Investidores Não-Institucionais, até às 12h00 do Início de Negociação, pela Instituição Participante da Oferta com a qual tiver efetuado Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme prevista no item (vii) abaixo;
- (iv) cada um dos Investidores Não-Institucionais efetuará o pagamento do valor indicado no item (iii) acima, à Instituição Participante da Oferta com que efetuou seu respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 11h00 da Data de Liquidação;
- (v) a Instituição Participante da Oferta com a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado entregará, a cada um dos Investidores Não-Institucionais que com ela tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (viii) e (x) abaixo, respectivamente, e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (vii) abaixo, após às 16h00 da Data de Liquidação;
- (vi) caso a quantidade de Ações correspondente à totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais tenha sido igual ou inferior ao montante de Ações objeto da Oferta destinada à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, e eventuais sobras de Ações da Oferta ofertadas a Investidores Não-Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos abaixo;
- (vii) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais tenha sido superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que realizaram Pedidos de Reserva, sendo que (1) até o limite de R\$5.000,00, inclusive, o critério de rateio terá sido a divisão igualitária e sucessiva de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada um dos Pedidos de Reserva e à quantidade total de tais Ações; e (2) uma vez atendido o critério descrito no item (1) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente aos valores dos Pedidos de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. Opcionalmente, os Coordenadores, poderão aumentar a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo para que seja observado o montante mínimo de Ações destinado à Oferta de Varejo, caso em que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos sem considerar as Ações Suplementares sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito anteriormente;
- (viii) no caso de divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional, ou a sua decisão de investimento, o investidor poderá, nos termos do artigo 45, §4º da Instrução CVM 400, desistir do seu Pedido de Reserva no prazo de cinco dias úteis, contado da data da publicação do comunicado ao mercado ou Anúncio de Início informando a divergência relevante ocorrida. Tal desistência deverá ser comunicada à Instituição Participante da Oferta que tiver recebido o respectivo Pedido de Reserva pelo Investidor Não-Institucional, por escrito, até às 16h00 do quinto dia útil imediatamente posterior à data da publicação do comunicado ao mercado ou Anúncio de Início informando a divergência relevante ocorrida, presumida a manutenção do Pedido de Reserva em caso de silêncio. O Investidor Não-Institucional que optar pela desistência terá seu Pedido de Reserva cancelado e receberá a devolução dos valores eventualmente pagos em contrapartida às Ações, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados do recebimento do pedido de desistência;
- (ix) recomenda-se aos Investidores Não-Institucionais que verifiquem com a Instituição Participante da Oferta de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta, a seu exclusivo critério, exige manutenção dos recursos em conta de investimento aberta ou mantida perante a mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva solicitado;
- (x) o Investidor Não-Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva no caso de suspensão ou modificação da Oferta, previstos nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, respectivamente, no prazo de cinco dias úteis contados da data da publicação do comunicado ao mercado informando a suspensão ou modificação da Oferta. Tal desistência deverá ser comunicada à Instituição Participante da Oferta que tiver recebido o respectivo Pedido de Reserva pelo Investidor Não-Institucional, por escrito, até às 16h00 do quinto dia útil imediatamente posterior à data da publicação do comunicado ao mercado informando a suspensão ou modificação da Oferta, presumida a manutenção do Pedido de Reserva em caso de não manifestação expressa. O investidor que optar pela desistência

terá seu Pedido de Reserva cancelado e receberá a devolução dos valores eventualmente pagos em contrapartida às Ações, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados do recebimento do pedido de desistência; e

- (xi) em caso de cancelamento ou revogação da Oferta, previstos nos artigos 19 e 25 da Instrução CVM 400, respectivamente, ou em caso de rescisão do Contrato de Distribuição, tal fato será divulgado por meio da publicação de um comunicado ao mercado. Todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Participante da Oferta comunicará a cada Investidor Não-Institucional que com ela tenha realizado Pedido de Reserva, o cancelamento da Oferta, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não-Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (iv) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. Tal Instituição Participante da Oferta deverá, ainda, informar imediatamente os Investidores Não-Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento.

Os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não-Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Com relação à Oferta Institucional, os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, que levará em conta a criação de uma base diversificada de acionistas, as relações da Companhia e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores.

As Ações não-destinadas à Oferta de Varejo, bem como as sobras de Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais foram destinadas à colocação pública em Investidores Institucionais, não tendo sido admitidas para estes Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Foram aceitos lances de Pessoas Vinculadas que sejam Investidores Institucionais no Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao máximo de 10,0% da Oferta, que impactaram na formação de preço ou a liquidez das Ações no mercado secundário. Subscrições realizadas em decorrência dos contratos de total *return swap* não consideradas subscrições por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* tenha excedido o total de Ações destinadas à colocação pública em Investidores Institucionais, conforme descrito no parágrafo acima, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição descrito acima, melhor atenderam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição e/ou aquisição das Ações objeto da Oferta mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e/ou aquisição das Ações, conforme o caso.

### ***Prazo de Distribuição***

A data de início da Oferta foi divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

Os Coordenadores da Oferta têm o prazo de até 3 dias úteis, contados a partir do Início de Negociação, inclusive, para efetuar a colocação das Ações inicialmente ofertadas (“Período de Colocação”). A liquidação física e financeira da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, está prevista para ser realizada no último dia do Período de Colocação (“Data de Liquidação”), exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até três dias úteis contados do exercício da Opção de Ações Suplementares.

O prazo para a distribuição das Ações no âmbito da Oferta é de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Distribuição”).

### **Inadequação de Investimento nas Ações**

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações no âmbito da Oferta estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados com a volatilidade do mercado de capitais, a liquidez das Ações e a oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações no âmbito da Oferta. Ver Seção “Fatores de Risco” que se encontra na página 53 deste Prospecto, que contém a descrição de certos riscos que atualmente acreditamos serem capazes de nos afetar de maneira adversa.

### **Contrato de Colocação e *Placement Facilitation Agreement***

Celebramos com os Coordenadores da Oferta, com os Acionistas Vendedores e com a CBLC (como interveniente-anuente) o Contrato de Colocação. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não-solidária, a totalidade das Ações.

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre os Agentes de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizaram esforços de colocação das Ações exclusivamente no exterior. As Ações foram objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas e/ou adquiridas, liquidadas e pagas aos Coordenadores da Oferta, em reais, no Brasil. O *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por nossos e seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, por nosso Acionista Controlador, por membros de nosso Conselho de Administração e Diretoria; e (iii) a emissão de cartas de conforto pelos nossos auditores independentes relativas às demonstrações financeiras consolidadas e certas informações contábeis contidas neste Prospecto e no *Offering Circular* a ser utilizado nos esforços de colocação das Ações no exterior. De acordo com o Contrato de Colocação e com o *Placement Facilitation Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O *Placement Facilitation Agreement* apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta para indenizá-los no caso de que eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* ou no *Offering Memorandum*. Caso os Coordenadores da Oferta venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização. Informamos que o *Placement Facilitation Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma violação, inadimplência ou improbidade foi cometida. A eventual condenação da Companhia em um processo no exterior em relação incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* ou no *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá ter um impacto significativo e adverso para a Companhia.

A cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item “Informações Complementares da Oferta” que se encontra na página 49 deste Prospecto.

### **Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação**

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não-solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrever/adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço de Distribuição, a quantidade de Ações objeto da Oferta (que inclui a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional) que não tenha sido efetivamente liquidada no mercado. Esta garantia individual e não-solidária, é vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding* e assinado o Contrato de Colocação. Assim, caso a totalidade das Ações não seja totalmente liquidada na Data da Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá de forma individual e não-solidária, e respeitados os respectivos limites individuais de garantia individual e não-solidária prestada por cada Coordenador, pelo Preço de Distribuição, na Data de Liquidação, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada, nos termos do Contrato de Colocação, e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço de Distribuição, ressalvadas as atividades de estabilização a serem contratadas pela UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Nos termos do Contrato de Colocação, os respectivos limites individuais de garantia individual e não-solidária prestada por cada Coordenador são os seguintes:

<b>Coordenador</b>	<b>% em relação ao total de Ações efetivamente colocado no mercado</b>
Coordenador Líder	50,0%
Santander	50,0%
Total	100,0%

### **Restrições à Negociação das Ações (*lock-up*)**

Nos termos dos contratos assinados com os Agentes de Colocação Internacional na data de assinatura do *Placement Facilitation Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia que detiverem mais de uma ação na data de assinatura do *Placement Facilitation Agreement*, obrigam-se a, pelo prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional, direta ou indiretamente, (i) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, exceto pela alienação fiduciária das ações em garantia de notas promissórias emitidas pela Alnilan e notas promissórias e/ou debêntures emitidas ou a serem emitidas pela Companhia; (ii) abster-se de celebrar operação de swap, hedge, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade das Ações; e (iii) não solicitar ou requerer arquivamento de pedido de registro junto à CVM de oferta ou venda de ações, ressalvada a Oferta. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar as operações acima descritas.

Ademais, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão vender nem oferecer para venda ações de emissão de nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações, durante os primeiros seis meses após a presente oferta, com início na primeira data de negociação de nossas ações ordinárias no Novo Mercado. Após esse prazo inicial de seis meses, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou oferecer para venda mais de 40% de ações de emissão da nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações ordinárias que detiverem imediatamente após a presente oferta.

A totalidade de nossas ações ordinárias detidas por nossos Acionistas Controladores foram alienadas fiduciariamente em favor de certos credores titulares de Notas Promissórias de emissão da Alnilan. As Notas Promissórias serão quitadas com a emissão pública de novas notas promissórias (“Notas Promissórias II”). Parte das Notas Promissórias II serão quitadas com recursos oriundos da Oferta. As Notas Promissórias II restantes serão pagas com os recursos oriundos de uma emissão pública de debêntures (“Debêntures”), no valor total de aproximadamente R\$250,0 milhões. As Notas Promissórias II serão garantidas pela alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia que não integrem a Oferta de Ações e não forem detidas por membros do nosso conselho de administração, e as Debêntures serão garantidas por alienação fiduciária de ações representativas de 50,0% mais uma ação do nosso capital social pertencentes aos Acionistas Controladores. As condições das Debêntures poderão ser alteradas de comum acordo entre a Companhia e o coordenador da oferta das

Debêntures. No caso de inadimplemento das obrigações garantidas por nossas ações, conforme previsto nos documentos relativos às Notas Promissórias e à alienação fiduciária, tais credores teriam o direito a executar a alienação fiduciária, hipótese em que as restrições de venda descritas acima não se aplicariam.

Vale ressaltar que estarão sujeitas às regras do *lock-up*, as ações dos Acionistas Controladores (a) na medida em que forem liberadas da alienação fiduciária em garantia das Notas Promissórias e que não forem alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou Debêntures e, (b) quanto às ações que devem ser alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou das Debêntures, na medida em que forem liberadas desta última alienação fiduciária.

Para maiores informações sobre a não incidência de *lock-up* sobre ações de emissão da Companhia alienadas fiduciariamente, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

### **Estabilização do Preço por Ação**

O UBS Pactual, por intermédio da UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., poderá realizar atividades de estabilização de preço das Ações, pelo prazo de até 30 dias contados do Início de Negociação, inclusive, por meio de operações de compra e venda de Ações em conformidade com as disposições legais aplicáveis e o Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado pela BOVESPA e pela CVM antes da publicação do Anúncio de Início.

Uma cópia do Contrato de Estabilização está disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item “Informações Complementares da Oferta” que se encontra na página 49 deste Prospecto.

### **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações**

As Ações garantem aos seus titulares os seguintes direitos:

- direito de voto nas Assembléias Gerais da Companhia;
- direito ao recebimento de dividendos integrais e quaisquer outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação, proporcionalmente às suas respectivas participações no total das ações de emissão da Companhia, observada a restrição ao pagamento de dividendos acima do obrigatório, bem como ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas enquanto certas notas promissórias não forem quitadas (para mais informações, ver seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Dividendos e Política de Dividendos” que se encontram nas páginas 79, 148 e 168 deste Prospecto.);
- em caso de liquidação da Companhia, direito ao rateio dos ativos remanescentes da Companhia após o pagamento de todos os passivos na proporção de suas respectivas participações no total das ações de emissão da Companhia;
- em caso de alienação a título oneroso do controle direto da Companhia, direito de alienação de suas ações ao acionista adquirente do controle nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante (*tag along* com 100,0% do preço); e
- todos os demais direitos assegurados pelo Estatuto Social da Companhia, legislação aplicável e Regulamento do Novo Mercado.

### **Admissão à Negociação de Ações**

Nossas Ações passarão a ser listadas no Novo Mercado na BOVESPA sob o código PRV13. Não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil. O Início da Negociação das nossas Ações será 27 de julho de 2007.

### **Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação**

Nós poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou cancelar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós. Adicionalmente, nós poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o

prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio do Jornal “Valor Econômico”, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. Após a publicação do anúncio de retificação, os Coordenadores da Oferta somente aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do anúncio de retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do anúncio de retificação se, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF, conforme aplicável.

### **Suspensão e Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultada, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

### **Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Coordenadores Contratados.**

#### ***Relacionamento entre Companhia e o Coordenador Líder.***

Além da presente Oferta, a Companhia não mantém relações comerciais relevantes com o Coordenador Líder ou com qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, mas, no futuro, o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderá prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira ou outros serviços, pelos quais pretende ser remunerados.

O UBS AG e/ou suas Afiliadas podem realizar operações com derivativos em relação às Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. UBS AG e/ou suas Afiliadas poderão adquirir algumas das Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas aquisições poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

#### ***Relacionamento entre Companhia e o Santander***

Além do relacionamento referente à Oferta, o Santander mantém relacionamento de banco comercial com a Companhia, realizando diversas modalidades de operações financeiras usuais no mercado financeiro, dentre as quais se destacam: (i) recebimentos de recebíveis de exportação; (ii) fechamentos de contrato de câmbio; (iii) pagamentos de importação e remessas financeiras; e (iv) operações de cobrança. Adicionalmente, a Companhia possui investimento nos fundos do Santander Asset Management.

O Santander atualmente detém 48 notas promissórias emitidas pela Alnilan em 31 de janeiro de 2007 (sociedade incorporada pela nossa Companhia em 28 de fevereiro de 2007), com prazo de vencimento de 180 dias, que são garantidas por alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia. Essas Notas Promissórias foram distribuídas sob o regime de garantia firme, que foi exercida pelo Santander no montante total da emissão.

Adicionalmente, o Santander possui mandato para atuar como coordenador de oferta pública de notas promissórias e de debêntures de emissão da Companhia. Para mais informações sobre as notas promissórias e as debêntures, ver “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

Por fim, o Santander mantém valores depositados em *escrow* (valor inicial de R\$250, milhões), que somente podem ser movimentados pelo Santander exclusivamente para os efeitos e propósitos do Escrow Agreement, celebrado em 31 de janeiro de 2007, entre FIP Star, Alnilan, Santander e, na qualidade de intervenientes anuentes, os membros da família Starostik. Os valores depositados serão liberados para o FIP Star ou Companhia (na qualidade de sucessora da Alnilan), conforme o caso, essencialmente em virtude da materialização de contingências, ou conforme cronograma de liberações lá estipulado.

### ***Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores Contratados***

#### ***Relacionamento entre Companhia e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.***

Além do relacionamento relativo à Oferta, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro mantêm relacionamentos comerciais com a Companhia, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro. Nesse contexto, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para a Companhia e seus funcionários, incluindo contas a pagar e receber, folha de pagamento e pontos de auto-atendimento instalados nas dependências da empresa.

#### ***Relacionamento entre Companhia e Banco Safra de Investimento S.A.***

Além da presente Oferta, o Banco Safra de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes do Grupo Safra não mantiveram, até a presente data, relacionamentos comerciais com a Companhia. No âmbito da Oferta, exceto as comissões descritas neste Prospecto, o Banco Safra de Investimento S.A. não receberá nenhum valor adicional.

#### ***Relacionamento entre Companhia e BES Investimento do Brasil***

O BES Investimento do Brasil é controlado pelo mesmo grupo financeiro controlador dos Acionistas Vendedores Banco Espírito Santo S.A. e Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A. Além da relação decorrente da presente Oferta, a Companhia não mantém relações comerciais relevantes com o BES Investimento do Brasil ou com qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

### ***Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder***

Além da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relações comerciais relevantes com o Coordenador Líder ou com qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, mas, no futuro, o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderá prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira ou outros serviços, pelos quais pretende ser remunerados.

O UBS AG e/ou suas Afiliadas podem realizar operações com derivativos em relação às Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. UBS AG e/ou suas Afiliadas poderão adquirir algumas das Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas aquisições poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

### ***Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander***

Dois dos Acionistas Vendedores, o Fundo de Investimentos em Participações ASAS e o Fundo de Investimentos em Participações C.A., são administrados pelo Santander e geridos pela Santander Asset DTVM Ltda. Em relação aos demais Acionistas Vendedores, não há contratos relevantes firmados com eles, existindo apenas operações bancárias rotineiras, tais como fechamento de câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

Além disso, no passado, o Santander assessorou os Acionistas Vendedores na aquisição da nossa Companhia.

### ***Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores Contratados***

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Exceto no que se refere à Oferta, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores

### ***Relacionamento entre o Banco Espírito Santo, S.A. e BES Investimento do Brasil***

Além da relação decorrente da presente Oferta, o BES é uma instituição financeira controlada indiretamente pelo Banco Espírito Santo, S.A.

### ***Relacionamento entre Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. e o BES Investimento do Brasil***

Além da relação decorrente da presente Oferta, o BES pertence ao Grupo Espírito Santo, mesmo conglomerado da Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.

### ***Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e Banco Safra de Investimento S.A.***

Além da presente Oferta, o Banco Safra de Investimento S.A. e as demais instituições financeiras integrantes do Grupo Safra não mantiveram, até a presente data, relacionamentos comerciais com os acionistas vendedores Fundo de Investimento em Participações BSSF II Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, Fundo de Investimento em Participações ASAS, Fundo de Investimento em Participações C.A., Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG, Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão. Não há qualquer contrato entre o Banco Safra S.A. e/ou as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro com tais Acionistas Vendedores.

### **Operações com Derivativos (Total Return Swaps)**

O UBS AG, London Branch, e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de total return swap). O UBS AG e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações no âmbito da Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão afetar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

### **Instituição Financeira Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

### **Informações Complementares da Oferta**

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomarem qualquer decisão de investimento relativa às Ações ou à Oferta, a leitura cuidadosa deste Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva, incluindo a obtenção de cópias do Contrato de Colocação, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores da Oferta e com os Coordenadores Contratados, nos endereços e telefones abaixo mencionados.

Para a obtenção de mais informações adicionais sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (a) Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (0xx21) 3233-8686 ou (b) Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo – SP, tel.: (0xx11) 2146-2006, ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

## **Instituições Participantes da Oferta**

### ***Coordenadores da Oferta***

#### *Coordenador Líder*

#### **Banco UBS Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Evandro Pereira

Tel.: (0xx11) 3383-2000

Fax: (0xx11) 3383-2001

[www.ubs.com/ubspactual](http://www.ubs.com/ubspactual)

#### *Coordenador*

#### **Banco Santander Banespa S.A.**

Rua Hungria, 1.400, 7º andar

São Paulo - SP

At.: Sr. Glenn Mallett

Tel: (0xx11) 3012-7178

Fax: (0xx11) 3012-7393

<http://www.superbroker.com.br>

### ***Coordenadores Contratados***

#### **Banco Safra de Investimento S/A**

Av. Paulista, 2100

01310 930 - São Paulo – SP

At.: Sr. Paulo Arruda

Tel: (0xx11) 3175-8189

Fax: (0xx11) 3175-8189

[www.safrabi.com.br](http://www.safrabi.com.br)

#### **BES Investimentos do Brasil S.A – Banco de Investimento**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8 andar

04538-905 - São Paulo, São Paulo

Sr. Márcio Oliveira

Tel: (0xx11) 3074-7423

Fax: (0xx11) 3074-7402

[www.besinvestimento.com.br](http://www.besinvestimento.com.br)

#### **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Av. Brigadeiro Faria Lima 3064, 2º andar

São Paulo – SP

At.: Eduardo Rangel

Tel.: (0xx11) 3847-9740

Fax.: (0xx11) 3847-9856

[www.hsbc.com.br/para-voce/investimentos/ofertas-publicas.shtml](http://www.hsbc.com.br/para-voce/investimentos/ofertas-publicas.shtml)

### ***Corretoras Consorciadas***

Informações das corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas na CBLC para participar da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da CBLC ([www.cblc.com.br](http://www.cblc.com.br)).

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS

<b>Identificação</b>	Companhia Providência Indústria e Comércio, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.500.180/0001-32, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41.3.005081-3.
<b>Sede</b>	Nossa sede está localizada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rodovia BR 376, km 16,5, s/ nº, CEP 83015-000.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na cidade de São José dos Pinhais. O responsável por esta diretoria é o Sr. Rubens Sardenberg. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (41) 3381-7600, o fax é (41) 3381-7656 e o e-mail é <a href="mailto:ri@providencia.com.br">ri@providencia.com.br</a> .
<b>Audidores Independentes da Companhia</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	Em 6 de julho de 2007, celebramos com a BOVESPA o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início da Oferta, e de acordo com o qual nossas Ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado. As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado da BOVESPA no primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, sob o código PRVI3. Para informações adicionais sobre os valores mobiliários emitidos, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.
<b>Jornais nos quais realizamos publicação de informações</b>	<p>Nossas informações são publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no jornal “O Estado do Paraná”. Após o início da negociação de nossas Ações, utilizaremos também o jornal “Valor Econômico” para divulgar nossas informações.</p> <p>Não obstante o disposto acima, as informações sobre a presente Oferta serão publicadas também no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.</p>
<b>Site na Internet</b>	Nosso <i>site</i> na Internet é <a href="http://www.providencia.com.br">www.providencia.com.br</a> . As informações contidas em nosso <i>site</i> na Internet não fazem parte deste Prospecto.
<b>Atendimento aos Acionistas</b>	O atendimento aos nossos acionistas é efetuado em qualquer agência do Bradesco S.A.. O responsável pelo atendimento aos nossos acionistas é a Sra. Priscila Spaulonce, telefone (11) 3684-8013, fax (11) 3684-2714, e e-mail <a href="mailto:4010.acoes@bradesco.com.br">4010.acoes@bradesco.com.br</a> .
<b>Informações Adicionais</b>	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre nossa Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto (i) à Companhia, em sua sede social; (ii) ao Coordenador Líder, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 10º andar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) à BOVESPA, na Rua XV de Novembro, 275, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (iv) à CVM, na Rua 7 de setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

<b>Companhia</b> <b>Companhia Providência Indústria e Comércio</b> At.: Rubens Sardenberg Rodovia BR 376, Km 16,5 São José dos Pinhais, PR, CEP 83015-000 Tel: (41) 3381-7600 Fax: (41) 3283-5909 E-mail: <a href="mailto:ri@providencia.com.br">ri@providencia.com.br</a> Internet: <a href="http://www.providencia.com.br">www.providencia.com.br</a>	<b>Coordenador Líder</b> <b>Banco UBS Pactual S.A.</b> At.: Sr. Evandro Pereira Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar São Paulo, SP, CEP 04538-133 Tel.: (11) 3383-2000 Fax.: (11) 3383-2001 E-mail: <a href="mailto:evandro.pereira@ubs.com">evandro.pereira@ubs.com</a> Internet: <a href="http://www.ubs.com/ubsfactual">www.ubs.com/ubsfactual</a>
<b>Coordenador</b> <b>Banco Santander Banespa S.A.</b> At.: Sr. Glenn Mallett Rua Hungria, 1.400, 7º andar São Paulo, SP CEP 01455-000 Tel.: (11) 3012-7178 Fax.: (11) 3012-7393 E-mail: <a href="mailto:gmllett@santander.com.br">gmllett@santander.com.br</a> Internet: <a href="http://www.santander.com.br">www.santander.com.br</a>	<b>Consultores Legais Locais da Companhia</b> <b>Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados</b> At. Sr. Alexandre Barreto Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo, SP, CEP 04551-060 Tel: (11) 3089-6500 Fax: (11) 3089-6565 E-mail: <a href="mailto:scbf@scbf.com.br">scbf@scbf.com.br</a> Internet: <a href="http://www.scbf.com.br">www.scbf.com.br</a>
<b>Consultores Legais Locais dos Coordenadores</b> <b>Pinheiro Neto Advogados</b> At.: Sr. Henrique Lang e Sra. Daniela P. Anversa Sampaio Doria Rua Hungria, 1.100 São Paulo, SP, CEP 01455-000 Tel.: (11) 3247-8400 Fax.: (11) 3247-8600 E-mail: <a href="mailto:hlang@pinheironeto.com.br">hlang@pinheironeto.com.br</a> e <a href="mailto:danianversa@pinheironeto.com.br">danianversa@pinheironeto.com.br</a> Internet: <a href="http://www.pinheironeto.com.br">www.pinheironeto.com.br</a>	<b>Consultores Legais Externos da Companhia</b> <b>Shearman &amp; Sterling LLP</b> At.: Sr. Richard S. Aldrich Jr. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 17º andar São Paulo, SP, CEP 04538-132 Tel.: (11) 3702-2200 Fax.: (11) 3702-2224 E-mail: <a href="mailto:raldrich@shearman.com">raldrich@shearman.com</a> Internet: <a href="http://www.shearman.com">www.shearman.com</a>
<b>Consultores Legais Externos dos Coordenadores</b> <b>Simpson, Thacher &amp; Bartlett LLP</b> At.: Sr. Jaime Mercado 425 Lexington Avenue Estados Unidos da América/Nova Iorque/NY 10017 Tel.: (1 212) 455-2000 Fax.: (1 212) 455-2502 E-mail: <a href="mailto:jmercado@stblaw.com">jmercado@stblaw.com</a> Internet: <a href="http://www.stblaw.com">www.stblaw.com</a>	<b>Consultores Legais Locais dos Acionistas Vendedores</b> <b>Mundie e Advogados</b> At.: Sr. Rodolpho Protasio Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 18º andar São Paulo, SP CEP 04543-000 Tel.: (11) 3040-2923 Fax.: (11) 3040-2940 E-mail: <a href="mailto:rofp@mundie.com.br">rofp@mundie.com.br</a> Internet: <a href="http://www.mundie.com.br">www.mundie.com.br</a>
<b>Auditores Independentes da Companhia</b>	
<b>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes</b> At.: Sr. Carlos Alexandre Peres Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 10º andar Curitiba, PR CEP 80410-180 Tel.: (41) 3883-1600 Fax.: (41) 3222-6548 E-mail: <a href="mailto:carlos.peres@br.pwc.com">carlos.peres@br.pwc.com</a> Internet: <a href="http://www.pwc.com.br">www.pwc.com.br</a>	

## FATORES DE RISCO

*O investimento em ações envolve alto grau de risco. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente toda a informação contida neste Prospecto, particularmente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores e os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento.*

### **RISCOS RELATIVOS À NOSSA COMPANHIA E AO NOSSO SETOR ECONÔMICO**

***Um pequeno número de clientes responde por um percentual significativo do total de nossas vendas, podendo a perda de um ou mais desses clientes afetar significativamente nossas receitas e nosso lucro.***

Muitos de nossos clientes integram um mesmo grupo econômico. Se considerarmos empresas do mesmo grupo econômico como um único cliente, nossos 2 maiores clientes de não-tecido em 2006 responderam por 29,8% do total de nossas vendas, e nosso maior cliente respondeu por 22,8% do total de nossas vendas. No trimestre encerrado em 31 de março de 2007, este percentual foi de 20%.

Continuamos, e há probabilidade de continuarmos, dependentes de um pequeno número de clientes integrantes de grandes grupos econômicos. Nossa dependência de um pequeno número de clientes expressivos significa que poderemos ter reduzido nosso poder de negociação, havendo a possibilidade de sermos obrigados a aceitar preços mais baixos, fornecer incentivos ou prorrogar prazos de pagamento para esses clientes. Ademais, o número de grandes fabricantes de produtos higiênicos e de uso pessoal que são nossos potenciais clientes é limitado.

Não possuímos contratos de longo prazo com a maioria de nossos principais clientes. Não há nenhuma garantia de que poderemos manter nossos principais clientes, podendo a perda de qualquer um deles produzir efeito adverso relevante sobre nossas receitas e situação financeira.

***Talvez não sejamos capazes de levantar capital adicional, ou de levantá-lo em condições aceitáveis, para financiar o crescimento de nossas operações.***

Nossa atividade é de capital intensivo. Por exemplo, instalamos uma nova linha de produção aproximadamente a cada dois anos, o que, a preços de mercado correntes, custa em média US\$50,0 milhões. Nossas linhas de produção também exigem gastos com equipamentos auxiliares e renovações. Por conseguinte, a fim de manter e expandir nossas atividades, precisaremos de capital adicional no futuro.

Atualmente, acreditamos que nossas linhas de crédito e os fluxos de caixa de nossas operações serão suficientes para financiar nossas necessidades de capital no futuro. No entanto, se deixarmos de gerar recursos suficientes a partir de nosso fluxo de caixa operacional, de nossas linhas de crédito ou de novas emissões de ações, ou se surgirem imprevistos relacionados às nossas atividades, talvez tenhamos que abandonar ou postergar nossas estratégias de negócio, a menos que sejamos capazes de captar caixa adicional. Se não pudermos obter financiamento adequado em termos aceitáveis, poderemos ser incapazes de aproveitar oportunidades ou de atender necessidades financeiras imprevistas, o que poderia prejudicar nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***Aumentos no custo de matérias-primas poderiam causar impacto prejudicial relevante na nossa situação financeira e resultados operacionais.***

Nossas principais matérias-primas para não-tecido são o polipropileno e o polietileno. Aproximadamente 90% de nosso custo do produto vendido corresponde a matérias-primas, incluído entre elas resinas de PP, PE e PVC. Nossa principal matéria-prima para os produtos de PVC é o cloreto de polivinila, produto derivado da nafta. Todos esses materiais são produtos petroquímicos. Durante os últimos anos o preço do petróleo tem sofrido pressão de alta como decorrência de sua escassez nos mercados internacionais o que tem pressionado para cima os preços de PP, PE e PVC, que tiveram aumentos em Dólares de aproximadamente 62,0%, 44,5% e 38,9% no período compreendido entre Janeiro de 2004 e Março de 2007. Os futuros níveis de preço de matérias-primas dependerão da oferta e demanda globais, da inflação e da conjuntura

econômica como um todo, e, em alguns casos, do preço do petróleo. Nos mercados local e internacional, de modo geral, os preços que pagamos por matérias-primas são estabelecidos no mercado à vista e, assim sendo, estamos expostos a volatilidade de preços.

Ademais, pressões concorrenciais poderão nos impedir de repassar aumentos de custo aos nossos clientes. Além disso, aumentos nos preços que cobramos de nossos clientes em razão de aumentos nos custos de matérias-primas poderão resultar em uma menor procura pelos produtos finais nos quais nossos produtos são utilizados. Por conseguinte, qualquer aumento nos custos de nossas matérias-primas poderá causar efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Ademais, alguns de nossos concorrentes estrangeiros poderão ter acesso a fontes mais baratas de matérias-primas, o que poderá ensejar vantagens competitivas.

***Operamos em mercados altamente competitivos, podendo o surgimento de novos concorrentes prejudicar nossas vendas.***

No setor de não-tecido, nosso principal mercado, a produção de não-tecido tipo *spunbonded* é altamente competitiva. Ademais, aproximadamente 90% de nossas vendas no segmento de PVC são feitas no mercado de tubos de PVC, onde enfrentamos forte competição entre um pequeno número de concorrentes e estamos menos protegidos contra o ingresso de novos concorrentes. Não há garantia de que concorrentes estrangeiros não aumentarão sua presença em nossos mercados. O surgimento de novos concorrentes em nosso mercado de atuação poderá reduzir nossa participação de mercado e causar efeito prejudicial relevante sobre nossa situação financeira e perspectivas futuras.

***Dependemos de um único fabricante para o fornecimento de equipamentos e suporte técnico para nossas linhas de produção.***

Todas as nossas máquinas Reicofil foram fabricadas pela Reifenhäuser, uma das empresas líderes mundiais em tecnologia não-tecido do tipo *spunbonded*. Continuamos a depender da Reifenhäuser para a prestação de suporte técnico e manutenção de nossas linhas de produção existentes e para a instalação de novas linhas de produção. Não há garantia de que seremos capazes de obter equipamentos ou receber suporte técnico junto à Reifenhäuser em termos economicamente favoráveis, ou em absoluto, o que poderia prejudicar nossa capacidade de produção, resultados operacionais e situação financeira.

***A instalação de nossa nova linha de produção, programada para 2008, poderá ser adiada ou, uma vez instalada, poderá não operar de acordo com nossas expectativas.***

Nossa nova linha de produção, Kami 9, está contratada e parcialmente quitada para ser instalada em 2008. No entanto, não há nenhuma garantia de que essa linha de produção será instalada de acordo com o respectivo cronograma ou planejamento. Ademais, essa linha de produção talvez não seja capaz de fabricar não-tecido da forma que esperamos em termos de rapidez ou qualidade de produto final, principalmente no início de suas atividades.

***Nosso endividamento significativo poderia prejudicar nossa capacidade de reação a mudanças nos negócios ou no mercado, nos impedir de cumprir obrigações decorrentes de nosso endividamento e prejudicar nossa situação financeira e resultados operacionais.***

Em 31 de março de 2007, nosso endividamento consolidado era de aproximadamente R\$486,6 milhões acrescidos os valores de juros. Nosso nível significativo de endividamento corrente, bem como qualquer endividamento adicional que poderemos tomar, combinado com possível desaquecimento dos negócios em razão de fatores econômicos ou de outra natureza fora de nosso controle, aumentam a possibilidade de não sermos capazes de gerar caixa suficiente para pagar, no vencimento, o principal de nossa dívida, acrescida dos respectivos juros ou demais valores devidos. Nossa dívida significativa poderia aumentar nossa vulnerabilidade a períodos de desaquecimento econômico generalizado e condições desfavoráveis concorrenciais e setoriais, limitando nossa flexibilidade de planejar ou reagir a mudanças em nossos negócios e no setor em que operamos. Essa limitação poderá nos colocar em desvantagem competitiva em comparação a concorrentes que possuam menor dívida e mais caixa para proteger suas operações de períodos de desaquecimento de mercado e financiar novas oportunidades de negócio.

Somos sucessores da Alnilan de obrigações decorrentes de certas notas promissórias que contêm certos compromissos que restringem nossa capacidade de assumir dívida adicional, gravar nossos ativos, aliená-los, realizar qualquer incorporação ou reestruturação, garantir obrigações, declarar dividendos acima do obrigatório, bem como estabelecem compromissos financeiros que exigem que nossa Companhia mantenha, certos coeficientes financeiros de dívida líquida/EBITDA e índices financeiros de cobertura de juros, EBITDA/despesas financeiras brutas. Além disso referidas notas promissórias prevêm a manutenção da cobertura de seguros. Para mais informações, ver seção “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

O descumprimento de qualquer dessas obrigações ou compromissos constituirá evento de inadimplemento, o qual, se não sanado ou perdoado, poderá causar efeito prejudicial relevante sobre nossa Companhia, na medida em que um inadimplemento:

- anteciparia o vencimento das notas promissórias referidas acima, que representam 90,3% de nosso endividamento total consolidado, em 31 de março de 2007, de modo que ficaríamos imediatamente obrigados a repagar seu saldo em aberto; e
- permitiria que nossos credores executassem seus direitos de garantia sobre ações ordinárias de propriedade de nossos Acionistas Controladores.

Não podemos assegurar que nossas atividades gerarão caixa em valor suficiente para honrarmos o serviço de nossa dívida ou cobrir nossas demais necessidades de liquidez. Ademais, talvez precisemos refinar nossa dívida, no todo ou em parte, até o vencimento. Não podemos assegurar que seremos capazes de refinar nossa dívida em termos comercialmente razoáveis ou em absoluto. Para mais informações a respeito da distribuição de dividendos, ver a seção “Dividendos e Política de Dividendos” que se encontra na página 168 deste Prospecto.

***A evolução nas formas de produção de nãotecido, as mudanças nas preferências de produtos de clientes e a introdução de novos produtos poderão afetar nossa capacidade concorrencial.***

A evolução das práticas setoriais, a mudança das preferências dos clientes e as inovações de produtos e tecnologias de produção afetam de modo relevante nossos negócios. Nosso sucesso depende, em grande medida, de nossa capacidade de acompanhar essas mudanças. Talvez não sejamos capazes de fazer face com êxito a esses acontecimentos ou de assim proceder em tempo hábil e, mesmo se formos obrigados a assim proceder, não podemos garantir que nossos produtos serão aceitos no mercado. Ademais, os produtos desenvolvidos por nossos concorrentes poderão tornar nossos produtos menos competitivos tanto em termos de qualidade quanto de preço.

Adicionalmente, não há garantia de que nossos clientes continuarão a utilizar nossos produtos no futuro ou que os atuais clientes continuarão a utilizar nãotecido de polipropileno e nãotecido baseado em polipropileno/polietileno tipo *spunbonded* no futuro. No caso de mudanças das preferências dos clientes, talvez tenhamos que alterar ou modificar nossos processos de projeto e produção de produtos, investir em novas tecnologias e capacidades e/ou alterar nossas estratégias de marketing e distribuição, podendo todos esses atos ou qualquer um deles isoladamente envolver investimento significativo de capital e recursos administrativos que, por sua vez, poderão produzir efeito prejudicial relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

***A observância e mudança das leis e regulamentos ambientais, de saúde, segurança e responsabilidade por produto poderão prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.***

Estamos sujeitos a uma ampla gama de leis, regulamentos e normas setoriais ambientais, de saúde, segurança e responsabilidade por produto. Incurremos e pretendemos continuar a incorrer em custos operacionais relativamente significativos para dar cumprimento a essas leis e regulamentos. Ademais, incorremos e pretendemos continuar incorrendo em gastos de capital para dar cumprimento às leis e regulamentos ambientais, de saúde, segurança e responsabilidade por produto.

Além disso, a criação de novas leis e regulamentos ambientais, de saúde, segurança e responsabilidade por produto, as novas interpretações das leis existentes, a implementação mais rigorosa pelo governo das leis ambientais ou outros acontecimentos (inclusive, em particular, novas exigências impostas à nossa Companhia pelos clientes), no futuro, poderão exigir que nossa Companhia incorra em gastos de capital adicionais ou incorra em despesas operacionais adicionais para manter suas atuais operações, limite suas atividades de produção ou tome outras medidas que aumentariam seus custos significativamente e produziriam efeito prejudicial relevante sobre a situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia. Se deixarmos de atender às exigências ambientais, poderemos também ficar sujeitos a processos administrativos, civis ou penais por parte das autoridades governamentais, bem como ações civis por parte de grupos ambientais e demais pessoas que poderiam ensejar multas e penalidades significativas contra nós, bem como ordens que poderiam limitar ou interromper nossas operações.

Não há garantia de que não nos envolveremos no futuro em processos ou outros procedimentos, nem seremos responsabilizados em quaisquer tais processos ou procedimentos futuros relativos a matérias ambientais, de saúde, segurança e responsabilidade por produto, cujos custos poderiam ser relevantes. Esses processos poderão prejudicar nosso fluxo de caixa, resultados operacionais e situação financeira.

***Fabricamos nossos produtos em uma única unidade industrial. As avarias dos equipamentos ou danos abrangentes em nossa única unidade industrial poderão acarretar limitações ou paralisações de produção ou serviço.***

Fabricamos nossos têxteis e produtos de PVC em uma única unidade industrial localizada em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil. Uma interrupção na capacidade de produção de nossa unidade industrial em decorrência de avaria de equipamentos, acidentes ou outros motivos poderá reduzir ou paralisar a produção de nossos produtos. Uma paralisação poderia atrasar gravemente datas de entrega de produtos a nossos clientes e afetar nosso cronograma de produção, o que atrasaria a produção futura. Qualquer atraso significativo nas entregas a nossos clientes poderá acarretar o cancelamento de pedidos, fazer com que percamos vendas futuras e prejudicar nossa reputação junto a nossos clientes e em nosso setor de atuação, tendo todos esses fatos o poder de prejudicar, de modo relevante, nossos negócios e resultados operacionais. Adicionalmente, poderemos experimentar paralisações ou períodos de redução de produção em nossa única unidade industrial em decorrência de perda de energia, atrasos nas entregas ou danos abrangentes ao nosso estabelecimento, os quais poderiam produzir efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais ou situação financeira.

***A perda de nosso pessoal administrativo chave poderá prejudicar nossos negócios.***

Nosso sucesso depende em parte dos serviços prestados por membros chave da nossa administração. Se perdermos seus serviços, talvez não sejamos capazes de contratar pessoal experiente e integrá-los em nossas operações em tempo hábil. A perda de nosso pessoal administrativo experiente poderá comprometer significativamente nossa capacidade de desenvolver e implementar nossas estratégias comerciais, produzindo efeito prejudicial relevante sobre nossa situação financeira e resultados operacionais.

Ademais, se deixarmos de contratar e conservar número suficiente de pessoal qualificado para funções especializadas, tais como pesquisa e desenvolvimento, finanças, marketing, vendas e operações, nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira poderão ser prejudicados. O êxito do nosso negócio dependerá de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, conservar e motivar pessoal capacitado. Não há nenhuma garantia de que seremos capazes de atrair, assimilar ou conservar com êxito pessoal suficientemente qualificado.

***Os Acionistas Vendedores continuarão a exercer controle significativo sobre nossa Companhia, podendo seus interesses diferir dos nossos, bem como dos interesses de nossos demais acionistas.***

Após a consumação com êxito de nossa oferta pública inicial (e pressupondo-se o não de exercício das Opções de Ações Suplementares), os Acionistas Vendedores continuarão a ser titulares de, no mínimo, 63,48% do nosso capital social ou, no mínimo, 58,00%, caso as Opções de Ações Suplementares sejam integralmente exercidas. Nessa qualidade, os Acionistas Vendedores terão poder de controlar nossos negócios, inclusive matérias relativas a qualquer venda de todos ou substancialmente todos os nossos ativos, épocas e distribuição de dividendos, nomeação de nossos conselheiros e diretores, operações de transferência de controle e demais operações societárias. Os Acionistas Vendedores poderão ter interesses diversos dos interesses de outros titulares de nossas ações, podendo tomar posições com as quais nós ou os outros titulares de nossas ações ordinárias não concordamos.

***Nossas operações em mercados internacionais nos expõem a incertezas financeiras e operacionais, sujeitando-nos a leis e regulamentos governamentais que poderão prejudicar nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.***

Conduzimos nossos negócios no Brasil e exportamos nossos produtos principalmente para a América Latina e Estados Unidos. Há uma série de riscos inerentes à operação em diferentes mercados internacionais, inclusive os seguintes:

- políticas comerciais restritivas;
- regulamentação inconsistente de produtos ou mudanças de políticas por parte de órgãos ou governos locais;
- controles e restrições cambiais;
- diversidade de regulamentos governamentais;
- instabilidade política, econômica e social; e

- atrasos de embarque.

Esses e outros fatores poderão causar efeito prejudicial relevante sobre nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***Desfechos desfavoráveis de processos dos quais somos parte poderão prejudicar nossos negócios e perspectivas.***

Em 31 de março de 2007, as contingências decorrentes de processos judiciais e administrativos nos quais figurávamos como parte, eram estimadas em R\$14,4 milhões, dos quais R\$2,9 milhões encontravam-se provisionados.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base na opinião de nossa assessoria jurídica e pode não refletir o valor efetivamente envolvido na disputa, de modo que eventuais condenações poderão acarretar custos superiores à quantia por nós provisionada para uma determinada disputa. Uma decisão adversa referente a qualquer procedimento administrativo ou processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente poderá ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios, os resultados de nossas operações ou nossa condição financeira. Para mais informações sobre nossos principais processos judiciais e administrativos ver Seção “Negócios da Companhia - Contingências Judiciais e Administrativas” que se encontra na página 146 deste Prospecto.

***Flutuações da taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar poderão prejudicar nossa situação financeira e resultados operacionais.***

Aproximadamente 35% de nossas receitas e 70% de nossos custos operacionais (excluindo-se depreciação e amortização) são indexados em Dólares. Ademais, estamos negociando o financiamento para a aquisição da máquina Kami 9 por meio de empréstimo denominado em Dólares (no valor de aproximadamente US\$40 milhões). Flutuações da taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar poderão causar impacto nas nossas despesas financeiras não compensadas por nossas receitas em Dólares, o que poderá prejudicar nossos resultados operacionais e situação financeira. Para informações sobre instabilidade cambial ver Fator de Risco “A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e o preço de mercado de nossas ações ordinárias” que se encontra na página 59 deste Prospecto.

***Uma parcela de nossas vendas no segmento de PVC é feita a clientes do setor público, estando sujeita a processos licitatórios.***

Uma parcela de nossas vendas no segmento de PVC é feita ao setor público. A fim de vender nossos produtos ao setor público, participamos de processos de concorrência pública. Por conseguinte, as vendas ao setor público usualmente têm condições menos vantajosas do que as vendas ao setor privado. Ademais, clientes do setor público usualmente possuem procedimentos mais rigorosos para aceitação de pedidos e realização de pagamentos. Poderemos incorrer em custos maiores a fim de atender a esses procedimentos, sendo provável que levaremos mais tempo para receber pagamento das vendas efetuadas ao setor público, o que poderá prejudicar nossos resultados operacionais e situação financeira.

***A ocorrência de sinistros que ultrapassem os valores segurados ou que não sejam cobertos pelos seguros por nós contratados pode acarretar custos adicionais inesperados à nossa Companhia.***

Mantemos seguros que entendemos adequados de acordo com a prática da indústria. As nossas apólices de seguro cobrem certos riscos tais como incêndio e avarias de bens do imobilizado e dos estoques para as unidades industriais de São José dos Pinhais e Curitiba, bem como para nosso depósito em Curitiba e São Paulo, sendo que nossa unidade industrial de São José dos Pinhais está segurada contra danos materiais, tais como incêndio, raio, explosões, entre outros, roubos e furtos, danos decorrentes de responsabilidade civil, lucros cessantes decorrentes de paralisação entre outros. Mantemos também apólices de seguro de toda nossa frota de automóveis.

A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados, pode acarretar custos adicionais inesperados à nossa Companhia, afetando o nosso resultado operacional e condição financeira. Ademais, não podemos assegurar que conseguiremos renovar nossas apólices nos mesmos termos e condições que as nossas apólices atuais, ou mesmo se conseguiremos renová-las.

***Um dos Coordenadores da Oferta, o Banco Santander, detém 48 Notas Promissórias no valor de R\$244,9 milhões, que são garantidas por alienação fiduciária das ações da nossa Companhia, e também é administrador de dois Acionistas Vendedores. Tais situações podem gerar situações de conflito de interesse entre a Companhia, o Santander e os demais Coordenadores da Oferta.***

Em razão da incorporação da Alnilan pela Companhia, em 28 de fevereiro de 2007, assumimos as obrigações decorrentes da primeira emissão da Alnilan para distribuição pública de 95 notas promissórias comerciais (“Notas Promissórias”), no valor nominal de R\$5,0 milhões cada uma, totalizando R\$475,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir de sua emissão em 31 de janeiro de 2007. Sobre valor nominal das Notas Promissórias incidem juros correspondentes a 100,0% da variação do CDI, acrescidos de uma sobretaxa de 0,55% ao ano. As Notas Promissórias, atualmente, contam com as seguintes garantias:

- alienação fiduciária de todas as ações representativas do nosso capital social (exceto as ações detidas por membros do nosso Conselho de Administração), sendo que as Ações objeto da presente Oferta serão liberadas de referida alienação fiduciária; e
- alienação fiduciária de toda nova ação que venha a ser emitida, por nossa Companhia, exceto para fins da presente Oferta ou planos de opção de compra de ações, em conformidade com as disposições do contrato de alienação fiduciária.

O Santander atualmente detém 48 Notas Promissórias emitidas em 31 de janeiro de 2007 pela Alnilan, cujo saldo devedor, em 31 de março de 2007, era de R\$244,9 milhões. Essas Notas Promissórias foram distribuídas sob o regime de garantia firme, que foi exercida pelo Santander no montante total da emissão. A Companhia pretende fazer uma nova emissão pública de notas promissórias (“Notas Promissórias II”). O Santander possui mandato para atuar como coordenador da oferta pública das Notas Promissórias II. Parte dos recursos da presente Oferta será destinada a quitar parte das Notas Promissórias II. O fato de o Santander atuar como Coordenador da Oferta e ser um relevante credor da Companhia, na condição de titular das Notas Promissórias, pode gerar situações de conflito de interesse entre a Companhia, o Santander e os demais Coordenadores da Oferta.

Adicionalmente, dois dos Acionistas Vendedores, o Fundo de Investimentos em Participações ASAS e o Fundo de Investimentos em Participações C.A., são administrados pelo Santander e geridos pela Santander Asset DTVM Ltda..

O fato de o Santander atuar como Coordenador da Oferta e ser um relevante credor da Companhia, na condição de titular das Notas Promissórias, assim como o fato de o Santander atuar como Coordenador da Oferta e ser administrador de dois Acionistas Vendedores podem, eventualmente, gerar situações de conflito de interesse entre a Companhia, o Santander e os demais Coordenadores da Oferta.

Para mais informações sobre as Notas Promissórias, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Notas Promissórias” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

***A aquisição da Isofilme está sujeita a certas condições futuras e incertas e à aprovação das autoridades de defesa da concorrência brasileiras***

Nossa Companhia celebrou, em 11 de junho de 2007, Contrato de Compra e Venda da totalidade das quotas da Isofilme, empresa que também atua no setor de náotecidos (para mais informações sobre a aquisição, ver seção “Sumário da Companhia – Aquisição da Isofilme”, que se encontra na página 21 deste prospecto). A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições futuras e incertas previstas no contrato de compra e venda de quotas. Não podemos assegurar que tais condições serão observadas e, conseqüentemente, que o contrato de compra e venda de quotas não será rescindido. Além das condições previstas contratualmente, a operação de aquisição da Isofilme está sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência brasileiras. Não podemos assegurar que as autoridades de defesa da concorrência brasileiras irão aprovar a aquisição ou que não imporão restrições ou condições para sua aprovação. Se as condições contratuais não forem observadas ou as aprovações governamentais necessárias não forem obtidas, a aquisição da Isofilme poderá ser revertida total ou parcialmente.

***A aquisição da Isofilme e eventuais aquisições futuras envolvem riscos relacionados à integração dos negócios adquiridos e à descoberta de eventuais contingências não identificadas anteriormente.***

Buscamos com nossa aquisição da Isofilme e eventuais futuras aquisições integrar nossos negócios, contratos e outros ativos da empresa adquirida às operações da nossa Companhia e aproveitar as sinergias obtidas com esta integração. O processo de integração de operações pode resultar em dificuldades de natureza operacional, comercial, financeira, contratual e tecnológica, o que pode fazer com que não consigamos aproveitar as sinergias esperadas. Por essa razão, podemos não ser capazes de implementar com êxito nossa estratégia de integração da empresa adquirida ou de obter os patamares esperados de retorno sobre investimento relativos a essas aquisições, o que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Ademais, podemos eventualmente vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, com relação às quais podemos ser responsabilizados, na qualidade de

sucedores. Mesmo em aquisições estruturadas de forma que contingências relativas a períodos anteriores a referidas aquisições têm como contrapartida garantias dos respectivos vendedores, podemos vir a incorrer em custos e despesas associados a estas contingências e as garantias dos vendedores podem não ser suficientes para cobri-los, o que poderia afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

## **RISCOS RELATIVOS AO BRASIL**

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão prejudicar a nossa Companhia, assim como o preço de mercado das ações ordinárias.***

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente envolveram, dentre outras medidas, aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão ser prejudicados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem os seguintes fatores:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como aquelas impostas em 1989 e no início de 1990;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- políticas e regras fiscais;
- crises energéticas; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, a incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que afetam esses ou outros fatores no futuro poderá ensejar incerteza econômica no País e aumentar a volatilidade dos mercados de valores mobiliários brasileiros e de valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

***A inflação e os esforços do governo de combatê-la poderão contribuir de modo significativo para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar a nossa Companhia, bem como o preço de mercado das ações ordinárias.***

No passado, o Brasil conheceu taxas de inflação extremamente altas. A inflação, juntamente com as medidas do governo de combate à inflação e a especulação sobre possíveis medidas futuras do governo, produziram efeitos negativos substanciais na economia brasileira e contribuíram para a incerteza econômica no País e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa de inflação acumulada de 12 meses, conforme medida pelo Índice Geral de Preços Mercado ou IGP-M, foi de 3,9%, no final de 2006, e no final de 2005, 2004 e 2003, as taxas de inflação foram de 1,2%, 12,4% e 8,7%, respectivamente. As medidas do governo brasileiro destinadas a controlar a inflação freqüentemente incluíram o arrocho da política monetária com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Por conseguinte, as taxas de juros flutuaram de modo significativo. Por exemplo, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária ou COPOM, a taxa de juros oficial no Brasil era de 13,25% em 31 de dezembro de 2006, e 18,0%, 17,8% e 16,5% no final de 2005, 2004 e 2003, respectivamente.

Futuras medidas do governo brasileiro, incluindo a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes a fim de compensar os efeitos da inflação sobre nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

***A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e o preço de mercado de nossas ações ordinárias.***

Em consequência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações periódicas em relação ao Dólar e demais moedas estrangeiras ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e adotou uma série de políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de

câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao dólar dos Estados Unidos. Embora o real tenha valorizado 9,5%, 13,4%, 8,8% e 18,2% frente ao dólar dos Estados Unidos em 2006, 2005, 2004 e 2003, respectivamente, não podemos garantir que o real não sofrerá nova desvalorização ou valorização em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de março de 2007, a taxa de câmbio entre o real e o dólar dos Estados Unidos era de R\$2,050 para US\$1,00.

As desvalorizações do real em relação ao dólar dos Estados Unidos poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aumentar as taxas de juros, o que poderá afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o preço de mercado de nossas ações ordinárias.

***Eventos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e em países emergentes, poderão prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive nossas ações ordinárias.***

A economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e outros países emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. As crises em outros países emergentes poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive nos nossos. Tal fato poderia prejudicar o preço de nossas ações ordinárias. Adicionalmente, a economia brasileira é afetada em diferentes graus pelas condições gerais e mercados em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América. O valor de mercado de ações negociadas na Bovespa, por exemplo, tem historicamente sido sensível às flutuações das taxas de juros e ao comportamento das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Quaisquer aumentos nas taxas de juros que ocorram em outros países, particularmente nos Estados Unidos, podem reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores no mercado de valores mobiliários brasileiro, o que prejudicaria o valor das nossas ações ordinárias. Qualquer desses fatores podem prejudicar o valor de mercado das nossas ações ordinárias, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou em absoluto.

#### **RISCOS RELATIVOS ÀS NOSSAS AÇÕES ORDINÁRIAS**

***A volatilidade e falta de liquidez do mercado acionário brasileiro poderão limitar significativamente a capacidade dos investidores de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento desejados.***

O mercado de valores mobiliários brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, tal como o dos Estados Unidos. Como exemplo, a BOVESPA apresentou capitalização bursátil de US\$723,0 bilhões (R\$1.545 bilhões), em 2006, e um volume médio de US\$1,1 bilhão (R\$2,4 bilhões), no período de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2006. Já a NYSE apresentou capitalização bursátil de US\$25,0 trilhões, em 31 de dezembro de 2006, e um volume médio de US\$68,3 bilhões, em 2006. O mercado de valores mobiliários brasileiro é significativamente mais concentrado. As dez ações mais negociadas em termos de volume contabilizaram, 46,1% de todas as ações negociadas na BOVESPA no período de doze meses encerrados, em 2006. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

Após a consumação da presente oferta, a capacidade de venda de nossas ações ordinárias pelo preço e no momento desejados pelos investidores poderá ficar substancialmente limitada.

***Um mercado ativo e líquido para nossas ações ordinárias poderá não se desenvolver e a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e impactar a definição do Preço por Ação.***

Não existe atualmente mercado para nossas ações ordinárias. Nossas ações ordinárias serão listadas e negociadas na BOVESPA após o início da presente Oferta. Sendo assim, não há nenhuma garantia de que mercado líquido e ativo para nossas ações ordinárias será desenvolvido ou mantido após a presente Oferta. Mercados de negociação líquidos e ativos geralmente acarretam menor volatilidade de preços e maior eficiência na execução de ordens de compra e venda de pessoas que não tenham nenhuma relação com a emissora. A liquidez de um mercado acionário é freqüentemente determinada pelo volume de ações em circulação. Por conseguinte, a capacidade dos investidores de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente limitada.

Adicionalmente, o Preço de Distribuição por Ação foi determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta. Ademais, a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta, apesar de limitada a 10% da Oferta, poderia ter impactado a definição do Preço de Distribuição por Ação.

***Vendas substanciais de nossas ações ordinárias após a presente oferta poderiam provocar redução do preço de nossas ações ordinárias.***

Nossa Companhia, nossos acionistas controladores e alguns de nossos conselheiros e diretores nos comprometemos a celebrar acordos de restrição a transferência (*lock-up*), pelo prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, por meio dos quais, observadas certas exceções, se comprometeram a (i) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer ações de emissão da Companhia, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, exceto pela alienação fiduciária das ações em garantia de notas promissórias emitidas pela Alnilan e notas promissórias e/ou debêntures emitidas ou a serem emitidas pela Companhia; (ii) abster-se de celebrar operações de *swap*, *hedge*, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade das Ações; e (iii) não solicitar ou requerer arquivamento de pedido de registro junto à CVM de oferta ou venda de ações, ressalvada a Oferta. Após o transcurso desse prazo de 180 dias, essas ações ordinárias serão elegíveis à venda no mercado público. Ademais, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão vender nem oferecer para venda ações de emissão de nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações, durante os primeiros seis meses após a presente oferta, com início na primeira data de negociação de nossas ações ordinárias no Novo Mercado. Após esse prazo inicial de seis meses, nossos acionistas controladores, conselheiros e diretores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou oferecer para venda mais de 40% de ações de emissão da nossa Companhia e derivativos relacionados às nossas ações ordinárias que detiverem imediatamente após a presente oferta. A totalidade de nossas ações ordinárias detidas por nossos Acionistas Controladores foram alienadas fiduciariamente em favor de certos credores titulares de Notas Promissórias de emissão da Alnilan. As Notas Promissórias serão quitadas com a emissão pública das Notas Promissórias II. Parte das Notas Promissórias II serão quitadas com recursos oriundos da Oferta, as Notas Promissórias II restantes serão pagas com os recursos oriundos de uma emissão pública de Debêntures, no valor total de aproximadamente R\$250,0 milhões. As Notas Promissórias II serão garantidas pela alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia que não integrem a Oferta de Ações e não forem detidas por membros do nosso conselho de administração, e as Debêntures serão garantidas por alienação fiduciária de ações representativas de 50,0% mais uma ação do nosso capital social pertencentes aos Acionistas Controladores. As condições das Debêntures poderão ser alteradas de comum acordo entre a Companhia e o coordenador da oferta das Debêntures. No caso de inadimplemento das obrigações garantidas por nossas ações, conforme previsto nos documentos relativos às Notas Promissórias e à alienação fiduciária, tais credores teriam o direito a executar a alienação fiduciária, hipótese em que as restrições de venda descritas acima não se aplicariam. .

Vale ressaltar que estarão sujeitas às regras do *lock-up*, as ações dos Acionistas Controladores (a) na medida em que forem liberadas da alienação fiduciária em garantia das Notas Promissórias e que não forem alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou Debêntures e, (b) quanto às ações que devem ser alienadas fiduciariamente em garantia das Notas Promissórias II ou das Debêntures, na medida em que forem liberadas desta última alienação fiduciária. Para maiores informações sobre a não incidência de *lock-up* sobre ações de emissão da Companhia alienadas fiduciariamente, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

O preço de mercado de nossas ações ordinárias poderá cair de modo significativo se os detentores de nossas ações ordinárias vendê-las, ou se o mercado perceber que nossa Companhia, nossos acionistas controladores e nossos conselheiros e diretores pretendem vendê-las.

***Talvez precisemos de recursos adicionais no futuro, podendo optar por obtê-los por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço de nossas ações ordinárias e acarretar diluição da participação de investidores nas nossas ações ordinárias.***

Podemos precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações. Qualquer emissão pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações poderá afetar o preço de nossas ações ordinárias e acarretar a diluição da participação de investidores nas nossas ações ordinárias.

***Quando adquirirem as ações ordinárias, os investidores estarão sujeitos à diluição imediata de seus investimentos.***

Esperamos que o valor por ação exceda o valor patrimonial contábil por ação do nosso capital social. Entretanto, o valor por ação que os investidores pagarão será maior do que nossos ativos menos o total do passivo dividido por nosso número de ações ordinárias, e tais investidores estarão, portanto, sujeitos a uma imediata e substancial diluição do valor patrimonial contábil do seu investimento. Para mais informações, ver “Diluição”, que se encontra na página 68 deste Prospecto.

***A presente Oferta poderá deixar nossa Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior. Os riscos relativos a esforços de venda de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil***

A presente Oferta compreende a oferta de Ações realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, por meio de uma distribuição pública primária e uma possível distribuição secundária, no caso do exercício da Opção de Ações Suplementares, registradas na CVM, que inclui esforços de venda das Ações no exterior, nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados conforme definidos na Regra 144A e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM. Esses esforços de venda de Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção destes investidores estrangeiros em relação a informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a essas questões.

Adicionalmente, a Companhia é parte do *Placement Facilitation Agreement*, que regula os esforços de venda de Ações no exterior e apresenta cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional caso venham a sofrer perdas no exterior em razão de informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, estes poderão ter direito de regresso contra a Companhia em razão desta cláusula de indenização.

Ademais, este contrato possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos da América, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique comprovado que nenhuma violação ou inadimplência foi cometida. A eventual condenação da Companhia em um processo no exterior pelos motivos expostos acima poderá envolver valores elevados, o que poderá acarretar um impacto significativo e adverso para a nossa Companhia.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Receberemos recursos líquidos de R\$451.749.885,00 provenientes da emissão de 31.250.000 de Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no preço de R\$15,00 por Ação, após a dedução das comissões de distribuição e das despesas estimadas relativas à Oferta e devidas por nós. Pretendemos utilizar os recursos líquidos recebidos em razão da Oferta Primária da forma descrita no quadro abaixo:

<b>Destinação</b>	<b>(Valor R\$)</b>	<b>Percentual</b>
Amortização de endividamento de curto prazo, inclusive por meio do pagamento das Notas Promissórias II <sup>(1)</sup>	255.000.000,00	56%
Investimentos <sup>(2)</sup>	112.937.471,25	25%
Capital de giro	38.637.425,25	9%
Potenciais aquisições	45.174.988,50	10%
<b>Total</b>	<b>451.749.885,00</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> Notas Promissórias II que a Companhia pretende emitir, no valor total de aproximadamente R\$504,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. Sobre valor nominal das Notas Promissórias II incidirão juros correspondentes a 100,0% da variação do CDI, acrescidos de uma sobretaxa de 0,55% ao ano. Para mais informações ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

<sup>(2)</sup> Expansão de nossas atividades em outros países por meio da constituição de subsidiárias e aquisição de novas linhas de produção de nãotecido.

Além dos recursos da Oferta, temos a opção de refinanciar nossa dívida de curto prazo junto ao Santander por meio de nova emissão de notas promissórias e, ainda, por meio da emissão de debêntures com prazo de seis anos e com garantia firme do Santander no valor total de aproximadamente R\$250,0 milhões. Para mais informações sobre os termos e condições das mencionadas debêntures, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”, que se encontra na página 148 deste Prospecto.

Não recebemos quaisquer recursos provenientes da venda de Ações pelos Acionistas Vendedores por meio da Oferta Secundária, inclusive no caso de exercício da Opção de Ações Suplementares.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos por nós auferidos em decorrência da presente oferta em nossa situação patrimonial, ver seções “Capitalização” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” que se encontram nas páginas 67 e 79 deste Prospecto, respectivamente.

[página intencionalmente deixada em branco]

## **II – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA**

---

Capitalização

Diluição

Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas

Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

Visão Geral dos Setores de Atuação

Negócios da Companhia

Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

Administração

Descrição do Capital Social

Dividendos e Política de Dividendos

Práticas de Governança Corporativa

Principais Acionistas e Acionistas Vendedores

Operações com Partes Relacionadas

[página intencionalmente deixada em branco]

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta nossos montantes de disponibilidades (caixa e bancos) e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e a capitalização total em 31 de março de 2007, em base histórica real e ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos, após a dedução das comissões de distribuição e despesas, na quantia de R\$451,7 milhões, provenientes da emissão das Ações pela Companhia no âmbito da Oferta Primária, sem considerar o exercício da Opção. A tabela abaixo deve ser lida em conjunto com as Seções “Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, que se encontram nas páginas 70 e 79 deste Prospecto, respectivamente, e nossas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, objeto de revisão especial, e respectivas notas explicativas, constantes deste Prospecto.

<i>(Em milhões de R\$)</i>	Em 31 março de 2007	
	Real	Ajustado <sup>(1)</sup>
<b>Caixa e bancos e aplicações financeiras.....</b>	<b>30,7</b>	<b>227,4</b>
<b>Financiamentos e empréstimos</b>		
Financiamentos e empréstimos de curto prazo <sup>(2)</sup> .....	486,6	231,6
Financiamentos e empréstimos de longo prazo .....	-	-
<b>Total dos financiamentos e empréstimos.....</b>	<b>486,6</b>	<b>231,6</b>
<b>Total do patrimônio líquido .....</b>	<b>4,4</b>	<b>456,1</b>
<b>Capitalização total.....</b>	<b>491,0</b>	<b>687,7</b>

(1) Ajustado para refletir a aplicação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, sem considerar a emissão pela Companhia de Ações Suplementares.

(2) Inclui as 98 Notas Promissórias emitidas pela Alnilan, em 31 de janeiro de 2007, no valor nominal de R\$5,0 milhões cada uma, totalizando R\$475,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias, das quais 48 são detidas pelo Santander. Para mais informações, ver seção “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos - Notas Promissórias” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

Desde 31 de março de 2007, não houve qualquer alteração significativa em nossa capitalização.

## DILUIÇÃO

Em 31 de março de 2007, o valor do nosso patrimônio líquido, calculado a partir das demonstrações financeiras trimestrais consolidadas preparadas segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil era de R\$4,4 milhões. O valor patrimonial por ação, que representa o valor contábil do nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações de nossa emissão, correspondia, na mesma data, a R\$0,04. Após o grupamento de ações, ocorrido em 3 de julho de 2007, o valor patrimonial por ação passou a corresponder a R\$0,08.

Considerando a subscrição de 31.250.000 de Ações emitidas por nós no âmbito da Oferta Primária, ao preço de R\$15,00 por Ação, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, o valor do nosso patrimônio líquido em 31 de março de 2007, ajustado pela Oferta, é de, aproximadamente, após comissões de distribuição e despesas estimadas, R\$456,1 milhões, representando R\$5,33 por ação. Considerando o preço de R\$15,00 por Ação, a realização da Oferta representa, em 31 de março de 2007, um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R\$5,25 para os atuais acionistas, representando uma diluição imediata no valor patrimonial contábil de R\$9,67, por ação para os novos investidores adquirentes de Ações no contexto da presente Oferta. Esta diluição representa a diferença entre o Preço de Distribuição pago pelos investidores e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação:

Preço de Distribuição <sup>(1)</sup> .....	R\$15,00
Valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2007 <sup>(2)</sup> .....	R\$0,08
Valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2007 Ajustado pela Oferta <sup>(2)</sup> .....	R\$5,33
Aumento no valor patrimonial por Ação em 31 de março de 2007 Ajustado pela Oferta <sup>(2)</sup> .....	R\$5,25
Diluição por Ação para novos investidores.....	R\$9,67
Percentual de diluição para os novos investidores <sup>(3)</sup> .....	64,5%

(1) Informado na capa deste Prospecto.

(2) Valor ajustado pelo grupamento de ações ocorrido em 3 de julho de 2007.

(3) Calculado por meio da diluição no valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores pelo Preço de Distribuição.

O Preço de Distribuição não guarda relação com o valor patrimonial de nossas Ações e foi fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre a fixação do Preço de Distribuição, ver seção “Informações Relativas à Oferta” que se encontra na página 37 deste Prospecto.

Temos diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações de nossa emissão aprovadas em nossa assembléia geral realizada em 11 de maio de 2007 (“Diretrizes”). Os planos instituídos com base nessas Diretrizes são administrados por nosso Conselho de Administração, que pode outorgar opções de compra a executivos e empregados de alto nível da nossa Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas. As opções de compra de ações a serem oferecidas nos termos dessas Diretrizes, representarão, a qualquer momento, até 3% do total de Ações de nossa emissão. Os termos e condições das opções, inclusive o preço por ação, serão definidos pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, nosso Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 Ações de nossa emissão, correspondentes a aproximadamente 1,5% do nosso capital social, na data deste Prospecto, ao preço de R\$8,40 por ação. O plano apresenta carência de um ano para o exercício das opções. Após esse período, os beneficiários poderão exercer sua opção de aquisição em três lotes anuais de até um terço das respectivas opções outorgadas.

Caso as opções outorgadas sejam exercidas integralmente, ao preço de R\$8,40 por ação, seria observada uma diluição de 64,3% em relação a um valor patrimonial por ação de R\$9,64, em 31 de março de 2007.

Segue abaixo descrição das aquisições de nossas ações por nossos acionistas controladores nos últimos cinco anos:

Em 30 de setembro de 2003, em razão da incorporação da empresa Sul Providência Administração de Bens S.A. pela Companhia, tivemos nosso capital aumentado em R\$3.000,00, com a emissão de 831 ações ordinárias que foram subscritas pelos acionistas na proporção em que participavam do capital social, ao preço de R\$3,61 por ação. Em razão da incorporação, o nosso capital social foi elevado de R\$234.305.176,78 para R\$234.308.176,78, passando o número de ações, de 64.965.805 para 64.966.636.

Em 28 de fevereiro, houve a incorporação da empresa Alnilan, pela Companhia. Em decorrência dessa incorporação e com base no valor contábil apresentado pelo balanço patrimonial da Alnilan, em 1º de fevereiro de 2007, houve aumento do capital social da Providência em R\$196.983.363,14, com a emissão de 46.873.071 novas ações ordinárias, passando o capital social de R\$222.785.242,92 para R\$419.768.606,06, dividido em 108.644.743 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As novas ações ordinárias do nosso capital emitidas em razão do aumento do capital, foram subscritas pelos acionistas da Alnilan, ou seja, nossos atuais acionistas controladores na mesma proporção em que participavam do capital social da Alnilan anteriormente à incorporação ao preço de R\$4,20 por ação.

Em 3 de julho de 2007, houve aumento no nosso capital da Providência em R\$0,44, com a emissão de 11 novas ações ordinárias e o grupamento de ações na proporção de duas ações ordinárias existentes para cada ação ordinária. O capital social da Providência passou a ser de R\$ 419.768.606,50, dividido em 54.322.377 ações ordinárias.

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

As informações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 apresentadas abaixo foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no Anexo E deste Prospecto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela PricewaterhouseCoopers, conforme indicado no seu parecer também incluso neste Prospecto. Esse parecer contém um parágrafo de ênfase que menciona a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia, em 18 de janeiro de 2007, com a sua conseqüente redução em R\$115,2 milhões e, a deliberação, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2007, do pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$221,8 milhões. As informações financeiras consolidadas relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 apresentadas abaixo foram extraídas das nossas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas, incluídas no Anexo F deste Prospecto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e submetidas à revisão especial PricewaterhouseCoopers, conforme indicado no seu relatório também incluso neste Prospecto. Este relatório contém um parágrafo de ênfase relacionado ao capital circulante líquido negativo da Companhia no valor de R\$333,9 milhões (R\$333,4 milhões, consolidado), substancialmente representado por empréstimos e financiamentos no montante de R\$486,6 milhões, com vencimento no curto prazo. Menciona, ainda, que conforme Nota 1(d), os planos da administração para o pagamento dessa dívida prevêm a captação de recursos por meio de emissão de debêntures e de abertura de capital, no primeiro semestre de 2007. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude de eventual insucesso desse plano.

As informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras de resultado relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 não são necessariamente comparáveis em razão dos efeitos da aquisição da nossa Companhia pelos Acionistas Controladores em janeiro de 2007. Para mais informações, ver seções “Negócios da Companhia – Aquisição da Nossa Companhia” e “Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Eventos Recentes” Que se encontram nas páginas 126 e 82 deste Prospecto, respectivamente.

As informações financeiras abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como as informações contidas nas seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” que se encontram nas páginas 15 e 79 deste Prospecto, respectivamente.

### TRATAMENTO CONTÁBIL DO ÁGIO REFERENTE À AQUISIÇÃO DA COMPANHIA

Fomos adquiridos pela Alnilan em 31 de janeiro de 2007. Por ocasião desta operação, a Alnilan apurou um ágio de R\$670,4 milhões, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da Companhia, suportado em relatório de avaliação econômica elaborado por peritos independentes. Por ser sociedade anônima de capital fechado, sem minoritários, não estando sujeita à Instrução CVM 319/99, a Alnilan não efetuou a provisão para reserva especial de ágio constituído na ocasião.

Ao decidirmos abrir o capital, também decidimos realizar os ajustes contábeis necessários a fim de adaptar nossas demonstrações financeiras às disposições das normas contábeis da CVM e, nesse sentido, entendemos que a operação de incorporação reversa deveria ser contabilizada de forma a atingir os efeitos dispostos pelas Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, o que enseja o reconhecimento de provisão para manutenção do patrimônio líquido, no valor de R\$442,5 milhões, visando com isto, primordialmente, preservar o fluxo de dividendos dos acionistas, controladores e os futuros minoritários.

Caso tal procedimento não fosse adotado, a futura amortização do ágio, em contrapartida à conta de resultado, iria provocar uma significativa diminuição do lucro e, conseqüentemente, do fluxo de dividendos.

Por ter a incorporação ocorrido anteriormente ao pedido de registro de companhia aberta e a provisão do ágio não ter sido contabilizada no momento adequado (pela ausência de amparo normativo), a Companhia entendeu que a contabilização desta provisão deveria estar presente em suas demonstrações financeiras. Assim tal contabilização foi realizada em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados e não ao resultado do exercício de 2007, conforme determinado. Se isso não fosse feito, geraria distorção, uma vez que a Companhia não “perdeu” esse ativo (o ativo não perdeu sua substância econômica após a incorporação), e também prejudicaria o fluxo de pagamento de dividendos no exercício de 2007 e seguintes.

Considerando que fomos adquiridos por um grupo de acionistas, o ágio pago para nossa Aquisição deveria ser apurado e contabilizado por esse grupo, os legítimos adquirentes do negócio. No entanto, esse conjunto de acionistas optou por

utilizar uma empresa “veículo” e em seguida extingui-la, mediante sua incorporação na própria Companhia, considerando aspectos administrativos e a possibilidade do aproveitamento fiscal do ágio em função desse modelo de incorporação.

A incorporação de ágio no valor de R\$670,4 milhões referente à compra de nossas ações pela Alnilan, será recuperável de forma integral no futuro. Informamos que pretendemos, respeitados o requisitos legais, absorver os prejuízos acumulados via redução de capital, após a concretização da Oferta. A esse respeito, a Companhia informa que o valor dos recursos brutos provenientes da Distribuição Primária, na importância de R\$468,7 milhões, será registrado em contas do patrimônio líquido da companhia, sendo em conta de Capital Social o valor referente a quantidade de ações emitidas valorizadas em função do valor patrimonial contábil conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2007, após grupamento de Ações ocorrido em 3 de julho de 2007, e em conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações) a diferença desse valor patrimonial e o valor efetivamente negociado.

Subsequentemente, a Companhia deverá efetuar a absorção do montante integral de prejuízos acumulados da seguinte maneira e observada a seguinte ordem: (i) utilização da conta de reservas de lucros; (ii) utilização da reserva de capital (ágio na emissão de ações) (iii) redução de capital social no montante necessário para que o saldo remanescente de prejuízos acumulados seja totalmente absorvido.

#### INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	2004		2005		2006		2004 x 2005	2005 x 2006
(em R\$ milhares, exceto porcentagem)		(%)		(%)		(%)	(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>550.194</u></b>	<b>115,1</b>	<b><u>581.476</u></b>	<b>117,3</b>	<b><u>558.272</u></b>	<b>111,3</b>	<b>5,7</b>	<b>(4,0)</b>
Mercado interno	437.900	91,6	457.260	92,2	388.538	77,5	4,4	(15,0)
Mercado externo	112.294	23,5	124.216	25,1	169.734	33,9	10,62	36,6
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(72.245)</u></b>	<b>(15,1)</b>	<b><u>(85.636)</u></b>	<b>(17,3)</b>	<b><u>(56.732)</u></b>	<b>(11,3)</b>	<b>18,5</b>	<b>(33,8)</b>
Impostos sobre vendas	(67.600)	(14,1)	(80.403)	(16,2)	(52.876)	10,5	18,9	(34,2)
Devoluções de vendas	(4.645)	(1,1)	(5.233)	(1,1)	(3.856)	(0,8)	12,7	(26,3)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>477.949</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>495.840</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>501.540</u></b>	<b>100,0</b>	<b>3,7</b>	<b>1,1</b>
Custo dos produtos vendidos	(287.336)	(60,1)	(306.641)	(61,8)	(333.087)	(66,4)	6,7	8,6
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>190.613</b>	<b>39,9</b>	<b>189.199</b>	<b>38,2</b>	<b>168.453</b>	<b>33,6</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(11,0)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(48.685)</u></b>	<b>(10,2)</b>	<b><u>(61.750)</u></b>	<b>(12,5)</b>	<b><u>(58.410)</u></b>	<b>(11,6)</b>	<b>26,8</b>	<b>(5,4)</b>
Despesas com vendas	(23.267)	(4,9)	(29.515)	(6,0)	(31.593)	(6,3)	26,9	7,0
Despesas administrativas	(18.240)	(3,8)	(21.852)	(4,4)	(33.886)	(6,8)	19,8	55,1
Depreciação e amortização	(18.411)	(3,9)	(18.372)	(3,7)	(18.584)	(3,7)	(0,2)	1,2
Receitas financeiras	16.402	3,4	23.767	4,8	43.789	8,7	44,9	84,2
Despesas financeiras	(6.805)	(1,4)	(18.044)	(3,6)	(19.807)	(3,9)	165,2	9,8
Outras receitas operacionais, líquidas	1.636	0,3	2.266	0,5	1.671	0,3	38,5	(26,3)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>141.928</u></b>	<b>29,7</b>	<b><u>127.449</u></b>	<b>25,7</b>	<b><u>110.043</u></b>	<b>21,9</b>	<b>(10,2)</b>	<b>(13,7)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b><u>148</u></b>	<b>-</b>	<b><u>417</u></b>	<b>0,1</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>181,8</b>	<b>(88,7)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b><u>142.076</u></b>	<b>29,7</b>	<b><u>127.866</u></b>	<b>25,8</b>	<b><u>110.090</u></b>	<b>22,0</b>	<b>(10,0)</b>	<b>(13,9)</b>
Imposto de renda e contribuição social								
Do exercício	(25.859)	(5,4)	(24.101)	(4,9)	(22.158)	(4,4)	(6,8)	(8,1)
Diferido	-	-	-	-	6.307	1,3	-	-
Participação dos minoritários	11	-	-	-	(34)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>116.228</u></b>	<b>24,3</b>	<b><u>103.765</u></b>	<b>20,9</b>	<b><u>94.205</u></b>	<b>18,8</b>	<b>(10,7)</b>	<b>(9,2)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	1,79		1,60		1,45		(10,6)	(9,4)

<i>(em R\$ milhares, exceto porcentagem)</i>	31 de março de 2006		31 de março de 2007		1º tri 2006 x 1º tri 2007
		(%)		(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>145.261</u></b>	<b>111,5</b>	<b><u>121.557</u></b>	<b>110,3%</b>	<b>(16,3)</b>
Mercado interno	101.215	77,7	79.764	72,4%	(21,2)
Mercado externo	44.046	33,8	41.793	37,9%	(5,1)
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(15.002)</u></b>	<b>(11,5)</b>	<b><u>(11.349)</u></b>	<b>(10,3)</b>	<b>(24,4)</b>
Impostos sobre vendas	(13.945)	(10,7)	(10.700)	(9,7)	(23,3)
Devoluções de vendas	(1.057)	(0,8)	(649)	(0,6)	(38,6)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>130.259</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>110.208</u></b>	<b>100,0</b>	<b>(15,4)</b>
Custo dos produtos vendidos	(77.142)	(59,2)	(81.935)	(74,3)	6,2
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>53.117</b>	<b>40,8</b>	<b>28.273</b>	<b>25,7</b>	<b>(46,8)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(16.287)</u></b>	<b>(12,5)</b>	<b><u>(25.771)</u></b>	<b>(23,4)</b>	<b>58,2</b>
Despesas com vendas	(7.011)	(5,4)	(7.552)	(6,9)	7,7
Despesas administrativas	(7.033)	(5,4)	(6.304)	(5,7)	(10,4)
Depreciação e amortização	(4.680)	(3,6)	(7.768)	(7,0)	66,0
Receitas financeiras	8.384	6,4	4.483	4,1	(46,5)
Despesas financeiras	(6.285)	(4,8)	(14.383)	(13,1)	128,8
Provisão para perda em investimento	(148)	(0,1)	-	-	-
Despesas com ajuste de preço	-	-	(1.875)	(1,7)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	486	0,4	7.628	6,9	1.469,5
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>36.830</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.502</u></b>	<b>(2,3)</b>	<b>(93,2)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(1.033,3)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b><u>36.833</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.474</u></b>	<b>(2,2)</b>	<b>(93,3)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício	(5.570)	(4,3)	(54)	-	(99,0)
Diferido	4.793	3,7	7.303	6,6	52,4
Participação dos minoritários	=	-	=	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b><u>36.056</u></b>	<b>27,7</b>	<b><u>9.723</u></b>	<b>8,8</b>	<b>(73,0)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	0,55		0,09		(83,6)

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	2004		2005		2006		2004 x 2005	2005 x 2006
		(%)		(%)		(%)	(%)	(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>310.727</u></b>	<b><u>60,1</u></b>	<b><u>383.157</u></b>	<b><u>70,4</u></b>	<b><u>470.596</u></b>	<b><u>77,7</u></b>	<b><u>23,3</u></b>	<b><u>22,8</u></b>
Caixa e bancos	2.353	0,5	3.360	0,6	3.707	0,6	42,8	10,3
Aplicações financeiras	91.961	17,8	205.230	37,7	288.867	47,7	123,2	40,8
Contas a receber de clientes	117.574	22,7	111.509	20,5	113.829	18,8	(5,2)	2,1
Estoques	80.790	15,6	47.929	8,8	39.324	6,5	(40,7)	(18,0)
Impostos a recuperar	13.608	2,6	7.546	1,4	18.918	3,1	(44,5)	150,7
Outros direitos realizáveis	4.441	0,9	7.583	1,4	5.951	1,0	70,7	(21,5)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>9.748</u></b>	<b><u>1,9</u></b>	<b><u>8.969</u></b>	<b><u>1,6</u></b>	<b><u>19.498</u></b>	<b><u>3,2</u></b>	<b><u>(8,0)</u></b>	<b><u>117,4</u></b>
Partes relacionadas	3.268	0,6	3.231	0,6	3.638	0,6	(1,1)	12,6
Impostos a recuperar	1.524	0,3	119	-	4.046	0,7	(92,2)	3.300,0
Depósitos e cauções	4.931	1,0	5.594	1,0	5.482	0,9	13,4	(2,0)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	6.307	1,0	-	-
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	25	-	25	-	-	-
<b>PERMANENTE</b>	<b><u>196.761</u></b>	<b><u>38,0</u></b>	<b><u>151.751</u></b>	<b><u>27,9</u></b>	<b><u>115.690</u></b>	<b><u>19,1</u></b>	<b><u>(22,9)</u></b>	<b><u>(23,8)</u></b>
Investimentos	151	-	121	-	121	-	(19,9)	-
Imobilizado	128.773	24,9	101.825	18,7	83.871	13,8	(20,9)	(17,6)
Diferido	67.837	13,1	49.805	9,2	31.698	5,2	(26,6)	(36,4)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>517.236</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.877</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>5,2</u></b>	<b><u>11,4</u></b>
<b>ATIVO</b>								
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>73.443</u></b>	<b><u>14,2</u></b>	<b><u>20.170</u></b>	<b><u>3,7</u></b>	<b><u>16.936</u></b>	<b><u>2,8</u></b>	<b><u>(72,5)</u></b>	<b><u>(16,0)</u></b>
Fornecedores	<u>18.498</u>	<u>3,6</u>	<u>3.214</u>	<u>0,6</u>	<u>6.951</u>	<u>1,1</u>	<u>(82,6)</u>	<u>116,3</u>
nacionais	18.334	3,5	3.017	0,6	6.808	1,1	(83,5)	125,7
no exterior	164	-	197	-	143	-	20,1	(27,4)
Adiantamento sobre contrato de câmbio	7.597	1,5	-	-	-	-	-	-
Encargos sociais e provisões trabalhistas	2.765	0,5	3.195	0,6	6.132	1,0	15,6	91,9
Obrigações tributárias	7.605	1,5	7.432	1,4	2.834	0,5	(2,3)	(61,9)
Parcelamento de impostos - REFIS	2.699	0,5	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar a acionistas	30.403	5,9	4.402	0,8	-	-	(85,5)	-
Outras exigibilidades	3.876	0,7	1.927	0,4	1.019	0,2	(50,3)	(47,1)
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>6.349</u></b>	<b><u>1,2</u></b>	<b><u>6.951</u></b>	<b><u>1,3</u></b>	<b><u>11.180</u></b>	<b><u>1,8</u></b>	<b><u>9,5</u></b>	<b><u>60,8</u></b>
Obrigações tributárias	-	-	-	-	3.902	0,6	-	-
Provisão para contingências	6.349	1,2	6.951	1,3	7.278	1,2	9,5	4,7
<b>Participações Minoritárias</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>437.441</u></b>	<b><u>84,6</u></b>	<b><u>516.756</u></b>	<b><u>95,0</u></b>	<b><u>577.664</u></b>	<b><u>95,4</u></b>	<b><u>18,1</u></b>	<b><u>11,8</u></b>
Capital social	234.308	45,3	234.308	43,1	234.308	38,7	-	-
Reserva de capital	90.260	17,5	90.260	16,6	90.260	14,9	-	-
Reserva de lucros	9.154	1,8	14.343	2,6	19.053	3,1	56,7	32,8
Lucros acumulados	103.719	20,1	177.845	32,7	234.043	38,6	71,5	31,6
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>517.236</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.877</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>5,2</u></b>	<b><u>11,4</u></b>

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2006		Em 31 de março de 2007		31 de dezembro de 2006 x 31 de março de 2007
		(%)		(%)	(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>470.596</u></b>	<b><u>77,7</u></b>	<b><u>193.411</u></b>	<b><u>35,6</u></b>	<b><u>(58,9)</u></b>
Caixa e bancos	3.707	0,6	2.523	0,5	(31,9)
Aplicações financeiras	288.867	47,7	28.177	5,2	(90,2)
Contas a receber de clientes	113.829	18,8	98.223	18,1	(13,7)
Estoques	39.324	6,5	34.628	6,4	(11,9)
Impostos a recuperar	18.918	3,1	25.411	4,7	34,3
Outros direitos realizáveis	5.951	1,0	4.457	0,8	(25,1)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>19.498</u></b>	<b><u>3,2</u></b>	<b><u>29.187</u></b>	<b><u>5,4</u></b>	<b><u>49,7</u></b>
Partes relacionadas	3.638	0,6	40	-	(98,9)
Impostos a recuperar	4.046	0,7	9.747	1,8	140,9
Depósitos e cauções	5.482	0,9	5.761	1,1	5,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.307	1,0	13.610	2,5	115,8
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	29	-	16,0
<b>PERMANENTE</b>	<b><u>115.690</u></b>	<b><u>19,1</u></b>	<b><u>320.435</u></b>	<b><u>59,0</u></b>	<b><u>177,0</u></b>
Investimentos	121	-	126	-	4,1
Imobilizado	83.871	13,8	99.865	18,4	19,1
Diferido	31.698	5,2	220.444	40,6	595,5
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>16.936</u></b>	<b><u>2,8</u></b>	<b><u>526.856</u></b>	<b><u>97,0</u></b>	<b><u>3010,9</u></b>
Fornecedores	<u>6.951</u>	<u>1,1</u>	19.927	3,7	186,7
nacionais	6.808	1,1	19.590	3,6	187,7
no exterior	143	-	337	0,1	135,7
Financiamentos	-	-	486.640	89,6	-
Encargos sociais e provisões trabalhistas	6.132	1,0	5.293	1,0	(13,7)
Obrigações tributárias	2.834	0,5	2.569	0,5	(9,4)
Outras exigibilidades	1.019	0,2	12.427	2,3	1.119,5
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>11.180</u></b>	<b><u>1,8</u></b>	<b><u>11.774</u></b>	<b><u>2,2</u></b>	<b><u>5,3</u></b>
Obrigações tributárias	3.902	0,6	3.407	0,6	(12,7)
Provisão para contingências	7.278	1,2	8.367	1,5	15,0
Participações minoritárias	4	-	-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>577.664</u></b>	<b><u>95,4</u></b>	<b><u>4.411</u></b>	<b><u>0,8</u></b>	<b><u>(99,2)</u></b>
Capital social	234.308	38,7	419.768	77,3	79,2
Reserva de capital	90.260	14,9	-	-	-
Reserva de lucros	19.053	3,1	19.053	3,5	-
Lucros acumulados	234.043	38,6	(434.410)	(80,0)	(285,6)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>

## OUTRAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

### Reconciliação entre EBITDA e Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

(R\$ em milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado	
	2004	2005	2006	31 de março de 2006	31 de março de 2007
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	116.228	103.765	94.205	36.056	9.723
Total da despesa (benefício) do imposto de renda e contribuição social	25.859	24.101	15.851	777	(7.249)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(9.597)	(5.723)	(23.982)	(2.099)	9.900
Depreciação e amortização	43.924	48.182	47.336	13.214	14.375
EBITDA	176.414	170.325	133.410	47.948	26.749
Margem EBITDA	36,9	34,4	26,6	36,8	24,3

### Reconciliação entre EBITDA e EBITDA Ajustado por Itens Não Recorrentes

(R\$ em milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em	
	2004	2005	2006	31 de março de 2006	31 de março de 2007
EBITDA	176.414	170.325	133.410	47.948	26.749
(+/-) Despesas (receitas) não recorrentes, líquidas (*)		(1.173)	8.763	774	(2.870)
EBITDA Ajustado	176.414	169.152	142.173	48.722	23.879
Margem EBITDA Ajustado	36,9	34,1	28,3	37,4	21,7

#### (\*) Quadro Analítico – Despesas (Receitas) Não Recorrentes

R\$ em milhares

	2004	2005	2006	1ºTrim/06	1ºTrim/07
Indenizações a sinistros	-	(40)	-	-	-
Ressarcimento de despesas	-	(3)	-	-	-
Receita s/ processos judiciais	-	(500)	-	-	-
Créditos tributários	-	-	-	-	(7.595)
Recuperação incentivos fiscais	-	(53)	-	-	-
Alienação de imobilizado	-	(418)	-	-	(27)
Gratificações	-	-	-	-	210
Conting processos trabalhistas	-	(19)	-	-	28
Convenções/feiras	-	-	-	-	46
Contingência processo civil	-	(140)	-	-	-
Sinistros de mercadorias	-	-	1.253	-	-
Sinistros de máquinas/construção	-	-	697	-	-
Contingência processo civil	-	-	312	-	-
Despesas Tributárias – Controlada	-	-	(566)	(39)	-
Conting Tributárias	-	-	198	-	-
Baixa de créditos insolventes	-	-	4.912	-	1.603
Prov p/ obsolescência estoque	-	-	1.957	-	-
Honorários profissionais	-	-	-	-	192
Indenizações a representantes	-	-	-	-	28
Prov honorários proc cofins	-	-	-	-	626
Provisão p/ ajuste de preço	-	-	-	-	1.876
Ajuste de inventário	-	-	-	813	143
	-	<b>(1.173)</b>	<b>8.763</b>	<b>774</b>	<b>(2.870)</b>

## Cálculo do EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses de 31 de março de 2007

Para efeito desde prospecto, o EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses corresponde ao EBITDA Ajustado pelos itens não recorrentes acumulado dos últimos 12 meses. Para o período encerrado em 31 de março de 2007, o EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses é calculado da seguinte forma:

	<i>(R\$ em milhares)</i>
(+) EBITDA Ajustado do exercício fiscal de 2006 encerrado em 31.12.2006	142.173
(-) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2006 encerrado em 31.03.2006	48.722
(+) EBITDA Ajustado do primeiro trimestre de 2007 encerrado em 31.03.2007	23.879
(=) EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses encerrados em 31.03.2007	117.330

## Margem de Contribuição – Análise por Divisão de Negócios

A Companhia está em fase de contratação de um sistema de ERP (*Enterprise Resource Planning*) e ainda não dispõe do cálculo do EBITDA por área de negócio. Alternativamente, no quadro abaixo apresentamos a margem de contribuição de cada uma das nossas áreas de negócios.

<b>Margem de Contribuição por Divisão</b>				
<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004</b>				
<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b><u>Nãotecidos</u></b>	<b><u>Tubos e Conexões</u></b>	<b><u>Embalagens</u></b>	<b><u>Total</u></b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>430.417</b>	<b>101.547</b>	<b>18.230</b>	<b>550.194</b>
(-) ICMS	(43.188)	(14.430)	(2.130)	(59.748)
(-) PIS e COFINS	(8.096)	726	(482)	(7.852)
(-) Devoluções de Vendas	(3.449)	(770)	(426)	(4.645)
<b>Receita Líquida</b>	<b>375.684</b>	<b>87.073</b>	<b>15.192</b>	<b>477.949</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(167.130)</b>	<b>(88.560)</b>	<b>(9.764)</b>	<b>(264.454)</b>
Materia Prima e Insumos	(149.565)	(67.362)	(7.831)	(224.758)
Depreciação	(10.796)	(14.475)	(313)	(25.584)
Mão de Obra Direta	(2.351)	(1.327)	(1.014)	(4.692)
Energia Elétrica	(3.554)	(4.394)	(444)	(8.392)
Manutenção	(864)	(1.002)	(162)	(2.028)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>208.554</b>	<b>(1.487)</b>	<b>5.428</b>	<b>212.495</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>55,5%</b>	<b>(1,7%)</b>	<b>35,7%</b>	<b>44,7%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.882)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.613</b>

**Margem de Contribuição por Divisão**

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005</b>			
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>457.059</b>	<b>100.793</b>	<b>23.624</b>	<b>581.476</b>
(-) ICMS	(42.593)	(16.197)	(2.784)	(61.574)
(-) PIS e COFINS	(15.016)	(2.646)	(1.167)	(18.829)
(-) Devoluções de Vendas	(4.309)	(556)	(368)	(5.233)
<b>Receita Líquida</b>	<b>395.141</b>	<b>81.394</b>	<b>19.305</b>	<b>495.840</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(185.656)</b>	<b>(83.021)</b>	<b>(11.682)</b>	<b>(280.359)</b>
Materia Prima e Insumos	(161.541)	(62.742)	(9.472)	(233.791)
Depreciação	(15.878)	(13.652)	(295)	(29.825)
Mão de Obra Direta	(3.045)	(1.038)	(1.256)	(5.339)
Energia Elétrica	(4.466)	(4.815)	(552)	(9.833)
Manutenção	(726)	(774)	(107)	(1.607)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>209.485</b>	<b>(1.627)</b>	<b>7.623</b>	<b>215.481</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>53,0%</b>	<b>(2,0%)</b>	<b>39,5%</b>	<b>43,5%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	-	-	-	<b>(26.282)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	-	<b>189.199</b>

**Margem de Contribuição por Divisão**

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006</b>			
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Tubos e Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>418.241</b>	<b>118.393</b>	<b>21.638</b>	<b>558.272</b>
(-) ICMS	(29.398)	(13.721)	(2.507)	(45.626)
(-) PIS COFINS	(3.596)	(2.779)	(875)	(7.250)
(-) Devoluções de Vendas	(2.787)	(669)	(400)	(3.856)
<b>Receita Líquida</b>	<b>382.460</b>	<b>101.224</b>	<b>17.856</b>	<b>501.540</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(213.099)</b>	<b>(88.189)</b>	<b>(12.286)</b>	<b>(313.574)</b>
Materia Prima e Insumos	(183.445)	(70.263)	(9.537)	(263.245)
Depreciação	(17.688)	(10.946)	(353)	(28.987)
Mão de Obra Direta	(3.485)	(1.314)	(1.541)	(6.340)
Energia Elétrica	(7.182)	(4.983)	(647)	(12.812)
Manutenção	(1.299)	(683)	(208)	(2.190)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>169.361</b>	<b>13.035</b>	<b>5.570</b>	<b>187.966</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>44,3%</b>	<b>12,9%</b>	<b>31,2%</b>	<b>37,5%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	-	-	-	<b>(19.513)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	-	<b>168.453</b>

**Margem de Contribuição por Divisão****Período de três meses encerrado em 31 de março de 2007**

<i>(Em R\$ milhares)</i>	<b>Tubos e</b>			<b>Total</b>
	<b>Nãotecidos</b>	<b>Conexões</b>	<b>Embalagens</b>	
<b>Receita Bruta</b>	<b>89.600</b>	<b>27.832</b>	<b>4.125</b>	<b>121.557</b>
(-) ICMS	(5.669)	(3.417)	(471)	(9.557)
(-) PIS COFINS	(134)	(852)	(157)	(1.143)
(-) Devoluções de Vendas	(406)	(175)	(68)	(649)
<b>Receita Líquida</b>	<b>83.391</b>	<b>23.388</b>	<b>3.429</b>	<b>110.208</b>
<b>(-) Custos Variáveis de Produção</b>	<b>(52.604)</b>	<b>(21.397)</b>	<b>(2.723)</b>	<b>(76.724)</b>
Materia Prima e Insumos	(45.776)	(16.530)	(2.112)	(64.418)
Depreciação	(3.583)	(2.854)	(75)	(6.511)
Mão de Obra Direta	(942)	(390)	(349)	(1.680)
Energia Elétrica	(1.762)	(1.233)	(107)	(3.102)
Manutenção	(541)	(391)	(80)	(1.012)
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>30.787</b>	<b>1.991</b>	<b>706</b>	<b>33.484</b>
<b>% Margem de Contribuição</b>	<b>36,9%</b>	<b>8,5%</b>	<b>20,6%</b>	<b>30,4%</b>
<b>(-) Mão de Obra Indireta (Fixa) e Outros</b>	-	-	-	<b>(5.211)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	-	-	-	<b>28.273</b>

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Esta Seção contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados efetivamente obtidos por nossa Companhia poderão diferir substancialmente daqueles discutidos nessas estimativas e declarações futuras por diversas razões, incluindo, sem limitação, aquelas indicadas nas Seções “Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras” e “Fatores de Risco” que se encontram nas páginas 14 e 53 deste Prospecto, respectivamente.

A presente análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado das operações é baseada em nossas demonstrações financeiras anuais auditadas e informações financeiras trimestrais revisadas e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, bem como em outras informações contábeis e gerenciais e nas demais informações constantes das Seções “Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações”, “Sumário das Informações Financeiras e Operacionais” e “Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas” que se encontram nas páginas 15, 23 e 70 deste Prospecto, respectivamente.

Nossas informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, incluídas neste Prospecto, foram extraídas das nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado no seu parecer também incluso neste Prospecto, o qual contém um parágrafo de ênfase que menciona a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia, em 18 de janeiro de 2007, com a sua conseqüente redução em R\$115,2 milhões e, a deliberação, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2007, do pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$221,8 milhões. Nossas informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007, incluídas neste Prospecto, foram extraídas das nossas informações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais foram objeto de revisão especial também pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme indicado no seu relatório incluso neste Prospecto. Esse relatório contém um parágrafo de ênfase relacionado ao capital circulante líquido negativo da Companhia no valor de R\$333,9 milhões (R\$333,4 milhões, consolidado), substancialmente representado por empréstimos e financiamentos no montante de R\$486,6 milhões, com vencimento no curto prazo. Menciona, ainda, que conforme Nota 1(d), os planos da administração para o pagamento dessa dívida prevêm a captação de recursos por meio de emissão de debêntures e de abertura de capital, no primeiro semestre de 2007. As informações trimestrais não incluem quaisquer ajustes em virtude de eventual insucesso desse plano.

### VISÃO GERAL

Somos a empresa líder na fabricação e comercialização de não tecidos no Brasil, com presença significativa na América Latina. Estimamos ser o terceiro maior fabricante de tubos e conexões de PVC no Brasil, em termos de volume de vendas em 2006. Atuamos ainda, em menor escala, no setor de embalagens flexíveis para a indústria de alimentos e produtos de higiene.

Durante os últimos anos obtivemos considerável êxito em ampliar e consolidar nossa posição de liderança nos mercados de não tecidos em que atuamos. Estimamos que nossa participação no mercado brasileiro em termos de volume foi de 49,0% em produtos descartáveis e 40,0% em produtos duráveis, em 2006, resultando em uma participação total no mercado brasileiro de não tecidos de 45,0%, considerando os segmentos de não tecidos descartáveis e duráveis produzidos a partir da tecnologia *spunbonded*. Atuamos não apenas no mercado brasileiro, como também nos mercados da América Latina e Estados Unidos. Em 2006, 59,4% da nossa receita bruta de não tecidos foi oriunda de produtos comercializados no Brasil e 40,6% foi oriunda de produtos destinados aos mercados de exportação, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Argentina e Colômbia.

Em janeiro de 2007, após a implementação de determinadas condições do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 28 de outubro de 2006, ocorreu mudança em nosso controle acionário. Referida mudança envolveu uma série de atos preparatórios, bem como reorganizações societárias. Antes de nossa venda éramos controlados pela Kami Providência Participações S.A., sociedade *holding* detida à época por determinados membros da família Starostik. Para mais informações sobre a aquisição de nosso controle e outros atos societários recentes, ver Seção “Eventos Recentes” que se encontra na página 82 deste Prospecto.

O ano de 2006 foi um ano especialmente difícil para o setor de não tecidos no Brasil em decorrência da combinação de uma série de fatores negativos, com destaque para a forte valorização do real frente ao Dólar, o aumento expressivo da oferta de

não tecidos no mercado brasileiro e o aumento do preço de nossas matérias-primas. Apesar de todas essas adversidades, nosso EBITDA Ajustado em 2006 foi de R\$142,2 milhões, com margem bruta e margem EBITDA Ajustado de 33,6% e 28,3%, respectivamente.

## CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASILEIRO

Nossos resultados operacionais poderão ser afetados por mudanças na economia nacional, inclusive por mudanças nas taxas de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais, índices inflacionários e política cambial.

Em 2004, impulsionado pelas exportações, o País retomou o crescimento econômico, em particular nos setores mais sensíveis à expansão do crédito. Sinais de recuperação do mercado interno refletiram positivamente no mercado de trabalho, na renda da população e no aquecimento da economia brasileira. O PIB cresceu 5,7% e o Real valorizou-se frente ao Dólar em 8,8% entre 31 de dezembro de 2003 e 2004.

No mesmo período, o mercado formal de trabalho cresceu, com a criação de aproximadamente 1,9 milhões de postos de trabalho, o que propiciou o aumento da demanda de bens e serviços na economia. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 7,6%. As exportações e os investimentos externos propiciaram um importante superávit em conta corrente superior a US\$10,0 bilhões (equivalentes a aproximadamente 2% do PIB).

Em setembro de 2004, o BACEN deu início a uma política de aumento da taxa básica de juros (SELIC), já que os indicadores de inflação não convergiam para os objetivos definidos pelo Ministério da Fazenda para o ano de 2005. Os efeitos do aumento da taxa SELIC tiveram reflexos na atividade econômica do País. O PIB cresceu apenas 2,9% em 2005 contra 5,7% em 2004.

A partir de setembro de 2005, a taxa SELIC passou a ser reduzida gradualmente, à medida que as estimativas de inflação de 2005 e para os próximos 12 meses começaram a convergir para a meta. A taxa SELIC encerrou o ano de 2005 em 18,0%. A inflação, medida pelo IPCA foi de 5,7%, acima da meta estabelecida pelo BACEN de 5,1%. O Real valorizou-se 13,4% frente ao Dólar, alcançando R\$2,34 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2005.

Em 2006, o BACEN manteve o processo de redução da taxa SELIC, que atingiu 13,25% em 31 de dezembro de 2006. Neste mesmo ano, a inflação medida pelo IPCA foi de 3,1% e a valorização do Real frente ao Dólar foi de 9,5%, atingindo a taxa de R\$2,138 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2006.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o BACEN manteve o processo de redução da taxa SELIC, que atingiu 12,7% em 31 de março de 2007. Neste mesmo período, a inflação medida pelo IPCA foi de 0,93% e a valorização do Real frente ao Dólar foi de 4,3%, atingindo a taxa de R\$2,05 por US\$1,00, em 31 de março de 2007.

A tabela a seguir fornece os dados de crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio por Dólar nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março	
	2004	2005	2006	2006	2007
	Crescimento real do PIB .....	5,7%	2,9%	3,7%	4,12%
Inflação (IGP-M) .....	12,4%	1,2%	3,8%	0,7%	1,0%
Inflação (IPCA).....	7,6%	5,7%	3,1%	1,4%	0,9%
Taxa SELIC no fim do período <sup>(1)</sup> .....	17,7%	18,0%	13,2%	16,5%	12,7%
Taxa de câmbio do fim do período (por US\$1,00)..	R\$2,654	R\$2,341	2,138	2,172	2,050
Taxa de câmbio média (por US\$1,00) <sup>(2)</sup> .....	R\$2,925	R\$2,434	2,176	2,197	2,109
Valorização do real frente ao Dólar .....	8,8%	13,4%	9,5%	7,7%	4,3%

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, BACEN e IBGE.

<sup>(1)</sup> Representa a meta da taxa SELIC estabelecida pelo BACEN.

<sup>(2)</sup> Média das taxas de câmbio de cada dia de negociação.

## **PRINCIPAIS FATORES QUE AFETAM NOSSOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

### ***Taxa de câmbio***

O resultado de nossa operação é diretamente afetado pelas variações da taxa de câmbio, dado que parte da nossa receita da unidade de nãotecidos é destinada à exportação e, portanto, denominada em Dólares. Dessa forma, uma desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta nossas receitas de exportação em Real e torna a entrada de produtos importados menos competitiva.

### ***Taxa de Juros***

Nosso endividamento está relacionado quase que integralmente ao CDI, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. Nosso resultado é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis na medida em que um eventual aumento nessas taxas irá resultar em elevação de nosso custo de financiamento. Atualmente, não mantemos operações de hedge para mitigar riscos de taxa de juros, em função de nossa avaliação positiva do cenário de curto e médio prazos da economia brasileira.

### ***Renda disponível***

Nossa principal atividade é a produção de nãotecidos que são destinados à produção de bens de consumo duráveis e descartáveis comercializados principalmente no Brasil, que é nosso principal mercado consumidor. Dessa forma, o aumento verificado na renda disponível per capita dos brasileiros, a qual aumentou 4,2%, 1,5% e 2,3% em 2004, 2005 e 2006, respectivamente, teve um impacto positivo para os setores da indústria Brasileira diretamente expostos à produção de bens de consumo. Como produtores de matéria-prima utilizada na produção de bens de consumo descartáveis tais como fraldas, cuja venda de nãotecidos descartáveis no Brasil tem crescido a uma taxa composta anual de 11,4% durante os últimos cinco anos, temos nos beneficiado diretamente do aumento da renda disponível do consumidor brasileiro. Dessa forma aumentos ou reduções na renda disponível do consumidor brasileiro afetam o resultado de nossas operações.

### ***Capacidade instalada no segmento de nãotecidos***

Sendo uma empresa industrial, e tendo atualmente toda nossa capacidade de produção instalada no Brasil, aumentos ou reduções significativos na capacidade total de produção da indústria de nãotecidos afetam o resultado de nossas operações. Tal como acontece em qualquer outro setor industrial, aumentos significativos de capacidade produtiva tendem a afetar os preços no curto prazo até que haja uma acomodação desta nova capacidade seja no mercado local, por meio do crescimento orgânico do mercado, ou em outros mercados, por meio de exportações. Durante o ano de 2006, estimamos a entrada de aproximadamente 9.600 toneladas de nova capacidade para a produção de nãotecidos *spunbonded* no Brasil. Tal aumento de capacidade afetou os preços de nossos nãotecidos comercializados no mercado local, principalmente durante o segundo semestre.

### ***Preços das commodities petroquímicas***

Aproximadamente 90% de nosso custo do produto vendido corresponde a matérias-primas, incluído entre elas resinas de PP, PE e PVC. Tais resinas têm seu preço atrelado ao preço da nafta que por sua vez tem seu preço atrelado ao preço do petróleo nos mercados local e internacional. Durante os últimos anos o preço do petróleo tem sofrido pressão de alta como decorrência de sua escassez nos mercados internacionais o que tem pressionado para cima os preços de PP, PE e PVC, que tiveram aumentos em Dólares de aproximadamente 62,0%, 40,2% e 38,9% no período compreendido entre Janeiro de 2004 e Março de 2007. Dependendo das condições gerais de oferta e demanda do mercado de nãotecidos, nossa capacidade de repasse de incrementos de preço das resinas termoplásticas para nossos preços de venda pode ser maior ou menor, o que pode afetar o resultado de nossas operações.

## **POLÍTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS**

Na elaboração de nossas demonstrações financeiras, nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos ser razoáveis e relevantes. As “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” são aquelas consideradas importantes na determinação da posição financeira e dos resultados das operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo, freqüentemente, estimativas sobre questões futuras ou inerentemente incertas por parte de nossa administração. A aplicação das “Políticas e Estimativas Contábeis Críticas” geralmente requer julgamento por parte de nossa administração com relação aos efeitos dos assuntos que sejam

relacionados ao valor dos ativos e passivos e dos resultados de nossas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar nossa situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados.

Com o intuito de descrever a forma como nossa administração realiza as determinações sobre essas estimativas, incluindo variáveis e premissas subjacentes a tais estimativas, ressaltamos as seguintes práticas contábeis que utilizamos:

- *Provisão para devedores duvidosos*: constituída com base em análise de cada conta a receber e em montante considerado suficiente para fazer face às perdas na realização das contas a receber. Na constituição da provisão, historicamente, temos adotado os critérios de acordo com a legislação do Imposto de Renda, ou seja, provisionamos títulos vencidos há mais de 180 dias.
- *Estoques*: avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de realização. A Companhia adota o procedimento de provisionar os itens de baixo giro e obsoletos, constituindo a provisão para perdas nos estoques em conta redutora dos mesmos.
- *Depreciação*: calculada pelo método linear considerando-se a vida útil estimada dos bens com base na legislação aplicável. Nossas máquinas operam em 3 turnos, razão pela qual adotamos a depreciação acelerada, calculada apenas para as máquinas.
- *Amortização*: amortizamos os ativos diferidos em 5 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados, conforme previsto na legislação do imposto de renda.
- *Provisões para contingências*: Uma provisão para contingência é registrada quando existe uma obrigação legal sendo questionada, ou como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja aplicado para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas aos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento de nossa administração sobre as probabilidades estimadas e níveis de exposição à perda potencial. Constituímos a provisão quando da ocorrência do fato gerador, e realizamos revisões trimestrais.
- *Imposto de renda e contribuição social diferidos*: O ativo e o passivo fiscal diferido reconhecidos por nós são decorrentes da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes ao final de cada ano, sobre as exclusões e adições temporárias utilizadas na determinação das suas respectivas bases tributáveis. Ajustamos anualmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização, conforme requerido, baseado nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para sua revisão, somos requeridos a preparar estimativas e premissas significativas, relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, estimamos as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias de nossos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos e serviços que oferece e requisita ao mercado. A utilização de premissas e estimativas diferentes poderia impactar as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## EVENTOS RECENTES

Nossa Companhia foi adquirida pelos Acionistas Controladores, em janeiro de 2007, após a implementação de determinadas condições do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 28 de outubro de 2006 (a “Aquisição”). Referida Aquisição envolveu uma série de atos preparatórios, bem como reorganizações societárias que estão descritas a seguir.

Antes dos atos preparatórios para a Aquisição de nossa Companhia pelos Acionistas Controladores, nossa Companhia era controlada pela Kami Providência Participações S.A. (“Kami Participações”), sociedade *holding* detida à época por determinados membros da família Starostik (“Membros da Família Starostik”), que era titular de aproximadamente 99,9% do capital social de nossa Companhia. Nossa Companhia, por sua vez, detinha 97,0% do capital social da Providência Transportes, sendo o restante detido pelos Membros da Família Starostik.

Em novembro de 2006, houve a redução de capital da Kami Participações, que foi paga pela Kami ao STAR Fundo de Investimento em Participações (“FIP Star”), fundo de investimento em participações constituído pelos Membros da Família

Starostik, por meio de cessão e transferência da totalidade da participação detida pela Kami em nossa Companhia, de maneira que o FIP Star passou a ser nosso controlador direto, passando a deter 99,9% do nosso capital social.

Em janeiro de 2007, houve uma cisão parcial de nossa Companhia, sendo uma parte do acervo cindido transferida para a Kami Participações e a outra, para uma sociedade denominada Anamila Administração e Participações S.A., sociedade constituída quando da cisão, controlada pelo FIP Star, para receber parcela do acervo cindido e que não foi incluída na Aquisição de nossa Companhia, de modo que nossa Companhia teve seu capital social reduzido. Também em janeiro de 2007, antes de consumada a Aquisição, foi realizada distribuição de dividendos para os vendedores, ou seja antigos acionistas de nossa Companhia, em montante correspondente a parcela do caixa e capital de giro disponíveis para distribuição, nos termos dos contratos relativos à Aquisição.

Em seguida, nossa Companhia, juntamente com sua controlada Providência Transportes, foi adquirida pela Alnilan, sociedade *holding* utilizada pelos Acionistas Controladores para a nossa Aquisição, completada em janeiro de 2007.

Após referida Aquisição, em 28 de fevereiro de 2007, a Alnilan foi incorporada por nossa Companhia, de maneira que os Acionistas Controladores passaram a deter participação direta em nossa Companhia. Além disso, passamos a deter 100,0% da Providência Transportes.

Para fins da Aquisição, foram celebrados os seguintes contratos relevantes: (i) Contrato de Compra e Venda de Ações; (ii) *Reorganization Agreement*; (iii) *Escrow Agreement*; (v) Termo de Indenização e Outras Avenças; e (vi) Instrumento Particular de Dação de Direitos Creditórios em Pagamento de Dividendos. Para mais informações sobre esses contratos, ver item “Contratos Relevantes” que se encontra na página 138 deste Prospecto. Ademais, foram emitidas notas promissórias para financiar a operação. Para mais informações, ver Seção “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

As principais conseqüências dos eventos acima na Companhia foram (i) um substancial aumento de nosso endividamento de curto prazo, que passou de R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$526,9 milhões em 31 de março de 2007, tendo em vista que assumimos a dívida no valor de R\$475,0 milhões contraída pela Alnilan frente ao Santander para a aquisição da Companhia; (ii) uma substancial diminuição nos recursos disponíveis em caixa e aplicações financeiras, que passaram de R\$292,6 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$30,7 milhões em 31 de março de 2007 após a incorporação, em razão da distribuição de dividendos realizada por nossos antigos acionistas antes da venda Companhia; e (iii) a incorporação de ágio no valor de R\$670,4 milhões referente à compra de nossas ações pela Alnilan, o que permitirá a Companhia a diminuir a incidência do imposto de renda aplicável ao seu lucro futuro, caso ocorra. Nos parágrafos abaixo explicamos em maiores detalhes as principais variações observadas em nossas contas patrimoniais em decorrência dos eventos societários recentes descritos acima.

Em razão dos eventos descritos acima, houve variações substanciais em algumas de nossas contas patrimoniais. Em razão da cisão e distribuição de dividendos mencionadas acima, a conta de aplicações financeiras teve seu valor reduzido, passando de R\$288,9 milhões em dezembro de 2006 para R\$28,2 milhões em março de 2007. Também em decorrência da cisão, tivemos o valor de R\$3,6 milhões referente a contas a receber da controladora Kami Providência Participações S.A., transferido para a sociedade denominada Anamila S.A., a qual passou a ser sucessora deste direito de crédito junto a Kami S.A..

No grupo do ativo permanente diferido, além dos efeitos do saldo de ágio a amortizar, em decorrência do evento societário da incorporação da Alnilan, foi reconhecido o valor de R\$670,4 milhões correspondente ao valor total do ágio constituído quando a Alnilan assumiu o controle da Companhia. Referido valor será amortizado em um período de 60 meses de acordo com a legislação vigente. Visando adequar-se às disposições da Instrução CVM nº 349, não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi deduzido da parcela para a manutenção da integridade do capital social, no montante de R\$442,5 milhões. A sociedade Anamila S.A. também recebeu no ato da cisão o valor de R\$31,6 milhões, correspondente ao saldo do ágio a amortizar, constituído em setembro de 2003 quando da criação da sociedade *holding* denominada Kami Providência Participações S.A..

Em relação a nossas contas do passivo circulante, a mudança mais expressiva ocorreu em nossa conta de financiamentos tendo em vista que a Companhia, em função da incorporação da Alnilan, assumiu a dívida que esta companhia mantinha junto Santander, no valor de R\$475,0 milhões. Esse valor, corrigido de acordo com a variação do CDI mais juros anuais de 0,55% ao ano, totalizou R\$484,6 milhões.

Em relação a nosso patrimônio líquido, nosso capital social sofreu redução de R\$11,5 milhões em decorrência da cisão e um posterior aumento de R\$197,0 milhões em decorrência da incorporação da Alnilan. Nossa reserva de capital foi zerada

em razão da transferência de R\$31,6 milhões para a Anamila S.A. e R\$58,7 milhões para a Kami S.A.. Por fim, nossos lucros acumulados foram reduzidos em decorrência da distribuição de dividendos no valor de R\$221,8 milhões.

## **TRATAMENTO CONTÁBIL DO ÁGIO REFERENTE À AQUISIÇÃO DA COMPANHIA**

Fomos adquiridos pela Alnilan em 31 de janeiro de 2007. Por ocasião desta operação, a Alnilan apurou um ágio de R\$670,4 milhões, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da Companhia, suportado em relatório de avaliação econômica elaborado por peritos independentes. Por ser sociedade anônima de capital fechado, sem minoritários, não estando sujeita à Instrução CVM 319/99, a Alnilan não efetuou a provisão para reserva especial de ágio constituído na ocasião.

Ao decidirmos abrir o capital, também decidimos realizar os ajustes contábeis necessários a fim de adaptar nossas demonstrações financeiras às disposições das normas contábeis da CVM e, nesse sentido, entendemos que a operação de incorporação reversa deveria ser contabilizada de forma a atingir os efeitos dispostos pelas Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, o que enseja o reconhecimento de provisão para manutenção do patrimônio líquido, no valor de R\$442,5 milhões, visando com isto, primordialmente, preservar o fluxo de dividendos dos acionistas, controladores e os futuros minoritários.

Caso tal procedimento não fosse adotado, a futura amortização do ágio, em contrapartida à conta de resultado, iria provocar uma significativa diminuição do lucro e, conseqüentemente, do fluxo de dividendos.

Por ter a incorporação ocorrido anteriormente ao pedido de registro de companhia aberta e a provisão do ágio não ter sido contabilizada no momento adequado (pela ausência de amparo normativo), a Companhia entendeu que a contabilização desta provisão deveria estar presente em suas demonstrações financeiras. Assim tal contabilização foi realizada em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados e não ao resultado do exercício de 2007, conforme determinado. Se isso não fosse feito, geraria distorção, uma vez que a Companhia não “perdeu” esse ativo (o ativo não perdeu sua substância econômica após a incorporação), e também prejudicaria o fluxo de pagamento de dividendos no exercício de 2007 e seguintes.

Considerando que fomos adquiridos por um grupo de acionistas, o ágio pago para nossa Aquisição deveria ser apurado e contabilizado por esse grupo, os legítimos adquirentes do negócio. No entanto, esse conjunto de acionistas optou por utilizar uma empresa “veículo” e em seguida extingui-la, mediante sua incorporação na própria Companhia, considerando aspectos administrativos e a possibilidade do aproveitamento fiscal do ágio em função desse modelo de incorporação.

A incorporação de ágio no valor de R\$670,4 milhões referente à compra de nossas ações pela Alnilan, será recuperável de forma integral no futuro. Informamos que pretendemos, respeitados o requisitos legais, absorver os prejuízos acumulados via redução de capital, após a concretização da Oferta. A esse respeito, a Companhia informa que o valor dos recursos brutos provenientes da Distribuição Primária, na importância de R\$468,7 milhões, será registrado em contas do patrimônio líquido da companhia, sendo em conta de Capital Social o valor referente a quantidade de ações emitidas valorizadas em função do valor patrimonial contábil conforme demonstrações financeiras de 31 de março de 2007, após grupamento de Ações ocorrido em 3 de julho de 2007, e em conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações) a diferença desse valor patrimonial e o valor efetivamente negociado.

Subsequentemente, a companhia pretende efetuar a absorção do montante integral de prejuízos acumulados da seguinte maneira e observada a seguinte ordem: (i) utilização da conta de reservas de lucros; (ii) utilização da reserva de capital (ágio na emissão de ações) (iii) redução de capital social no montante necessário para que o saldo remanescente de prejuízos acumulados seja totalmente absorvido.

### **Aquisição da Isofilme**

Nossa Companhia celebrou, em 11 de junho de 2007, Contrato de Compra e Venda de Quotas (“Contrato”) para a aquisição da totalidade das quotas da Isofilme pela Companhia. O Contrato prevê a possibilidade da Companhia ceder para uma controlada os seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato. A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições, como por exemplo a substituição de algumas garantias e a alienação pela Isofilme da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos Ltda. (“Daviso”), conforme previstas e melhor detalhadas na cláusula 5.1 e 5.2 do Contrato. Se essas condições não forem implementadas em até 60 dias, contados da data do Contrato, as partes do Contrato podem rescindi-lo.

A Isofilme atua nos ramos de industrialização e comercialização de nãotecidos, em estruturas simples e compostas, impressas ou não, em diferentes gramaturas. A Isofilme detém uma fábrica e um centro de distribuição, ambos localizados

no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. A Isofilme iniciou suas atuais atividades em 2005, com a importação e implementação de uma Linha REICOFIL 3.1, e começou suas operações comerciais em junho de 2006.

No período de janeiro a maio de 2007, a Isofilme comercializou 3.462,3 toneladas de nãotecido, sendo 2.131,3 toneladas no mercado local e 1.331,0 toneladas no mercado externo. O volume comercializado em base mensal teve um aumento importante durante este período, partindo de 700,7 toneladas em janeiro e chegando a 800,1 toneladas em maio.

Durante os primeiros três meses de 2007 findos em 31 de março de 2007, a Isofilme obteve receita bruta de R\$15,3 milhões, um EBITDA de R\$2,7 milhões e um lucro líquido de R\$1,0 milhão, conforme balanço patrimonial, auditado pela Terco Grant Thornton, contendo ressalva em razão de a Daviso não ser auditada. Em 31 de março de 2007, o endividamento bancário total da Isofilme era de R\$71,9 milhões, divididos em R\$23,8 milhões no curto prazo e em R\$48,1 milhões no longo prazo. Na mesma data, o valor da conta caixa e disponibilidades era de R\$0,1 milhão.

Do total de R\$71,9 milhões de dívida, R\$18,0 milhões correspondem a empréstimos de capital de giro, R\$21,3 milhões correspondem às notas (guaranteed notes) emitidas pela Isofilme em 24 de outubro de 2006, de acordo com Circular de Oferta (Offering Circular), datada de 12 de setembro de 2006, em uma captação de US\$10,0 milhões com prazo de vencimento em quatro anos e taxa de juros de 9,0% ao ano, e R\$32,6 milhões correspondem ao financiamento contratado junto ao banco alemão Kreditanstalt Fur Wiederaufbau (KfW) para compra da Linha REICOFIL com taxa de juros equivalente a Libor mais 0,85% ao ano.

O preço de aquisição da Isofilme foi estabelecido nas seguintes bases: (i) uma parcela fixa de R\$23,4 milhões a serem pagos aos vendedores com recursos do caixa da nossa Companhia na data de consumação da compra e venda (“**Fechamento**”). Essa parcela fixa foi composta pela diferença do valor da empresa (R\$97 milhões) e o valor de sua dívida líquida (R\$73,6 milhões); (ii) uma parcela variável no valor de até R\$7,5 milhões, a serem pagos aos vendedores após a liquidação financeira da presente Oferta. O valor final da parcela variável do preço será determinada de acordo com a precificação da presente Oferta ou, na hipótese de a presente Oferta não ocorrer no prazo de 24 meses contados de 27 de abril de 2007, o valor da parcela variável será igual a R\$2,5 milhões. O preço será ainda ajustado após o Fechamento em função da variação nos montantes de dívida líquida e de capital de giro da Isofilme verificada entre 31 de março de 2007, data do balanço patrimonial base da aquisição, e a data do Fechamento, com base em balanço patrimonial a ser levantado no prazo de até 30 dias contados do Fechamento.

O resultado de equivalência patrimonial referente à participação societária na Daviso foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Isofilme de 31 de março de 2007. As demonstrações contábeis da Daviso não foram auditadas pela Terco Grant Thornton ou por qualquer outros auditores independentes. Os ativos totais da Daviso representam aproximadamente 11% dos ativos totais da Isofilme. Conforme descrito acima, a venda e transferência da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso são condições precedentes para a aquisição da Isofilme.

### **Contrato de Financiamento com Banco Bradesco S.A.**

Em 13 de junho de 2007, celebramos contrato de financiamento para exportação de nãotecidos e para a aquisição de nossa nona máquina Reicofil com o Banco Bradesco S.A., no valor de US\$36,5 milhões. Para mais informações sobre referido contrato, ver item “Contratos Financeiros Relevantes”, que se encontra na página 110 deste Prospecto.

### **Grupamento de Ações**

Em 3 de julho de 2007, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária, pela qual foi deliberado (i) aumento de nosso capital social no valor de R\$0,44, por meio da emissão de 11 novas ações ordinárias e (ii) grupamento de ações na proporção de duas ações ordinárias existentes para cada ação ordinária. Em razão das deliberações tomadas, nosso capital social passou a ser de R\$ 419.768.606,50, dividido em 54.322.377 ações ordinárias.

### **Principais Linhas do Nosso Resultado**

#### ***Receita Bruta***

Nossa receita bruta é composta da venda de nãotecidos, tubos e conexões de PVC e, em menor quantidade, embalagens plásticas. Nossas vendas de nãotecidos destinam-se tanto ao mercado doméstico quanto ao mercado externo, principalmente Estados Unidos e países da América Latina. Assim sendo, parte de nossa receita bruta é composta de nossas vendas externas de nãotecidos.

## ***Deduções de Vendas***

*Impostos sobre as Vendas.* Sobre nossas vendas no mercado doméstico incidem CPMF a uma alíquota de 0,38%, ICMS a uma alíquota de 12,0%, PIS a uma alíquota de 1,65% e COFINS a uma alíquota de 7,6%. Sobre nossas vendas para o mercado externo não incide nenhum tipo de tributo, exceto a CPMF. Além disso, a compra de matéria-prima no mercado local gera créditos de PIS e COFINS que são dedutíveis.

*Devoluções de Vendas.* Em alguns casos, temos devoluções dos produtos vendidos. Os motivos para as devoluções variam, podendo ser, por exemplo, mercadorias entregues em desacordo com o pedido, ou por danificação no transporte.

## ***Custos dos Produtos Vendidos***

Os custos dos produtos vendidos são variáveis e são reconhecidos quando vendemos o correspondente produto e compreendem os: (i) custos de materiais, principalmente de matérias-primas, sendo o polipropileno e o PVC as duas mais relevantes, (ii) custos industriais, que incluem utilidades, depreciações e mão-de-obra direta e indireta de fabricação, e (iii) energia elétrica e outros insumos aplicados no processo produtivo.

Em relação aos custos de materiais para produção de nãotecidos destinados à exportação, aproveitamos as vantagens de *drawback*, que é um regime aduaneiro especial aplicável às importações de matérias-primas utilizadas na industrialização de produtos destinados à exportação. Esse regime possibilita que as matérias-primas sejam desoneradas dos tributos incidentes na importação. Para mais informações sobre esse regime, ver seção “Negócios da Companhia - DrawBack de matérias-primas” que se encontra na página 132 deste Prospecto.

## ***Lucro Bruto***

Nosso lucro bruto é calculado pela soma da receita líquida dos produtos vendidos subtraída de todos os custos dos produtos vendidos. Nossa margem bruta é um importante indicador de nossa eficiência operacional e, portanto, temos uma cultura de constante redução de custos por meio de negociação com fornecedores e centralização de compras para conquistar um alto volume e obter reduções dos preços. Além disso, buscamos eficiência contínua nas operações e ganho de escala para nos beneficiarmos de menores custos unitários.

## ***Receitas e Despesas Operacionais***

Nossas despesas operacionais são aquelas não relacionadas diretamente à produção de nãotecidos, tubos e conexões de PVC e embalagens plásticas e incluem:

*Despesas com Vendas.* Consistem principalmente em comissões de vendas para representantes comerciais, despesas de frete, despesas com garantias, treinamentos de vendedores, despesas com provisão para devedores duvidosos, dentre outros. Acreditamos que o bom relacionamento com clientes-chave, a qualidade de nossos produtos e preços competitivos podem diminuir nossas despesas com vendas.

*Despesas Administrativas.* Consistem em despesas com os nossos funcionários administrativos, despesas de escritório, viagens, dentre outros. Adotamos como política a manutenção do maior controle possível sobre essas despesas, de forma a manter uma equipe competente, qualificada e enxuta.

*Depreciação e Amortização.* Depreciamos nossos ativos fixos de forma linear baseado na vida útil estimada dos nossos bens. Amortizamos nossos ativos diferidos a partir da data em que os benefícios começam a ser gerados. Parte substancial da depreciação está alocada em nosso custo de produção, por se tratar das máquinas utilizadas na fabricação de nossos produtos.

*Receitas Financeiras.* Nossas receitas financeiras são geradas pelos resultados das aplicações financeiras. Nossos resultados, nos exercícios de 2005 e 2006 também refletem a situação do caixa existente na Companhia em razão de não ter sido realizado nenhum investimento relevante nesses períodos.

*Despesas Financeiras.* O item despesas financeiras é composto principalmente pelo impacto da desvalorização do Dólar frente ao Real nas nossas receitas de exportação e, a partir de 2007, pela despesa de juros referente à dívida contraída junto ao Santander, no valor de R\$475,0 milhões pela Alnilan, a qual foi incorporada pela Companhia em 28 de fevereiro de 2007. Nos últimos três anos, o Dólar tem apresentado uma desvalorização contínua frente ao Real, o

que tem gerado despesas financeiras em nossas demonstrações. Além disso, em decorrência da mudança do controle acionário, ficou convencionado entre as partes o pagamento de um ajuste de preços baseado na posição de capital de giro existente em 31 de janeiro de 2007. O capital de giro (definido como resultado líquido da posição da rubrica contas a receber líquidas de provisões, mais estoques, menos contas a pagar) deveria totalizar R\$110,0 milhões, sendo que a diferença para mais ou para menos, deveria ser paga por uma das partes conforme o caso.

### ***Lucro Operacional***

O nosso lucro operacional consiste no resultado da subtração de todas as despesas operacionais do valor do lucro bruto, acrescido das receitas financeiras do período.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Operamos sob o regime de imposto de renda por lucro real, estando sujeitos à alíquota de 25% de imposto de renda e 9% adicionais de contribuição social sobre o lucro líquido ajustado conforme a legislação fiscal.

### ***Lucro Líquido***

Lucro líquido é a soma do lucro operacional mais resultados não operacionais líquido, deduzido do imposto de renda e contribuição social devido no exercício.

## **OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE NOSSOS RESULTADOS**

### **EBITDA e EBITDA Ajustado**

O EBITDA apresentado é utilizado por nós para medirmos nossa performance. O EBITDA é igual ao lucro líquido antes dos impostos de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, as depreciações e amortizações, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de câmbio, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões na gestão dos negócios.

Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro, como também de nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O EBITDA Ajustado é o EBITDA acrescido das receitas e despesas não recorrentes. Não existe uma definição do que constitui receitas ou despesas não recorrentes nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e, portanto, na classificação de um montante como não recorrente, existe uma avaliação subjetiva. A Companhia considerou por não recorrentes todos aqueles gastos ocorridos por eventos imprevistos e anormais, que não fazem parte das operações do dia a dia da Companhia, como por exemplo: sinistros de mercadorias e instalações, contingências processuais e provisões para devedores duvidosos constituídas substancialmente acima dos patamares históricos.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente à nossa.

Para mais informações sobre o EBITDA e o EBITDA Ajustado, ver seção “Sumário das Informações Financeiras e Operacionais” que se encontra na página 23 deste Prospecto.

## RESULTADOS

A discussão a seguir sobre os nossos resultados operacionais baseia-se nas nossas demonstrações de resultado e informações financeiras consolidadas, elaboradas de acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e incluídas neste Prospecto. As tabelas a seguir apresentam as informações de nossa demonstração do resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
	2004		2005		2006		2004 x 2005	2005 x 2006
(em R\$ milhares, exceto porcentagem)		(%)		(%)		(%)	(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>550.194</u></b>	<b>115,1</b>	<b><u>581.476</u></b>	<b>117,3</b>	<b><u>558.272</u></b>	<b>111,3</b>	<b>5,7</b>	<b>(4,0)</b>
Mercado interno	437.900	91,6	457.260	92,2	388.538	77,5	4,4	(15,0)
Mercado externo	112.294	23,5	124.216	25,1	169.734	33,9	10,6	36,6
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(72.245)</u></b>	<b>(15,1)</b>	<b><u>(85.636)</u></b>	<b>(17,3)</b>	<b><u>(56.732)</u></b>	<b>(11,3)</b>	<b>18,5</b>	<b>(33,8)</b>
Impostos sobre vendas	(67.600)	(14,1)	(80.403)	(16,2)	(52.876)	10,5	18,9	(34,2)
Devoluções de vendas	(4.645)	(1,0)	(5.233)	(1,1)	(3.856)	(0,8)	12,7	(26,3)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>477.949</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>495.840</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>501.540</u></b>	<b>100,0</b>	<b>3,7</b>	<b>1,1</b>
Custo dos produtos vendidos	(287.336)	(60,1)	(306.641)	(61,8)	(333.087)	(66,4)	6,7	8,6
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b><u>190.613</u></b>	<b>39,9</b>	<b><u>189.199</u></b>	<b>38,2</b>	<b><u>168.453</u></b>	<b>33,6</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(11,0)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(48.685)</u></b>	<b>(10,2)</b>	<b><u>(61.750)</u></b>	<b>(12,5)</b>	<b><u>(58.410)</u></b>	<b>(11,6)</b>	<b>26,8</b>	<b>(5,4)</b>
Despesas com vendas	(23.267)	(4,9)	(29.515)	(6,0)	(31.593)	(6,3)	26,9	7,0
Despesas administrativas	(18.240)	(3,8)	(21.852)	(4,4)	(33.886)	(6,8)	19,8	55,1
Depreciação e amortização	(18.411)	(3,9)	(18.372)	(3,7)	(18.584)	(3,7)	(0,2)	1,2
Receitas financeiras	16.402	3,4	23.767	4,8	43.789	8,7	44,9	84,2
Despesas financeiras	(6.805)	(1,4)	(18.044)	(3,6)	(19.807)	(3,9)	165,2	9,8
Outras receitas operacionais, líquidas	1.636	0,3	2.266	0,5	1.671	0,3	38,5	(26,3)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>141.928</u></b>	<b>29,7</b>	<b><u>127.449</u></b>	<b>25,7</b>	<b><u>110.043</u></b>	<b>21,9</b>	<b>(10,2)</b>	<b>(13,7)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b><u>148</u></b>	<b>-</b>	<b><u>417</u></b>	<b>0,1</b>	<b>47</b>	<b>-</b>	<b>181,8</b>	<b>(88,7)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b><u>142.076</u></b>	<b>29,7</b>	<b><u>127.866</u></b>	<b>25,8</b>	<b><u>110.090</u></b>	<b>22,0</b>	<b>(10,0)</b>	<b>(13,9)</b>
Imposto de renda e contribuição social								
Do exercício	(25.859)	(5,4)	(24.101)	(4,9)	(22.158)	(4,4)	(6,8)	(8,1)
Diferido	-	-	-	-	6.307	1,3	-	-
Participação dos minoritários	11	-	-	-	(34)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>116.228</u></b>	<b>24,3</b>	<b><u>103.765</u></b>	<b>20,9</b>	<b><u>94.205</u></b>	<b>18,8</b>	<b>(10,7)</b>	<b>(9,2)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	1,79		1,60		1,45		(10,6)	(9,4)

<i>(em R\$ milhares, exceto porcentagem)</i>	31 de março de 2006		31 de março de 2007		1º tri 2006 x 1º tri 2007
		(%)		(%)	(%)
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>145.261</u></b>	<b>111,5</b>	<b><u>121.557</u></b>	<b>110,3%</b>	<b>(16,3)</b>
Mercado interno	101.215	77,7	79.764	72,4%	(21,2)
Mercado externo	44.046	33,8	41.793	37,9%	(5,1)
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(15.002)</u></b>	<b>(11,5)</b>	<b><u>(11.349)</u></b>	<b>(10,3)</b>	<b>(24,4)</b>
Impostos sobre vendas	(13.945)	(10,7)	(10.700)	(9,8)	(23,3)
Devoluções de vendas	(1.057)	(0,8)	(649)	(0,6)	(38,6)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>130.259</u></b>	<b>100,0</b>	<b><u>110.208</u></b>	<b>100,0</b>	<b>(15,4)</b>
Custo dos produtos vendidos	(77.142)	(59,2)	(81.935)	(74,3)	6,2
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>53.117</b>	<b>40,8</b>	<b>28.273</b>	<b>25,7</b>	<b>(46,8)</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(16.287)</u></b>	<b>(12,5)</b>	<b><u>(25.771)</u></b>	<b>(23,4)</b>	<b>58,2</b>
Despesas com vendas	(7.011)	(5,4)	(7.552)	(6,9)	7,7
Despesas administrativas	(7.033)	(5,4)	(6.304)	(5,7)	(10,4)
Depreciação e amortização	(4.680)	(3,6)	(7.768)	(7,0)	66,0
Receitas financeiras	8.384	6,4	4.483	4,1	(46,5)
Despesas financeiras	(6.285)	(4,8)	(14.383)	(13,1)	128,8
Provisão para perda em investimento	(148)	(0,1)	-	-	-
Despesas com ajuste de preço	-	-	(1.875)	(1,7)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	486	0,4	7.628	6,9	1.469,5
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>36.830</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.502</u></b>	<b>(2,3)</b>	<b>(93,2)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(28)</b>	<b>-</b>	<b>(1.033,3)</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b><u>36.833</u></b>	<b>28,3</b>	<b><u>2.474</u></b>	<b>(2,2)</b>	<b>(93,3)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Do exercício	(5.570)	(4,3)	(54)	-	(99,0)
Diferido	4.793	3,7	7.303	6,6	52,4
Participação dos minoritários	=	-	=	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b><u>36.056</u></b>	<b>27,7</b>	<b><u>9.723</u></b>	<b>8,8</b>	<b>(73,0)</b>
Lucro líquido por ação do capital social	0,55		0,09		(83,6)

### **Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de 2006 Comparado com o Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de 2007**

Para análise a seguir, deve-se levar em consideração que as informações financeiras consolidadas referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações financeiras de resultado relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 não são necessariamente comparáveis em razão dos efeitos da aquisição da nossa Companhia pelos Acionistas Controladores em janeiro de 2007. Para mais informações, ver seções “Negócios da Companhia – Aquisição da Nossa Companhia” e “Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Eventos Recentes” que se encontram nas páginas 126 e 82 deste Prospecto, respectivamente.

#### **Receita Bruta**

Nossa receita bruta atingiu R\$121,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 16,3%, ou R\$23,7 milhões, comparada com R\$145,3 milhões no mesmo período de 2006. Essa redução deve-se principalmente à diminuição de nosso faturamento no mercado interno.

(Em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Receita Bruta	Período de três meses encerrado em 31 de março de			
	2007	(%)	2006	(%)
<b>Total de Vendas no Mercado Interno</b>	<b>79.764</b>	<b>65,6</b>	<b>101.215</b>	<b>69,7</b>
Nãotecidos	47.807	39,3	67.475	46,5
Tubos e conexões	27.832	22,9	28.642	19,7
Embalagens	4.125	3,4	5.098	3,5
<b>Vendas no Mercado Externo<sup>(*)</sup></b>	<b>41.793</b>	<b>34,4</b>	<b>44.046</b>	<b>30,3</b>
<b>Total .....</b>	<b><u>121.557</u></b>	<b>100,0%</b>	<b><u>145.261</u></b>	<b>100,0%</b>

(\*)Nossas vendas externas são integralmente compostas de nãotecidos.

*Vendas no Mercado Interno.* Nossas vendas no mercado interno atingiram R\$79,8 milhões no período de três meses encerrados em 31 de março de 2007, o que representou uma redução de 21,2% ou R\$21,4 milhões, comparadas com R\$101,2 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre principalmente da (i) redução de 18,7% no preço médio de venda e de 13,0% no volume vendido, no mercado interno de nãotecidos, ocasionada pela entrada de novos competidores, (ii) redução de 0,4% no preço de venda para divisão de embalagens e (iii) aumento de 1,5% no preço médio de venda para divisão Provinil.

*Vendas no Mercado Externo.* Nossas vendas no mercado externo atingiram R\$41,8 milhões, o que representou uma redução de 5,1% ou R\$2,2 milhões, comparadas com R\$44,0 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre principalmente da redução de 6,2% no preço médio de venda e de 5,7% no volume vendido, no mercado externo de nãotecidos, ocasionada pela desvalorização do Dólar americano frente ao real no período.

### ***Deduções de Vendas***

As deduções de vendas atingiram R\$11,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representa uma diminuição de 24,4%, ou R\$3,7 milhões comparadas com R\$15,0 milhões no mesmo período de 2006. Essa redução deve-se principalmente à redução de nossas vendas no mercado interno e devoluções de vendas. Como percentual da receita líquida, nossas deduções com vendas diminuíram de 11,5%, em 31 de março de 2006, para 10,3%, em 31 de março de 2007.

*Impostos sobre vendas.* Os impostos sobre vendas atingiram R\$10,7 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2006, o que representou uma redução de 23,3% ou R\$3,2 milhões, comparados com R\$13,9 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre principalmente do menor volume de vendas para o mercado interno, reduzindo proporcionalmente os impostos indiretos.

*Devoluções de vendas.* As devoluções de vendas atingiram R\$0,6 milhão no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma redução de 38,6% ou R\$0,5 milhão, comparadas com R\$1,1 milhão no mesmo período de 2006, permanecendo abaixo de 1,0% de nossa receita bruta.

### ***Receita Líquida***

Nossa receita líquida atingiu R\$110,2 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 15,4% ou R\$20,1 milhões comparada com R\$130,3 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação deve-se à queda no nosso faturamento tanto no mercado interno de 29,2%, quanto no mercado externo, de 5,1%, na divisão Kami, devido à redução de nossos preços médios de venda e, volume, ocasionados pela entrada de novos competidores no mercado.

### ***Custos dos Produtos Vendidos***

Nossos custos com produtos vendidos atingiram R\$81,9 milhões, em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 6,2%, ou R\$4,8 milhões, comparado com R\$77,1 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação deve-se principalmente à majoração nos preços das matérias-primas polipropileno e polietileno, em 15,5% durante este período. Essas matérias-primas representam 70% dos nossos custos de produção e, em decorrência da situação do mercado, fizemos repasse parcial desses aumentos aos preços de venda. Como percentual da receita líquida, nossos custos com produtos vendidos subiram de 59,2%, em 31 de março de 2006, para 74,3%, em 31 de março de 2007.

## **Lucro Bruto**

Nosso lucro bruto atingiu R\$28,3 milhões, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representa uma diminuição de 46,8%, ou R\$24,8 milhões comparado com R\$53,1 milhões no mesmo período de 2006. Essa redução deve-se, principalmente, à redução em nossos preços de venda ocasionada pela entrada de novos competidores no mercado interno e à desvalorização do Dólar frente ao Real. Adicionalmente, tivemos aumentos constantes nos preços de certas matérias-primas, de 15,5% no período, repassados apenas parcialmente aos preços finais de nossos produtos. Como percentual da receita líquida, nosso lucro bruto caiu de 40,8%, em 31 de março de 2006, para 25,7%, em 31 de março de 2007.

## **Receitas (Despesas) Operacionais**

Nossas despesas operacionais atingiram R\$25,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representa um aumento de 58,2% ou R\$9,5 milhões, comparadas com R\$16,3 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento de nossas despesas com amortização e depreciação. Como percentual da receita líquida, nossas despesas operacionais aumentaram de 12,5%, em 31 de março de 2006, para 23,4%, em 31 de março de 2007.

*Despesas com Vendas.* Nossas despesas com vendas atingiram R\$7,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 7,7% ou R\$0,6 milhão comparadas com R\$7,0 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre, principalmente, da complementação da provisão para devedores duvidosos. Como percentual da receita líquida, nossas despesas com vendas aumentaram de 5,4%, em 31 de março de 2006, para 6,9% em 31 de março de 2007.

*Despesas Administrativas.* Nossas despesas administrativas atingiram R\$6,3 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representa uma redução de 10,4% ou R\$0,7 milhões comparadas com R\$7,0 milhões no mesmo período de 2006. Tal variação decorre, principalmente, da redução dos gastos com customizações no ERP e obras civis de manutenção, concluídas no exercício de 2006. Como percentual da receita líquida, nossas despesas administrativas aumentaram de 5,4%, em 31 de março de 2006, para 5,7%, em 31 de março de 2007.

*Depreciação e Amortização.* Nossas despesas com depreciação e amortização atingiram R\$7,8 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 66,0% ou R\$3,1 milhões, comparado com R\$4,7 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre, principalmente, do ágio na incorporação da empresa Alnilan, a ser amortizado no prazo de 60 meses, no valor de R\$3,8 milhões, mensais, a partir de fevereiro de 2007. Além disso, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 deixamos de apropriar a amortização do ágio no valor mensal de R\$ 1,5 milhões, constituído em 2003, quando da criação da holding Kami Providência Participações S.A.. No evento societário da cisão em 18 de janeiro de 2007, o valor do ágio a amortizar foi baixado da Companhia e transferido para a Anamila S.A..

*Receitas Financeiras.* Nossas receitas financeiras atingiram R\$4,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma redução de 46,5% ou R\$3,9 milhões comparadas com R\$8,4 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre, principalmente, do resgate das aplicações financeiras no valor de R\$ 210,0 milhões, ocorrido no mês de janeiro de 2007, quando do pagamento de dividendos aos ex-controladores, como parte do processo de aquisição da Companhia pelos Acionistas Controladores.

*Despesas Financeiras.* Nossas despesas financeiras atingiram R\$14,4 milhões no período encerrado em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de R\$8,1 milhões, ou de 128,8%, comparadas com R\$6,3 milhões no mesmo período de 2006. Essa variação decorre, principalmente, da apropriação dos encargos financeiros, decorrentes do empréstimo contratado junto ao Santander para financiamento da aquisição da Companhia pela Alnilan, a qual foi incorporada pela Companhia em 28 de fevereiro de 2007.

*Despesas com Ajuste de Preço.* Em decorrência da mudança do controle acionário, ficou convencionado entre as partes o pagamento de um ajuste de preços baseado na posição de capital de giro, existente em 31 de janeiro de 2007. O capital de giro (definido como resultado líquido da posição da rubrica contas a receber líquidas de provisões, mais estoques, menos contas a pagar) deveria totalizar R\$110,0 milhões, sendo que a diferença para mais ou para menos, deveria ser paga por uma das partes conforme o caso. Este valor, de R\$1,9 milhões, foi apropriado diretamente nos resultados do período.

*Outras Receitas Operacionais Líquidas.* Nossas outras receitas operacionais líquidas atingiram R\$7,6 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, comparadas com R\$0,5 milhão no mesmo período de 2006. Essa variação decorre da recuperação de créditos fiscais, de R\$6,3 milhões, por conta de mandado de segurança, que declarou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da Cofins.

### ***Lucro Operacional***

Nosso lucro operacional foi de R\$2,5 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, comparado com um lucro de R\$36,8 milhões no mesmo período de 2006. Essa redução deve-se (i) ao aumento das nossas despesas operacionais em 58,2%, ou de R\$9,5 milhões, ocasionado principalmente pela amortização do ágio na incorporação da empresa Alnilan, (ii) aumento do custo de produto vendido em 6,2%, ou de R\$4,8 milhões, ocasionado principalmente pela majoração de nossos preços da matéria prima não repassados integralmente no nosso preço de venda, (iii) queda no faturamento de nãotecidos para o mercado interno de 21,2%, ou de R\$21,4 milhões, e externo de 5,1%, ou de R\$2,2 milhões, ocasionado principalmente pela queda dos preços médios em razão da entrada de novos competidores, e (iv) apropriação dos encargos financeiros (R\$9,5 milhões) sobre o empréstimo contratado junto ao banco Santander pela Alnilan devido à incorporação de 28 de fevereiro de 2007.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Não tivemos despesas com imposto de renda e contribuição social no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2007 pelo fato de a Companhia não ter apresentado lucro tributável neste período. Esse fato deve-se aos seguintes eventos extraordinários ocorridos no período: (i) cisão e ajuste de preço no valor de R\$1,9 milhão e (ii) incorporação da Alnilan, trazendo o valor do ágio e empréstimo, ambos geradores de despesas dedutíveis para o imposto de renda e contribuição social. A alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social, passou de 15,1% sobre o lucro do período de três meses encerrado em 31 de março de 2006, para 2,2% do lucro apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido***

Nossas receitas com imposto de renda e contribuição social diferido atingiram R\$7,3 milhões no período encerrado em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 52,4% comparados com R\$4,8 milhões no mesmo período de 2006. Esse aumento refere-se à realização da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos, referente a diferenças temporárias.

### ***Lucro Líquido do Período***

Nosso resultado líquido atingiu R\$9,7 milhões no período encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de R\$26,4 milhões, comparado com R\$36,1 milhões no mesmo período de 2006. Essa redução deve-se (i) ao aumento das nossas despesas operacionais em 58,2%, ou R\$9,5 milhões, ocasionado principalmente pela amortização do ágio na incorporação da Alnilan, (ii) aumento do custo de produto vendido em 6,2%, ou de R\$4,8 milhões, ocasionado principalmente pela majoração dos preços da matéria prima, não repassados integralmente ao nosso preço de venda, (iii) queda no faturamento de nãotecidos para o mercado interno de 21,2%, ou de R\$21,4 milhões, e externo de 5,1%, ou de R\$2,2 milhões, ocasionado principalmente pela queda dos preços médios em razão da entrada de novos competidores e (iv) apropriação dos encargos financeiros (R\$9,5 milhões) sobre o empréstimo contratado junto ao Santander pela Alnilan, incorporada em 28 de fevereiro de 2007.

### ***Outras Informações sobre Nossos Resultados***

#### ***EBITDA Ajustado***

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R\$23,9 milhões no período encerrado em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 51,0%, ou R\$24,8 milhões, se comparado com R\$48,7 milhões no mesmo período de 2006, apresentando uma margem de 21,7% da receita líquida, em comparação a 37,4% no período encerrado em 31 de março de 2006. Essa redução deve-se, principalmente, (i) à queda da receita com vendas no mercado interno, em função da redução do preço médio de venda na divisão Kami, ocasionada pela entrada de novos competidores no mercado doméstico, (ii) aumento no custo do produto vendido em razão do aumento nos preços de nossas matérias primas, o qual não foi repassado integralmente ao preço de venda de nossos produtos e (iii) apreciação do real frente ao Dólar que pressionaram as margens e preços nas exportações.

## Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2006 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2005

### Receita Bruta

A receita bruta de nossas operações durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, apresentou uma queda de 4,0% em nossa receita bruta, como reflexo principalmente da baixa nos preços médios de nãotecidos no mercado interno. Essa baixa nos preços médios de nãotecidos no mercado interno se deve, principalmente, à entrada de novos competidores no mercado doméstico. Adicionalmente, especialmente ao longo do segundo semestre, nossa receita bruta foi afetada em razão da desvalorização de 8,7% do Dólar frente ao Real, o que prejudicou as nossas receitas com exportações.

Nossa receita bruta atingiu R\$558,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 4,0%, ou R\$23,2 milhões, comparada com R\$581,5 milhões em 31 de dezembro de 2005. A redução de nossa receita bruta decorre da redução de nossas vendas no mercado interno. A tabela abaixo ilustra a variação de nossa receita bruta com base em nossas vendas nos mercados externo e interno e em nossas três linhas de produtos.

(Em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Receita Bruta	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2005	(%)	2006	(%)
<b>Total de Vendas no Mercado Interno</b>	<b>457.260</b>	<b>78,60</b>	<b>388.538</b>	<b>69,60</b>
Nãotecidos	332.844	57,20	248.507	44,50
Tubos e conexões	100.793	17,30	118.393	21,20
Embalagens	23.623	4,10	21.638	3,90
<b>Vendas no Mercado Externo (*)</b>	<b>124.216</b>	<b>21,40</b>	<b>169.734</b>	<b>30,40</b>
<b>Total .....</b>	<b>581.476</b>	<b>100,0%</b>	<b>558.272</b>	<b>100,0%</b>

(\*)Nossas vendas externas são integralmente compostas de nãotecidos.

*Vendas no mercado interno.* Nossas vendas no mercado interno atingiram R\$388,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, comparadas com R\$457,3 milhões, em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma redução de 15,0%, ou R\$68,8 milhões. Essa redução decorre, principalmente, da queda de 12,0% no preço médio de venda na divisão Kami no mercado interno e queda de 15,8% no volume vendido, ocasionadas, principalmente, pela entrada de novos competidores no mercado doméstico. Por essa razão, nossas receitas com nãotecidos no mercado doméstico passaram de R\$332,8 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$248,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, uma redução de 25,3%. Em relação às nossas vendas de tubos e conexões de PVC, nossas receitas aumentaram de R\$100,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005, para R\$118,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 um aumento de 17,5%. Tal aumento decorre, principalmente, de um incremento no volume negociado na ordem de 36% (18.157 toneladas em 2005 e 24.591 toneladas em 2006). Em relação às nossas vendas de embalagens plásticas, nossas receitas diminuíram, passando de R\$23,6 milhões, em 31 de dezembro de 2005, para R\$21,6 milhões em 31 de dezembro de 2006. Tal diminuição decorre de baixa nos preços médios em razão da entrada de novos competidores.

*Vendas no Mercado Externo.* Houve um aumento de 36,6%, ou R\$45,5 milhões, em nossas vendas no mercado externo, que passaram de R\$124,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005, para R\$169,7 milhões, em 31 de dezembro de 2006. Essa variação decorre principalmente do aumento de 47,2% no volume de produtos exportados, principalmente para os Estados Unidos, Costa Rica, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Chile, Argentina e Uruguai, devido ao fornecimento de nãotecidos às operações regionais de multinacionais do segmento de descartáveis, como Kimberly-Clark e Procter&Gamble, que, além de terem operações no Brasil, mantêm presença em outros países da América Latina. Essa estratégia está em linha com nossos esforços no sentido de aumentar nossa participação no mercado internacional de nãotecidos, diminuindo nossa dependência do mercado interno e internacionalizando ainda mais a marca Kami para fazer da Providência uma empresa global.

### Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$56,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 33,8%, ou R\$28,9 milhões, comparadas com R\$85,6 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa variação deve-se principalmente à redução de nossas vendas no mercado interno, do aproveitamento de créditos fiscais gerados na compra de matéria-prima e de uma melhora em nossa política de vendas, o que resultou em uma diminuição das devoluções de vendas conforme explicado a seguir. Como percentual da receita líquida, nossas deduções com vendas diminuíram de 17,3%, em 31 de dezembro de 2005, para 11,3%, em 31 de dezembro de 2006.

*Impostos sobre vendas.* Os impostos sobre vendas somaram R\$52,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma redução de 34,2%, ou R\$27,5 milhões, comparados com R\$80,4 milhões, em 31 de dezembro de

2005, devida, principalmente, ao menor volume de vendas para o mercado interno e o aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$30,3 milhões. O maior aproveitamento de créditos fiscais ocorreu em função do aumento da participação das vendas no mercado externo no total da receita bruta, o que nos permitiu acumular um maior volume de créditos tributários oriundos das matérias-primas utilizadas nos produtos exportados, além do fato de não incidirem sobre nossas exportações PIS, COFINS e ICMS.

*Devoluções de vendas.* As devoluções de vendas de nossos produtos foram de R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma redução de 26,3%, ou R\$1,3 milhão, comparadas com R\$5,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005, permanecendo abaixo de 1% de nossa receita bruta.

### ***Receita Líquida***

Nossa receita líquida atingiu R\$501,5 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 1,1%, ou R\$5,7 milhões, comparada com R\$495,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento da participação das vendas no mercado externo no montante total de nossa receita bruta, tendo em vista que as exportações estão sujeitas a uma menor carga tributária de impostos diretos.

### ***Custos dos Produtos Vendidos***

Nossos custos com produtos vendidos atingiram R\$333,1 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 8,6%, ou R\$26,5 milhões, comparados com R\$306,6 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa variação deve-se principalmente à majoração nos preços das matérias-primas (polipropileno, polietileno e resinas de PVC), de 17% em média durante o ano de 2006. Essas matérias-primas representaram aproximadamente 80% dos nossos custos de produção e, em decorrência da situação mercadológica, fizemos repasse de apenas parte desse aumento aos preços de venda, de forma que, como percentual da receita líquida, nossos custos com produtos vendidos subiram de 61,8%, em 31 de dezembro de 2005, para 66,4%, em 31 de dezembro de 2006.

### ***Lucro Bruto***

Nosso lucro bruto atingiu R\$168,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 11,0%, ou R\$20,7 milhões, comparado com R\$189,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se, principalmente, à queda em nossos preços de venda ocasionada pela entrada de novos competidores no mercado interno e à desvalorização de 9,5% do Dólar frente ao real. Adicionalmente, tivemos aumentos constantes nos preços das matérias-primas, repassados apenas parcialmente aos preços finais de nossos produtos. Como percentual da receita líquida, nosso lucro bruto caiu de 38,2%, em 31 de dezembro de 2005, para 33,6%, em 31 de dezembro de 2006.

### ***Receitas (Despesas) Operacionais***

Nossas despesas operacionais atingiram R\$58,4 milhões em 31 de dezembro de 2006, que representou diminuição de 5,4%, ou R\$3,4 milhões, comparadas com R\$61,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se, principalmente, ao aumento de nossas receitas financeiras, que superou o aumento observado em nossas despesas, em especial as despesas administrativas. Como percentual da receita líquida, nossas despesas operacionais caíram de 12,5%, em 31 de dezembro de 2005, para 11,6%, em 31 de dezembro de 2006.

*Despesas com Vendas.* Nossas despesas com vendas atingiram R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 7,0%, ou R\$2,1 milhões, comparadas com R\$29,5 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Tal aumento deve-se, principalmente, às despesas com fretes nas vendas de nãotecidos para o mercado externo. Em razão do maior volume exportado, tivemos maiores custos com o transporte e entrega de nossos produtos. Como percentual da receita líquida, nossas despesas com vendas aumentaram de 6,0%, em 31 de dezembro de 2005, para 6,3%, em 31 de dezembro de 2006.

*Despesas Administrativas.* Nossas despesas administrativas atingiram R\$33,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 55,1%, ou R\$12,0 milhões, comparadas com R\$21,9 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento ocorrido no período é composto pelos seguintes principais itens: (i) R\$1,7 milhões representando 14,2% do aumento do período trata-se de ICMS e IPI não recuperáveis, incidentes nas importações e transferências de produtos entre matriz e filial; (ii) R\$2,6 milhões representando 21,7% do aumento do período trata-se (a) de provisões para perdas em estoques de produtos obsoletos ou de baixo giro, (b) além de outras provisões para contingências civis e tributárias; (iii) R\$1,4 milhões representando 11,7% do aumento do período se refere aos benefícios, (plano de saúde, assistência odontológica, transportes de funcionários), sendo os dois últimos implantados em 2006 e integralmente subsidiados pela Companhia; (iv) R\$2,6 milhão representando 21,7% do aumento do período trata-se de correções dos

salários com encargos sociais realizadas no período; e (v) R\$1,3 milhões representando 10,8% do aumento do período se refere a serviços prestados por terceiros (por ex: honorários profissionais, serviços de manutenção, customizações no ERP, serviços de rastreamento de veículos). Como percentual da receita líquida, nossas despesas administrativas aumentaram de 4,4%, em 31 de dezembro de 2005, para 6,8%, em 31 de dezembro de 2006.

*Depreciação e Amortização.* Nossas despesas com amortização e depreciação atingiram R\$18,6 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 1,2%, ou R\$0,2 milhão comparadas com R\$18,4 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Não houve variação significativa nas despesas de amortização e depreciação em razão da não ocorrência de investimentos em ativos imobilizados na área administrativa.

*Receitas Financeiras.* Nossas receitas financeira atingiram R\$43,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 84,2%, ou R\$20,0 milhões, comparadas com R\$23,8 milhões em 31 de dezembro de 2005. Tal aumento é decorrente dos rendimentos financeiros obtidos por meio da aplicação de nosso caixa pelo fato de não termos realizado nenhum grande investimento no período.

*Despesas Financeiras.* Nossas despesas financeiras atingiram R\$19,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 9,8%, ou R\$1,8 milhão, comparadas com R\$18,0 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essas despesas decorrem, principalmente, do impacto da desvalorização do Dólar frente ao Real sobre as nossas vendas no mercado externo. O aumento dessas despesas decorre principalmente do crescimento de vendas no mercado externo no exercício de 2006 comparado ao exercício de 2005 (36,6% em receitas e 47,2% em volume). Adicionalmente, registre-se que a administração da Companhia não implementou nenhum mecanismo de proteção (*hedge*) contra os efeitos das variações no câmbio.

*Outras Receitas Operacionais Líquidas.* Nossas outras receitas operacionais líquidas atingiram R\$1,7 milhão em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma redução de 26,3%, ou R\$0,6 milhão, comparadas com R\$2,3 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Tal redução deve-se, principalmente, às reversões de provisões realizadas em 2006.

### ***Lucro Operacional***

Nosso lucro operacional atingiu R\$110,0 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 13,7%, ou R\$17,4 milhões, comparado com R\$127,4 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se, principalmente, ao aumento dos custos dos produtos vendidos decorrentes de aumentos nos custos com matéria-prima e mão-de-obra, os quais foram repassados apenas parcialmente ao preço final de nossos produtos. Como percentual da receita líquida, nosso lucro operacional caiu de 25,7%, em 31 de dezembro de 2005, para 21,9%, em 31 de dezembro de 2006.

### ***Resultado Não Operacional Líquido***

Nosso resultado não operacional líquido atingiu R\$47,0 mil em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 88,7%, ou R\$370,0 mil, comparado com R\$417,0 mil, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se principalmente à alienação de imobilizado. Em 2005, foram alienados ativos imobilizados (caminhões), ocasionando um maior resultado não operacional comparativamente a 2006.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 8,1%, ou R\$1,9 milhão, comparadas com R\$24,1 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução é consequência da diminuição de 13,7% em nosso lucro operacional em 2006, o que acarretou uma diminuição da base de cálculo tributável. Nossa alíquota efetiva passou de 18,8% do lucro tributável em 2005, para 20,1% em 2006.

### ***Lucro Líquido do Exercício***

Pelos motivos explicados acima, nosso lucro líquido atingiu R\$94,2 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 9,2% ou R\$9,6 milhões, comparado com R\$103,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005.

## ***Outras Informações Sobre Nossos Resultados.***

### ***EBITDA Ajustado***

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R\$142,2 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou uma diminuição de 15,9%, ou R\$27,0 milhões, comparado com R\$169,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005, apresentando uma margem de 28,3% da receita líquida, em comparação a 34,1% no período encerrado em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se principalmente à redução da receita bruta e aumento nos custos dos produtos vendidos e em algumas linhas de nossas despesas operacionais, principalmente despesas administrativas.

Nossa receita bruta diminuiu devido a vários fatores. No mercado interno, nossas receitas com vendas de não tecidos foram prejudicadas por uma redução no preço médio de não tecidos. Tal redução foi ocasionada pelo aumento da capacidade instalada para a produção de não tecido no Brasil e devido ao aumento das importações de não tecidos, estimuladas pela valorização do Real frente ao Dólar. No mercado externo, apesar de nossas vendas de não tecido terem crescido em termos de volume, nossas receitas foram prejudicadas pela valorização do Real frente ao Dólar.

Além da diminuição em nossa receita bruta, nosso EBITDA Ajustado foi prejudicado pelo aumento dos custos dos produtos vendidos (que passaram de R\$306,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 para R\$333,1 milhões em 31 de dezembro de 2006) devido ao aumento nos preços de nossas principais matérias-primas. e aumento das despesas operacionais conforme mencionado acima.

### **Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2005 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2004**

#### ***Receita Bruta***

Nossa receita bruta atingiu R\$581,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 5,7%, ou R\$31,3 milhões, comparada com R\$550,2 milhão, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento deve-se a uma expansão de nossas exportações e do aumento no preço médio de não tecidos no mercado interno. A tabela abaixo ilustra a variação de nossa receita bruta com base em nossas vendas nos mercados externo e interno e em nossas três linhas de produtos.

*(Em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicado)*

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>			
<b>Receita Bruta</b>	<b>2004</b>	<b>(%)</b>	<b>2005</b>	<b>(%)</b>
<b>Total de Vendas no Mercado Interno</b>	<b>437.900</b>	<b>79,60</b>	<b>457.260</b>	<b>78,60</b>
Não tecidos	318.122	57,82	332.844	57,20
Tubos e conexões	101.547	18,46	100.793	17,30
Embalagens	18.230	3,31	23.623	4,10
<b>Vendas no Mercado Externo(*)</b>	<b>112.294</b>	<b>20,41</b>	<b>124.216</b>	<b>21,40</b>
<b>Total .....</b>	<b>550.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>581.476</b>	<b>100,0%</b>

(\*)Nossas vendas externas são integralmente compostas de não tecidos.

*Vendas no mercado interno.* Nossas vendas no mercado interno atingiram R\$457,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 4,4%, ou R\$19,4 milhões, comparadas com R\$437,9 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no preço médio de venda na divisão Kami no mercado interno e de queda de 38,5% no volume vendido. Por essa razão, nossas receitas com não tecidos no mercado doméstico aumentaram, passando de R\$318,1 milhões, em 31 de dezembro de 2004, para R\$332,8 milhões em 31 de dezembro de 2005. Em relação às nossas vendas de tubos e PVC, nossas receitas diminuíram ligeiramente, passando de R\$101,5 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$100,8 milhões em 31 de dezembro de 2005. Tal diminuição decorre dos efeitos do aumento dos preços médios praticados no período de 15,9% e queda de 13,9% no volume vendido. Em relação às nossas vendas de embalagens plásticas, nossas receitas aumentaram, passando de R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R\$23,6 milhões em 31 de dezembro de 2005. Tal aumento decorre de um incremento nos volumes negociados na ordem de 28% no período.

*Vendas no Mercado Externo.* Nossas vendas no mercado externo atingiram R\$124,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 10,6%, ou R\$11,9 milhões, comparadas com R\$112,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre, principalmente, do aumento no volume de vendas na divisão Kami no mercado externo ocasionado pela capacidade disponível para exportação e pela busca de novos clientes e de queda de 7,0% no preço médio de venda.

### ***Deduções de Vendas***

Nossas deduções de vendas atingiram R\$85,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 18,5%, ou R\$13,4 milhões, comparadas com R\$72,2 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento de nossas vendas no mercado interno e ao aumento de devoluções de vendas. Como percentual da receita líquida, nossas deduções com vendas aumentaram de 15,1%, em 31 de dezembro de 2004, para 17,3%, em 31 de dezembro de 2005.

*Impostos sobre vendas.* Os impostos sobre vendas atingiram R\$80,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 18,9%, ou R\$12,8 milhões, em impostos sobre vendas, comparados com R\$67,6 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre principalmente do aumento da receita de vendas no mercado interno, o que gera um aumento nos impostos indiretos (ICMS, PIS, e COFINS).

*Devoluções de vendas.* As devoluções atingiram R\$5,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, equivalente a 1,1% de nossa receita líquida, o que representou um aumento de 12,7%, ou R\$0,6 milhão, comparadas com R\$4,6 milhões, em 31 de dezembro de 2004.

### ***Receita Líquida***

Nossa receita líquida atingiu R\$495,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 3,7%, ou R\$17,9 milhões, comparada com R\$477,9 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento decorre principalmente do crescimento das vendas nos mercados interno e externo. A receita líquida sofreu um impacto maior em decorrência das vendas para o mercado externo, tendo em vista que sobre elas não incidem os impostos indiretos.

### ***Custos dos Produtos Vendidos***

Nossos custos com produtos vendidos atingiram R\$306,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 6,7%, ou R\$19,3 milhões, comparados com R\$287,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação deve-se ao aumento das vendas e atualização nos preços das matérias-primas (polipropileno) como percentual da receita líquida, nossos custos com produtos vendidos subiram de 60,1%, em 31 de dezembro de 2004, para 61,8%, em 31 de dezembro de 2005.

### ***Receitas (Despesas) Operacionais***

Nossas despesas operacionais atingiram R\$61,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 26,8%, ou R\$13,1 milhões, comparadas com R\$48,7 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação deve-se principalmente ao aumento em nossas despesas com vendas, administrativas, e financeiras, que não foi compensando pelo aumento de nossas receitas financeiras e outras receitas operacionais, conforme explicado a seguir. Como percentual da receita líquida, nossas despesas operacionais subiram de 10,2%, em 31 de dezembro de 2004, para 12,5%, em 31 de dezembro de 2005.

*Despesas com Vendas.* Nossas despesas com vendas atingiram R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 26,9%, ou R\$6,2 milhões, comparadas com R\$23,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre, principalmente, do aumento de nossas vendas nos mercados interno e externo, aumento das despesas com frete marítimos no valor de R\$5,2 milhões, aumento dos custos relacionados aos procedimentos para exportação em nossas vendas no mercado externo no valor de R\$0,1 milhão e pagamento de maiores quantias a título de comissões a representantes no valor de R\$0,9 milhão. Como percentual da receita líquida, nossas despesas com vendas aumentaram de 4,9%, em 31 de dezembro de 2004, para 6,0%, em 31 de dezembro de 2005.

*Despesas Administrativas.* Nossas despesas administrativas atingiram R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 19,8%, ou R\$3,7 milhões, comparadas com R\$18,2 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Tal aumento deve-se, principalmente, a honorários profissionais pagos a auditores, consultores e advogados, plano de assistência médica a funcionários, implantado em junho de 2004 e aos custos com mão-de-obra. Como percentual da receita líquida, nossas despesas administrativas aumentaram de 3,8%, em 31 de dezembro de 2004, para 4,4%, em 31 de dezembro de 2005.

*Depreciação e Amortização.* As despesas com depreciação e amortização perfazendo o montante de aproximadamente R\$18,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, mantiveram-se praticamente inalteradas, apresentando pequena redução de 0,2%, ou R\$39,0 mil. Não houve variação significativa nas despesas de depreciação e amortização em razão da não ocorrência de investimentos relevantes em ativos imobilizados na área administrativa.

*Receitas Financeiras.* As receitas financeiras atingiram R\$23,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 44,9%, ou R\$7,4 milhões, comparadas com R\$16,4 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Tal aumento deve-se, principalmente, a rendimentos de aplicações financeiras, em razão do alto volume de recursos mantidos pela Companhia em aplicações no exercício de 2005. Tal aumento é decorrente dos rendimentos financeiros obtidos por meio da aplicação de nosso caixa pelo fato de não termos realizado nenhum grande investimento no período.

*Despesas Financeiras.* As despesas financeiras atingiram R\$18,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 165,2%, ou R\$11,2 milhões, comparadas com R\$6,8 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Tal aumento decorre principalmente da desvalorização do Dólar frente ao Real, uma vez que a Companhia teve 44,5% de sua carteira de recebíveis gerados pelas vendas ao mercado externo e, portanto, influenciada pelos efeitos da variação cambial. Nossa antiga administração não implementou nenhum mecanismo de proteção (*hedge*) contra os efeitos de variações no câmbio.

*Outras Receitas Operacionais Líquidas.* Outras receitas operacionais líquidas atingiram R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 38,5%, ou R\$0,7 milhão, comparadas com R\$1,6 milhão, em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre principalmente da venda de sucatas ocorrida em 2005.

### ***Lucro Operacional***

Nosso lucro operacional atingiu R\$127,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 10,2%, ou R\$14,5 milhões, comparado com R\$141,9 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se principalmente ao aumento das despesas com vendas e das despesas financeiras decorrentes das perdas cambiais. O resultado positivo das aplicações financeiras não foi suficiente para evitar a queda do lucro operacional. Como percentual da receita líquida, nosso lucro operacional caiu de 29,7%, em 31 de dezembro de 2004, para 25,7%, em 31 de dezembro de 2005.

### ***Resultado Não Operacional Líquido***

Nosso resultado não operacional líquido atingiu R\$417,0 mil em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 181,8%, ou R\$269,0 mil, comparado com R\$148,0 mil, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento deve-se principalmente à alienação de bens do ativo imobilizado (veículos), ocasionando um aumento no resultado não operacional.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

Nossas despesas com imposto de renda e contribuição social atingiram R\$24,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou diminuição de 6,8%, ou R\$1,8 milhão, comparadas com R\$25,9 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa redução é consequência da diminuição de 10,2% em nosso lucro operacional em 2005, o que acarretou uma diminuição da base cálculo tributável. Nossa alíquota efetiva passou de 18,2%, em 2004, para 18,8% do lucro tributável, em 2005.

### ***Lucro Líquido do Exercício***

Pelos motivos explicados acima, nosso lucro líquido atingiu R\$103,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 10,7%, ou R\$12,4 milhões, comparado com R\$116,2 milhões, em 31 de dezembro de 2004.

### ***Outras Informações Sobre Nossos Resultados***

#### ***EBITDA Ajustado***

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R\$169,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 4,1%, ou R\$7,2 milhões, comparado com R\$176,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando uma margem de 34,1% da receita líquida. Essa diminuição deve-se principalmente ao aumento da participação das vendas externas no total de nossa receita bruta e aumento nos custos dos produtos vendidos e em nossas despesas operacionais.

Nossas receitas com vendas no mercado externo foram prejudicadas pela valorização do Real frente ao Dólar, afetando nosso EBITDA Ajustado. Nosso EBITDA Ajustado foi igualmente prejudicado pelo aumento dos custos dos produtos vendidos (que passaram de R\$287,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004, para R\$306,6 milhões em 31 de dezembro de

2005) devido ao aumento nos preços de nossas principais matérias-primas. Adicionalmente, nossas despesas operacionais aumentaram (passando de R\$48,7 milhões, em 31 de dezembro de 2004, para R\$61,8 milhões em 31 de dezembro de 2005) devido principalmente aos custos com frete incorridos em nossas exportações e pelas variações cambiais passivas, classificadas como despesas financeiras, ocasionadas pela forte valorização do Real frente ao Dólar. Mesmo o bom resultado das receitas financeiras, que sofreu aumento da ordem de R\$7,4 milhões, não foi suficiente para compensar as despesas financeiras geradas com a perda cambial no período.

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras de nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e 31 de março de 2006 e 2007. Para fins de comparação, a tabela apresenta variações percentuais para os períodos indicados.

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de									
	2004		2005		2006		2004 x 2005		2005 x 2006	
		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>310.727</b>	<b>60,1</b>	<b>383.157</b>	<b>70,4</b>	<b>470.596</b>	<b>77,7</b>	<b>23,3</b>	<b>22,8</b>		
Caixa e bancos	2.353	0,5	3.360	0,6	3.707	0,6	42,8	10,3		
Aplicações financeiras	91.961	17,8	205.230	37,7	288.867	47,7	123,2	40,8		
Contas a receber de clientes	117.574	22,7	111.509	20,5	113.829	18,8	(5,2)	2,1		
Estoques	80.790	15,6	47.929	8,8	39.324	6,5	(40,7)	(18,0)		
Impostos a recuperar	13.608	2,6	7.546	1,4	18.918	3,1	(44,5)	150,7		
Outros direitos realizáveis	4.441	0,9	7.583	1,4	5.951	1,0	70,7	(21,5)		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>9.748</b>	<b>1,9</b>	<b>8.969</b>	<b>1,6</b>	<b>19.498</b>	<b>3,2</b>	<b>(8,0)</b>	<b>117,4</b>		
Partes relacionadas	3.268	0,6	3.231	0,6	3.638	0,6	(1,1)	12,6		
Impostos a recuperar	1.524	0,3	119	-	4.046	0,7	(92,2)	3.300,0		
Depósitos e cauções	4.931	1,0	5.594	1,0	5.482	0,9	13,4	(2,0)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	6.307	1,0	-	-		
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	25	-	25	-	-	-		
<b>PERMANENTE</b>	<b>196.761</b>	<b>38,0</b>	<b>151.751</b>	<b>27,9</b>	<b>115.690</b>	<b>19,1</b>	<b>(22,9)</b>	<b>(23,8)</b>		
Investimentos	151	-	121	-	121	-	(19,9)	-		
Imobilizado	128.773	24,9	101.825	18,7	83.871	13,8	(20,9)	(17,6)		
Diferido	67.837	13,1	49.805	9,2	31.698	5,2	(26,6)	(36,4)		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>517.236</b>	<b>100,0</b>	<b>543.877</b>	<b>100,0</b>	<b>605.784</b>	<b>100,0</b>	<b>5,2</b>	<b>11,4</b>		
<b>ATIVO</b>										
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>73.443</b>	<b>14,2</b>	<b>20.170</b>	<b>3,7</b>	<b>16.936</b>	<b>2,8</b>	<b>(72,5)</b>	<b>(16,0)</b>		
Fornecedores	18.498	3,6	3.214	0,6	6.951	1,1	(82,6)	116,3		
nacionais	18.334	3,5	3.017	0,6	6.808	1,1	(83,5)	125,7		
no exterior	164	-	197	-	143	-	20,1	(27,4)		
Adiantamento sobre contrato de câmbio	7.597	1,5	-	-	-	-	-	-		
Encargos sociais e provisões trabalhistas	2.765	0,5	3.195	0,6	6.132	1,0	15,6	91,9		
Obrigações tributárias	7.605	1,5	7.432	1,4	2.834	0,5	(2,3)	(61,9)		
Parcelamento de impostos - REFIS	2.699	0,5	-	-	-	-	-	-		
Contas a pagar a acionistas	30.403	5,9	4.402	0,8	-	-	(85,5)	-		
Outras exigibilidades	3.876	0,7	1.927	0,4	1.019	0,2	(50,3)	(47,1)		
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.349</b>	<b>1,2</b>	<b>6.951</b>	<b>1,3</b>	<b>11.180</b>	<b>1,8</b>	<b>9,5</b>	<b>60,8</b>		
Obrigações tributárias	-	-	-	-	3.902	0,6	-	-		
Provisão para contingências	6.349	1,2	6.951	1,3	7.278	1,2	9,5	4,7		
Participações Minoritárias	3	-	-	-	4	-	-	-		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>437.441</b>	<b>84,6</b>	<b>516.756</b>	<b>95,0</b>	<b>577.664</b>	<b>95,4</b>	<b>18,1</b>	<b>11,8</b>		
Capital social	234.308	45,3	234.308	43,1	234.308	38,7	-	-		
Reserva de capital	90.260	17,5	90.260	16,6	90.260	14,9	-	-		
Reserva de lucros	9.154	1,8	14.343	2,6	19.053	3,1	56,7	32,8		
Lucros acumulados	103.719	20,1	177.845	32,7	234.043	38,6	71,5	31,6		
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>517.236</b>	<b>100,0</b>	<b>543.877</b>	<b>100,0</b>	<b>605.784</b>	<b>100,0</b>	<b>5,2</b>	<b>11,4</b>		

(em R\$ milhares, exceto porcentagem)	Em 31 de dezembro de 2006		Em 31 de março de 2007		31 de dezembro de 2006 x 31 de março de 2007
		(%)		(%)	(%)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>470.596</u></b>	<b><u>77,7</u></b>	<b><u>193.411</u></b>	<b><u>35,6</u></b>	<b><u>(58,9)</u></b>
Caixa e bancos	3.707	0,6	2.523	0,5	(31,9)
Aplicações financeiras	288.867	47,7	28.177	5,2	(90,2)
Contas a receber de clientes	113.829	18,8	98.223	18,1	(13,7)
Estoques	39.324	6,5	34.628	6,4	(11,9)
Impostos a recuperar	18.918	3,1	25.411	4,7	34,3
Outros direitos realizáveis	5.951	1,0	4.457	0,8	(25,1)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>19.498</u></b>	<b><u>3,2</u></b>	<b><u>29.187</u></b>	<b><u>5,4</u></b>	<b><u>49,7</u></b>
Partes relacionadas	3.638	0,6	40	-	(98,9)
Impostos a recuperar	4.046	0,7	9.747	1,8	140,9
Depósitos e cauções	5.482	0,9	5.761	1,1	5,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.307	1,0	13.610	2,5	115,8
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	-	29	-	16,0
<b>PERMANENTE</b>	<b><u>115.690</u></b>	<b><u>19,1</u></b>	<b><u>320.435</u></b>	<b><u>59,0</u></b>	<b><u>177,0</u></b>
Investimentos	121	-	126	-	4,1
Imobilizado	83.871	13,8	99.865	18,4	19,1
Diferido	31.698	5,2	220.444	40,6	595,5
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b><u>16.936</u></b>	<b><u>2,8</u></b>	<b><u>526.856</u></b>	<b><u>97,0</u></b>	<b><u>3010,9</u></b>
Fornecedores	<u>6.951</u>	<u>1,1</u>	19.927	3,7	186,7
nacionais	6.808	1,1	19.590	3,6	187,7
no exterior	143	-	337	0,1	135,7
Financiamentos	-	-	486.640	89,6	-
Encargos sociais e provisões trabalhistas	6.132	1,0	5.293	1,0	(13,7)
Obrigações tributárias	2.834	0,5	2.569	0,5	(9,4)
Outras exigibilidades	1.019	0,2	12.427	2,3	1.119,5
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b><u>11.180</u></b>	<b><u>1,8</u></b>	<b><u>11.774</u></b>	<b><u>2,2</u></b>	<b><u>5,3</u></b>
Obrigações tributárias	3.902	0,6	3.407	0,6	(12,7)
Provisão para contingências	7.278	1,2	8.367	1,5	15,0
<b>Participações minoritárias</b>	<b><u>4</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>577.664</u></b>	<b><u>95,4</u></b>	<b><u>4.411</u></b>	<b><u>0,8</u></b>	<b><u>(99,2)</u></b>
Capital social	234.308	38,7	419.768	77,3	79,2
Reserva de capital	90.260	14,9	-	-	-
Reserva de lucros	19.053	3,1	19.053	3,5	-
Lucros acumulados	234.043	38,6	(434.410)	(80,0)	(285,6)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b><u>605.784</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>543.041</u></b>	<b><u>100,0</u></b>	<b><u>(10,4)</u></b>

### 31 de março de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006

#### Ativo Circulante

Nosso ativo circulante diminuiu 58,9%, passando de R\$470,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, para R\$193,4 milhões em 31 de março de 2007.

As principais variações foram:

*Caixa e Bancos.* O saldo da conta de caixa e bancos atingiu R\$2,5 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 31,9%, comparado com R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução deve-se a situação da posição da tesouraria, após recebimentos e pagamentos.

*Aplicações Financeiras.* A conta de aplicações financeiras atingiu R\$28,2 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 90,2%, comparado com R\$288,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução está relacionada à mudança no controle da companhia, já que estes recursos foram utilizados para pagamento de dividendos de R\$210,0 milhões, em 31 de janeiro de 2007 aos acionistas da administração anterior. Tivemos ainda em 18 de janeiro de 2007, também previamente à transferência de controle, a cisão em que uma parcela no valor R\$80 milhões foi transferida para a Kami Providência Participações S.A.. O saldo final ainda foi impactado pelo lucro operacional gerado no trimestre que amenizou em parte os efeitos negativos no caixa da Companhia.

*Conta a receber de clientes.* O saldo do contas a receber de clientes atingiu R\$98,2 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 13,7%, comparado com R\$113,8 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução deve-se principalmente à queda no valor das vendas no mercado interno, de R\$21,4 milhões e de 13,0% no volume. Nosso prazo médio de vendas se mantém estabilizado, na faixa dos 70 dias.

*Estoques.* O saldo da conta de estoques atingiu R\$34,6 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 11,9%, comparado com R\$39,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução deve-se principalmente ao menor volume de compra de matérias primas. Nosso prazo médio de estocagem caiu de 54 dias em 2006 para 48 dias em 2007.

*Impostos a recuperar.* A conta de impostos a recuperar atingiu R\$25,4 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma aumento 34,3%, comparado com R\$18,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento deve-se principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

*Outros direitos realizáveis.* A conta de outros direitos realizáveis atingiu R\$4,5 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 25,1%, comparado com R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução deve-se principalmente a baixa dos adiantamentos concedidos a fornecedores, realizada neste trimestre.

### ***Realizável a Longo Prazo***

Nosso realizável a longo prazo atingiu R\$29,2 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um crescimento de 49,7%, comparado com R\$19,5 milhões, em 31 de dezembro de 2006.

As principais variações foram:

*Partes relacionadas.* O saldo da conta de sociedade controlada atingiu R\$0,04 milhão em 31 de março de 2007, comparado com R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução deve-se à baixa do contas a receber mantido com a controladora Kami Providência Participações S.A., em função da cisão realizada em 18 de janeiro de 2007.

*Impostos a recuperar.* O saldo da conta de impostos a recuperar atingiu R\$9,7 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 140,9%, comparado com R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento deve-se principalmente à recuperação de créditos fiscais da Cofins, no valor de R\$6,3 milhões, por conta de mandado de segurança, que nos deu ganho de causa, declarando inconstitucional a ampliação da base de cálculo do tributo.

*Imposto de renda e contribuição social diferidos.* O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferido atingiu R\$13,6 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 115,8%, comparado com R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento refere-se à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido calculado sobre diferenças temporárias controladas na apuração do lucro real.

*Depósitos e cauções.* O saldo da conta de depósitos e cauções atingiu R\$5,8 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 5,1%, comparado com R\$5,5 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento deve-se principalmente a depósitos judiciais trabalhistas e recuperação de créditos fiscais na empresa controlada Providência Transportes Ltda.

### ***Permanente***

Nosso ativo permanente atingiu R\$320,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou crescimento expressivo no período de 177,0%, comparado com R\$115,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, basicamente por conta dos efeitos da incorporação da Alnilan pela Cia Providência. As principais variações foram:

*Imobilizado.* O saldo da conta de imobilizado atingiu R\$99,9 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 19,1%, comparado com R\$83,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento deve-se principalmente a adiantamentos aos fornecedores para aquisição da máquina de nãotecidos – Kami IX.

*Diferido.* O saldo da conta de diferido atingiu R\$220,4 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, o que representou um crescimento de 595,5% comparado a apenas R\$31,7 milhões em dezembro de 2006. Como já destacado, esse aumento expressivo deve-se basicamente à contabilização do ágio, líquido da provisão, na incorporação da empresa Alnilan, no valor de R\$227,9 milhões, que será amortizado em 60 meses, a partir de março de 2007.

### ***Passivo Circulante***

Também por conta da incorporação, o saldo do nosso passivo circulante atingiu R\$526,9 milhões em 31 de março de 2007, o que representou em um aumento expressivo comparado com R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. As principais variações foram:

*Fornecedores.* O saldo da conta de fornecedores atingiu R\$19,9 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 186,7%, comparado com R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento já decorre da implementação de uma nova política na aquisição de matérias primas junto aos fornecedores nacionais buscando uma ampliação dos prazos médios de pagamento, que já passaram de 15 para 42 dias.

*Encargos Sociais e Provisões Trabalhistas.* O saldo da conta de encargos sociais e provisões trabalhistas atingiu R\$5,3 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 13,7%, comparado com R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução decorre da baixa nas provisões para pagamento de participação nos lucros, efetuada em 05 de janeiro de 2007.

*Outras Exigibilidades* O saldo das contas relativas a outras exigibilidades atingiu R\$12,4 milhões em 31 de março de 2007, comparado com R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento refere-se ao provisionamento do valor de ajuste de preço, calculado em decorrência da mudança do controle acionário, quando ficou convencionado entre as partes, o pagamento baseado no excedente de capital de giro e tesouraria existentes em 31 de janeiro de 2007.

*Financiamentos.* O saldo da conta de financiamentos, que era inexistente em 31 de dezembro de 2006, atingiu R\$486,6 milhões em 31 de março de 2007. Esse aumento deve-se ao financiamento contraído pela Alnilan, no valor de R\$475,0 milhões após sua incorporação pela Providência em 28 de fevereiro de 2007.

### ***Exigível a Longo Prazo***

O saldo do nosso exigível a longo prazo atingiu R\$11,8 milhões em 31 de março de 2007, o que represento um aumento de 5,3%, comparado com R\$11,2 milhões, em 31 de dezembro de 2006.

*Obrigações tributárias.* O saldo da conta de obrigações tributárias, exigível a longo prazo atingiu R\$3,4 milhões em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 12,7%, comparado com R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução decorre dos pagamentos de tributos (ICMS) sobre as aquisições de ativo imobilizado, que esta sendo amortizado em 48 meses de acordo com a legislação.

*Provisão para Contingências.* O saldo da conta para provisão de contingências, exigível a longo prazo, atingiu R\$8,4 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 15,0%, comparado com R\$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento decorre principalmente da provisão para pagamento de honorários advocatícios, referentes à ação de recuperação de créditos fiscais.

## ***Patrimônio Líquido***

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$4,4 milhões em 31 de março de 2007, representando 0,8% do nosso passivo total naquela data (95,4% em 31 de dezembro de 2006), uma redução de R\$573,3 milhões em relação a R\$577,7 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução decorre principalmente de:

*Capital Social.* O saldo da conta de capital social atingiu R\$419,8 milhões em 31 de março de 2007, o que representou um aumento de 79,2%, comparado com R\$234,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Esse aumento decorre da incorporação do capital social da empresa Alnilan, em 28 de fevereiro de 2007, no valor de R\$197,0 milhões. Além disso tivemos também o ato societário da cisão em 18 de janeiro de 2007, no valor de R\$11,5 milhões, incorporados pela empresa Kami Providência Participações S.A. e Anamila S.A..

*Reserva de Capital.* A reserva de capital que em 31 de dezembro de 2006 era de R\$90,3 milhões deixou de existir em função da cisão da Companhia em 18 de janeiro de 2007, pela qual R\$58,7 milhões foram incorporados na empresa Kami Providência Participações e R\$31,6 milhões na empresa Anamila S.A..

*Lucros ou prejuízos Acumulados.* Nosso saldo na conta de lucros ou prejuízos acumulados, atingiu um saldo negativo de R\$434,4 milhões no período em 31 de março de 2007, o que representou uma diminuição de 285,6%, comparado com R\$234,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa redução decorre de (i) dividendos distribuídos aos acionistas da administração anterior, no valor de R\$221,8 milhões; (ii) incorporação nas empresas Kami Providência Participações, no valor de R\$13,3 milhões e Alnilan no valor de R\$0,1 milhão, referente à cisão em 18 de janeiro de 2007; (iii) valores referentes à apuração do resultado do período de três meses encerrado em 31 de março de 2007, em que a Companhia apurou lucro de R\$9,7 milhões; e (iv) principalmente em decorrência da contabilização do valor de R\$442,5 milhões correspondente à contra partida do valor lançado no ativo diferido em conta redutora, referente à provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. Visando não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi reduzido da parcela para manutenção da integridade do capital social na Alnilan, de acordo com instrução nº 349 da CVM.

## **31 de dezembro de 2006 comparado com 31 de dezembro de 2005**

### ***Ativo Circulante***

Nosso ativo circulante atingiu R\$470,6 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou crescimento de 22,8%, comparado com R\$383,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram:

*Aplicações Financeiras.* A conta de aplicações financeiras atingiu R\$288,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou aumento de 40,8%, comparado com R\$205,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se principalmente à geração operacional de caixa, e aos rendimentos financeiros no período.

*Contas a Receber de clientes.* Nossas contas a receber atingiram R\$113,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou aumento de 2,1%, comparado com R\$111,5 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se, principalmente, a ampliação do nosso prazo médio de recebimento, que passou de 69 dias em 2005, para 74 dias em 2006, em razão de nossas exportações.

*Estoques.* O saldo da conta de estoques atingiu R\$39,3 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 18,0%, comparado com R\$47,9 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se principalmente ao menor volume de compras de matéria-prima nos últimos meses de 2006 e à redução de 20 dias no prazo médio de estocagem, que era de 74 dias em 2005 e passou para 54 dias em 2006.

*Impostos a recuperar.* A conta de impostos a recuperar atingiu R\$18,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou aumento de 150,7%, comparada com R\$7,5 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se principalmente aos créditos fiscais na aquisição de imobilizados, créditos de IPI (aumento de R\$2,3 milhões), ICMS (aumento de R\$1,1 milhão), imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras (aumento de R\$2,9 milhões)

antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (aumento de R\$5,0 milhões), já aproveitados no início de 2007.

### ***Realizável a Longo Prazo***

Nosso realizável a longo prazo atingiu R\$19,5 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou o crescimento de 117,4%, comparado com R\$9,0 milhões, em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram:

*Impostos de renda e contribuição social diferidos.* A conta de imposto de renda e contribuição social diferidos que não contava com lançamentos em 31 de dezembro de 2005, atingiu R\$6,3 milhões em 31 de dezembro de 2006. Durante o último exercício, a administração revisou os aspectos que envolvem o registro de créditos fiscais diferidos e registrou, na controladora, o montante referente ao crédito fiscal diferido sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2006, melhor retratando os efeitos das adições e exclusões na apuração do lucro real, para efeitos fiscais.

*Impostos a recuperar.* A conta de Impostos a recuperar foi constituída, atingindo um valor de R\$4,0 milhões em 31 de dezembro de 2006. Tal constituição deve-se principalmente aos créditos fiscais de ICMS na aquisição de ativo imobilizado (8ª linha de produção Reicofil).

### ***Permanente***

Nosso ativo permanente atingiu R\$115,7 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 23,8%, comparado com R\$151,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram:

*Imobilizado.* A conta de imobilizado atingiu R\$83,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 17,6%, comparada com R\$101,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se ao efeito das depreciações no período.

*Diferido.* A conta Diferido atingiu R\$31,7 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 36,4%, comparada com R\$49,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução deve-se às amortizações de ágio decorrente da incorporação da Sul Providência Administração de Bens S.A., realizada em setembro de 2003.

### ***Passivo Circulante***

O saldo do nosso passivo circulante atingiu R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 16,0%, comparado com R\$20,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005.

As principais variações foram:

*Fornecedores.* O saldo da conta de fornecedores atingiu R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou aumento de 116,3%, comparado com R\$3,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa variação decorre principalmente do aumento de R\$3,8 milhões da conta de fornecedores nacionais, que passou de R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, para R\$6,8 milhões, em 31 de dezembro de 2006. O aumento ocorreu devido, principalmente, à compra de matérias-primas do fornecedor Braskem, no valor de R\$3,3 milhões, que foram consumidas em 2007. As compras foram efetuadas no dia 29 de dezembro de 2006, com o pagamento em janeiro de 2007. A política da administração anterior era a maximização dos descontos na aquisição de grandes volumes com pagamentos à vista.

*Encargos Sociais e Provisões Trabalhistas.* O saldo da conta de encargos sociais e provisões trabalhistas atingiu R\$6,1 milhões, em 31 de dezembro de 2006, o que representou aumento de 91,9%, comparado com R\$3,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento decorre principalmente da provisão para pagamento de Programa de Participação nos Lucros e Resultados, ocorrido em janeiro de 2006, e gratificação a ser paga aos funcionários, suportada integralmente pelos antigos acionistas.

*Obrigações Tributárias.* O saldo da conta de obrigações tributárias atingiu R\$2,8 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 61,9%, comparado com R\$7,4 milhões, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução decorre principalmente porque não houve diferença de provisão do imposto de renda e contribuição social a recolher no exercício de 2006.

*Contas a pagar a Acionistas.* O saldo das contas a pagar a acionistas no valor de R\$4,4 milhões, em 31 de dezembro de 2005, foi eliminado após seu pagamento aos acionistas em dezembro de 2006.

*Outras Exigibilidades.* O saldo das contas relativas a outras exigibilidades atingiu R\$1,0 milhão em 31 de dezembro de 2006, o que representou diminuição de 47,1%, comparado com R\$1,9 milhão, em 31 de dezembro de 2005. Essa redução decorre principalmente da quitação de obrigações junto a prestadores de serviços.

### ***Exigível a Longo Prazo***

O saldo do nosso exigível a longo prazo aumento 60,8%, passando de R\$7,0 milhões, em 31 de dezembro de 2005, para R\$11,2 milhões em 31 de dezembro de 2006. A principal variação ocorreu na conta das obrigações tributárias. O saldo da conta de obrigações tributárias, inexistente em 31 de dezembro de 2005, foi para R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2006, principalmente em decorrência de ICMS incidente sobre a aquisição de ativo imobilizado (8º linha de produção Reicofil).

### ***Patrimônio Líquido***

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$577,7 milhões, em 31 de dezembro de 2006, representando 95,4% do nosso passivo total naquela data, equivalente a um crescimento de R\$60,9 milhões em relação a R\$516,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005, quando representava 95,0% do nosso passivo total. Esse aumento decorre principalmente do aumento de nossas contas de reserva de lucros e, principalmente, lucros acumulados, conforme explicado a seguir.

*Reserva de Lucros.* O saldo da conta de reserva de lucros atingiu R\$19,1 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 32,8%, comparado com R\$14,3 milhões em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento reflete a constituição da reserva de lucro realizada no período.

*Lucros Acumulados.* Nosso lucro acumulado atingiu R\$234,0 milhões em 31 de dezembro de 2006, o que representou um aumento de 31,6%, comparado com R\$177,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005, decorrente dos lucros gerados durante o exercício de 2006.

## **31 de dezembro de 2005 comparado com 31 de dezembro de 2004**

### ***Ativo Circulante***

Nosso ativo circulante atingiu R\$383,2 milhões, em 31 de dezembro de 2005, o que representou crescimento de 23,3%, comparado com R\$310,7 milhões, em 31 de dezembro de 2004.

As principais variações foram:

*Aplicações Financeiras.* A conta de aplicações financeiras atingiu R\$205,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 123,2%, comparado com R\$92,0 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento deve-se principalmente à geração operacional de caixa e aos rendimentos de aplicações financeiras.

*Contas a Receber de clientes.* Nossas contas a receber atingiram R\$111,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 5,2%, comparado com R\$117,6 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa diminuição deve-se principalmente à redução do prazo médio, que passou de 77 dias, em 2004, para 69 dias, em 2005.

*Estoques.* O saldo da conta de estoques atingiu R\$47,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou diminuição de 40,7%, comparado com R\$80,8 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se principalmente à redução dos prazos médios de estocagem que passaram de 130 dias, em 2004, para 74 dias, em 2005, proporcionada pela melhor eficiência operacional.

*Outros direitos realizáveis.* A conta de outros direitos realizáveis atingiram R\$7,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 70,7%, comparado com R\$4,4 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento deve-se principalmente a novos adiantamentos para fornecedores e despachantes.

### ***Realizável a Longo Prazo***

Nosso realizável a longo prazo atingiu R\$9,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou diminuição de 8,0%, comparado com R\$9,7 milhões, em 31 de dezembro de 2004. A diminuição no realizável a longo prazo deve-se, principalmente, à diminuição do saldo da conta de impostos a recuperar. O saldo da conta de impostos a recuperar atingindo R\$0,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 92,2%, comparado com R\$1,5 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se, principalmente, ao aproveitamento de créditos fiscais.

### ***Permanente***

Nosso ativo permanente atingiu R\$151,8 milhões, em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 22,9%, comparado com R\$196,8 milhões, em 31 de dezembro de 2004.

As principais variações foram:

*Imobilizado.* O saldo da conta de imobilizado atingiu R\$101,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 20,9%, comparado com R\$128,8 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se a depreciação calculada no período.

*Diferido.* O saldo da conta de diferido atingiu R\$49,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 26,6%, comparado com R\$67,8 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se a amortização do ágio decorrente da incorporação da Sul Providência Administração de Bens S.A. realizada em setembro de 2003.

### ***Passivo Circulante***

O saldo do nosso passivo circulante atingiu R\$20,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 72,5%, comparado de R\$73,4 milhões, em 31 de dezembro de 2004.

As principais variações foram:

*Fornecedores.* O saldo da conta de fornecedores atingiu R\$3,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 82,6%, ou R\$15,3 milhões, comparado com R\$18,5 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa variação decorre principalmente da redução de R\$15,3 milhões da conta de fornecedores nacionais, que passou de R\$18,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, para R\$3,0 milhões em 31 de dezembro de 2005. A política da administração anterior era a maximização dos descontos na aquisição de grandes volumes com pagamento à vista.

*Adiantamento sobre Contratos de Câmbio.* A conta de adiantamento sobre contratos de câmbio de R\$7,6 milhões que existia em 31 de dezembro de 2004 foi eliminada em decorrência do integral recebimento dos saldos devidos por parte de clientes no mercado externo, com a conseqüente baixa dos contratos de câmbio junto aos bancos.

*Contas a pagar a Acionistas.* O saldo das contas a pagar a acionistas atingiu R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 85,5%, comparado com R\$30,4 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução é decorrente dos pagamentos que foram realizados aos acionistas.

*Outras Exigibilidades.* O saldo das contas relativas a outras exigibilidades atingiu R\$1,9 milhão em 31 de dezembro de 2005, o que representou uma diminuição de 50,3%, comparado com R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa diminuição decorre de pagamentos realizados a fornecedores prestadores de serviços.

### ***Exigível a Longo Prazo***

O saldo do nosso exigível a longo prazo atingiu R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 9,5%, comparado com R\$6,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004. A principal variação ocorreu na conta da provisão para contingências, que atingiu R\$7,0 milhões, em 31 de dezembro de 2005, comparada com R\$6,3 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento decorre principalmente da constituição de novas provisões para contingências.

### ***Patrimônio Líquido***

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$516,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 95,0% do nosso passivo total naquela data, apresentando um crescimento de R\$79,4 milhões em relação a R\$437,4 milhões, em 31 de dezembro de

2004, quando representava 84,6% do nosso passivo total. Esse aumento decorre principalmente do aumento de nossas contas de reserva de lucros e, principalmente, lucros acumulados, conforme explicado a seguir.

*Reserva de Lucros.* O saldo da conta de reserva de lucros atingiu R\$14,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 56,7%, comparado com R\$9,2 milhões, em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento reflete a constituição da reserva de lucro realizada no período.

*Lucros Acumulados.* Nosso lucro acumulado atingiu R\$177,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 71,5%, comparado com R\$103,7 milhões em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento decorre dos lucros gerados durante o exercício de 2005.

## LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

### *Fluxo de Caixa*

Os recursos provenientes de nossas atividades operacionais são, e antecipamos que continuarão a ser, a maior fonte de liquidez e recursos de capital de nossa Companhia nos próximos anos. Aplicamos o caixa oriundo de nossas atividades principalmente para o financiamento de nossas necessidades de capital de giro e aquisição de novas máquinas sempre com o intuito de possuir tecnologia de ponta na fabricação nãotecidos.

A tabela a seguir apresenta determinados componentes de nosso fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 2004, 2005 e 2006 e para os trimestres encerrados em 31 de março de 2006 e 2007:

	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de	
	2004	2005	2006	2006	2007
	<i>(em milhões de R\$)</i>				
Fluxo de caixa decorrente de (aplicado em):					
Atividades operacionais.....	65,8	175,9	129,6	23,6	85,2
Investimentos .....	(52,0)	(3,3)	(12,3)	(2,7)	(250,7)
Financiamentos.....	(32,5)	(58,3)	(33,3)	(10,8)	(96,3)
<b>Aumento (redução) no caixa.....</b>	<b>(18,7)</b>	<b>114,3</b>	<b>84,0</b>	<b>10,1</b>	<b>(261,9)</b>

### *Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais*

Os recursos decorrentes de nossas atividades operacionais aumentaram 261,0%, atingindo R\$85,2 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2007, comparado com R\$23,6 milhões no mesmo período em 2006, devido principalmente à baixa do diferido em janeiro de 2007, relativa ao ágio na cisão parcial, firmada entre a Companhia e a Kami Providência Participações S.A.. Comparando os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, houve uma redução de 26,3% nos recursos decorrentes de nossas atividades operacionais, atingindo R\$129,6 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2006, comparado com R\$175,9 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de R\$46,3 milhões, devido principalmente à redução do lucro líquido no período, provocada pelo aumento no custo dos produtos vendidos em 2006, e também pela redução nos estoques ocorrida com menor intensidade em 2006 comparada à redução ocorrida em 2005. Comparando os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, houve um aumento de 167,3% nos recursos decorrentes de nossas atividades operacionais, atingindo R\$175,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, comparado com R\$65,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma variação positiva de R\$110,1 milhões, em razão de aumento no contas a receber e nos estoques, em 2004, provocado pelo acréscimo nas vendas para o mercado externo, impactando significativamente na necessidade de capital de giro e, conseqüentemente, na geração de caixa no ano de 2004.

### *Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento*

As disponibilidades líquidas aplicadas em atividades de investimento apresentaram aumento, atingindo R\$250,7 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2007, comparado com R\$2,7 milhões no mesmo período em 2006. Esse aumento deve-se principalmente a diferido contabilizados quando da incorporação da Alnilan e adiantamentos para aquisição da máquina Kami IX. Comparando os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, a disponibilidade líquida aplicadas em atividades de investimento aumentou 272,7%, atingindo R\$12,3, milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2006, comparado com R\$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, devido principalmente à realização de parte do pagamento de nossa nona máquina Reicofil. Comparando os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, as disponibilidades líquidas aplicadas em atividades de investimento diminuíram

93,7%, atingindo R\$3,3 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2005, comparado com R\$52,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, devido principalmente à mudança na política financeira da Companhia, em que o caixa gerado nas atividades operacionais, permaneceu aplicado no mercado financeiro.

#### *Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento*

Em 31 de março de 2007, nossos recursos aplicados em atividades de financiamento apresentaram aumento de R\$85,5 milhões quando comparados com o mesmo período em 2006. Esse aumento foi devido principalmente a (i) pagamentos dos dividendos aos acionistas, (ii) incorporação da Alnilan (R\$197,0 milhões), (iii) financiamentos contraído pela Alnilan (incorporada) junto ao Santander (R\$484,6 milhões). Em 31 de dezembro de 2006, nossas disponibilidades líquidas aplicadas em atividades de financiamento totalizaram aproximadamente R\$33,3 milhões, redução de R\$25,0 milhões quando comparadas a 31 de dezembro de 2005. Essa redução foi devida principalmente a um menor volume de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$17,4 milhões e pagamento de R\$7,6 milhões de adiantamentos de contratos de câmbio em 2005, fato este, não ocorrido em 2006. Em 31 de dezembro de 2005, nossas disponibilidades líquidas aplicadas em atividades de financiamento totalizaram aproximadamente R\$58,3 milhões, um aumento de R\$25,8 milhões quando comparadas a 31 de dezembro de 2004. Esse aumento foi devido principalmente (i) ao pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas em 2005.

#### **INVESTIMENTOS**

##### **Investimentos em Ativo Imobilizado**

Nossos investimentos são principalmente orientados pela nossa estratégia de crescimento, expansão de nossa atividade internacional e modernização respeitando nossas expectativas de retorno para o acionista.

A seguir apresentamos os investimentos realizados nos exercícios indicados:

<b><u>BENS</u></b>	<b><u>2004</u></b>	<b><u>2005</u></b>	<b><u>2006</u></b>	<b><u>1ºTrim/07</u></b>
Máquinas de nãotecidos	46.290	8.570	11.709	21.593
Variação cambial	-	(10.432)	-	-
Obras e Construções	3.396	2.599	123	1.008
Máquinas de PVC	511	896	422	85
Máquinas de Embalagens	30	597	-	-
Equipamentos de informática	188	571	25	65
Veículos	1.268	308	9	-
Móveis e Utensílios	234	115	43	10
Terrenos	-	-	14	-
<b>Total de aquisições</b>	<b><u>51.917</u></b>	<b><u>3.224</u></b>	<b><u>12.345</u></b>	<b><u>22.761</u></b>

No acumulado do ano de 2006, foram investidos no ativo imobilizado R\$12,3 milhões contra R\$3,2 milhões no ano anterior. O aumento diz respeito, principalmente, ao início de pagamento da nona linha de produção de nãotecidos da Providência, que também será construída na planta de São José dos Pinhais (PR).

A nona linha de produção da Providência já está encomendada junto ao fabricante a um custo total de 32,6 milhões de Euros, dos quais 10,6 milhões de Euros já foram pagos. Os demais pagamentos serão efetuados ao longo do ano de 2007. A nova máquina tem produção estimada de 16.100 toneladas anuais, devendo aumentar a capacidade produtiva atual da Providência em cerca de 30%. Estima-se que a nova máquina entre em operação nos primeiros meses de 2008.

Para 2007 pretendemos investir aproximadamente R\$130 milhões a serem utilizados para o pagamento do saldo pendente da nona linha de produção (83,4%), obras civis (5,0%), linha de tubos e conexões (8,3%) e implantação de sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), sistema integrado de gestão de negócios (3,3%).

Nossa administração pretende realizar tais investimentos utilizando recursos provenientes de nossas atividades operacionais, com financiamentos junto a instituições financeiras, especialmente com relação à nona linha de produção, bem como com recursos provenientes da presente Oferta. Para mais informações, vide item “Endividamento” a seguir e “Destinação de Recursos”, que se encontram nas páginas 109 e 63 deste Prospecto.

## ENDIVIDAMENTO

Em 31 de março de 2007, nosso endividamento total era de R\$484,6 milhões, referente a dívida contraída junto ao Santander, através de emissão pública de notas promissórias no valor de R\$475,0 milhões pela Alnilan, que foram distribuídas sob o regime de garantia firme, que foi exercida pelo Santander. A Alnilan foi incorporada em 28 de fevereiro de 2007 pela Companhia.

A tabela abaixo apresenta nosso endividamento nos períodos indicados. Para mais informações, ver a Nota 11 de nossas demonstrações financeiras para o trimestre encerrado em 31 de março de 2007, incluídas neste Prospecto.

### Empréstimos e financiamentos – 31 de março de 2007

Modalidade	Data de Vencimento	Encargos financeiros	Montante Devido
Moeda nacional.....	30 de julho de 2007	CDI + 0,55% a.a.	484.581
Moeda estrangeira - ACC.....	13 de maio de 2007	5,80% a.a.	1.030
Moeda estrangeira - ACC.....	27 de abril de 2007	5,78% a.a.	1.029
Total			486.640

ACC – Adiantamento de contrato de câmbio  
CDI – Certificado de Depósito Financeiro

No segundo semestre de 2007, pretendemos realizar uma emissão de notas promissórias (“Notas Promissórias II”) para o refinanciamento das Notas Promissórias. Igualmente no segundo semestre de 2007, pretendemos, ainda, realizar a nossa 1ª emissão pública de debêntures simples, da espécie com garantia flutuante, em série única (“Debêntures”), no total de aproximadamente R\$250,0 milhões e vencimento previsto para seis anos, cujos recursos serão utilizados para pagamento do saldo das Notas Promissórias II que não tiver sido quitado com os recursos da Oferta destinados para esse fim. A emissão das Debêntures para o pagamento das Notas Promissórias II melhoraria o perfil da dívida refinanciada, que passaria a representar uma dívida de longo prazo. Para mais informações sobre as Debêntures, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”, que se encontra na página 148 deste Prospecto.

## OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Adicionalmente aos nossos empréstimos e financiamentos, as nossas demais obrigações contratuais relevantes não passíveis de cancelamento, em 31 de março de 2007 encontram-se resumidas na tabela abaixo:

	Total	Menos de Um Ano	Um a Três Anos	Três a Cinco Anos	Mais de Cinco Anos
Obrigações com fornecedores	19.927	19.927	-	-	-
Compra de Equipamento <sup>(1)(2)</sup>	61.388	61.388	-	-	-
Construções em andamento <sup>(2)</sup>	2.450	2.450	-	-	-
Outros	1.590	1.590	-	-	-

(1) Compra da nona linha de produção de nãotecido, Reicofil.

(2) Tais valores são contabilizados em nossas demonstrações financeiras à medida em que os bens são produzidos ou recebidos.

## OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não temos quaisquer operações ou ajustes não registrados em nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer subsidiárias que não estejam incluídas em nossas demonstrações financeiras, nem possuímos quaisquer participações em, ou relacionamento com, quaisquer sociedades de propósito específico que não estejam refletidos nas nossas demonstrações financeiras.

## CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Nosso EBITDA, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, foi de R\$133,4 milhões.

No primeiro trimestre de 2007, nosso EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses foi de R\$117,3 milhões e o nosso serviço da dívida, considerando-se pagamento de juros e comissões, em R\$9,6 milhões. Dessa forma, nosso índice de cobertura

(EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses dividido pelo nosso serviço da dívida) era de 11,9 vezes. O saldo da nossa dívida em 31 de março de 2007 era de R\$486,6 milhões, logo nossa dívida nesta data era 4,15 vezes nosso EBITDA Ajustado dos Últimos 12 Meses.

Apresentávamos, em base consolidada, em 31 de março de 2007, 100,0% da dívida total no curto prazo. Não obstante, esse perfil de endividamento não representa uma pressão significativa sobre nosso fluxo de caixa em razão da expressiva geração de caixa operacional, possibilitando o atendimento das necessidades de amortização da dívida, além do fato de que destinaremos 53,0% dos recursos obtidos com a Oferta para a amortização de nossa dívida de curto prazo. Adicionalmente, pretendemos realizar no segundo semestre de 2007 uma emissão de notas promissórias, (“Notas Promissórias II”) para o refinanciamento das Notas Promissórias. Igualmente no segundo semestre de 2007, pretendemos, conforme contratado com o Santander, realizar nossa primeira emissão pública de debêntures simples, da espécie com garantia flutuante, em série única (“Debêntures”), no total de aproximadamente R\$250,0 milhões e vencimento previsto para seis anos, cujos recursos serão utilizados para pagamento do saldo das Notas Promissórias II que não tiver sido quitado com os recursos da Oferta destinados para esse fim. A emissão das Debêntures para o pagamento das Notas Promissórias II melhoraria o perfil da dívida refinanciada, que passaria a representar uma dívida de longo prazo. Para mais informações sobre as Debêntures, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”, que se encontra na página 148 deste Prospecto.

## **CONTRATOS FINANCEIROS RELEVANTES**

### **Notas Promissórias**

Em razão da incorporação da Alnilan pela Companhia em 28 de fevereiro de 2007, assumimos as obrigações decorrentes da primeira emissão da Alnilan para distribuição pública de 95 notas promissórias comerciais (“Notas Promissórias”), no valor nominal de R\$5,0 milhões cada uma, totalizando R\$475,0 milhões emitidas em 31 de janeiro de 2007, com prazo de vencimento de 180 dias. Sobre valor nominal das Notas Promissórias incidem juros correspondentes a 100,0% da variação do CDI, acrescidos de uma sobretaxa de 0,55% ao ano que serão pagos na data de pagamento do principal. O pagamento das Notas Promissórias será feito em uma única parcela na data de vencimento. As Notas Promissórias, atualmente, contam com as seguintes garantias:

- alienação fiduciária de todas as ações representativas do nosso capital social (exceto as ações detidas por membros do nosso Conselho de Administração), sendo que as Ações da Oferta serão liberadas de referida alienação fiduciária para fins da presente Oferta; e
- alienação fiduciária de toda nova ação que venha a ser emitida, por nossa Companhia, exceto para fins da presente Oferta ou planos de opção de compra de ações, em conformidade com as disposições do contrato de alienação fiduciária.

Um dos Coordenadores da presente Oferta, o Santander, detém 48 das 95 Notas Promissórias. O restante das Notas Promissórias é detido por outros investidores.

Para mais informações sobre as Notas Promissórias, ver seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos – Notas Promissórias” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

### **Contrato Financiamento com Banco Bradesco S.A.**

Em 13 de junho de 2007, celebramos contrato de financiamento para exportação de têxteis e para a aquisição de nossa nona máquina Reicofil com o Banco Bradesco S.A., no valor de US\$36,5 milhões. O desembolso é previsto da seguinte forma: (i) US\$16,0 milhões já desembolsados em 15 de junho de 2007; (ii) US\$10,25 milhões em 2 de julho de 2007; e (iii) US\$10,25 milhões em 16 de julho de 2007. Os juros correspondem à taxa LIBOR acrescida de 1,25% ao ano. O pagamento do principal será efetuado em: (i) 8 parcelas iguais de US\$2,0 milhões, vencendo-se todo dia 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de dezembro de 2009 e término em 15 de junho de 2013; (ii) 8 parcelas iguais de US\$1,28 milhões, vencendo-se todo dia 2 de janeiro e 2 de julho de cada ano, com início em 2 de janeiro de 2010 e término em 2 de julho de 2013; e (iii) 8 parcelas iguais de US\$1,28 milhões, vencendo-se todo dia 16 de janeiro e 16 de julho de cada ano, com início em 18 de janeiro de 2010 e término em 16 de julho de 2013. Uma nota promissória no valor de principal e juros foi emitida pela Providência em favor do Banco Bradesco S.A. Entre outras cláusulas usuais de vencimento antecipado, há cláusulas de vencimento antecipado cruzado em caso de descumprimento de obrigações de com valor superior a US\$500 mil e em caso de mudança de controle.

## **AValiação QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS RISCOS DE MERCADO**

Estamos expostos a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. Nosso endividamento é denominado em moeda local a taxas variáveis e parte significativa de nossa receita (35%) advém de exportações o que nos expõe a variações na taxa de câmbio.

### **Risco de Taxa de Juros**

Nosso endividamento está relacionado principalmente ao CDI e, portanto, sujeito a taxas de juros variáveis. Nosso resultado é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis na medida em que um eventual aumento (redução) nessas taxas irá resultar em elevação (redução) de nosso custo de financiamento. Em 31 de março de 2007, o total de nosso endividamento indexado ao CDI era de R\$486,6 milhões. Se no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 o CDI tivesse sido, em média, 100 pontos-base mais alto, nossas despesas financeiras aumentariam em R\$4,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2006, não tínhamos endividamento indexado ao CDI.

Atualmente, não mantemos operações de *hedge* para mitigar riscos de taxa de juros, em função de nossa avaliação positiva do cenário de curto e médio prazos da economia brasileira no que se refere à evolução futura das taxas.

### **Risco Cambial**

A Companhia tem cerca de 35% de suas receitas derivadas das vendas no mercado externo e contratou, em 13 de junho de 2007, um financiamento com o Banco Bradesco S.A. no valor de US\$36,5 milhões, o que nos expõe a riscos relacionados a flutuações das taxas de câmbio (para mais informações sobre o contrato com o Banco Bradesco S.A., ver seção “Contratos Financeiros Relevantes”, que se encontra na página 110 deste Prospecto). Se no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 a taxa de câmbio tivesse sido, em média, 100 pontos-base mais baixa, nossas receitas diminuiriam em R\$0,4 milhão. Se no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 a taxa de câmbio tivesse sido, em média, 100 pontos-base mais baixa, nossas receitas diminuiriam em R\$1,7 milhão. Por outro lado, no futuro, eventuais desvalorizações do real elevarão nosso custo de financiamento. Um aumento de 100 pontos base na desvalorização do real teria um impacto de aproximadamente US\$0,4 milhão em 12 meses no custo financeiro de nossa operação de financiamento com o Banco Bradesco S.A. Atualmente, não mantemos operações de *hedge* para mitigar riscos cambiais, devido ao perfil de relativo curto prazo (abaixo de 180 dias) de nossa carteira de recebíveis e agora em função do hedge natural proveniente da contratação desta operação de pré-pagamento.

## VISÃO GERAL DOS SETORES DE ATUAÇÃO

Desenvolvemos nossas atividades em três setores de atuação: (i) indústria de não tecidos; (ii) indústria de tubos e conexões; e (iii) indústria de embalagens. A seguir apresentaremos as principais características de cada um desses setores.

### INDÚSTRIA DE NÃO TECIDOS

#### Visão Geral

Não tecidos são estruturas têxteis feitas a partir de fios ou filamentos ligados mecanicamente (por fricção), quimicamente (por adesão) ou termicamente (por coesão) e são aplicados no processo produtivo de bens descartáveis, tais como fraldas, absorventes femininos e lenços umedecidos, e bens duráveis, tais como colchões, componentes para construção, móveis e automotivos entre outros.

A principal matéria-prima utilizada na produção dos não tecidos são fibras (ou filamentos), que podem representar de 30% a 100% da composição do produto final. Existem basicamente três tipos de fibras:

- (i) Fibras Naturais – lã, algodão, coco, sisal, cashmere, asbesto, celulose, metálicas (níquel-cromo, cério-cromo) e cerâmicas;
- (ii) Fibras Artificiais – viscosa, vidro, silicone e acetato; e
- (iii) Fibras Sintéticas – poliéster, polipropileno, poliamida, polietileno, policarbonato e acrílica.

As matérias-primas utilizadas podem variar de acordo com a tecnologia utilizada para a produção dos não tecidos. As fibras mais utilizadas na produção de não tecidos são polipropileno, poliéster, celulose, polietileno e algodão. Atualmente, o polipropileno é a fibra ou filamento mais utilizada na produção de não tecidos devido a diversos fatores tais como (i) sua versatilidade para diversos usos, (ii) baixo custo, (iii) capacidade de absorção e (iv) preponderância de seu uso no processo de *spunbonded*, segmento de não tecidos que tem crescido de forma consistente nos últimos anos e que responde por uma parcela expressiva da produção total de não tecidos.

A disponibilidade de matérias-primas variadas e as novas tecnologias de produção permitiram o desenvolvimento de diversos tipos de não tecidos com características físicas distintas, o que fez com que esses não tecidos passassem a ser utilizados na fabricação de uma gama cada vez mais diversificada de produtos, tanto descartáveis quanto duráveis. Segundo dados da *The Freedonia Group, Inc*, em 2004, o mercado de produtos descartáveis respondia por 62,0% da demanda mundial total por não tecidos, enquanto que o mercado de bens duráveis respondia pelos 38,0% restantes. Atualmente, no segmento de produtos descartáveis, os não tecidos são utilizados na fabricação de:

- produtos de higiene (tais como fraldas infantis e geriátricas, lenços umedecidos e absorventes femininos);
- produtos médico-hospitalares (tais como máscaras, gorros, toucas, aventais, sapatilhas, ataduras e gazes); e
- produtos de limpeza doméstica (tais como toalhas de mesa e panos de limpeza).

No segmento de bens duráveis, destaca-se sua utilização para:

- revestimentos (principalmente de móveis, colchões e calçados);
- indústria automotiva (principalmente para isolamento térmico e acústico, base de peças moldadas, acabamento de superfície e carpete do assoalho); e
- construção civil (principalmente para impermeabilização de lajes, telhados e subsolos, controle de drenagens e erosão de solos, como isolante térmico e acústico de tetos e paredes).

Os não tecidos podem ser classificados quanto: (a) à gramatura (peso por unidade de área); (b) à formação da manta (*spunbonded*, *meltblown*, cardados, *airlaid* ou *wetlaid*); (c) à consolidação da manta (processo mecânico, químico ou térmico); (d) à transformação, acabamentos e/ou conversão; (e) às matérias-primas utilizadas; e (f) às propriedades das fibras.

## Processos de Produção de Nãotecidos

A produção de nãotecidos é realizada, basicamente, em duas etapas de produção. A primeira etapa compreende a formação da manta do tecido propriamente dito, ao passo que, na segunda etapa, a manta de tecido passa por um processo de consolidação para que seja promovida a ligação dos fios, podendo tal processo ser mecânico, químico ou térmico. Os nãotecidos são principalmente classificados com base na tecnologia usada para a construção da manta de tecido. Atualmente, tal classificação compreende cinco diferentes processos de produção: (i) *spunbonded*, (ii) *meltblown*, (iii) cardados, (iv) *airlaid* e (v) *wetlaid*. Em seguida, apresentamos as principais características de cada um desses processos de formação da manta de tecido.

### *Spunbonded*

Os nãotecidos *spunbonded* são produzidos por meio de um processo de fusão do granulado de polímeros que são posteriormente submetidos a extrusão por meio de feiras. Em seguida, os filamentos produzidos são resfriados e utilizados para a formação da manta de tecido. A manta de tecido passa, em seguida, por um processo de consolidação térmica através de cilindros rotativos aquecidos.

O processo de *spunbonded* oferece algumas vantagens em relação aos outros processos. Os nãotecidos produzidos por meio desse processo são mais resistentes e apresentam menor gramatura. Por outro lado, o processo de *spunbonded* oferece menor flexibilidade de matérias-primas, uma vez que a principal matéria-prima utilizada nesse processo é o polipropileno, por apresentar maior quantidade de fibras por unidade de peso além de ser a matéria-prima de menor custo pelo fato de apresentar baixa densidade. O Poliéster, a poliamida e o polietileno também podem ser utilizados na produção de nãotecidos, apesar de não apresentarem as mesmas vantagens do polipropileno.

A tecnologia de *spunbonded* cresceu, em média, 9,8% ao ano entre 1994 e 2004, segundo estudo Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009 preparado pela EDANA e INDA. Em 2004 a tecnologia de *spunbonded* foi responsável por 37,8% do total da produção mundial de nãotecidos contra 30,4% em 1994. Parte desse crescimento deveu-se à substituição dos nãotecidos cardados pelos nãotecidos produzidos com a tecnologia *spunbonded* (principalmente nos produtos de higiene pessoal), que apresentam maior resistência e menor custo de produção. A tecnologia *spunbonded* é a que utilizamos em nossa produção de nãotecidos.

### *Meltblown*

A tecnologia de *meltblown* envolve a fusão de polímeros de baixa viscosidade e sua posterior extrusão por meio de sua exposição a uma corrente de ar quente, formando-se assim os filamentos a serem utilizados na manta de tecido. O processo de *meltblown* também envolve o processo de consolidação térmica. Os nãotecidos produzidos por meio desse processo apresentam menor resistência e, por esse motivo, são normalmente usados em conjunto com outros tipos de nãotecidos. Os nãotecidos *meltblown* são principalmente empregados como elementos de filtração, sendo por isso utilizados para a fabricação de máscaras cirúrgicas, filtros industriais e absorvedores de óleo.

A tecnologia de *meltblown* cresceu a uma taxa de 10,0% ao ano no período compreendido entre 1994 e 2004, segundo estudo Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009 preparado pela EDANA e INDA, mas foi responsável por apenas 3,8% do total da produção mundial de nãotecidos em 2004.

### *Cardados*

O processo de produção de nãotecidos cardados foi adaptado dos processos tradicionais de produção de tecidos. A produção de nãotecidos cardados envolve processo mecânico por meio do qual as fibras são separadas paralelamente e reagrupadas para a formação da manta de tecido. Em seguida, a manta de tecido pode passar por qualquer um dos processos de consolidação (térmicos, químicos ou mecânico). O processo de produção de nãotecidos cardados permite a utilização de uma base de matérias-primas mais ampla, que inclui fibras naturais, misturas de diversos tipos de fibras, poliéster, polipropileno, algodão, polietileno, entre outros.

Apesar de utilizado em diversos tipos de produtos, a demanda por nãotecidos cardados como matéria-prima para produtos de higiene pessoal tem diminuído consideravelmente pelo fato de parte significativa dos grandes fabricantes de produtos de higiene pessoal terem passado a utilizar nãotecidos produzidos com a tecnologia *spunbonded*, que apresenta maior resistência, melhor processabilidade e menores custos de produção. Os nãotecidos cardados continuam a ser utilizados na produção de geotêxteis, tecidos utilizados para proteção de lavouras, filtros de ar, panos para limpeza industrial entre outras aplicações.

A tecnologia de produção de nãotecidos cardados cresceu a uma taxa de 5,6% ao ano no período compreendido entre 1994 e 2004, segundo estudo Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009 preparado pela EDANA e INDA. Em 2004, foi responsável por 46,4% do total da produção mundial de nãotecidos ante 55,3% em 1994

### **Airlaid**

No processo de *airlaid*, as fibras são submetidas a uma corrente de ar que as leva a um cilindro perfurado pelo qual são transportadas para a formação da manta de tecido. Posteriormente, a manta de tecido passa pelo processo de consolidação que pode ser mecânico, térmico ou químico. O processo *airlaid* também oferece versatilidade quanto à variedade de fibras que podem ser utilizadas como matérias-primas.

Em comparação aos nãotecidos cardados, os nãotecidos *airlaid* apresentam maior maciez e menor densidade. Por outro lado, os nãotecidos *airlaid* são mais caros do que os nãotecidos produzidos com a utilização de outras tecnologias, além de possuírem menor uniformidade e não se adequarem à fabricação de produtos com menor peso. Os nãotecidos *airlaid* são principalmente utilizados na fabricação de lenços de higiene pessoal e absorventes.

A tecnologia *airlaid* cresceu, em média, 10,9% ao ano no período compreendido entre 1994 e 2004, segundo estudo Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009 preparado pela EDANA e INDA. Em 2004 a tecnologia de *airlaid* foi responsável por 7,5% do total da produção mundial de nãotecidos, contra 5,5% em 1994.

### **Wetlaid**

No processo *wetlaid* as fibras são expostas a uma solução líquida e suspendidas, em seguida a solução líquida é drenada para a formação da manta de tecido. A tecnologia *wetlaid* é similar à utilizada na produção de papel. Diversos tipos de fibras podem ser utilizadas nesse processo, inclusive celulose, algodão, fibras sintéticas ou combinações de fibras. Os principais mercados para nãotecidos *wetlaid* incluem o mercado de baterias e o de filtros de ar e líquidos.

A tecnologia *wetlaid* cresceu, em média, 4,6% ao ano no período compreendido entre 1994 e 2004 segundo estudo Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009 preparado pela EDANA e INDA. Em 2004, a tecnologia de *wetlaid* foi responsável por 4,5% do total da produção mundial de nãotecidos, ante 5,8% em 1994.

A tabela abaixo ilustra a participação das diversas tecnologias de fabricação na produção mundial total de nãotecidos:

	1994		1999		2004	
	Volume (em mil toneladas)	Participação na produção total	Volume (em mil toneladas)	Participação na produção total	Volume (em mil toneladas)	Participação na produção total
<i>Spunbonded</i>	657	30,4%	1.034	32,5%	1.674	37,8%
<i>Meltblown</i>	65	3,0%	101	3,2%	168	3,8%
Cardado	1.195	55,3%	1.716	53,9%	2.059	46,4%
<i>Airlaid</i>	118	5,5%	188	5,9%	332	7,5%
<i>Wetlaid</i>	126	5,8%	144	4,5%	200	4,5%
<b>Total</b>	<b>2.161</b>	<b>100%</b>	<b>3.183</b>	<b>100%</b>	<b>4.433</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009* preparado pela EDANA e INDA.

Conforme se observa na tabela acima, houve um sensível e consistente aumento na produção mundial de nãotecidos no período compreendido entre 1994 e 2004. Mais especificamente, é possível notar o aumento da participação dos nãotecidos *spunbonded* na produção mundial total de nãotecidos, passando de uma participação de 30,4%, em 1994, para uma participação de 37,8% do total da produção de nãotecidos, em 2004. Em termos absolutos, a produção de nãotecidos *spunbonded* passou de 657,0 mil toneladas em 1994 para 1,7 milhão de toneladas em 2004. Por outro lado, a produção de nãotecidos cardados, no mesmo período, apesar de ter aumentado em termos absolutos, apresentou declínio em sua participação na produção mundial total de nãotecidos, passando de 55,3%, em 1994, para 46,4% em 2004. Tal declínio deve-se, em parte, à substituição dos nãotecidos cardados pelos nãotecidos *spunbonded* por parte dos grandes fabricantes mundiais de produtos de higiene pessoal, por apresentarem menor custo de produção e maior resistência.

## A Indústria de Nãotecidos no Mundo

A produção mundial de nãotecidos em 2004 atingiu o volume de 4,4 milhões de toneladas, o que corresponde a um valor aproximado de US\$15,9 bilhões de dólares, segundo estudo *Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009* preparado pela EDANA e INDA. Este volume é equivalente a produção de aproximadamente 110 bilhões de metros quadrados.

O volume de produção de nãotecidos cresceu a uma média anual de 7,4% entre 1994 e 2004, ao passo que a produção em metros quadrados cresceu a uma taxa 8,4%. A produção em metros quadrados cresce a uma taxa superior à produção em toneladas devido à contínua tendência da indústria de migrar para nãotecidos de menores gramaturas.

### Produção Mundial de Nãotecidos

	1994	1999	2004	Taxa de Crescimento 1994-2004 ao ano (%)
Dólares (Bilhões)	9,0	12,6	15,9	5,9%
Metros Quadrados (Bilhões)	49	74	110	8,4%
Toneladas (Milhões)	2,2	3,2	4,4	7,4%

Fonte: *Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009* preparado pela EDANA e INDA.

O consumo de nãotecidos está diretamente relacionado com o nível de desenvolvimento econômico dos países, sendo que os maiores níveis de demanda por esses produtos são observados nos mercados de países economicamente mais desenvolvidos. Essa tendência explica-se devido ao maior nível de renda dos consumidores desses países, o que acarreta maiores níveis de consumo de bens que utilizam nãotecidos em sua produção. Em países emergentes, espera-se que a demanda por nãotecidos cresça em decorrência: (i) de um aumento da taxa de penetração de produtos descartáveis em consequência do aumento da renda *per capita*; e (ii) da ampliação da gama de aplicações dos nãotecidos ocasionada pelo crescente grau de sofisticação dos produtos que utilizam nãotecidos como matéria-prima.

A demanda por produtos que utilizam os nãotecidos como matéria-prima tem apresentado um aumento tanto no mercado de bens descartáveis, quanto no mercado de bens duráveis. Em países da África e da Ásia, por exemplo, o aumento do consumo de nãotecidos está relacionado à demanda por produtos de higiene infantil e feminina, que tem aumentado devido à adoção do padrão de higiene ocidental.

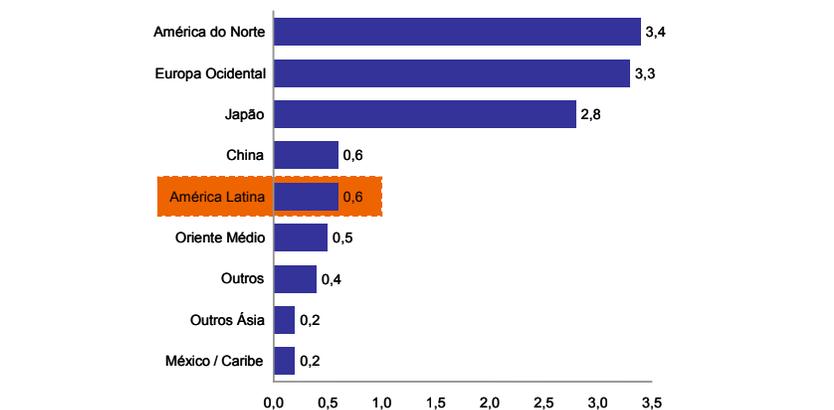
O consumo de nãotecidos tem crescido de forma mais acelerada nos países emergentes, pois apresentam um maior potencial de expansão nos mercados de produtos que utilizam os nãotecidos como matéria-prima. O quadro abaixo mostra os índices de crescimento no consumo de nãotecidos em diversas regiões do mundo:

Região	Produção de Nãotecidos por Região (em mil toneladas)			Crescimento (% ao ano)
	1994	1999	2004	
América do Norte	732	907	1.164	4,7%
Europa	601	910	1.358	8,5%
Japão	204	309	309	4,2%
América Latina	119	228	313	10,2%
Ásia – Pacífico	408	655	1.022	9,6%
Oriente Médio	52	112	178	13,1%
Resto do mundo	45	62	89	7,1%
<b>Total</b>	<b>2.161</b>	<b>3.183</b>	<b>4.433</b>	<b>7,4%</b>

Fonte: *Worldwide Outlook Nonwovens Industry 2004-2009* preparado pela EDANA e INDA.

Conforme se observa no quadro acima, a região da América Latina está entre os mercados de nãotecidos que mais crescem no mundo, apresentando índice de crescimento de 10,2% ao ano no período compreendido entre os anos de 1994 e 2004. Apesar do acelerado crescimento do consumo de nãotecidos nos últimos anos, a América Latina ainda apresenta um consumo *per capita* de nãotecidos significativamente baixo quando comparado ao consumo de regiões economicamente mais desenvolvidas, conforme demonstra o gráfico abaixo:

### Consumo de Nãotecidos *Per Capita por kg*

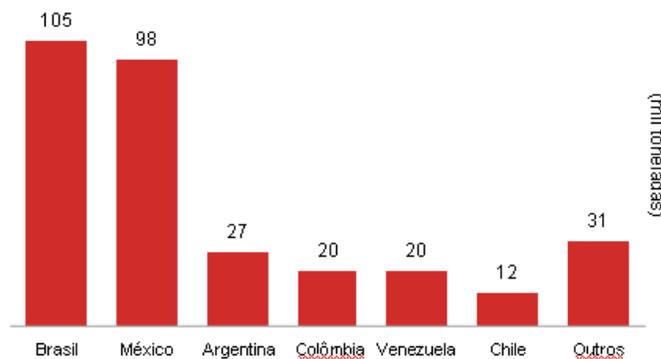


Fonte: CEH Marketing Research Report – “Nonwoven Fabrics”

O consumo de nãotecidos *per capita* na América Latina em 2005 foi de 0,6kg, enquanto na América do Norte o consumo desse produto foi de 3,4kg *per capita* no mesmo período. Os números apresentados no gráfico acima revelam o potencial de crescimento do consumo de nãotecidos na América Latina, comparando os níveis de consumo *per capita* em regiões economicamente mais desenvolvidas. Assim, ainda há grande espaço para o crescimento do consumo *per capita* de nãotecidos em mercados emergentes, principalmente por meio do aumento na penetração dos produtos de higiene pessoal.

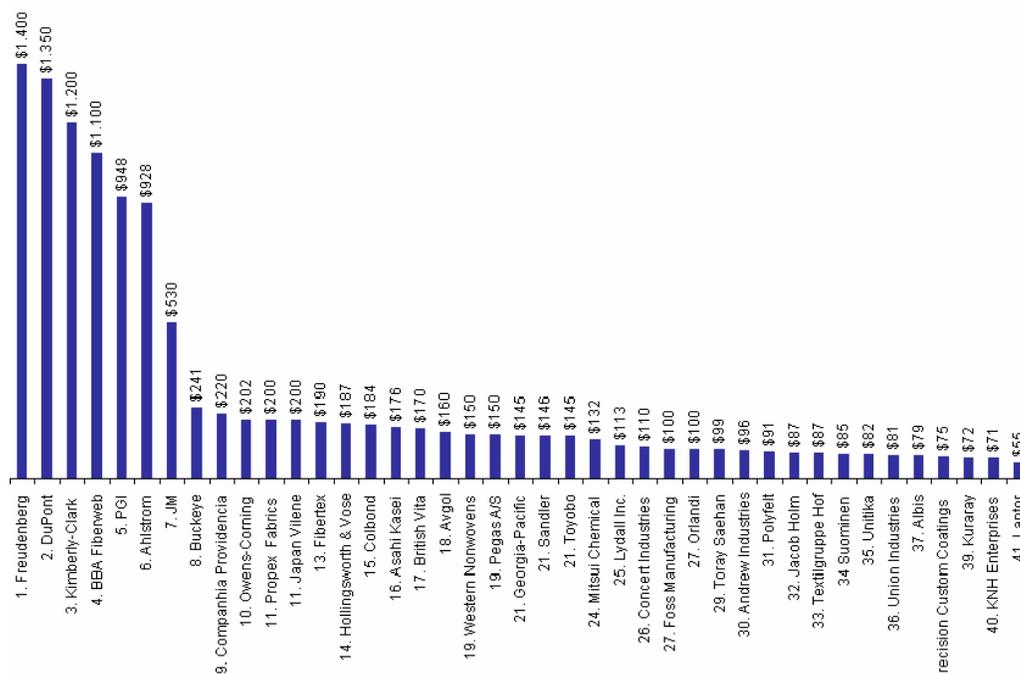
No que se refere à produção de nãotecidos na América Latina, destacam-se Brasil, México, Argentina, Colômbia, Venezuela e Chile como os maiores produtores. Em 2004, a produção latino-americana de nãotecidos atingiu cerca de 313 mil toneladas, sendo que os seis maiores produtores mencionados acima responderam por 90,1% da produção total da região. Do total da produção de nãotecidos na América Latina em 2004, Brasil e México foram responsáveis por mais de 200 mil toneladas, cerca de 64,9% da produção total.

O gráfico a seguir apresenta o volume da produção de nãotecidos dos países latino-americanos em 2004:



Fonte: Estimativas INDA, conforme informações extraídas do relatório *Emerging Markets: China, India, Latin American and Eastern Europe*, disponível no site [www.nonwovens-industry.com/articles/2006/08/emerging-markets-china-india-latin-american-and-ea.php#latinamerica](http://www.nonwovens-industry.com/articles/2006/08/emerging-markets-china-india-latin-american-and-ea.php#latinamerica)

Sob a perspectiva dos maiores produtores mundiais de nãotecidos, pode-se dizer que o mercado é bastante fragmentado. O gráfico abaixo ilustra a fragmentação do mercado de nãotecidos apresentando os 40 maiores produtores do mundo com base no faturamento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005.



Fonte: Nonwovens Industry, disponível no site <http://www.nonwovens-industry.com/articles/2006/09/2006-top-company-report.php>.

Das empresas mencionadas acima, a Fiberweb, PGI, Fibertex, Avgol, Pegas, Mistui Chemical e Union Industries são empresas que concorrem com nossa Companhia com a tecnologia *spunbonded*.

### A Indústria de Nãotecidos no Brasil

O Brasil é o maior produtor de nãotecidos da América Latina. Em julho de 2006 o país contava com uma capacidade instalada total de aproximadamente 126 mil toneladas ao ano, sendo que 78,6% da capacidade instalada utiliza a tecnologia *spunbonded*. A tabela abaixo ilustra de forma estimada a capacidade instalada dos principais produtores de nãotecidos no mercado brasileiro:

Capacidade de produção de Nãotecido instalada no Brasil em 2006		
Produtor	Tecnologia de Produção	
	<i>Spunbond</i>	<i>Thermobond*</i>
	(em toneladas)	
Providência	54.100	-
Fitesa	22.800	3.000
Polystar	4.200	10.800
Isofilme	10.800	-
Lord	4.200	-
Freudenberg	-	13.200
SulBrasil	3.000	-
<b>Total</b>	<b>99.100</b>	<b>27.000</b>

Fonte: estimado pela Technomic International

\**Thermobond* é um processo de consolidação de um véu ou manta através da aplicação de calor a um véu ou manta de fibras e/ou filamentos termoplásticos ou impregnados com pós fusíveis.

O Brasil também lidera o consumo de nãotecidos na América Latina. De acordo com a ABINT, o consumo brasileiro de nãotecidos, incluindo todas as tecnologias de produção, foi de aproximadamente 154.000 toneladas em 2006, representando um valor de mercado de aproximadamente US\$462 milhões. Do mercado brasileiro total de nãotecidos, aproximadamente 35% do consumo é atribuído a nãotecidos *spunbonded*. De acordo com nossas estimativas, aproximadamente 54 mil toneladas de nãotecidos *spunbonded* foram consumidos no Brasil em 2006. O gráfico abaixo ilustra o crescimento estimado pela Companhia no consumo de nãotecidos *spunbonded* ao longo dos últimos anos:

### Nãotecido Spunbond no Mercado Brasileiro

(em mil toneladas/ano)	2002	2003	2004	2005	2006
Descartável	18,2	19,2	25,0	27,5	28,0
Durável	13,0	13,5	15,0	16,0	19,0
<b>Total</b>	<b>31,2</b>	<b>32,7</b>	<b>40,0</b>	<b>43,5</b>	<b>47,0</b>

Fonte: Estimativas da Companhia

De acordo com a ABINT, aproximadamente 60% do consumo brasileiro total de nãotecidos, considerando todas as tecnologias de produção, é atribuído ao segmento de bens duráveis, incluindo os setores da construção civil, vestuário, móveis, entre outros. O segmento de descartáveis responde pelos 40% restantes e inclui produtos de higiene pessoal tais como absorventes, fraldas e lenços umedecidos. No entanto, levando-se em consideração apenas os nãotecidos *spunbonded*, 59,5% do consumo brasileiro é atribuído ao segmento de descartáveis, ao passo que o segmento de bens duráveis responde pelos 40,5% restantes.

Com base nos atuais padrões de consumo brasileiros, um aumento na renda *per capita* brasileira e na taxa de penetração de produtos que utilizam nãotecidos como matéria-prima poderia impulsionar de forma significativa o consumo de produtos descartáveis de higiene pessoal. Por exemplo, a penetração de fraldas descartáveis no Brasil é ainda muito baixa se comparada à de outros países. De acordo com as estimativas da *Technomic International*, apenas aproximadamente 35% das crianças brasileiras com até 30 meses de idade utilizam fraldas descartáveis, ao passo que esse percentual chega a 65,0% no Uruguai e 70% no Chile, e 98,0% em países economicamente mais desenvolvidos tais como Estados Unidos, 99,0% no Japão, de acordo com as estimativas do *John R. Starr, Inc.*, relatório “*Global Outlook for Hygiene Absorbent Products and Key Raw Materials in 2005, 2006 and 2011*”, de Fevereiro de 2007.. Esses dados demonstram o potencial de crescimento do mercado brasileiro de produtos de higiene pessoal e, por consequência, de nãotecidos, particularmente os nãotecidos com a tecnologia *spunbonded*.

A tendência de crescimento no consumo de produtos que utilizam nãotecidos ilustrada na tabela acima, aliado a baixa penetração desses produtos no mercado brasileiro, revela um grande potencial de crescimento na demanda por nãotecidos destinados à fabricação de produtos descartáveis de higiene pessoal. O crescimento na demanda por esses produtos tende a impulsionar o consumo de nãotecidos *spunbonded*, que corresponde a uma das principais matérias-primas utilizadas na produção de materiais descartáveis de higiene pessoal, e a tecnologia por nós utilizada para a produção de nãotecido.

### Exportação e Importação de Nãotecidos

A capacidade instalada para a produção de nãotecidos *spunbonded* no Brasil ainda é maior que seu consumo interno, dado que uma considerável parte da capacidade instalada para produção de nãotecidos no Brasil é destinada à exportações para outros países da América Latina e para América do Norte. A tabela abaixo apresenta os percentuais das exportações brasileiras de nãotecidos destinados a diversos países, com base no volume total exportado em 2005:

Exportações Brasileiras de Nãotecidos	
Região (em percentual)	2005
Mercosul	18,3%
Estados Unidos da América	28,1%
América Central	14,5%
Outros	39,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Technomic International*.

Durante o ano de 2005, o Brasil importou 4.832,8 mil toneladas de nãotecidos, para gramaturas menores que 26 g/m<sup>2</sup>, principalmente da Colômbia, Argentina, de acordo com estimativas da *Technomic International*. Estimamos que tenha havido um aumento das importações de nãotecidos de 2005 para 2006, principalmente devido a apreciação do real frente ao dólar resultando em uma maior competitividade do nãotecido importado no mercado local. A importação de nãotecido da Colômbia e Argentina não está sujeita ao recolhimento de imposto sobre importação, sendo devidos, no entanto todos os impostos diretos quando de sua chegada ao Brasil, incluindo ICMS, PIS e Cofins.

## INDÚSTRIA DE TUBOS E CONEXÕES DE PVC

### Visão Geral

Nossos tubos e conexões são feitos com PVC, um polímero versátil cujo volume de produção é o segundo maior entre todos os plásticos comerciais. O PVC é um material plástico que não é 100,0% originário do petróleo, tendo o sal marinho como principal matéria-prima para a sua fabricação. A principal aplicação de PVC no Brasil é na fabricação de tubos.

Os tubos e conexões de PVC são principalmente utilizados no setor de construção civil, nos segmentos predial e de infraestrutura. No que designamos como segmento predial, os tubos e conexões são vendidos a construtoras civis, indústrias, entre outros consumidores finais, ou distribuídos por meio de lojas de materiais de construção e redes atacadistas. No setor que designamos como de infra-estrutura, os produtos são vendidos principalmente a órgãos públicos municipais, estaduais e federais por meio de licitações. De acordo com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais e Equipamentos para Saneamento, ASFAMAS, em 2006, 77,3% da produção de tubos e conexões de PVC destinou-se ao setor predial, enquanto 22,7% destinou-se ao setor de infra-estrutura.

Por ser utilizado principalmente no setor predial, o consumo de tubos e conexões de PVC está diretamente relacionado ao crescimento do setor imobiliário. De acordo com nossa experiência, dentre os fatores que contribuem para o aumento no consumo de tubos e conexões de PVC, destacam-se (i) queda nas taxas de juro, que aumenta a disponibilidade de crédito para o financiamento habitacional, (ii) aumento nos gastos governamentais em infra-estrutura, que viabiliza o desenvolvimento de grandes projetos, (iii) o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, com o conseqüente desenvolvimento do setor agrícola e o aumento da demanda por sistemas de irrigação rural, e (iv) substituição dos sistemas de tubulação tradicionais por tubos e conexões de PVC.

### A Indústria de Tubos e Conexões no Brasil

O mercado brasileiro de tubos e conexões de PVC teve um volume de aproximadamente 269 mil toneladas em 2005. Os tubos e conexões de PVC apresentam baixo grau de diferenciação em função das normas técnicas definidas pela ABNT. Por essa razão o mercado de tubos e conexões de PVC é bastante sensível a variações no preço do produto. O mercado brasileiro de tubos e conexões de PVC é bastante concentrado de acordo com a ASFAMAS, nossa marca Provinil apresentou uma participação de mercado de 7,0%, em termos de volume, em 2006.

O gráfico abaixo ilustra a demanda de PVC no Brasil na indústria de construção civil:

Mercado Total – Tubos e Conexões de PVC							
(em mil toneladas)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Predial	320	267	263	224	229	221	238
Infra-estrutura	93	87	77	48	55	48	70
<b>Total</b>	<b>413</b>	<b>354</b>	<b>340</b>	<b>272</b>	<b>284</b>	<b>269</b>	<b>308</b>

Fonte: Relatório da ASFAMAS.

## INDÚSTRIA DE EMBALAGENS

### Visão Geral

A indústria de embalagens divide-se em vários segmentos, nos quais há utilização de matérias-primas distintas, conforme a aplicação dos produtos aos quais as embalagens se destinam. As principais matérias-primas utilizadas na produção de embalagens são vidro (utilizado no armazenamento de medicamentos, alimentos e bebidas); metal (utilizado para embalagem de alimentos); madeira (utilizada para transporte de produtos manufaturados e matérias-primas); papel e papelão (utilizados como embalagem por todos os segmentos da indústria de transformação); e plásticos, que podem utilizar como matéria-prima o polipropileno (utilizado para moldar tampas, pequenos frascos, rótulos para garrafas de refrigerante, sacos e embalagens flexíveis e potes de margarina), poliestireno (na forma transparente ou composta é utilizado para produção de utensílios de mesa e xícaras claras), PVC, (utilizado para fabricar frascos rígidos e maleáveis, *blister* e filmes, e outras embalagens para as quais existe a necessidade de barreiras), ou PET (utilizado principalmente para a produção de frascos de refrigerantes e águas minerais), polietileno de baixa densidade, ou PEBD, (utilizado em filmes e sacos plásticos) e PEAD, (na forma sem pigmentos, é utilizado em frascos de laticínios, água mineral e sucos de frutas e na forma pigmentada, é utilizado em frascos de maior volume para detergentes de roupa, branqueadores e óleo de motor).

## A indústria de embalagens no Brasil

Conforme estudo realizado pela FGV-RJ para a ABRE, a indústria brasileira de embalagens obteve, em 2006, faturamento de R\$32,0 milhões, aumento de 2,1% em relação ao ano anterior, valor que corresponde a 1,5% do PIB brasileiro no período.

O segmento de embalagens plásticas, no qual a Companhia atua, corresponde ao maior mercado da indústria de embalagens, representando 31,4%, das vendas totais, representando R\$10,1 milhões de reais.

A tabela a seguir apresenta as principais aplicações das embalagens no mercado brasileiro, em 2006:

<b>Valor da Produção</b>	
Plástico	31,4%
Papelão	30,9%
Metal	21,5%
Papel	7,5%
Vidro	6,6%
Madeira	2,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>

*Fonte: ABRE, disponível em [www.abre.org.br/centro\\_dados.php](http://www.abre.org.br/centro_dados.php)*

A indústria brasileira de embalagens é bastante fragmentada com mais de 2.600 participantes nacionais e multinacionais, que variam de pequenos produtores regionais a grandes produtores integrados como é o caso da Dixie Toga e 3M do Brasil.

## NEGÓCIOS DA COMPANHIA

### VISÃO GERAL

Somos a empresa líder na fabricação e comercialização de não tecidos no Brasil, com presença significativa na América Latina. Estimamos ser o terceiro maior fabricante de tubos e conexões de PVC no Brasil, em termos de volume de vendas em 2006. Atuamos ainda, em menor escala, no setor de embalagens flexíveis para a indústria de alimentos e produtos de higiene.

Durante os últimos anos obtivemos considerável êxito em ampliar e consolidar nossa posição de liderança nos mercados de não tecidos em que atuamos. Estimamos que nossa participação no mercado brasileiro em termos de volume foi de 49,0% em produtos descartáveis e 40,0% em produtos duráveis, em 2006, resultando em uma participação total no mercado brasileiro de não tecidos de 45,0%, considerando os segmentos de não tecidos descartáveis e duráveis produzidos a partir da tecnologia *spunbonded*. Atuamos não apenas no mercado brasileiro, como também nos mercados da América Latina e Estados Unidos. Em 2006, 59,4% da nossa receita bruta de não tecidos foi oriunda de produtos comercializados no Brasil e 40,6% de produtos destinados aos mercados de exportação, dentre os quais se destacam Estados Unidos, Argentina e Colômbia.

Os não tecidos são elaborados a partir de fios ou filamentos ligados mecânica, química ou termicamente. Nossa produção de não tecidos é principalmente comercializada para a aplicação em produtos descartáveis (ex. fraldas, roupas médicas descartáveis, absorventes femininos e lenços umedecidos, entre outros). Além disso, também comercializamos parte de nossa produção de não tecidos para aplicações em bens duráveis (ex. móveis, colchões, componentes automotivos e construção civil, entre outras). Nosso foco tem sido, e continuará sendo, o mercado de não tecidos para aplicações descartáveis. Em 2006, 74,7% da nossa receita bruta de não tecidos foi oriunda de bens descartáveis e 25,3% foi oriunda de bens duráveis.

Para a produção de não tecidos, utilizamos exclusivamente a tecnologia “estado da arte” *spunbonded*, que vem crescendo a taxas superiores às demais tecnologias utilizadas atualmente na indústria de não tecidos para a produção de aplicações descartáveis, por permitir a produção de não tecidos a custos inferiores e com qualidade superior. Possuímos 8 linhas de produção Reicofil (tecnologia *spunbonded*), com capacidade instalada total de produção de 54,1 mil toneladas por ano, localizadas no mesmo parque industrial (*super site*) em São José dos Pinhais, o que nos proporciona consideráveis ganhos com sinergia, economias de escala e reduções de custos no processo de produção. Nossas linhas de produção têm a flexibilidade para produzir não tecidos de diversas gramaturas. Em 2006, produzimos 51,8 mil toneladas de não tecidos, utilizando 95,7% da nossa capacidade instalada. Ao longo dos últimos 20 anos, construímos um sólido relacionamento com nosso fornecedor de equipamentos, o que nos permite estar na vanguarda da implementação das mais eficientes e modernas tecnologias de produção.

Nossa produção de tubos e conexões de PVC também é feita em nossa planta localizada em São José dos Pinhais, com capacidade de produção instalada de 30,8 mil toneladas por ano. Essa produção atende o mercado brasileiro, sobretudo as indústrias de construção civil e infra-estrutura. Atuamos ainda, em menor escala, no setor de embalagens, por meio de nossa planta localizada em Curitiba, Paraná, com capacidade de produção instalada de 2,0 mil toneladas ano.

Em função da qualidade de nossos produtos, do nosso relacionamento com clientes e do nosso posicionamento relevante no setor petroquímico, recebemos importantes prêmios da indústria de não tecidos. Em 2005, fomos premiados pela terceira vez como a melhor empresa do setor “plásticos e borracha” no anuário Maiores e Melhores da Revista Exame. Além disso, recebemos premiações de nossos clientes, tais como o *Top Quality Assurance Capability Award*, que nos foi conferido pela Procter & Gamble, em função de termos alcançado as metas e expectativas de qualidade especificadas pelo cliente durante o segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005 no desenvolvimento de produtos que atendiam suas necessidades específicas.

### HISTÓRICO

Fundada no ano de 1963, como uma sociedade anônima de capital fechado, a Companhia Providência foi constituída para produzir embalagens plásticas para a indústria de alimentos sob a marca “Providência”, sendo uma das pioneiras na fabricação de plásticos na região sul do Brasil.

Com o intuito de expandir e diversificar nossos negócios, iniciamos em 1978 a produção de tubos e conexões em PVC, na unidade fabril de São José dos Pinhais. Já em nossos primeiros anos de atuação nesse segmento, acreditamos ter alcançado posição de destaque no mercado brasileiro, com o reconhecimento de nossa marca “Provinil”.

Em 1988, visando a diversificar ainda mais nossos negócios e a participar de um setor em rápida expansão, adquirimos nossa primeira linha de produção de fabricação de nãotecidos, já utilizando tecnologia *spunbonded* da Reicofil. Fomos pioneiros nesse segmento em toda a América Latina, lançamos nossos produtos de nãotecidos sob a marca “Kami”. Como parte de nossa estratégia corporativa, passamos a investir e adquirir uma nova linha de produção a cada dois anos, aproximadamente, de forma a ganhar escala, melhorar nossa eficiência operacional e atender às necessidades de nossos clientes no Brasil e no exterior.

As três primeiras linhas de produção adquiridas fabricavam produtos voltados para a aplicação em bens duráveis. A partir da compra de nossa quarta linha de produção em 1996, com a possibilidade de fabricar nãotecidos destinados tanto para aplicação em bens duráveis como descartáveis, passamos a atuar no fornecimento de matéria-prima para a indústria de descartáveis higiênicos, a qual já apresentava, e acreditamos que deverá continuar apresentando, um cenário promissor de crescimento. Com a boa aceitação de nossos produtos no segmento de descartáveis, em 1997 decidimos realizar um importante investimento na compra de nossa quinta linha de produção. A partir da implementação de nossa quinta linha de produção *spunbonded*, começamos a atuar mais intensamente como fornecedores desse segmento. O aumento de nossa produtividade com a instalação de nossa quinta linha de produção permitiu a expansão de nossos negócios para as Américas do Sul e Central. Também em 1997, começamos a fornecer nãotecidos para os grandes fabricantes de fraldas descartáveis e absorventes femininos.

Desde o início de nossa atuação no segmento de nãotecidos temos utilizado a tecnologia *spunbonded*, o que acreditamos ter nos permitido crescer de forma consistente nesse setor. Para aumentar nossa capacidade produtiva tivemos que adquirir a nossa sexta linha de produção Reicofil. A utilização de apenas uma tecnologia de produção em nosso parque industrial nos permitiu alcançar economias de escala, sinergias de produção e a otimização de nossos custos de produção, inclusive aqueles associados à manutenção industrial. Novo impulso tecnológico ocorreu em 2002, quando entrou em operação nossa sétima linha de produção, consolidando nossa posição de maior fabricante de nãotecidos na América Latina.

Em outubro de 2005, com a entrada em operação de nossa oitava linha de produção, expandimos nossa atuação no mercado externo e passamos a operar dois depósitos de distribuição nos Estados Unidos, com o objetivo de atender com maior eficiência e rapidez nossos clientes norte-americanos. Neste ano de 2007, adquirimos nossa nona linha de produção que contribuirá para a manutenção de nossa posição de líder no mercado brasileiro de nãotecidos e para expansão da nossa capacidade atual, incluindo nossas atividades no exterior. Após sua implementação, esperada para o primeiro trimestre de 2008, nossa nona linha de produção deverá aumentar nossa capacidade instalada de nãotecidos em aproximadamente 30%.

Em janeiro de 2007 nossa Companhia foi adquirida pelos Acionistas Controladores. Para mais informação, ver seção “Negócios da Companhia - Aquisição da Nossa Companhia” que se encontra na página 126 deste Prospecto.

## **NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS**

Durante os últimos anos obtivemos considerável êxito em ampliar e consolidar nossa posição de liderança nos mercados de nãotecidos em que atuamos. Acreditamos que nosso sucesso tem sido consequência direta de nosso posicionamento estratégico nos mercados onde atuamos e de nossos pontos fortes, entre os quais destacamos os seguintes:

**Liderança e marca amplamente reconhecida.** Com histórico de aproximadamente 20 anos de atuação no mercado de nãotecidos, e com forte presença na América Latina, somos o líder nesse setor no Brasil, com *market share*, de acordo com nossas estimativas, de 45,0%, em termos de volume vendido em 2006, considerando os segmentos de nãotecidos descartáveis e duráveis produzidos a partir da tecnologia *spunbonded*. Estimamos que nossa capacidade instalada seja, aproximadamente, duas vezes superior a capacidade de nosso principal concorrente no Brasil. Operamos nossa divisão de nãotecidos sob a marca Kami, que se tornou sinônimo de produtos de mais alta qualidade e reconhecimento pelos nossos clientes.

**Mercado de elevado potencial de crescimento.** O mercado de nãotecidos apresenta significativo potencial de crescimento, tanto no Brasil quanto nos demais países da América Latina e nos Estados Unidos. A tecnologia *spunbonded* cresce com um ritmo ainda mais acelerado que o setor como um todo. Entre o período de 2002 a 2006, estimamos que a demanda de nãotecidos produzidos a partir da tecnologia *spunbonded* no mercado brasileiro cresceu a uma taxa composta, em termos de volume de 10,8% ao ano, ou aproximadamente cinco vezes o crescimento real do PIB no mesmo período. Durante esse mesmo período, nosso volume de vendas de nãotecidos apresentou uma taxa composta de crescimento anual de 19,1%. O grande potencial de crescimento deve-se, principalmente, à perspectiva de aumento do número de aplicações e ao uso de maior quantidade de nãotecidos por aplicação. O baixo consumo *per capita* de nãotecidos no Brasil quando comparado a países desenvolvidos (0,6 Kg na América Latina versus 3,4 Kg na América do Norte) e o baixo índice de penetração de fraldas descartáveis (35,0% das crianças com menos de 30 meses usam fraldas descartáveis no Brasil comparado com 45,0% na Argentina, 55,0% na Colômbia, 98,0% nos Estados Unidos e 99,0% no Japão), combinados com o esperado

aumento da renda disponível no Brasil, representam oportunidades substanciais para o aumento do consumo de nãotecidos no mercado local, evidenciando o potencial de expansão do setor.

***Eficiência operacional e localização estratégica.*** Acreditamos ser uma das únicas empresas do mundo a utilizar exclusivamente a tecnologia “estado da arte” *spunbonded* para a produção de nãotecidos. Possuímos um processo produtivo muito eficiente em função da tecnologia de nãotecidos que utilizamos e de nossa configuração *super site*. A tecnologia de produção que adotamos nos tem permitido crescer a taxas superiores àquelas de outras tecnologias de produção de nãotecidos, devido à sua eficiência e qualidade do produto final. Soma-se a isso nossa unidade de produção, com configuração *super site*, que conta com oito linhas de produção concentradas em uma mesma localidade em São José dos Pinhais, garantindo ganhos de sinergia em nossas operações, bem como economias de escala. Nosso parque industrial de produção de nãotecidos é totalmente automatizado, requerendo reduzida mão de obra em sua operação e manutenção. Nossas linhas de produção operam ininterruptamente, parando apenas para manutenções programadas. Ademais, nossa capacidade de produção exige a compra de um grande volume de matéria-prima, o que nos permite negociar condições favoráveis junto aos nossos fornecedores.

Além disso, nossa localização geográfica estratégica em São José dos Pinhais, próxima à cidade de Curitiba, confere-nos amplo acesso aos maiores mercados consumidores da América Latina, bem como aos principais portos de exportação do país, incluindo Paranaguá e Santos, o que nos permite escoar de maneira eficiente nossos produtos para outros países da América Latina e Estados Unidos.

A nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, que será a quarta do mundo e a primeira da América Latina com esta nova geração de tecnologia, deverá aumentar nossa capacidade de produção em, aproximadamente, 30% e nos habilitará a desenvolver novos produtos que a posição tecnológica atual de nossos concorrentes não permite.

***Ampla base de clientes com os quais temos relacionamento estável e de longo prazo.*** Durante o ano de 2006 e os três meses encerrados em 31 de março de 2007, contávamos com aproximadamente 1.400 clientes ativos (assim considerados aqueles que realizaram compras durante este período) nos mercados de nãotecidos do Brasil, América Latina e Estados Unidos, tais como Procter & Gamble, Kimberly Clark, Johnson&Johnson, SCA (principal acionista da Papeles Industriales S.A. e Família Del Pacífico S.A.) e Mabesa do Brasil S.A.. Em 2006, os 130 maiores clientes representaram 88,2% da receita bruta da nossa unidade de nãotecidos. O setor de nãotecidos caracteriza-se mundialmente por uma elevada concentração de vendas dos produtores a poucos e grandes clientes, como reflexo da estrutura do mercado de produtos de higiene. Acreditamos que nossa concentração de vendas, quando comparada à de outras empresas do setor, é relativamente baixa, o que contribui para diluir o nosso risco de concentração e a dependência de clientes chave.

Possuímos aproximadamente 5.000 produtos em nosso portfólio, sendo 448 especificados por nossos cinco maiores clientes. Todos os nossos produtos podem ser manufaturados em duas ou mais linhas de produção, o que confere um alto grau de confiabilidade no nosso fornecimento. Isso, adicionado à variedade de produtos que oferecemos, nos proporciona uma importante vantagem em relação à maioria de nossos competidores. Desde o início de nossas operações temos cultivado um histórico de relacionamento estável e de longo prazo com nossos principais clientes, para os quais temos desenvolvido soluções integradas, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento conjunto de novos produtos e logística de entrega personalizada às suas necessidades, de forma a aumentarmos a fidelidade de nossos clientes. Durante o ano de 2006, lançamos diversos produtos, dentre os quais se destacam os nãotecidos laminados e os impressos. Nosso relacionamento consolidado com grandes clientes nos confere significativa vantagem competitiva em relação a nossos concorrentes no Brasil.

***Posição privilegiada para aumentar substancialmente as vendas.*** Acreditamos que a expansão que projetamos para o mercado em que atuamos será potencializada pela nossa opção tecnológica. Nossos processos produtivos de nãotecidos estão exclusivamente concentrados na tecnologia *spunbonded*, cujas taxas de crescimento têm sido superiores às do mercado global de nãotecidos. Acreditamos que somos reconhecidos pelos nossos clientes pela qualidade de nossos produtos, pelos baixos índices de devolução e pelo desenvolvimento bem sucedido de novos produtos em parceria. Acreditamos que as vantagens que desfrutamos com nossa estrutura *super site* aumentarão à medida que continuemos a crescer. Ademais, a implementação de nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, expandirá nossa capacidade de produção e ainda nos dotará de possibilidades de produção tecnicamente superiores às de nossos concorrentes.

***Sólida performance financeira e elevada rentabilidade.*** Temos obtido resultados consistentes ao longo dos últimos anos, com margem EBITDA Ajustado média na faixa de 33,0% nos últimos três exercícios fiscais. Em 2006, apresentamos receita líquida de R\$501,5 milhões e EBITDA Ajustado de R\$142,2 milhões, com margem bruta e margem EBITDA Ajustado de 33,6% e 28,3%, respectivamente. Além disso, na média dos últimos três exercícios sociais apresentamos um Retorno Sobre o Capital Investido médio de 43,1%.

**Equipe de administração experiente e qualificada e forte base de acionistas.** Contamos com uma equipe de administradores profissionais independentes e experientes. Nossos executivos têm vasta experiência no setor de fabricação de não tecidos, com uma média de 15 anos de experiência na área. Além disso, nossa política de remuneração busca alinhar o interesse dos nossos profissionais com os dos nossos acionistas por meio de um programa de opções de compra de ações. Nossos administradores foram indicados por nossos acionistas controladores, Grupo AIG, Grupo Constantino, Grupo GG e Grupo Espírito Santo, que possuem vasta experiência na execução de investimentos em diversos setores.

## NOSSA ESTRATÉGIA

Nosso principal objetivo é maximizar o retorno para nossos acionistas, o que pretendemos atingir adotando as estratégias descritas a seguir:

**Focar e continuar crescendo no segmento de não tecidos.** Pretendemos concentrar nossos investimentos e esforços comerciais no mercado de não tecidos, principalmente no segmento de produtos descartáveis, continuando a investir em inovação tecnológica e em equipamentos de última geração. Acreditamos que nossa liderança no mercado nacional nos colocará em posição de destaque para aproveitar o crescimento do setor na América Latina e na América do Norte. Como parte da implementação dessa estratégia, já encomendamos de nosso fornecedor nossa nona linha de produção Reicofil, a qual acreditamos que dispõe da mais avançada tecnologia para a produção de não tecidos *spunbonded* e será destinada à produção de não tecidos de gramaturas leves, seguindo a tendência atual do mercado de não tecidos para aplicações descartáveis. A implementação de nossa nona linha de produção, estimada para janeiro de 2008, que será a quarta do mundo e a primeira da América Latina com esta nova geração da tecnologia *spunbonded*, deverá aumentar nossa capacidade de produção em, aproximadamente, 30%.

**Manter nossa posição de liderança no Brasil e aumentar nossa presença no mercado internacional de não tecidos.** Pretendemos aumentar nosso *market share* no Brasil por meio do desenvolvimento de não tecidos com propriedades especiais para aplicações específicas no segmento de descartáveis higiênicos e intensificar nossa participação em outros mercados (como o hospitalar e o agronegócio). Além disso, pretendemos intensificar nossa atuação internacional, a qual poderá permitir a captura de significativos ganhos de escala, diluindo nossos custos fixos e minimizando nossa exposição à volatilidade dos mercados menos estáveis econômica e politicamente.

**Intensificar o relacionamento com clientes visando o desenvolvimento de novos produtos.** A produção de não tecidos se encontra em constante desenvolvimento. Os fabricantes precisam assistir seus clientes no desenvolvimento de materiais de maior performance e menores custos. Acreditamos que temos sido bem sucedidos em estabelecer parcerias com nossos clientes e fornecedores, com resultados satisfatórios no desenvolvimento de novos produtos e segmentos de mercado. Pretendemos ampliar nossos investimentos na área de desenvolvimento de produtos, para fortalecer essas parcerias e nos posicionarmos na vanguarda do desenvolvimento tecnológico da indústria.

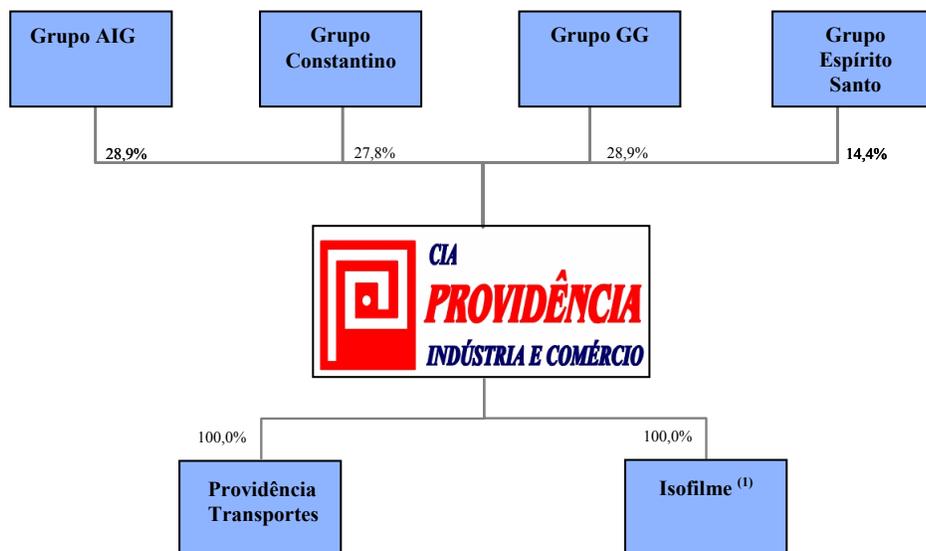
**Aprimorar nossa eficiência operacional.** Pretendemos aprimorar nossa eficiência operacional, de maneira a elevar nossa eficiência e rentabilidade. Nesse sentido, buscaremos (i) reduzir nossos custos com logística e distribuição, aperfeiçoando a adequação de nossos estoques ao nosso processo produtivo; (ii) obter melhores preços junto aos nossos fornecedores e sincronizar os prazos de entrega de nossas matérias-primas de acordo com nosso planejamento; (iii) reduzir gradualmente o prazo médio de recebimento, sobretudo no mercado externo, aumentando a eficiência de nosso capital de giro; (iv) equilibrar as vendas nos mercados interno e externo, de modo a maximizar nossas margens operacionais.

**Ampliar e redirecionar nosso foco no segmento de PVC.** Temos no segmento de PVC um negócio com margens operacionais atrativas e significativo potencial de crescimento. Possuímos presença importante e consolidada no mercado nacional de PVC, com *market share* de 7,0% em 2006, ocupando a terceira posição no mercado, de acordo com nossas estimativas. Considerando as perspectivas de crescimento nos setores de construção civil e de infra-estrutura, pretendemos aproveitar esta oportunidade, principalmente: (i) ampliando nossa participação no segmento predial, que apresenta margens mais atrativas, com a diversificação da nossa linha de produtos e conseqüente redução de nossa dependência do mercado de reposições e (ii) mantendo e incrementando nossa já significativa presença no mercado de tubos para o setor de infra-estrutura e agronegócio.

**Perseguir seletivamente novas aquisições.** Poderemos adquirir empresas com sólida base de clientes ou canais de distribuição estabelecidos, que se enquadrem em nosso modelo de negócios e que possuam tecnologias de produção semelhantes as nossas ou, ainda, que sejam complementares aos nossos negócios e que tenham potencial de crescimento sustentado e de criação de valor para nossos acionistas.

## NOSSA ESTRUTURA ACIONÁRIA

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura acionária na data deste Prospecto:



(1) A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições.

Para mais informações sobre a Aquisição da nossa Companhia e nossos acionistas, ver Seções “Negócios da Companhia – Aquisição da nossa Companhia” e “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” que se encontram nas páginas 126 e 181 deste Prospecto, respectivamente.

### AQUISIÇÃO DA ISOFILME

Nossa Companhia celebrou, em 11 de junho de 2007, Contrato de Compra e Venda de Quotas (“Contrato”) para a aquisição da totalidade das quotas da Isofilme pela Companhia. O Contrato prevê a possibilidade da Companhia ceder para uma controlada os seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato. A aquisição da Isofilme está condicionada ao atendimento de certas condições, como por exemplo a substituição de algumas garantias e a alienação pela Isofilme da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos Ltda. (“Daviso”), conforme previstas e melhor detalhadas na cláusula 5.1 e 5.2 do Contrato. Se essas condições não forem implementadas em até 60 dias, contados da data do Contrato, as partes do Contrato podem rescindi-lo.

A Isofilme atua nos ramos de industrialização e comercialização de nãotecidos, em estruturas simples e compostas, impressas ou não, em diferentes gramaturas. A Isofilme detém uma fábrica e um centro de distribuição, ambos localizados no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. A Isofilme iniciou suas atuais atividades em 2005, com a importação e implementação de uma Linha REICOFIL 3.1, e começou suas operações comerciais em junho de 2006.

No período de janeiro a maio de 2007, a Isofilme comercializou 3.462,3 toneladas de nãotecido, sendo 2.131,3 toneladas no mercado local e 1.331,0 toneladas no mercado externo. O volume comercializado em base mensal teve um aumento importante durante este período, partindo de 700,7 toneladas em janeiro e chegando a 800,1 toneladas em maio.

Durante os primeiros três meses de 2007 findos em 31 de março de 2007, a Isofilme obteve receita bruta de R\$15,3 milhões, um EBITDA de R\$2,7 milhões e um lucro líquido de R\$1,0 milhão, conforme balanço patrimonial, auditado pela Terco Grant Thornton, contendo ressalva em razão de a Daviso não ser auditada. Em 31 de março de 2007, o endividamento bancário total da Isofilme era de R\$71,9 milhões, divididos em R\$23,8 milhões no curto prazo e em R\$48,1 milhões no longo prazo. Na mesma data, o valor da conta caixa e disponibilidades era de R\$0,1 milhão.

Do total de R\$71,9 milhões de dívida, R\$18,0 milhões correspondem a empréstimos de capital de giro, R\$21,3 milhões correspondem às notas (guaranteed notes) emitidas pela Isofilme em 24 de outubro de 2006, de acordo com Circular de

Oferta (Offering Circular), datada de 12 de setembro de 2006, em uma captação de US\$10,0 milhões com prazo de vencimento em quatro anos e taxa de juros de 9,0% ao ano, e R\$32,6 milhões correspondem ao financiamento contratado junto ao banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW) para compra da Linha REICOFIL com taxa de juros equivalente a Libor mais 0,85% ao ano.

O preço de aquisição da Isofilme foi estabelecido nas seguintes bases: (i) uma parcela fixa de R\$23,4 milhões a serem pagos aos vendedores com recursos do caixa da nossa Companhia na data de consumação da compra e venda (“Fechamento”). Essa parcela fixa foi composta pela diferença do valor da empresa (R\$97 milhões) e o valor de sua dívida líquida (R\$73,6 milhões); (ii) uma parcela variável no valor de até R\$7,5 milhões, a serem pagos aos vendedores após a liquidação financeira da presente Oferta. O valor final da parcela variável do preço será determinada de acordo com a precificação da presente Oferta ou, na hipótese de a presente Oferta não ocorrer no prazo de 24 meses contados de 27 de abril de 2007, o valor da parcela variável será igual a R\$2,5 milhões. O preço será ainda ajustado após o Fechamento em função da variação nos montantes de dívida líquida e de capital de giro da Isofilme verificada entre 31 de março de 2007, data do balanço patrimonial base da aquisição, e a data do Fechamento, com base em balanço patrimonial a ser levantado no prazo de até 30 dias contados do Fechamento.

O resultado de equivalência patrimonial referente à participação societária na Daviso foi reconhecido nas demonstrações contábeis da Isofilme de 31 de março de 2007. As demonstrações contábeis da Daviso não foram auditadas pela Terco Grant Thornton ou por qualquer outros auditores independentes. Os ativos totais da Daviso representam aproximadamente 11% dos ativos totais da Isofilme. Conforme descrito acima, a venda e transferência da totalidade das quotas detidas pela Isofilme no capital social da Daviso são condições precedentes para a aquisição da Isofilme.

### **REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DE 2003**

Em setembro de 2003, a nossa Companhia passou por uma reorganização societária que consistiu, inicialmente, na conferência da totalidade de ações de nossa emissão então detidas pela Kami Providência Participações S.A. (“Kami Participações”) para a Sul Providência Administração de Bens S.A. (“Sul Providência”), como resultado da subscrição pela Kami Participações da totalidade das ações de emissão da Sul Providência então emitidas em aumento de capital social da Sul Providência.

Dessa forma, após a referida conferência de nossas ações para a Sul Providência, esta passou a ser a nossa controladora direta e a Kami Participações passou a ser a controladora direta da Sul Providência.

Em seguida, a nossa Companhia incorporou a Sul Providência, passando a Kami Participações a ser novamente a nossa controladora direta.

### **AQUISIÇÃO DE NOSSA COMPANHIA**

Nossa Companhia foi adquirida pelos Acionistas Controladores, em janeiro de 2007, após a implementação de determinadas condições do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 28 de outubro de 2006 (a “Aquisição”). Referida Aquisição envolveu uma série de atos preparatórios, bem como reorganizações societárias que estão descritas a seguir.

Antes dos atos preparatórios para a Aquisição de nossa Companhia pelos Acionistas Controladores, nossa Companhia era controlada pela Kami Providência Participações S.A. (“Kami Participações”), sociedade *holding* detida à época por determinados membros da família Starostik (“Membros da Família Starostik”), que era titular de, 99,9% do capital social de nossa Companhia, enquanto que os menos de 0,1% remanescentes eram de titularidade dos Membros da Família Starostik. Nossa Companhia, por sua vez, detinha 97,0% do capital social da Providência Transportes, sendo o restante detido por Membros da Família Starostik.

Em novembro de 2006, houve a redução de capital da Kami Participações, que foi paga pela Kami ao STAR Fundo de Investimento em Participações (“FIP Star”), fundo de investimento em participações constituído pelos Membros da Família Starostik, por meio de cessão e transferência da totalidade da participação detida pela Kami em nossa Companhia, de maneira que o FIP Star passou a ser nosso controlador direto, passando a deter 99,9% do nosso capital social.

Em janeiro de 2007, houve uma cisão parcial de nossa Companhia, sendo uma parte do acervo cindido transferida para a Kami Participações e a outra para uma sociedade denominada Anamila Administração e Participações S.A., sociedade constituída na cisão, controlada pelo FIP Star, para receber parcela do acervo cindido e que não foi incluída na Aquisição de nossa Companhia, de modo que nossa Companhia teve seu capital social reduzido. Também em janeiro de 2007, antes de consumada a Aquisição, foi realizada distribuição de dividendos no montante de R\$221,8 milhões aos antigos acionistas

de nossa Companhia, em montante correspondente à parcela do caixa e capital de giro disponíveis para distribuição, nos termos dos contratos relativos à Aquisição.

Em seguida, nossa Companhia, juntamente com sua controlada Providência Transportes, foi adquirida pela Alnilan, sociedade *holding*, utilizada pelos Acionistas Controladores para a nossa Aquisição, completada em janeiro de 2007.

Após referida Aquisição, em 28 de fevereiro de 2007, a Alnilan foi incorporada por nossa Companhia, de maneira que os Acionistas Controladores passaram a deter participação direta em nossa Companhia e esta passou a deter 100,0% da Providência Transportes. A publicação dos atos societários relativos a essa incorporação ocorreu em 4 de maio de 2007 no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 8 de maio de 2007 no Diário Oficial do Estado do Paraná. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, eventuais credores da Alnilan e da nossa Companhia anteriores à referida incorporação que se julgarem prejudicados poderão pleitear judicialmente a anulação da operação no prazo de 60 dias contados da publicação desses atos societários, observado que esse pedido de anulação poderá ser cancelado mediante a consignação em pagamento do valor do débito ou suspenso mediante a garantia da execução. A Alnilan foi um veículo utilizado pelos Acionistas Controladores para a nossa Aquisição e, na data de sua incorporação, seu único endividamento consistia em certas notas promissórias no valor total de emissão de R\$475,0 milhões, as quais previam a realização de referida incorporação (Para mais informações, ver seção “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos - Notas Promissórias” que se encontra na página 148 deste Prospecto).

Para fins da Aquisição, foram celebrados os seguintes contratos relevantes: (i) Contrato de Compra e Venda de Ações; (ii) Reorganization Agreement; (iii) Escrow Agreement; (iv) Contrato de Comodato; (v) Termo de Indenização e Outras Avenças; e (vi) Instrumento Particular de Dação de Direitos Creditórios em Pagamento de Dividendos. Para mais informações sobre esses contratos, ver item “Contratos Relevantes” abaixo. Ademais, foram emitidas notas promissórias para financiar a operação. Para mais informações, ver Seção “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

## LINHAS DE NEGÓCIOS

Nossas linhas de negócios são: (i) não tecidos produzidos com a tecnologia *spunbonded* que são aplicados nos processos produtivos de bens descartáveis e duráveis, incluindo fraldas, absorventes femininos, lenços umedecidos, móveis, colchões, componentes para construção civil, componentes automotivos, entre outros, (ii) tubos e conexões de PVC, um plástico que não deriva exclusivamente do petróleo, utilizado em grande escala em construções em geral e na indústria de infraestrutura; e (iii) embalagens flexíveis para atender, principalmente, pequenas e médias empresas do setor de alimentos.

A tabela abaixo apresenta a participação dos nossos principais produtos em nossa receita total:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						Período de três meses encerrado em 31 de março de			
	2004		2005		2006		2006		2007	
(Em milhares de R\$, exceto porcentagem)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)
<b>Receita Operacional Bruta</b>										
Nãotecidos	430.417	78,2%	457.060	78,6%	418.241	74,9%	111.521	76,8%	89.600	73,7
Tubos e conexões	101.547	18,5%	100.793	17,3%	118.393	21,2%	28.642	19,7%	27.832	22,9
Embalagens	18.230	3,3%	23.623	4,1%	21.638	3,9%	5.098	3,5%	4.125	3,4
<b>Total .....</b>	<b>550.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>581.476</b>	<b>100,0%</b>	<b>558.272</b>	<b>100,0%</b>	<b>145.261</b>	<b>100,0%</b>	<b>121.557</b>	<b>100,0%</b>

## NÃOTECIDOS

Nossa produção de não tecidos destinados tanto aos produtos descartáveis quanto aos duráveis é comercializada sob a marca Kami, que é sinônimo de um produto de qualidade superior e de alta performance. Com relação aos descartáveis, nossos produtos são aplicados no segmento higiênico e, em menor escala, nos segmentos médico e hospitalar. Temos um *market share* no Brasil estimado de 49,0% nos produtos descartáveis. Com relação aos duráveis, nossos produtos têm aplicação em móveis, calçados e componentes automotivos, com *market share* estimado de 40,0% do mercado brasileiro.

Dentre os produtos da linha descartáveis higiênicos, a utilização de nossos não tecidos destaca-se principalmente na produção de fraldas infantis, fraldas geriátricas, absorventes femininos e lenços umedecidos, que respondem por 74,7% da receita de vendas totais de não tecidos

Nossa produção de não tecidos é destinada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Atuamos em todo o Brasil, mas principalmente nas regiões Sudeste e Sul, as quais são os principais centros consumidores de não tecidos no Brasil. Do total de nossa receita bruta de não tecidos de R\$418,2 milhões em 2006, 59,4% foi originado a partir de nossas vendas no Brasil, sendo o remanescente originado a partir de exportações para mercados selecionados, incluindo os seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Venezuela, Peru, Equador, México, Uruguai e Estados Unidos.

Durante os últimos anos, como parte de nossa estratégia de diversificar nosso mercado de atuação, expandir nossas operações de maneira contínua e obter ganhos de escala, focamos em aumentar nossas vendas no mercado externo, uma vez que os maiores volumes de vendas de não tecidos ocorrem no exterior. Dessa forma, ampliamos nossa atuação em países da América Latina e nos Estados Unidos.

Na América Latina, temos operações nos países em que as corporações multinacionais que utilizam de aplicações descartáveis higiênicos mantêm filiais, tais como Procter & Gamble e Kimberly Clark, entre outras. Nos Estados Unidos, nossa atuação é predominante junto a fabricantes de produtos de incontinência desde 2003 e, a partir de 2006, passamos a atuar também no segmento de fraldas infantis. Para o desenvolvimento de nossas atividades de exportação, mantemos dois depósitos nos Estados Unidos, um na Costa Rica e um na Colômbia para implementação de nossa estratégia de logística. Acreditamos que a manutenção desses depósitos oferece uma vantagem competitiva, atendendo às demandas de nossos clientes em tempo adequado, além de oferecer serviços diferenciados de atendimento pré e pós-venda.

## **Vendas e Distribuição**

### ***Mercado Interno***

Nossa estrutura de vendas para o mercado interno conta com: gerentes, supervisores e vendedores próprios estabelecidos em dois escritórios de vendas, localizados em São José dos Pinhais e na cidade de São Paulo. Além de nossa equipe de vendas, distribuimos nossos produtos do segmento de não tecidos por 23 representantes comerciais, que intermedeiam a venda de não tecidos. Dessa forma, conseguimos atender à demanda de não tecidos em todo o território nacional.

No segmento de não tecidos destinados à indústria de descartáveis, que respondeu por 65,2% do nosso volume de não tecidos vendidos em 2006, nossas vendas são feitas diretamente por nós, sem a intermediação de representantes comerciais.

Em 2006, 43,4% do volume de nossas vendas no segmento de duráveis foi feito diretamente por nós, sendo o remanescente comercializado através de nossa rede de representantes.

A atividade de nossos representantes comerciais envolve a intermediação de pedidos de compra de nossos clientes, que nos são transmitidos para efetivação das vendas. Com base em nosso amplo e bem sucedido histórico de atuação com nossos principais clientes, temos tido acesso a estes de forma direta. Nossos representantes recebem comissão de até 5% sobre as vendas intermediadas.

Não temos volume de vendas previamente contratado com nossos clientes. Acreditamos que um fator importante no desenvolvimento de nossas vendas é nossa marca Kami, que, por ser conhecida no mercado e ser sinônimo de um produto de qualidade e performance superior, nos confere uma posição privilegiada na comercialização de nossos produtos no mercado doméstico.

### ***Mercado Externo***

Acreditamos que somos um importante *player* na produção e comercialização de não tecidos em mercados selecionados da América Latina e Estados Unidos. Acessamos nossos clientes nesses mercados diretamente ou através de representantes.

Atualmente, atuamos nos seguintes países: Estados Unidos, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, Equador, Costa Rica, Panamá e Trinidad e Tobago. Para atendermos nossos clientes localizados nessas regiões, realizamos vendas diretas a partir de nossa gerência de vendas internacionais e por meio de dois representantes. Em 2006, 38,2% de nossas vendas de não tecidos no mercado externo foi feita diretamente por nós, sendo o remanescente atendida pela nossa rede de representantes internacional.

Visando atender satisfatoriamente nossos clientes do mercado externo, com o mesmo serviço logístico que os *players* locais oferecem, utilizamos armazéns de terceiros em Cartagena na Colômbia, Cartago na Costa Rica, Houston e Charleston nos Estados Unidos. Esses depósitos têm área superior a 1.250 m<sup>2</sup> e podem armazenar até 50 *containers* de não tecidos, para diversos clientes ao mesmo tempo. Mantemos contrato escrito com o depósito da Costa Rica. Os demais encontram-se em fase de negociação. Nossa apólice de seguros cobre nossa mercadoria até o destino final, isto é, até o cliente.

## **Logística e Distribuição**

### *Brasil*

Nosso parque industrial de São José dos Pinhais é responsável pela totalidade de nossa produção de nãotecidos. A maior parte de nossas vendas diretas a clientes do segmento de descartáveis higiênicos é feita sob condição *CIF*, ou seja, compra contratada com previsão de entrega no estabelecimento do cliente incluindo custos de frete e de seguro. Nossos produtos são levados até nossos clientes através de serviço de transporte rodoviário terceirizado.

Já no segmento de bens duráveis, apenas na região Sul nossas vendas são realizadas sob a condição *CIF*. Nas demais regiões, a maior parte de nossas vendas são retiradas por nossos clientes em nosso armazém mantido na cidade de São Paulo.

A partir de julho de 2007, com o objetivo de otimizar nossa logística de distribuição, terceirizamos a prestação dos serviços de transportes que antes eram prestados pela Providência Transportes. Os caminhões dos nossos prestadores de serviços de transporte rodoviário são especialmente adaptados para o transporte de nãotecidos, que exigem cuidados especiais, principalmente aqueles utilizados na fabricação de produtos descartáveis higiênicos. Focando sempre na necessidade de nossos clientes, temos desenvolvido com alguns deles operações de logística de entrega customizada, incluindo operações *just-in-time*, de forma a otimizar suas operações. Este serviço tem sido uma importante ferramenta para a fidelização de nossos clientes, bem como para a conquista de novos clientes.

### *Exportação*

Dado que somos o maior exportador de nãotecidos do Brasil, temos uma eficiente logística de distribuição para os países da América Latina e Estados Unidos. Para os países vizinhos como Argentina, Uruguai e Chile, terceirizamos o serviço de transporte rodoviário para a entrega de produtos nos estabelecimentos de nossos clientes.

Para o atendimento aos demais países da América Latina, mantemos contratos de prestação de serviços de armazenagem com terceiros, contando com depósitos terceirizados em Cartagena, na Colômbia, e em Cartago, na Costa Rica. Utilizamos o transporte marítimo para o envio de nossos produtos até esses depósitos.

Para os serviços de entregas realizado nos Estados Unidos, contratamos o transporte marítimo, com origem em portos brasileiros, incluindo Paranaguá e Itajaí, e com destino aos depósitos que mantemos contratados por meio de nossos agentes localizados em Charleston, na Carolina do Sul, e Houston, no Texas.

Utilizamos, os portos de Paranaguá, que responde por aproximadamente 80% do nosso volume de exportação e o de Itajaí, que responde pelo restante de nossas exportações. O tempo médio para a entrega dos nossos produtos aos países vizinhos é de 44 dias e para a costa leste dos Estados Unidos é de 52 dias, em ambos os casos contados a partir da data do recebimento do pedido.

### **Clientes**

Em 31 de março de 2007, nossa divisão de nãotecidos atendia mais de 1.400 clientes ativos (assim considerados aqueles que realizaram compras a partir de 01 de janeiro de 2006) distribuídos no Brasil, em diversos países da América Latina e Estados Unidos. No ano de 2006, nossos cinco maiores clientes responderam por, 32,2% de nossa receita bruta no segmento de nãotecidos. Em 2006, nossos principais clientes foram Kimberly-Clark, Procter & Gamble, Johnson & Johnson, Aloés & Aloés e Pom Pom. Exceto por referidos clientes, nossa base de clientes é bastante pulverizada, de maneira que nenhum outro cliente representou mais do que três por cento de nossa receita bruta em 2006.

Apesar de 32,2% de nossa receita bruta ser oriunda dos nossos cinco maiores clientes, em base comparativa a outras empresas produtoras de nãotecidos localizadas no Brasil e no exterior, temos uma concentração de clientes relativamente baixa. Isso se explica pelo fato da produção de nãotecidos destinados a aplicações descartáveis, principalmente bens de consumo, estar concentrada em poucas grandes empresas, geralmente multinacionais com presença em diversos mercados. Assim, visando otimizar suas operações, essas empresas têm adotado o processo de compra de nãotecido por meio de poucos fornecedores que atendem suas operações em determinadas regiões do mundo.

Normalmente, nossos novos produtos são desenvolvidos a partir de uma solicitação específica de um cliente. A comercialização de nossos produtos junto aos grandes produtores de descartáveis higiênicos requer um prévio e longo processo de licenciamento. Durante esse período, os produtos são desenvolvidos por nossa equipe e testados de acordo com as especificações definidas por cada cliente até sua certificação final. Em alguns casos, tal processo pode estender-se por

até 2 anos e envolve a realização de um trabalho muito próximo ao cliente. O processo de certificação nos permite desenvolver produtos personalizados ao cliente, estreitar nossos laços comerciais e contribuir com a nossa estratégia de fidelização. Dessa forma, apesar de termos uma parte significativa de nossas vendas concentradas em alguns grupos empresariais do setor de higiênicos descartáveis, temos um ótimo relacionamento com tais clientes e, por termos nossos produtos já desenvolvidos e licenciados junto a eles, acreditamos ter uma vantagem competitiva frente aos nossos concorrentes.

No mercado interno, nossos clientes adquirem nossos produtos mediante pagamento em um prazo médio de 60 dias contados a partir do faturamento da venda. Já no mercado externo, tal prazo é de 90 dias. Temos com dois de nossos principais clientes, contratos de fornecimento com volumes pré-estabelecidos. Esses contratos estabelecem volumes mínimos de compra, preços e seus respectivos reajustes (que geralmente são de acordo com a variação do preço do polipropileno), especificações do produto e aspectos de logística.

## **Capacidade de Produção**

Por meio de nossas oito linhas de produção Reicofil com tecnologia *spunbonded* produzidas de acordo com nossas especificações pela Reifenhäuser, temos uma capacidade instalada para fabricação de 54.000 toneladas por ano de nãotecidos em diferentes gramaturas. As referidas linhas de produção utilizam uma tecnologia de fibra contínua que assegura uma melhor qualidade se comparada à tecnologia de fibra curta, utilizada pela maior parte de nossos concorrentes.

Ademais, recentemente, encomendamos mais uma linha de produção Reicofil, que acrescentará à nossa capacidade cerca de 16.100 toneladas por ano, que representará um aumento de aproximadamente 30% em toneladas quando a máquina atingir pico de produção. Esperamos que nossa nona linha de produção inicie suas operações durante o mês de janeiro de 2008, e atinja sua capacidade de produção máxima no segundo semestre de 2008.

Nossas linhas de produção permitem a produção de uma mesma configuração de material em mais de uma linha, tendo, portanto, cada linha seu back-up. Sendo assim, se houver paralisação de alguma máquina por qualquer motivo, conseguimos realocar a produção da máquina paralisada para outra máquina.

Agregadas à nossa produção de nãotecidos, temos duas máquinas laminadoras com capacidade de produção de 2,4 mil toneladas por ano, cada uma. Essas máquinas são utilizadas para a produção de produtos laminados, que são usados no segmento de descartáveis higiênicos. Com essa tecnologia, nossos nãotecidos são impermeabilizados por um processo de extrusão de filme flexível de polietileno. Contamos também com uma máquina com capacidade de 3.600 toneladas por ano para a produção de laminados respiráveis, que são utilizados na fabricação de produtos higiênicos e de proteção individual.

Em 2006, como complemento à nossa linha de produção de nãotecidos, adquirimos uma máquina para impressão em nãotecidos que pode ter aplicações variadas tais como impressão sobre fraldas, materiais de proteção pessoal, entre outros. Essas quatro máquinas adicionais que utilizamos para a produção de produtos laminados, laminados respiráveis e impressão não nos confere capacidade adicional de produção de nãotecidos dado que elas usam como parte de sua matéria-prima o nãotecido para produção de outros produtos de maior valor agregado.

Com a atual infra-estrutura de nossa unidade industrial de São José dos Pinhais, estamos operando a uma taxa de utilização máxima próxima a 95,7% de nossa capacidade instalada, 24 horas por dia, sete dias por semana, já considerando as paradas programadas de manutenção das máquinas. Após a instalação de nossa nona linha de produção, nossa capacidade total de produção de nãotecidos será de aproximadamente 70.000 toneladas por ano.

## **Processo e Planejamento de Produção**

### ***Processo de Produção***

O nosso sistema de produção está voltado para o máximo de aproveitamento dos recursos tecnológicos e de pessoal, a fim de atender os grandes e pequenos clientes com o menor custo possível.

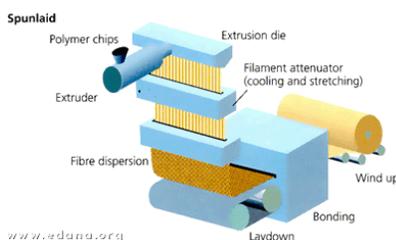
Desde 1988, todas as nossas linhas de produção são do sistema Reicofil para equipamentos utilizados nos processos de produção *spunbond*. A tecnologia de fabricação *spunbond* de nãotecidos consiste basicamente na fusão de polipropileno granulado, com sua extrusão por meio de feiras, sendo o polipropileno o único tipo de fibra sintética utilizada na fabricação dos nossos produtos do segmento de nãotecidos. Durante o processo de produção, fazemos uso também de aditivos, necessários para conferir características específicas aos nãotecidos, tais como coloração, fator de proteção contra raios solares, entre outras. Nossa tecnologia apresenta vantagens em relação às outras por apresentar menores custos de operação e manutenção.

As nossas linhas de produção funcionam de forma integrada de produção para operar continuamente, com paradas programadas a cada 40 dias para limpeza e ordenamento dos procedimentos.

O processo de produção de não tecidos é extremamente limpo e rápido, sendo inteiramente automatizado, possibilitando uma participação reduzida de empregados, e consiste em três fases: (i) formação da teia, ou *spunlaid*, (ii) ligação da teia, ou *thermal bonding*, e (iii) conversão, conforme ilustrado na figura abaixo.

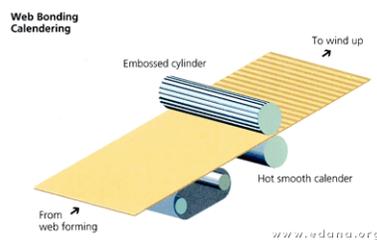
### Formação da Teia: *Spunlaid*

- ▶ Nesse processo, o granulado de PP é fundido e o PP derretido é extrusado por meio de fiandeiras
  - Os filamentos contínuos são resfriados e depositados sobre uma manta transportadora para formar uma teia uniforme



### Ligação da Teia: *Thermal Bonding*

- ▶ Esse método usa as propriedades termoplásticas do PP para dar ligação ao mesmo por meio de temperaturas controladas
  - Em alguns casos, a teia de fios pode ser usada pura, mas é mais freqüente a introdução de fios parcialmente fundidos ou fios bi-componentes no estágio de formação da teia para cumprir, posteriormente, a função de ligação



### Conversão

- ▶ O não-tecido é, então, terminado e enrolado
  - Conversores podem chegar quase na forma final, cortando, dobrando, costurando ou termo-selando
  - A qualidade, propriedade e tamanho dos não tecidos convertidos pode, posteriormente, ser adequada para atender precisamente às necessidades dos clientes

Esse processo apresenta algumas vantagens em relação a outras tecnologias. Por meio desse processo, conseguimos produzir não tecidos de alta qualidade a menores custos utilizando um processo que envolve poucas etapas e poucos tipos de matérias-primas. Além disso, nosso processo de produção não gera resíduos poluentes. Eventuais sobras do processo produtivo podem ser reutilizadas no próprio processo de produção de não tecidos.

Em 1999, nossa divisão de não tecidos recebeu o certificado ISO 9002/1994. Em 2004, nosso certificado foi revalidado dentro dos padrões da norma ISO 9001/2000.

### **Planejamento da Produção**

Nosso planejamento de produção varia de acordo com a destinação do produto. Para os produtos que são destinados ao mercado brasileiro, estabelecemos um planejamento mensal, com base nas ordens de compras que recebemos de nossos clientes, que são lançadas em nossos sistemas semanalmente. Após a emissão de ordem de compra por nossos clientes, nosso sistema calcula o custo e o tempo de produção, além das medidas do produto solicitado, o que maximiza a nossa eficiência no processo de produção. Em seguida, a ordem é direcionada à linha de produção responsável. A média de tempo para produção dos nossos produtos, desde a ordem do cliente até a entrega do produto final, é de 30 dias para o mercado local.

Para os produtos destinados ao mercado externo, o nosso planejamento de produção abrange um período maior, tendo em vista que realizamos a expedição do produto final para diversos países a partir de logísticas diversas. Para as ordens destinadas à exportação realizamos um planejamento trimestral, sendo que, o tempo médio para a produção e exportação do produto final pode ser de até 45 dias para os países da América Latina e de até 60 dias para os EUA.

### **Matéria-prima**

A principal matéria-prima utilizada na confecção de não tecidos é o polipropileno, produto derivado do petróleo. Em 2004, 2005, 2006 e no primeiro trimestre de 2007, consumimos 40,4 mil toneladas, 42,4 mil toneladas, 46,4 mil toneladas e 10,9 mil toneladas de polipropileno, respectivamente. Nosso gasto com matéria-prima representou 52,1%, 52,7%, 55,1% e

55,9% de nosso custo do produto vendido, respectivamente, nos referidos períodos. Nossos dois principais fornecedores de polipropileno são Braskem e Suzano, que responderam conjuntamente, nos últimos três anos, por quase a totalidade de nossas compras de matéria-prima. Temos um bom relacionamento com os nossos fornecedores, dado nosso bem sucedido histórico de operações e crescimento, bem como nosso elevado volume de compras. A maior parte de nossa matéria-prima é adquirida de fornecedores locais. Apesar de termos concentrado nossas compras de matéria-prima nesses dois produtores, também temos a possibilidade de importarmos matéria-prima de grandes produtores internacionais, tais como Exxon Mobil, Total Petrochemical USA, Inc, Basell, Borealis e A. Schulman de México. De forma a assegurar a competitividade de nossa operação, temos sempre a opção de compra de matéria-prima de fornecedores internacionais em períodos em que os preços externos forem mais favoráveis. Estamos sempre buscando oportunidades para desenvolver nossa base de fornecedores de matéria-prima locais e internacionais. Acreditamos que, embora tenhamos concentrado nossas compras em dois produtores locais, não somos dependentes de nenhum deles especificamente para o nosso abastecimento de matéria-prima. De uma maneira geral, não temos contratos de longo prazo com nossos fornecedores.

O polipropileno, sendo uma *commodity* derivada da nafta, é um produto atrelado às variações do preço do petróleo no mercado internacional. Além disso, o preço do polipropileno também sofre variações em decorrência de oscilações no dólar. Para mais informações, ver seção “Fatores de Risco – Aumentos no custo de matérias-primas poderiam causar impacto prejudicial relevante na nossa situação financeira e resultados operacionais” que se encontra na página 53 deste Prospecto.

### ***DrawBack de matérias-primas***

O *drawback* consiste em um regime aduaneiro especial aplicável às importações de matérias-primas utilizadas na industrialização de produtos destinados à exportação. Esse regime possibilita que as matérias-primas sejam desoneradas dos tributos incidentes na importação, quais sejam: (i) Imposto de Importação - II; (ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; (iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; (iv) Programa de Integração Social-Importação e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Importação – PIS/COFINS-Importação e (v) AFRMM – Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante.

O *drawback* foi criado pelo Governo Federal com o intuito de promover a competitividade de empresas brasileiras no mercado internacional, de forma a não aumentarem os respectivos custos de produção em virtude dos valores dos tributos incidentes sobre as matérias-primas importadas. Possibilitando dessa forma, que as empresas brasileiras aumentassem as suas exportações e, conseqüentemente, o seu faturamento no mercado internacional.

Portanto, qualquer empresa brasileira que direcione seus produtos para exportação, será indiretamente beneficiada por esse mecanismo quando adquire matéria-prima de um fornecedor local, que baseia o preço de seus produtos de acordo com um parâmetro de cotação internacional da matéria-prima. Exportamos parte da nossa produção de não tecidos e, portanto, o referido benefício nos atinge indiretamente quando adquirimos resina de nossos fornecedores locais, a um preço competitivo no mercado internacional, desde que esta matéria-prima seja destinada a produção de não tecidos para a exportação.

### **Concorrência**

Nossos principais concorrentes no segmento de não tecidos, com plantas instaladas no Brasil, são Fitesa Fibras e Filamentos Ltda., Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., Lord Indústria e Comércio e Embalagens Plásticas Ltda., Freudenberg Não-Tecidos Ltda. e Cia., Polystar Indústria e Comércio de Produtos Sintéticos e Sulbrasil Indústria e Comércio de Acessórios Plásticos Ltda.. Em relação aos produtores externos, a PGI – Polymer Group, Inc. (Colômbia e Argentina) e produtores asiáticos são nossos principais concorrentes.

### **TUBOS E CONEXÕES**

Os principais mercados em que atuamos com nossa divisão de tubos e conexões são o de infra-estrutura e predial. Esses dois setores de aplicação são responsáveis pela totalidade de nossas receitas com vendas de tubos e conexões, que alcançaram R\$118,4 milhões em 2006 e representaram 20,2% de nossas receitas líquidas totais.

A tabela abaixo apresenta nossa receita operacional bruta obtida em cada um desses mercados, bem como o percentual com relação à receita líquida total:

(Em milhares de R\$,  
exceto porcentagem)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						Período de três meses encerrado em 31 de março de			
	2004		2005		2006		2006		2007	
<b>Receita Operacional</b>										
<b>Bruta</b>		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)
Predial (revendedores)	57.893	57,0%	56.750	56,3%	57.025	48,2%	14.053	49,1%	14.501	52,1%
Infra-estrutura	42.821	42,2%	43.175	42,8%	60.621	51,2%	14.457	50,5%	13.201	47,4%
Irrigação Rural	845	0,8%	867	0,9%	747	0,6%	132	0,4%	129	0,5%
<b>Total</b>	101.559	100%	100.793	100%	118.393	100%	28.642	100%	27.832	100%

### Vendas e Distribuição

Nossa rede de vendas de tubos e conexões possui contrato com 92 empresas de representação comercial e mais 8 empregados e está focada nos nossos dois segmentos de atuação, predial e de infra-estrutura. No segmento predial, nossos principais clientes são lojas de material de construção, distribuidores, atacadistas, indústrias e construtoras. Aproximadamente 88% desses clientes são atendidos por representantes comerciais. Nossos demais clientes do segmento predial realizam suas compras por vendas diretas.

Já no segmento de infra-estrutura, atuamos por meio de vendas diretas aos órgãos públicos ou vendas a construtoras contratadas para a realização de obras públicas. As vendas feitas diretamente aos órgãos públicos são realizadas por meio de licitações e pregões eletrônicos. As vendas a construtoras são realizadas por meio de nossos representantes comerciais.

A atividade de nossos representantes comerciais envolve a intermediação de propostas de pedidos que serão transmitidas a nós para efetivação das vendas. Nossos representantes comerciais estão presentes em 19 Estados do País, estando principalmente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, que concentram a maior parte de nossas vendas. Nossos representantes comerciais trabalham em regime de exclusividade na linha de tubos e conexão de PVC, podendo representar outros fabricantes na venda de outros produtos. Mantemos um acompanhamento das negociações realizadas por meio de nossos representantes comerciais, procurando melhorar as condições de atendimento ao cliente de forma a aumentarmos nossa participação no mercado. Nossos representantes recebem comissão de até 5% sobre as vendas intermediadas.

### Logística e Distribuição

Toda a nossa produção de tubos e conexões é realizada em nossa planta de São José dos Pinhais. Todas as nossas entregas são terceirizadas por meio da contratação de transportadoras ou de freteiros, que podem ser contratadas por nós ou indicadas por nossos clientes. Não dependemos especificamente de nenhum transportador.

Nossas entregas são sempre realizadas diretamente aos clientes, não havendo a necessidade de mantermos depósitos ou armazéns para a distribuição de nossos produtos desse segmento. A totalidade de nossas vendas são entregues por meio do transporte rodoviário. Nossos prazos de entrega variam principalmente em decorrência da localidade em que se encontra nosso cliente. Nas regiões de maior volume de vendas, tais como a região metropolitana da cidade de São Paulo, conseguimos realizar nossas entregas em 48 horas contadas da liberação do pedido.

### Clientes

Nossa divisão de tubos e conexões tem uma base diversificada de 7,1 mil clientes ativos (assim considerados aqueles que realizaram compras a partir de 01 de janeiro de 2006). Nossas vendas são bastante pulverizadas, sendo que os nossos 5 maiores clientes foram responsáveis por 16,3% do volume de nossas vendas em 2006. Por esse motivo, não dependemos especificamente de nenhum cliente para o desenvolvimento de nossas atividades.

Nossos principais clientes pertencem aos setores de construção civil, infra-estrutura e revendas. Na área de infra-estrutura, nossos principais clientes são empresas públicas de saneamento básico, tais como SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento e SANEPAR - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná. No setor da construção civil, nossos clientes são construtoras e incorporadoras, revendas de materiais de construção e indústrias que utilizam nossos tubos como matéria-prima.

### Capacidade de Produção

Nossa divisão de tubos e conexões possui uma capacidade de produção instalada de 30.873 toneladas ao ano englobando tubos de diâmetro de 20 a 600 mm destinados aos segmentos predial, infra-estrutura e irrigação.

Nosso parque industrial, contando com nosso *Super Site* de São José dos Pinhais, é composto por 25 linhas de extrusão e 12 máquinas injetoras. Com a atual infra-estrutura de nosso parque industrial, estamos operando a uma taxa de utilização máxima próxima a 95% de nossa capacidade instalada, 24 horas por dia, 6 dias por semana.

### **Processo de Produção**

O processo produtivo de tubos de PVC consiste na mistura dos componentes a base de resina, carbonato de cálcio, estabilizantes e lubrificantes. Esses componentes são misturados em proporções adequadas em um misturador. Por meio do processo de mistura, obtém-se a homogeneização dos componentes. Na seqüência, a mistura passa por um processo de resfriamento para que seja, em seguida, enviada à máquina extrusora, onde ocorrerá o processamento do material para que adquira sua forma final.

O material é extraído da máquina por meio de puxadores. Uma vez atingida a metragem estabelecida para o tubo em produção, o material é automaticamente cortado por um equipamento de corte. Na seqüência são conformadas as conexões dos tubos produzidos conforme seja sua aplicação, sendo que a ABNT define por meio de normas técnicas o tipo de montagem apropriado para cada linha de produto (tubos para esgoto, água entre outros tipos).

### **Matéria-prima**

A principal matéria-prima utilizada na confecção de tubos e conexões é o PVC. Em 2004, 2005, 2006 e no primeiro trimestre de 2007, consumimos 20,2, 17,3, 23,8 e 5,5 toneladas de PVC, respectivamente. Nosso gasto com matéria-prima representou 23,4%, 20,5%, 21,1% e 20,2% de nossos custos de produto vendido, respectivamente, nos referidos períodos.

Nossos principais fornecedores são Braskem e LG Chem América, que responderam em 2006 pela totalidade do nosso fornecimento de PVC. 97,55% do PVC que compramos é adquirido de fornecedores locais. Importamos apenas uma pequena quantidade de produtos químicos. Nossa cadeia de suprimentos funciona na base *just in time*, combinada com entregas de 72 toneladas. Atualmente, não temos contrato de fornecimento de matéria-prima.

### **Concorrência**

O mercado de tubos e conexões brasileiro é altamente concentrado, sendo nossos principais concorrentes a Tigre e a Amanco. Esses concorrentes mantêm unidades industriais em várias regiões do país e respondem em conjunto por aproximadamente 60% do mercado, atuando em todas as regiões do país. Estimamos que nossa marca Provinil detém uma participação de mercado de aproximadamente 7%.

## **EMBALAGENS**

### **Vendas e Distribuição**

Nossa rede de vendas de embalagens conta com 12 representantes comerciais que atuam em cinco estados brasileiros (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais). Além disso, contamos com um departamento interno de vendas que conta com 4 empregados. Nosso departamento realiza a coordenação de nossa rede de representantes e também realiza vendas diretas a clientes, sendo que 90,0% de nossas vendas são realizadas por meio de nossos representantes comerciais. Sendo que os demais clientes do segmento de embalagens realizam suas compras por vendas diretas. Nossos representantes comerciais trabalham em regime de exclusividade na linha de embalagens plásticas flexíveis, podendo representar outros fabricantes na venda de outros tipos de embalagens. Por termos a maior parte de nossas vendas realizadas por meio de representantes comerciais, mantemos um rígido acompanhamento das negociações realizadas por meio deles, procurando melhorar as condições de atendimento ao cliente, de forma a aumentarmos nossa participação no mercado. Nossos representantes recebem comissão de até 3% sobre as vendas intermediadas.

## **Logística**

Toda a nossa produção de embalagens é realizada em nossa planta na cidade de Curitiba. Além disso, 23,2% do volume de nossas vendas é retirado diretamente em nossa fábrica. Os 76,8% restantes é retirado sob condição *CIF*, ou seja, compra contratada com previsão de entrega no estabelecimento do cliente, ou *FOB*, ou seja, compra contratada com previsão de entrega no estabelecimento do cliente com os custos de transporte suportados pelo cliente. Quando os produtos não são retirados pelo cliente de nossa planta em Curitiba, todas as nossas entregas são terceirizadas e realizadas por meio de transporte rodoviário, que podem ser contratadas por nós ou indicados por nossos clientes. Não dependemos especificamente de nenhuma transportadora.

Não mantemos depósitos ou armazéns para a distribuição de nossos produtos desse segmento. Nossos prazos de entrega variam principalmente em decorrência da localidade em que se encontra nosso cliente. Nas principais regiões em que atuamos, conseguimos realizar nossas entregas em 48 horas contadas da data de faturamento do pedido.

## **Clientes**

Nossa base de clientes no setor de embalagens é bastante pulverizada, e composta principalmente por pequenas, médias e grandes empresas do setor de alimentos. No ano de 2006 atendemos 163 clientes, sendo que nossos 10 maiores clientes representaram 43,1% do nosso faturamento com embalagens em 2006. Os produtos que fornecemos a nossos clientes são personalizados de acordo com suas necessidades e preferências no que diz respeito a cores, tamanhos, artes finais e demais especificações. Assim sendo, desenvolvemos um relacionamento próximo com nossos principais clientes para o desenvolvimento de produtos específicos, o que fortalece nossos laços comerciais.

## **Capacidade de Produção**

Em nossa planta em Curitiba, contamos com extrusoras de polietileno e polipropileno, impressoras, laminadora, máquinas de corte e solda e refiladeiras que nos conferem uma capacidade de produção no segmento de embalagens plásticas de cerca de 2.040 toneladas por ano. Com a atual infra-estrutura de nossa unidade industrial de Curitiba, estamos operando a uma taxa de utilização máxima de 85% de nossa capacidade instalada, 24 horas por dia, 6 dias por semana.

## **Processo de Produção**

Após a definição junto a nosso cliente das características da embalagem a ser produzida, geramos uma ordem de produção para que se inicie o processo de fabricação. Inicialmente, realizamos a industrialização da resina (PPPE) por meio de processo de extrusão para se fabricar o filme em bobinas de acordo com a especificação de cada produto. Posteriormente, é feita a impressão da arte final por meio do processo de rotogravura ou flexografia. Após a impressão da arte final, realiza-se o processo de laminação, dependendo das características da embalagem solicitada pelo cliente (que pode ser laminada ou monocamada). Por fim, o produto passa pelo processo de acabamento em refiladeiras para a confecção de bobinas de acordo com as especificações de cada cliente. Fornecemos a nossos clientes as embalagens na forma de bobinas ou pré-formadas, hipótese na qual as bobinas passam, ainda, pelo processo de corte e solda, transformando-se em sacos plásticos, produto final que é entregue ao cliente.

## **Matéria-prima**

As principais matérias-primas utilizadas na confecção de embalagens são o polipropileno, polietileno, polipropileno bi-orientado (BOPP) e poliéster (PET). Em 2004, 2005 e 2006, consumimos 1,5, 2,0, 2,0 e 0,4 toneladas de matérias-primas, respectivamente. Em média, os gastos com matéria-prima na produção de embalagens representam 75,0% de nossos custos totais no setor de embalagens. Nossos principais fornecedores de matérias-primas são Braskem e Pólo, Sun Chemical. Como centralizarmos as compras de matérias-primas de todas as nossas divisões, conseguimos condições comerciais favoráveis em razão do grande volume de matérias-primas que compramos, o que beneficia todas as nossas divisões, inclusive a de embalagens. De uma maneira geral, não temos contratos de longo prazo com nossos fornecedores, de modo que adquirimos matéria-prima com pagamento à vista ou a prazo.

## **Concorrência**

O mercado de embalagem é extremamente pulverizado, não havendo empresas com grande participação de mercado. Nossos principais concorrentes são Dixie Toga S.A., Converplast Embalagens Ltda., Plaszom Zomer Indústria de Plásticos Ltda., Incoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., Canguru Embalagens S.A., Santa Rosa Embalagens Flexíveis Ltda. entre outros.

## PLANTAS INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS

Nossa principal planta industrial está localizada em São José dos Pinhais, no Paraná. Essa unidade é responsável pela totalidade de nossa produção de nãotecidos e de tubos e conexões. Já nossa planta em Curitiba é responsável pela totalidade de nossa produção de embalagens. A tabela abaixo apresenta as principais características de nossas plantas.

<b>Produto</b>	<b>Área Construída (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade de Produção/Armazenamento</b>	<b>Localização</b>
<b>Nãotecidos</b>			
Produção/Depósito - 8 linhas de produção	36.801	55.000 toneladas	São José dos Pinhais
Depósito/Armazém	5.436	560 toneladas	Curitiba
Depósito/Armazém	1.750	200 toneladas	São Paulo
<b>PVC</b>			
Produção/Depósito - 25 linhas de extrusão e 12 linhas de injeção	21.367	30.300 toneladas	São José dos Pinhais
<b>Embalagens</b>			
Produção	14.930	2040 toneladas	Curitiba
Depósito/Armazém	2700	840 toneladas	Curitiba
<b>Sede Administrativa</b>	<b>3.573</b>	-	São José dos Pinhais

\* Em relação à nossa planta de São José dos Pinhais, há 43,4 mil m<sup>2</sup> de construções ainda não averbadas na matrícula do imóvel, por estar pendente o alvará de conclusão da obra, o qual será obtido depois de cumpridos determinados requisitos, como o pagamento de ISS estimado em R\$197 mil, a implantação do projeto de prevenção contra incêndio conforme exigências formuladas pelo Corpo de Bombeiros e a certidão negativa do INSS. Com relação a essa certidão, a documentação exigida para a sua emissão deverá ser submetida à análise pelo referido órgão. Caso a documentação existente não seja aceita, poderá haver a necessidade de pagamento de eventuais diferenças do valor da contribuição previdenciária, que se estima não ser superior a R\$2 milhões.

Nosso depósito em Curitiba e certos equipamentos para a produção de PVC foram dados em garantia com relação a certos processos judiciais. Para mais informações ver item “Contingências Judiciais e Administrativas” que se encontra na página 146 deste Prospecto.

Nossas linhas de produção de nãotecidos utilizam tecnologia Reicofil, fornecidas pela Reifenhäuser, que é uma empresa alemã, líder mundial no fornecimento de equipamentos para a produção de nãotecidos, tendo conquistado prestígio na indústria de nãotecidos no final dos anos 80 com o fornecimento de linhas de produção capazes de produzir diversos tipos de nãotecidos em um único processo, a partir de matérias-primas distintas, o que diminui significativamente o custo de produção dos nãotecidos. Tanto nossa Companhia quanto nossos concorrentes dependem do fornecimento das máquinas produzidas pela Reifenhäuser, que atualmente domina o mercado de máquinas que produzem os nãotecidos a partir do polipropileno.

A tabela a seguir apresenta algumas informações adicionais, relacionadas às máquinas que compõem a nossa linha de produção de nãotecidos, nosso principal negócio. A capacidade de produção por máquina depende do nosso portfólio de produtos – considerando as diversas gramaturas - e não corresponde necessariamente à capacidade técnica instalada de cada equipamento. Isso porque, quanto maior a gramatura do nãotecido produzido em uma dada máquina, menor será sua velocidade de produção em termos de metros por hora e conseqüentemente menor a quantidade de nãotecidos produzidos em quilos.

<b>Linha de Produção</b>	<b>Ano de Instalação</b>	<b>Capacidade de Produção mensal em 2006 (em toneladas)</b>	<b>Tecnologia*</b>	<b>Localização</b>
Linha de Produção 1 - Reicofil	1988	120	S	São José dos Pinhais
Linha de Produção 2 - Reicofil	1990	160	S	São José dos Pinhais
Linha de Produção 3 - Reicofil	1992	230	S	São José dos Pinhais
Linha de Produção 4 - Reicofil	1995	450	SMS	São José dos Pinhais
Linha de Produção 5 - Reicofil	1998	700	SMS	São José dos Pinhais
Linha de Produção 6 - Reicofil	2000	950	SSS	São José dos Pinhais
Linha de Produção 7 - Reicofil	2002	1100	SSMMS	São José dos Pinhais
Linha de Produção 8 - Reicofil	2006	800	SS	São José dos Pinhais
<b>Total</b>		<b>4510</b>		

\* “S” significa tecnologia de *spunbond* e “M” significa tecnologia de *meltblown*.

O sistema de produção Reicofil permite a produção de não tecidos de alta qualidade por proporcionar precisão nas gramaturas e alta uniformidade de distribuição das fibras, permitindo a produção de não tecidos homogêneos e uniformes especialmente padronizados para suas aplicações específicas. Essas qualidades nos habilitam a sermos fornecedores globais das grandes empresas do setor de descartáveis higiênicos.

Nossa diversidade de equipamentos tanto para produção de não tecidos como de tubos e conexões nos permite, em caso de paralisação não esperada de uma máquina, manter o nosso nível de produção por meio de equipamentos equivalentes disponíveis.

## **MANUTENÇÃO**

Nossas máquinas normalmente apresentam baixos níveis de manutenção, sendo efetuada uma manutenção programada a cada 40 dias, aproximadamente. A manutenção programada normalmente envolve a substituição de filtros de polímeros, limpeza e calibragem do equipamento. A manutenção programada de nossas máquinas é simples e realizada por nossos próprios funcionários. Normalmente conseguimos completar todas as etapas da manutenção programada sem comprometer de forma significativa nossa produtividade.

Além da manutenção programada, mantemos um plano de manutenção preventiva, que não requer a parada do equipamento. Nesse plano, nosso objetivo é efetuar todas as intervenções necessárias relacionadas à lubrificação, limpeza e ajustes de determinados itens que não exigem a interrupção da produção.

Nosso custo anual com a manutenção de todos os nossos equipamentos industriais foi de R\$2,0 milhões, R\$1,6 milhões e R\$2,2 milhões em 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Nosso custo com a manutenção de todos os nossos equipamentos industriais no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 foi de R\$1,0 milhão. O aumento nos custos de manutenção no primeiro trimestre de 2007, deveu-se principalmente à utilização de peças e equipamentos nas máquinas Kami. Estes equipamentos estavam em estoque e foram reconhecidos como despesa, e não como imobilizado, por terem vida útil inferior a um ano.

## **POLÍTICA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E COBRANÇA**

Mantemos uma política conservadora em relação à concessão de crédito a nossos clientes, procurando minimizar ao máximo nossa exposição a perdas de recebíveis. Para a concessão de crédito a nossos clientes, normalmente solicitamos a documentação hábil para a comprovação de sua capacidade de pagamento, que inclui contrato social e respectivas alterações, balanços, relações de principais fornecedores e bancos, histórico de faturamento, entre outros. Além disso, consultamos as bases de dados disponíveis relacionadas a crédito, tais como SERASA e Convênio Cadastral Bandeirantes.

Nossa análise de crédito tem também como objetivo estimar a capacidade de endividamento de nossos clientes. Dessa forma, nossa equipe de análise de crédito trabalha em conjunto com nossa equipe comercial para a exploração do potencial de compra de nossos clientes. Com base nessa análise, fixamos um limite de crédito para cada cliente, o que não apenas contribui para o controle de nossa exposição, como também para o desenvolvimento de esforços de vendas específicos junto àqueles clientes que apresentam maior potencial de compra em relação ao seu endividamento.

Nossos clientes são constantemente monitorados para a verificação de sua performance de pagamento para que possamos, conforme o caso, ampliar ou reduzir seu limite de crédito.

Como forma de uniformização de nossa política de concessão de crédito, disponibilizamos a todos os nossos representantes comerciais um manual básico descritivo dos procedimentos relacionados à nossa política de crédito e cobrança. Por meio de nossos representantes comerciais, temos acesso aos documentos necessários para nossa análise de crédito. Além disso, nossos representantes comerciais também realizam um acompanhamento da performance de compras e pagamentos de seus clientes.

Quase a totalidade de nossas vendas é feita a um prazo médio de 60 dias por meio de cobrança bancária. Acompanhamos mensalmente nossas taxas de inadimplência, que se situam no patamar de 1,8% do volume total de nossas vendas. Em nossos acompanhamentos, consideramos inadimplentes débitos vencidos e não pagos a mais de dois dias. Nossa perda anual em 2004, 2005 e 2006 foi de 0,37%, 0,09% e 0,88% de nossa receita bruta, respectivamente. Nossa perda no período de três meses encerrado em 31 de março de 2007 foi de 1,48%, deste percentual, 1,20% refere-se a constituição de uma PDD (provisão para devedores duvidosos), ajustada no preço de compra efetuado com os vendedores, para o cliente MRM Construtora Ltda no valor de R\$ 1.459 mil, cujo valor estamos cobrando judicialmente, se desconsiderarmos esta provisão o percentual seria de 0,28%.

Após transcorridos dois dias contados do vencimento da fatura, realizamos acompanhamento telefônico junto ao cliente para tentar solucionar a inadimplência. Se tal procedimento não surtir efeito, realizamos o protesto da fatura. Caso a fatura não seja paga após o protesto, encaminhamos o caso a uma empresa de cobrança, que tentará novamente solucionar a inadimplência junto ao cliente. Em última hipótese, caso a empresa de cobrança não consiga sanar o problema junto ao cliente, damos início a ação judicial para cobrança do pagamento inadimplido. No ano passado iniciamos apenas cinco ações para cobrança de quantias inadimplidas.

## **SAZONALIDADE**

Apesar de nossos produtos não apresentarem sazonalidade específica, tanto as vendas de não-tecidos como as vendas de tubos e conexões de PVC tendem a acompanhar a sazonalidade geral de produtos plásticos derivados do petróleo. Assim sendo, nos últimos três anos realizamos aproximadamente, em média, 48,4% de nossas receitas brutas no primeiro semestre do ano e os 51,6% restantes no segundo.

## **OUTRAS ATIVIDADES**

Nossa controlada Providência Transportes era responsável por prestar serviços de transporte apenas de nossa produção de não-tecidos. Entretanto, a fim de otimizar nossa logística de distribuição aos nossos clientes e reduzir as despesas atreladas a estes serviços, em julho de 2007, nós vendemos a totalidade de nossa frota de caminhões e, paralelamente, contratamos a prestação de serviços de transporte da compradora desses caminhões, terceirizando a prestação dos serviços de transporte à Companhia. Para mais informações sobre tais contratos, ver seção “Contratos Relevantes – Outros Contratos Relevantes - Contrato de Compra e Venda de Veículos e Contratos de Prestação de Serviço de Transporte” que se encontra na página 141 deste Prospecto. Em razão da terceirização dos serviços de transporte, poderemos, no futuro, encerrar por completo as atividades da Providência Transportes.

## **CONTRATOS RELEVANTES**

### **Contratos Financeiros e Valores Mobiliários Emitidos**

Para informações sobre nossos Contratos Financeiros e Valores Mobiliários emitidos, ver Seções “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” e “Informações Sobre Títulos e Valores Mobiliários” que se encontram nas páginas 79 e 148 deste Prospecto, respectivamente.

### **Contratos celebrados no âmbito de nossa Aquisição**

#### **(i) Contrato de Compra e Venda de Ações**

Em 28 de outubro de 2006, Alnilan, FIP Star, os Membros da Família Starostik (FIP Star, em conjunto com os Membros da Família Starostik, os “Vendedores”), Kami Participações, nossa Companhia e a Providência Transportes celebraram um Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato de Compra e Venda de Ações”), que estabeleceu os termos e condições necessários à implementação da Aquisição da nossa Companhia pela Alnilan, bem como da participação diretamente detida pelos Membros da Família Starostik na Providência Transportes.

A fim de possibilitar a implementação da venda, dispôs o Contrato de Compra e Venda de Ações, como condição para o fechamento, a implementação de uma reorganização societária na Providência, que seria detalhada em documento em apartado a ser celebrado pelas partes.

O Contrato de Compra e Venda de Ações contém cláusulas, termos e condições usuais em operações de fusão e aquisição similares a nossa aquisição, como, por exemplo, ajuste de preço, declarações e garantias, bem como dispositivos prevendo a indenização das perdas incorridas no caso de inadimplemento de tais declarações e garantias. Todas as perdas que viermos a incorrer (bem assim eventuais ganhos, após descontados os custos com a condução do processo, tributos etc.) com os processos administrativos e judiciais existente até o fechamento de nossa aquisição também foram assumidos pelos Vendedores. As obrigações de indenização dos Vendedores sob o Contrato de Compra e Venda de Ações encontram-se limitadas a R\$330,0 milhões, corrigidos anualmente por uma taxa equivalente a 105% da variação do CDI.

Em abril de 2007, com base na cláusula de ajuste do preço do Contrato de Compra e Venda de Ações, procedemos um ajuste no preço de aquisição que importou em um pagamento de aproximadamente R\$1,9 milhão em favor dos Vendedores. Tendo em vista que os Vendedores questionaram referido valor, foi contratada uma firma de auditoria para proceder à revisão dos itens questionados. Estimamos que essa revisão poderá ocasionar alterações, a maior (em até R\$6 milhões) ou a menor, no valor do ajuste.

Eventuais disputas entre as partes com relação ao Contrato de Compra e Venda de Ações estão sujeitas à arbitragem.

(ii) *Reorganization Agreement*

Em 30 de janeiro de 2007, Alnilan, FIP Star, os Membros da Família Starostik, Kami Participações (que, conforme obrigação assumida pelos Vendedores no Contrato de Compra e Venda de Ações, teve sua razão social alterada para Milano Administração e Participações S.A.) e nossa Companhia celebraram um *Reorganization Agreement* (“Reorganization Agreement”), que formalizou todos os procedimentos ocorridos com relação à reorganização societária ocorrida na nossa Companhia.

Em 1º de novembro de 2006, a assembléia geral extraordinária da Kami Participações, então nossa acionista controladora, deliberou a redução do capital social daquela sociedade. Tal deliberação foi paga pela Kami ao seu acionista, FIP STAR, por meio da cessão e transferência da totalidade das ações ordinárias então detidas pela Kami Participações em nosso capital social.

Concluída a redução de capital da Kami Participações, nossos acionistas à época deliberaram em assembléia geral extraordinária ocorrida em 18 de janeiro de 2007 a cisão parcial de nosso acervo, tendo uma parte da parcela cindida de nosso acervo sido vertida para a Kami Participações, enquanto que a outra parte foi vertida para a constituição de nova sociedade denominada Anamila Administração e Participações S.A.

Nos termos do Reorganization Agreement, após a cisão, e como forma de minimizar o ajuste de preço a ser realizado após o fechamento da Aquisição, os Vendedores deliberaram em assembléia geral extraordinária ocorrida em 30 de janeiro de 2007 a declaração e distribuição de dividendos, dos quais parte foi paga nos dias 30 e 31 de janeiro de 2007 em moeda corrente nacional, enquanto que outra parte foi paga em 31 de janeiro de 2007, por meio de dação em pagamento de recebíveis existentes em 31 de janeiro de 2007 em nossa carteira.

(iii) *Escrow Agreement*

Em 31 de janeiro de 2007, FIP Star, Alnilan, o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os Membros da Família Starostik celebraram um Escrow Agreement (“Escrow Agreement”) que, em linhas gerais, previu o depósito de R\$250,0 milhões em conta corrente vinculada aberta para este fim específico pelo FIP Star junto ao Santander, da qual somente poderão ser liberados recursos de acordo com as regras lá previstas.

Tendo em vista que a venda das ações representativas de nosso capital social foi realizada pelo FIP Star que tinha como quotistas pessoas físicas, as obrigações indenizatórias de natureza contratual usuais em operação dessa natureza poderiam ter eficácia limitada, não conferindo, portanto, o conforto necessário para a Companhia e os Acionistas Controladores. Dessa forma, foram determinados pelas partes envolvidas a estrutura prevista no Escrow Agreement e o valor do depósito, levando em conta essas características específicas.

Os valores depositados em *escrow* serão movimentados apenas pelo Santander, exclusivamente para os efeitos e propósitos do Escrow Agreement, cabendo ao Santander investir tais valores de acordo com as regras lá previstas. Os valores depositados serão liberados para o FIP Star ou Companhia (na qualidade de sucessora da Alnilan), conforme o caso, essencialmente em virtude da materialização de contingências, ou conforme cronograma de liberações lá estipulado.

Os depósitos acima descritos têm como função garantir, até o seu limite (R\$250 milhões), nos termos do Contrato de Compra e Venda, eventuais indenizações decorrentes da materialização de contingências da Companhia. Eventuais disputas entre as partes com relação ao Escrow Agreement estão sujeitas à arbitragem, inclusive no que tange às obrigações de indenizar ora descritas.

O Escrow Agreement terá prazo de validade até 16 de janeiro de 2012, prazo este que poderá ser estendido nas hipóteses lá previstas, relacionadas principalmente à existência de (i) contingências indenizáveis ainda pendentes de decisão irrecorrível ou (ii) discussão e/ou pendência entre as partes com relação a montantes e liberações de tais valores.

(iv) *Contrato de Comodato*

Em 31 de janeiro de 2007, foi celebrado entre nossa Companhia e determinados Membros da Família Starostik, com a anuência da Alnilan, um contrato de comodato, prevendo, de maneira geral, a cessão em comodato, por um prazo de até dois anos, das instalações, localizadas na cidade de São José dos Pinhais, onde se encontra o santuário de animais mantido por referidos Membros da Família Starostik, em nossa Companhia. A área total dessas instalações é de 9.795 m<sup>2</sup>.

De acordo com referido contrato, durante a vigência do contrato, os comodatários serão responsáveis pelo pagamento de todas as despesas relativas à área dada em comodato, bem como por manter nossa Companhia indene de quaisquer perdas e danos decorrentes da manutenção e operação do santuário nas suas instalações.

(v) Termo de Indenização e Outras Avenças

Em 31 de janeiro de 2007, foi celebrado um Termo de Indenização e Outras Avenças, entre FIP STAR, determinados Membros da Família Starostik e Alnilan, com anuência de nossa Companhia e da Providência Transportes, por meio do qual, em linhas gerais, o FIP STAR e referidos Membro da Família Starostik reconheceram a ocorrência de um sinistro em nossa Companhia entre o período da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e o fechamento da Aquisição, o qual gerou prejuízos no valor aproximado de R\$3,0 milhões. Referido termo disciplina a forma de indenização pelos danos apurados até o momento de sua celebração, bem como a responsabilidade do FIP STAR e de referidos Membros da Família Starostik por eventuais danos futuros resultantes do mencionado sinistro, a qual é independente de eventuais indenizações pagas no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Ações.

(vi) Instrumento Particular de Dação de Direitos Creditórios em Pagamento de Dividendos e Outras Avenças

Em 31 de janeiro de 2007, nossa Companhia e determinados Membros da Família Starostik, com a anuência da Alnilan e do FIP STAR, celebraram Instrumento Particular de Dação de Direitos Creditórios em Pagamento de Dividendos e Outras Avenças, pelo qual nossa Companhia, em pagamento de parcela dos dividendos declarados na assembléia geral extraordinária de 30 de janeiro de 2007, cedeu parcela de seus recebíveis existentes até 31 de janeiro de 2007 (exceto aqueles constantes de provisão para devedores duvidosos), correspondente ao valor total de R\$11,8 milhões para Milan Starostik e Ana Seles Mekis Starostik. De acordo com referido instrumento, nossa Companhia permaneceu responsável pelo recebimento e cobrança de tais recebíveis, mas não pela existência ou solvência desses recebíveis. O pagamento da parcela cedida a referidos Membros da Família Starostik deve ser feito mensalmente, à medida que tais créditos sejam efetivamente recebidos por nossa Companhia. Caso deixemos de receber até 30 de julho de 2007 algum dos recebíveis existentes em 31 de janeiro de 2007 (exceto aqueles constantes de provisão para devedores duvidosos), referidos Membros da Família Starostik deverão nos reembolsar o valor do recebível inadimplido, exceto pela parcela cedida em virtude do pagamento de dividendos.

### **Outros Contratos Relevantes**

(i) Contrato de Empreitada

Em 28 de fevereiro de 2007, celebramos com a Cassol Pré-Fabricados Ltda. um Contrato de Empreitada Global de Execução de Estrutura Pré-Fabricada em Concreto, por meio do qual a Cassol ficou obrigada a executar uma obra com estrutura pré-fabricada de concreto, localizada na nossa unidade de São José dos Pinhais. Em contrapartida, ficamos obrigados a pagar pelo serviço o valor total de R\$3,5 milhões, que será realizado em sete parcelas da seguinte forma: (i) uma parcela de R\$1,1 milhão foi paga no ato da assinatura do contrato; (ii) quatro parcelas de R\$437,5 mil serão pagas em 30, 60, 90 e 120 dias, contados da data de assinatura do contrato; (iii) duas parcelas de R\$350,0 mil, sendo uma paga em 150 dias, contados da data de assinatura do contrato e a outra na data de entrega da obra que, de acordo com o cronograma, está prevista para ocorrer em 14 de setembro de 2007.

(ii) Contrato de Compra e Venda de Equipamento

Em 10 de janeiro de 2007, nossa Companhia celebrou com a Reifenhäuser, da Alemanha, um contrato de compra e venda, pelo qual compramos a linha de produção “Reicofil 4 special extrusion system SSMMMS 3200”, peças sobressalentes e direito ao uso de *software* para a operação do equipamento, pelo preço fixo total de 32,6 milhões de Euros. O pagamento do preço será realizado da seguinte forma: (i) uma parcela inicial de 3,3 milhões de Euros à vista, equivalentes a R\$8,7 milhões; (ii) 6,9 milhões de Euros, equivalentes a R\$19,2 milhões, em 15 de março de 2007; e (iii) 6,9 milhões de Euros, em cada um dos três embarques das peças que compõem o equipamento (primeiro embarque previsto para 20 de junho de 2007, segundo embarque previsto para 5 de julho de 2007 e terceiro embarque previsto para 20 de julho de 2007) e 1,6 milhões de Euros para abril de 2008. Até 31 de março de 2007, havíamos pago o montante total de R\$27,9 milhões. A data para finalização da instalação do equipamento é 30 de janeiro de 2008 e a data para nossa aceitação final do equipamento instalado é 28 de maio de 2008.

(iii) Contrato de Compra e Venda de Veículos

Em 1 de julho de 2007, nossa Companhia vendeu a totalidade dos caminhões de nossa frota à DSR Transportes Rodoviários Ltda., pelo valor total de R\$2,5 milhões, a ser pago da seguinte forma: R\$880 mil à vista, em 1 de julho de 2007, e o restante por meio de seis notas promissórias no valor de R\$270 mil cada, com vencimento todo dia 5 de cada mês, iniciando-se em 5 de agosto de 2007 e terminando em 5 de janeiro de 2008.

#### (iv) Contratos de Prestação de Serviço de Transporte

Em 1 e 2 de julho de 2007, nossa Companhia, na qualidade de contratante, celebrou, respectivamente, com a Beer Transportes Rodoviários Ltda. e com a DSR Transportes Rodoviários Ltda., empresas do mesmo grupo, contratos de prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, coleta e distribuição de produtos de nossa fabricação. O preço dos serviços varia de R\$250 a R\$1,6 mil por veículo carregado, dependendo da rota de transporte, reajustado anualmente com base em 40% do preço do diesel e 60% do INCT-FIP. As contratadas são responsáveis por seus veículos, bem como pela contratação de seguro de carga e de seu pessoal, e por todos os danos morais e materiais que vierem a causar durante a prestação dos serviços. O prazo dos contratos é de 3 anos.

#### **SEGUROS**

Possuímos apólices de seguro que acreditamos serem usuais e adequadas para empresas que atuam no nosso ramo de atividade e para cada localidade em que operamos unidades industriais.

Mantemos apólices de seguro contra incêndio e avarias de bens do imobilizado e dos estoques para as unidades industriais de São José dos Pinhais e Curitiba, bem como para nosso depósito em Curitiba e São Paulo. Mantemos, igualmente apólices de seguro de toda a frota de automóveis da Companhia. Não somos proprietários de nenhum imóvel no exterior. Para as exportações realizadas para os Estados Unidos da América mantemos uma apólice de seguro em aberto e a cada fechamento de câmbio é contratado o seguro para a mercadoria até a destinação final da mesma. Em relação aos armazéns da Colômbia e Costa Rica não contratamos seguros tendo em vista que os contratos que nos permitem utilizar tais armazéns já prevêm a contratação do seguro por parte das empresas que nos prestam serviços de armazenagem.

Nossa unidade industrial de São José dos Pinhais está segurada contra danos materiais, tais como incêndio, raio, explosões, entre outros, roubos e furtos, danos decorrentes de responsabilidade civil, lucros cessantes decorrentes de paralisação entre outros, apresentando um valor total indenizável de R\$420,0 milhões.

Além desses seguros, mantemos contratada apólice de seguro de transporte internacional para cobertura de riscos de perda ou dano material dos nãotecidos que exportamos por meio de navios, aeronaves, veículos rodoviários e veículos ferroviários, cobrindo o valor constante da fatura ou nota fiscal mais frete, apresentando um limite máximo de valor indenizável de R\$ 1,0 milhão em cada meio de trecho de transporte ou viagem.

Em geral, nossa atividade apresenta um histórico de baixa sinistralidade.

#### **PROPRIEDADE INTELECTUAL**

##### **Patentes**

Não possuímos qualquer patente registrada ou depositada no Brasil ou no exterior.

##### **Marcas**

Possuímos os seguintes registros ou pedidos de registro no INPI: Kami, Agriban, Agrotec, Kamifruit, Providencia, Provinil, Reicofil e Reicotex. A marca Kami também está registrada perante a autoridade competente do Uruguai.

Estamos questionando a possibilidade de registro das marcas, DP Divina Providência, Kamis, Kawakami, AP A Providência DD Confeccões, Agrotec, Providencia e Agrotologia por acreditarmos que tais marcas se assemelham às nossas e podem causar confusão por parte de nossos clientes e fornecedores.

##### **Nomes de Domínio**

Possuímos os seguintes nomes de domínio registrados perante o Registro.br: “www.providencia.com.br”, “www.provid.com.br”, “www.provinil.com.br”, “www.kami.ind.br” e “www.providencia\_sp.com.br”.

## **PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

Contamos com uma equipe altamente qualificada e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento. A fim de atender nossos principais clientes, primeiramente, realizamos um processo de certificação de nossos produtos junto a estes que compreende (i) o desenvolvimento do produto de acordo com as especificações do cliente; (ii) realização de testes com o produtos para verificar sua adequação às necessidades do cliente; e (iii) a efetiva certificação junto ao cliente. Geralmente, o tempo médio para o lançamento de um novo produto é de três a quatro meses, sendo que, em alguns casos, pode chegar a até dois anos. Ademais, arcamos com os custos de especificação dos produtos com nossos clientes. Em atendimento às solicitações de nossos clientes, desenvolvemos diversos produtos, tendo sido encaminhadas em 2006 826 amostras de produtos para nossos clientes.

Com relação à qualificação de produtos junto a companhias multinacionais no Brasil, somos a maior empresa em número de produtos especificados, tendo 193 produtos especificados junto à Kimberly Clark, 67 com a Procter & Gamble e 78 com a Johnson & Johnson. Adicionalmente, esse processo nos permite manter um estreito relacionamento com nossos clientes.

## **CONTROLE DE QUALIDADE**

O nosso sistema de Gestão da Qualidade está Certificado na Norma ISO 9001/2000, certificado pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), com validade até abril de 2010. Este sistema visa à melhoria contínua de nosso processo, com o intuito de proporcionar a satisfação dos nossos clientes. A Gestão da Qualidade, além de descrever os procedimentos e rotinas, desenvolve avaliações, análises e monitoramentos. Dessa forma, conseguimos ter uma auto-avaliação desde desenvolvimento e aquisição de matérias-primas, até o monitoramento da satisfação dos nossos clientes, após o consumo dos nossos produtos.

A certificação de qualidade, feita por organismos independentes e com credibilidade, é um importante instrumento de avaliação que evidencia que nossos produtos e serviços atendem a requisitos técnicos especificados em normas e regulamentos nacionais e internacionais, o que facilita o nosso relacionamento com o mercado interno e externo, além de proporcionar confiança e segurança aos nossos clientes.

Especificamente com relação aos nãotecidos, zelamos pela qualidade de nossos produtos por acreditarmos que isso representa um diferencial junto a nossos clientes. Temos um inspetor de qualidade por turno por máquina. Realizamos aproximadamente 16 testes de qualidade por ordem recebida. Desde que começamos a produzir para empresas multinacionais, nunca tivemos um certificado de qualidade de nossos produtos desabilitado.

Além disso, como fornecedores globais de grandes empresas do segmento de descartáveis higiênicos, precisamos adotar rígidos padrões de qualidade para sermos qualificados e aceitos como fornecedores globais de tais empresas.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

Contamos com diversos tipos de *softwares* que nos auxiliam em nossa organização, sendo utilizados nas áreas industrial, comercial, administrativo-financeira e controladoria. Dessa forma, conseguimos diagnosticar e resolver algumas das nossas dificuldades do dia-a-dia em um curto espaço de tempo. Os principais *softwares* que utilizamos são (i) MaxiPro para sistema de planejamento ERP (*Enterprise Resource Planning*); (ii) MaxNet, que proporciona o fornecimento de informações *on-line* sobre as vendas aos nossos representantes comerciais e aos nossos gerentes de vendas; (iii) Audit, que armazena todos os dados fiscais exigidos pela Receita Federal e pelo INSS; (iv) FTM – Exports –que integra os procedimentos-padrão ao SISCOMEX, dando suporte às vendas de exportação; (v) MaxiVision, que proporciona uma ampla lista de informações gerenciais; (vi) SEED, que planeja a produção de nãotecidos; e (vii) Sênior, que dá suporte à gestão de recursos humanos.

## **EMPREGADOS**

Em 31 de março de 2007, contávamos com 1.090 empregados. A tabela a seguir apresenta o número de empregados por categoria de atividade nas datas indicadas:

<b>Empregados por Setor</b>					
<b>Setor</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>			<b>Em 31 de março de</b>	
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Produção	771	894	945	941	939
Comercial	31	34	34	35	34
Administrativo	130	128	122	122	117
<b>Total</b>	<b>932</b>	<b>1056</b>	<b>1101</b>	<b>1098</b>	<b>1090</b>

A tabela a seguir apresenta o número de empregados classificados por segmento de atuação nas datas indicadas:

<b>Atividade</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>			<b>Em 31 de março de</b>	
	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Nãotecidos	257	384	394	404	393
Tubos e Conexões	343	323	379	349	380
Embalagens	123	136	130	140	124
Administração	146	146	148	150	143
Transportes	63	57	50	55	50
<b>Total</b>	<b>932</b>	<b>1056</b>	<b>1101</b>	<b>1098</b>	<b>1090</b>

Geograficamente, nosso quadro de empregados está distribuído predominantemente no Estado do Paraná, onde trabalham todos os nossos funcionários com a exceção de 22 funcionários que trabalham no Estado de São Paulo.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e no primeiro trimestre de 2007, pagamento a nossos funcionários, somando remuneração, encargos sociais e benefícios dos nossos empregados, R\$23,0 milhões, R\$26,4 milhões e R\$30,7 milhões e R\$7,8 milhões, respectivamente.

Acreditamos ter um bom relacionamento com os Sindicato dos Empregados nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná e SITNTRACARP - Sindicato dos Trabalhadores, Motoristas em Geral Ajudantes de Caminhões, Conferentes, Frentistas, Escritórios e Administração nas Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Líquidas, Gasosas, Combustíveis, Secas, Fracionada, a Granel e em geral no Estado do Paraná, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas Secas e Molhadas de São Paulo e Itapeccerica da Serra, sindicatos aos quais nossos empregados são filiados, dos quais destaca-se o Sindicato dos Empregados nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Paraná, pelo maior número de empregados filiados e atuação mais efetiva. Temos acordos coletivos de trabalho com cada sindicato, que são renegociados anualmente ou a cada dois anos. Não houve nenhuma ocorrência de greve em nossas empresas nos últimos cinco anos.

Procuramos investir na organização de planos internos de educação, capacitação e desenvolvimento profissional de nossos empregados. Procuramos estimular o desenvolvimento profissional e pessoal de nossos funcionários mediante ações de treinamento interno, participações em eventos técnicos, participação em feiras e eventos do setor, entre outras ações.

A segurança no trabalho continua sendo uma das nossas prioridades. Temos programas relativos à prevenção de acidentes, administração de controle de risco e inspeção e treinamento, que diminuíram a frequência e gravidade dos acidentes no trabalho. Realizamos sessões reiteradas de treinamento ao longo do ano sobre segurança para nossos empregados.

De uma maneira geral, não temos muitos acidentes envolvendo nossos empregados. Em 2006, registramos apenas sete acidentes, sendo somente um grave. No primeiro trimestre de 2007, tivemos apenas três acidentes, sendo nenhum grave.

Possuímos programas de participação nos resultados para nossos empregados com base em um plano de metas previamente aprovado com participação do sindicato da categoria. Realizamos os seguintes pagamentos de participação nos resultados referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006: R\$0,8 milhão, R\$0,9 milhão e R\$1,1 milhão, respectivamente. Os pagamentos relativos ao ano de 2007 serão efetuados em 2008, de acordo com o nosso programa.

Oferecemos uma série de benefícios para todos os nossos empregados, incluindo seguro saúde e hospitalar, seguro odontológico e seguro de vida. Esses benefícios são previstos nas convenções coletivas com os sindicatos dos empregados. Além desses benefícios, oferecemos transporte gratuito para determinadas regiões, facilitando acesso aos empregados a suas residências, refeição, cesta básica por meio da disponibilização de cartão magnético entre outros benefícios.

## **ASPECTOS AMBIENTAIS**

### **Licenças e Autorizações Ambientais**

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que as atividades que utilizam recursos naturais ou apresentam potencial poluidor devem obter licenças e autorizações prévias perante os órgãos federais, estaduais e/ou municipais ambientais, para a construção, instalação, ampliação e operação de seus empreendimentos. Estas licenças e autorizações podem variar de acordo com as atividades realizadas, bem como com o Estado e/ou Município onde o estabelecimento estiver localizado.

O principal agente licenciador das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental é o órgão ambiental estadual que, no caso do estado do Paraná, é denominado Instituto Ambiental do Paraná – IAP. O órgão ambiental federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, exerce funções de caráter supletivo, sendo responsável por licenciar os empreendimentos capazes de causar impactos de âmbito regional ou nacional.

O procedimento para o licenciamento ambiental segue, basicamente, três etapas consistentes na obtenção de: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A ausência destas licenças caracteriza infração administrativa e crime ambiental. No âmbito administrativo, as penalidades podem representar simples advertências até multas, que podem variar de R\$500,0 a R\$10,0 milhões enquanto que no âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, que é contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atendermos às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso de processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e manutenção dos empreendimentos.

Desde 2000, com a publicação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental passou a obrigar o empreendedor a apoiar a implantação e manutenção de áreas ambientalmente protegidas, a título de compensação ambiental. O valor dessa compensação é definida pelo órgão ambiental e não pode ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

As atividades classificadas como potencialmente poluidoras nos termos da legislação ambiental vigente, devem ainda, independentemente da obtenção das licenças ambientais, registrar-se junto ao IBAMA, para obter o Certificado de Registro no Cadastro Técnico Federal, bem como pagar a correspondente Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFA, cujo valor varia em função do potencial poluidor da empresa e do seu grau de utilização dos recursos naturais.

A falta do Certificado de Registro perante o IBAMA constitui infração administrativa punível com pena de multa, que pode variar entre R\$500,0 e R\$20,0 mil. O não pagamento da TCFA, por sua vez, pode sujeitar as empresas a uma multa de mora de 20,0% do valor devido, acrescido de juros de mora à razão de 1,0%.

As nossas empresas estão regulares com relação ao licenciamento ambiental de seus empreendimentos. Nós possuímos a licença ambiental de operação válida até 2011, devidamente emitida pelo IAP, estamos registrados perante o Cadastro Técnico Federal do IBAMA e temos efetuado o pagamento da TCFA cobrada por este órgão. Assim, acreditamos estar em cumprimento com todas as normas ambientais estabelecidas pelos governos locais onde possuímos nossa unidade industrial.

### **Responsabilização Ambiental**

A legislação ambiental brasileira prevê a imposição de sanções administrativas e penais a pessoas físicas e jurídicas que praticarem condutas caracterizadas como infração ambiental ou crime ambiental, independentemente da obrigação civil de reparar os eventuais danos causados ao meio ambiente. Caso os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuam como nossos prepostos ou mandatários, concorram para práticas de crimes ambientais atribuídos a nós, poderá ser-lhes aplicadas penas restritivas de direitos e privativas de liberdade, na medida de sua culpabilidade.

Apesar de nunca termos sofrido sanção ambiental que pudesse impactar de maneira relevante os nossos negócios, as sanções que podem vir a nos ser impostas pela prática de eventuais crimes e infrações ambientais incluem, entre outras:

- a imposição de multas que, no âmbito administrativo, podem alcançar até R\$50,0 milhões de acordo com a capacidade econômica da empresa, os antecedentes e a gravidade dos fatos, as quais podem ser aplicadas em dobro ou no triplo em caso de reincidência;
- o embargo ou a demolição de obra;
- a suspensão ou interdição, parcial ou total, das atividades;
- a suspensão ou cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização;
- proibição de contratar com a Administração Pública; e
- a perda de benefícios e incentivos fiscais.

Vale ressaltar que a responsabilidade civil ambiental não depende da verificação da culpa do poluidor, mas tão somente da comprovação do dano e do nexo de causalidade deste com a atividade poluidora. Adicionalmente, poderá o poluidor ser obrigado a pagar uma indenização pela contaminação causada, cujo montante será destinado ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, poluidor é conceituado como todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais co-responsáveis.

Até a presente data a Companhia não foi objeto de nenhuma imposição de sanções administrativas ou penais em razão de infração ambiental ou crime ambiental.

### **Áreas degradadas ou contaminadas**

O governo do Paraná, por meio de seus órgãos ambientais, tem adotado posturas cada vez mais severas em relação ao gerenciamento de áreas degradadas ou contaminadas e ao controle da qualidade ambiental, mediante a gestão, conservação e recuperação dos recursos naturais (água, ar e solo), da flora e da fauna e o desenvolvimento de instrumentos de organização e gerenciamento dos limites de uso e ocupação do território paranaense.

Como visto acima, a degradação ou contaminação do meio ambiente, pode sujeitar o empreendedor poluidor a sanções de natureza administrativa e penal, independentemente da obrigação de reparar a meio ambiente danificado. Ressalte-se que, de acordo com a jurisprudência mais recente, a necessidade de recuperação do ambiente danificado poderá ser exigida do proprietário do imóvel, mesmo que ele não tenha diretamente dado causa aos danos, resguardado o seu direito de regresso ao agente degradador efetivamente responsável.

Sobre essa questão, em junho de 2006, formalizamos um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de São José do Pinhais, no qual nos comprometemos a (i) apresentar um projeto de recuperação de áreas degradadas, (ii) demolir barracões construídos com intervenção em Áreas de Preservação Permanente e (iii) remover um tanque de combustível subterrâneo localizado no interior de nossa planta industrial. Atualmente, já cumprimos todas estas obrigações e, inclusive, comprovamos a inexistência de passivo ambiental relacionado ao tanque de combustível subterrâneo, que se encontra desativado.

### **Padrões Internacionais Ambientais**

A Companhia, embora diligente em suas atividades no que diz respeito ao meio ambiente e ciente das suas responsabilidades e da regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderiu a padrões internacionais ambientais.

Apesar de não termos nenhuma certificação internacional ambiental, conforme exige a Norma ISO 14001:1997, no nosso processo de fabricação do polipropileno ou polietileno, o intercâmbio químico com a atmosfera gera mínima incidência de partículas externas, que são pouco poluentes.

## CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2007, éramos parte em 319 processos administrativos e judiciais de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista, cujo valor consolidado representava R\$14,4 milhões, dos quais R\$2,9 milhões encontravam-se provisionados.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável e, em certos casos, possível.

O quadro a seguir apresenta a posição consolidada das nossas contingências, provisões e depósitos judiciais em 31 de março de 2007:

<i>(em R\$ milhões)</i>	31 de dezembro de 2006			31 de março de 2007		
	<b>Contingência</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos</b>	<b>Contingência</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos</b>
Trabalhista	2,9	2,4	0,2	2,8	1,8	0,2
Cível	3,1	0,5	0,1	3,2	0,5	0,1
Fiscal	8,0	4,4	5,2	8,0	6,1	5,2
<b>Total</b>	<b>14,0</b>	<b>7,3</b>	<b>5,5</b>	<b>14,0</b>	<b>8,4</b>	<b>5,5</b>

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos em que figuramos como parte, de acordo com sua natureza.

### Processos de Natureza Trabalhista

Figuramos no pólo passivo de diversos processos judiciais que versam sobre matéria trabalhista, os quais, em 31 de março de 2007, representavam uma contingência total de R\$2,8 milhões, sendo que R\$1,8 milhões encontram-se provisionados. De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, assédio moral, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros. Ademais, tivemos apenas um processo trabalhista movido por representante comercial nos últimos 10 anos, o qual foi julgado improcedente. Somos ré em um total de 87 ações trabalhistas. Nenhuma delas contribui isoladamente de maneira significativa com o montante total de nossas contingências trabalhistas.

### Processos de Natureza Cível

Figuramos no pólo passivo de 33 processos judiciais que versam sobre matéria cível, os quais, em 31 de março de 2007, representavam uma contingência total de R\$3,2 milhão, sendo que R\$0,5 milhão encontra-se provisionado. De uma maneira geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

### Processos de Natureza Fiscal

Figuramos como parte em diversos processos judiciais e administrativos que versam sobre matéria fiscal, os quais, em 31 de março de 2007, representavam uma contingência total de R\$8,0 milhões, dos quais R\$6,1 milhões encontram-se provisionados e R\$5,2 milhões encontram-se depositados em juízo. De uma maneira geral, os processos de natureza fiscal envolvem autos de infração para a cobrança de diferenças de IRPJ e CSLL não recolhidos pela empresa; compensação de tributos federais com créditos de IPI cuja homologação encontra-se pendente de análise por parte da Receita Federal; inconstitucionalidade da instituição e cobrança da CPMF; autos de infração relacionados com a reclassificação fiscal de máquinas importadas; contestação quanto à necessidade de recolhimento das Contribuições Previdenciárias para o financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho (SAT), entres outros.

Dentre os bens dados em garantia que estão relacionados com tais processos, destacam-se (i) nosso depósito em Curitiba que foi arrolado como garantia para o recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, cujo valor da causa é de R\$198 mil, e (ii) três máquinas injetoras JM 368 MKIII-C CHEN HSONG, as quais perfazem o valor total de R\$623,9 mil, relacionadas com processos administrativos para discussão da reclassificação fiscal de máquina importada pela Companhia.

## **PROGRAMAS SOCIAIS**

Realizamos um trabalho ativo na área social por meio da Associação dos Funcionários da Previdência, pela qual procuramos realizar eventos para integração de nossos funcionários e nossa comunidade por meio da organização de atividades culturais, esportivas e sociais. Pretendemos desenvolver projetos sociais priorizando a área cultural e nossa comunidade.

## **PRÊMIOS**

### **Maiores e Melhores da Revista Exame**

Fomos premiados em 2001, 2002 e 2005 como a melhor empresa do setor “plásticos e borracha” no anuário Maiores e Melhores da Revista Exame. Essa publicação relaciona anualmente as empresas que mais se destacaram nos diversos setores da economia. Entre os fatores que são levados em consideração para a avaliação encontram-se o crescimento de receitas, investimentos em ativos imobilizados, liderança no mercado de atuação, rentabilidade do investimento e índice de riqueza gerada por funcionário.

### **Prêmios Concedidos pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e Associação Comercial e Industrial de São José dos Pinhais**

Recebemos diversos prêmios da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, incluindo o Troféu de Destaque Exportador 2006 pelo volume de exportações alcançado nesse ano, e o Troféu de Destaque no Setor de Plásticos e Borracha pela contribuição para a elevação do perfil do crescimento econômico de São José dos Pinhais.

Em 2005 recebemos o Troféu Desenvolvimento Tecnológico – “Dr. Antônio Rodrigues Gallego”, em reconhecimento a nossa contribuição ao desenvolvimento tecnológico da região.

### **Prêmios Conferidos por Nossos Clientes**

Recebemos diversos prêmios que são conferidos por nossos clientes. Entre eles, destacam-se os prêmios recebidos pela Procter & Gamble “Top Quality Assurance Capability Award”, que nos foi conferido em função de termos alcançado as metas e expectativas de qualidade exigidas pelo cliente durante o segundo semestre de 2004 e primeiro de 2005, o “Top Overall Award”, que nos foi conferido em função de termos alcançado as expectativas e metas exigidas pelo cliente no segundo semestre de 2003 e primeiro de 2004, e o “Top Innovation Supplier Award”, que nos foi conferido em função das inovações desenvolvidas durante o ano de 2005 relacionadas ao fornecimento de não tecidos à planta da Procter & Gamble localizada em Santigo, Chile.

### **Prêmios Ambientais**

Recebemos prêmios relacionados à adequação de nossas atividades à preservação do meio ambiente. Dentre tais prêmios, destaca-se o Diploma de Destaque Nacional em Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social recebido em 2006 do IBRAE – Instituto Brasileiro de Estudos Especializados em reconhecimento de nossas práticas de políticas sociais e respeito ao meio ambiente.

## INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Anteriormente à presente Oferta, exceto por notas promissórias emitidas pela Alnilan, sociedade incorporada pela nossa Companhia no início de 2007, não emitimos publicamente quaisquer títulos ou valores mobiliários, nem tampouco realizamos oferta pública para aquisição de títulos ou valores mobiliários de outra companhia. Em 25 de julho de 2007, obtivemos o nosso registro de companhia aberta junto à CVM sob o número 20974.

Não havia mercado de bolsa ou de balcão organizado para as nossas Ações previamente à presente Oferta.

O principal mercado de negociação de nossas Ações será a BOVESPA, onde serão listadas as nossas Ações.

Em 6 de julho de 2007, celebramos com a BOVESPA o Contrato de Participação no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com o qual nossas Ações serão admitidas à negociação no Novo Mercado. As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado no primeiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, sob o código PRVI3.

Com o intuito de promover um melhor ambiente para a negociação das nossas ações, poderemos vir a contratar uma corretora de valores membro da BOVESPA como formador de mercado, por um período a ser determinado e definido em contrato de prestação de serviços de acordo com regulamentação específica da BOVESPA, CVM, e/ou outras entidades reguladoras. O formador de mercado é um agente que se compromete a manter ofertas de compra e venda de forma regular e contínua a um *spread* máximo estabelecido, facilitando os negócios e atenuando movimentos bruscos no preço da ação causados por falta de liquidez.

### NOTAS PROMISSÓRIAS

A fim de possibilitar a nossa Aquisição pelos Acionistas Controladores, em 31 de janeiro de 2007, a Alnilan realizou sua primeira emissão para distribuição pública de 95 notas promissórias comerciais ("Notas Promissórias"), no valor nominal de R\$5,0 milhões cada uma, totalizando R\$475,0 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias. Essas Notas Promissórias foram distribuídas sob o regime de garantia firme, que foi exercida pelo Santander no montante total da emissão. Sobre valor nominal das Notas Promissórias incidem juros correspondentes a 100,0% da variação do CDI, acrescidos de uma sobretaxa de 0,55% ao ano que serão pagos na data de vencimento. O pagamento das Notas Promissórias será feito em uma única parcela na data de vencimento. As Notas Promissórias, atualmente, contam com as seguintes garantias:

- alienação fiduciária de todas as ações representativas do nosso capital social (exceto as ações dos membros do nosso conselho de administração), sendo facultada a liberação de uma determinada quantidade de Ações para fins da presente Oferta; e
- alienação fiduciária de toda nova ação que venha a ser emitida, por nossa Companhia, exceto para fins da presente Oferta ou planos de opção de compra de ações, em conformidade com as disposições do contrato de alienação fiduciária.

As Notas Promissórias contêm restrições de realização de reorganização societária, alienação de ativos, endividamento, oneração de ativos, bem como determinam a manutenção dos seguintes índices financeiros: dívida líquida/ebitda de até 3,95 e índice de cobertura de juros no mínimo igual a 1,5. Além disso, não poderemos realizar o pagamento de dividendos acima do obrigatório, bem como ao pagamento de juros sobre o capital próprio. Ademais, as Notas Promissórias apresentam hipóteses usuais de vencimento antecipado para esse tipo de operação, inclusive com relação à alteração de controle da nossa Companhia.

Quando o financiamento da aquisição foi estruturado pelas partes, ficou acordado que a totalidade da dívida representada pelas Notas Promissórias seria quitada por meio dos respectivos recursos obtidos com a presente Oferta, notas promissórias comerciais e/ou debêntures.

Nesse sentido, a Companhia pretende fazer em 27 de julho de 2007, uma emissão pública de notas promissórias comerciais ("Notas Promissórias II"), no montante de aproximadamente R\$504,0 milhões, para quitar as Notas Promissórias. As Notas Promissórias II contarão com prazo máximo de vencimento de 180 dias e, exceto pelo índice financeiro dívida líquida/EBITDA que passará a ser de até 3,0, terão substancialmente as mesmas condições das Notas Promissórias.

Ademais, para quitar a parte das Notas Promissórias II que não tiver sido quitada com os recursos obtidos com a Oferta destinados a esse fim, será realizada, por sua vez, uma emissão pública de debêntures simples, da espécie com garantia flutuante, em série única (“Debêntures”) após a presente Oferta, no valor total de aproximadamente R\$250,0 milhões, cujos recursos serão utilizados para quitar parte das Notas Promissórias II, alongando o perfil de amortização de nosso endividamento. Para mais informações, ver Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Endividamento” que se encontra na página 109 deste Prospecto. Pretendemos emitir essas Debêntures no segundo semestre de 2007. As Debêntures terão prazo de seis anos e serão amortizadas em três parcelas. As Debêntures contarão com os seguintes índices financeiros: (i) dívida líquida/ebitda de até 3,95 para 2007, de até, 3,5 para 2008, de até 3,2 para 2009, de até 3,0 para 2010, de até 2,75 para 2011 e de até 2,5 para 2012 e 2013; (ii) e índice de cobertura de juros de no mínimo igual a 1,5 para 2007, de 2,0 para 2008, de 2,5 para 2009, de 2,75 para 2010 e de 3,5 para 2011, 2012 e 2013; e (iii) manutenção do índice Dívida/Capitalização de 0,65. Adicionalmente, caso venhamos a ficar inadimplentes com as obrigações oriundas das Debêntures, não poderemos pagar dividendos e juros sobre o capital próprio para os nossos acionistas. Outrossim, assumimos a obrigação de não constituir ônus sobre os nossos ativos, exceto em determinados casos que serão previstos na escritura de emissão. Ademais, as Debêntures apresentam hipóteses usuais de vencimento antecipado para esse tipo de operação, inclusive com relação à alteração de controle da nossa Companhia e reorganização societária. As condições das Debêntures poderão ser alteradas de comum acordo entre a Companhia e o coordenador da oferta das Debêntures.

As Notas Promissórias II serão garantidas pela alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia que não integrarem a Oferta de Ações e não forem detidas por membros do nosso Conselho de Administração, garantia esta a ser constituída sob condição de efeito suspensivo, ou seja, as ações atualmente alienadas fiduciariamente e que não forem objeto da Oferta, serão “automaticamente” objeto de nova alienação fiduciária que servirá como instrumento de garantia das Notas Promissórias II. As Debêntures serão garantidas por alienação fiduciária de ações representativas de 50,0% mais uma ação do nosso capital social pertencentes aos Acionistas Controladores, garantia esta que também será constituída sob condição de efeito suspensivo.

## ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de cinco e máximo de nove conselheiros, dos quais um será o Presidente, devendo todos serem acionistas. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores. Segundo o Regulamento do Novo Mercado e nosso Estatuto Social, no mínimo, 20,0% de nossos conselheiros deverão ser conselheiros independentes. Para mais informações sobre os conselheiros independentes, ver seção “Práticas de Governança Corporativa” que se encontra na página 172 deste Prospecto.

A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Na data desse Prospecto, o nosso Conselho de Administração é formado por nove membros tendo sete sido eleitos em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, com mandato até a AGO de 2009 e dois membros independentes, Srs. Luiz Kaufmann e Renan Bergmann, sido eleitos em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2007, também com mandato de dois anos. Os membros do nosso Conselho de Administração possuem endereço comercial na sede da Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que necessário mediante convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros em conjunto. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante o voto favorável da maioria dos membros.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas que representem, no mínimo, 5,0% de nosso capital social votante.

A Lei das Sociedades por Ações, conforme interpretada pela CVM, permite que acionistas minoritários que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10,0% de nossas ações ordinárias subscritas e integralizadas indiquem, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa Assembléia Geral Ordinária.

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembléia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandato dos atuais membros de nosso Conselho de Administração.

<b>Membros do conselho de administração</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data do ato societário que deliberou sobre a eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>
Fernando Borges	Presidente do Conselho	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Cristiano Lauretti	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Joaquim Constantino Neto	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Henrique Constantino	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Antonio Kandir	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Gonçalo Torrealba	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Manuel de Sousa	Conselheiro	30 de abril de 2007	AGO de 2009
Luiz Kaufmann	Conselheiro independente	12 de junho de 2007	AGO de 2009
Renan Bergmann	Conselheiro independente	12 de junho de 2007	AGO de 2009

Apresentam-se a seguir breves informações biográficas dos membros de nosso Conselho de Administração:

*Fernando Borges.* Nascido em 1969, é formado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e pós-graduado em Relações Internacionais pela School of Advanced International Affairs da Johns Hopkins University. É Managing Director do AIG Capital Partners Inc. e principal responsável pelas atividades de private equity do AIGCP no Brasil. O Sr. Borges trabalha no AIGCP desde 2000 e tem estado diretamente envolvido com a prospecção, avaliação, execução, monitoramento e saídas em investimentos tanto do AIG Brasil Special Situations Fund.,LP.(“BSSF I”), quanto de outros

fundos de private equity administrados pela AIGCP com operações no Brasil. O Sr. Fernando Borges atuou como Conselheiro de algumas empresas do portfólio do BSSF I, incluindo a Fertilizantes Heringer S.A. e a Fasint Ltda., e do Comitê de Auditoria da Gol Linhas Aéreas e do Comitê Executivo da Brasil Mídia Exterior. Ele também é Conselheiro do Frigorífico Mercosul e o Presidente do Conselho da nossa Companhia, empresas que fazem parte do portfólio de outros fundos administrados pelo AIGCP. O Sr. Borges tem mais de 12 anos de experiência em private equity. Antes de trabalhar no AIGCP, o Sr. Borges foi Diretor da Bozano Simonsen Private Equity Ltda, onde foi responsável pelo gerenciamento do fundo Bozano Simonsen Advent Fund ("BSAF"). O Sr. Borges atuou como Conselheiro de diversas empresas do BSAF, incluindo a Cardsystem e a Lupatech. Atualmente, é presidente do nosso Conselho de Administração.

*Cristiano Lauretti.* Nascido em 1973, é formado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. É Diretor do AIG Capital Partners, Brasil desde 2000, sendo responsável por prospecção, execução, monitoramento e saída de investimentos. O Sr. Lauretti esteve ativamente envolvido na execução, monitoramento e saída dos investimentos na Gol Linhas Aéreas Inteligentes ("Gol"), Fertilizantes Heringer, Farmed Comércio Farmacêutico S.A. e nossa Companhia. O Sr. Lauretti atuou como suplente no Conselho de Administração da Gol e Fasint Ltda. O Sr. Lauretti também participou do Comitê de Remuneração da Gol. Antes de trabalhar no AIG Capital, o Sr. Lauretti trabalhou por 4 anos na Área de Project Finance do Banco ABN AMRO, tendo participado ativamente em diversas transações ligadas ao Setor Elétrico. O Sr. Lauretti também atuou na Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú S.A., bem como na Varig. Atualmente, é membro do nosso Conselho de Administração.

*Joaquim Constantino Neto.* Nascido em 1965. É membro do Conselho de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A e da Gol, Transportes Aéreos S.A., companhias onde trabalha desde 2004 e 2001, respectivamente. Atua como Diretor de Operações do Grupo Áurea desde 1994. É Presidente da Breda Transportes e Serviços e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Metra, uma empresa de transporte coletivo metropolitano. Atuou como encarregado das operações de Reunidas Paulista no período de 1984 a 1990. Atualmente, é membro do nosso Conselho de Administração.

*Henrique Constantino.* Nascido em 1971, formou-se em direito pelo CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília, sendo Mestre em Administração de Empresas pela EAESP – FGV – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Participou da criação da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., tendo sido seu Diretor Financeiro de janeiro de 2001 a março de 2003, quando se tornou membro do Conselho de Administração. Atua como Diretor Financeiro do Grupo Áurea desde 1994. Atualmente, é membro do nosso Conselho de Administração.

*Antonio Kandir.* Nascido em 1953, Engenheiro Mecânico de produção formado em 1975 pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas, em 1984, e Doutor em Economia pela mesma Universidade em 1988. Iniciou sua carreira profissional em 1976 no Instituto de Planejamento Econômico e Social da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, trabalhando como técnico de pesquisa e planejamento até 1978. Em 1981, passou a trabalhar como coordenador de estudos econômicos no Itaú S.A. Planejamento e Engenharia. De 1983 a 1990 atuou como pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Entre 1984 e 1985 foi professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. De 1985 até 1993, foi Professor do Instituto de Economia da UNICAMP. No ano de 1986, atuou como professor visitante (Faculty Fellow) junto ao Helen Kellogg Institute for International Studies, da Universidade de Notre Dame, Indiana, nos Estados Unidos. Durante os anos de 1990 e 1991 exerceu cargo de Secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, concomitante ao cargo de Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desde 1991 atua como consultor e membro de conselhos de administração de empresas. De 1991 até 1994 foi sócio-diretor da "Kandir & Associados" S/C Ltda. Em 1994 foi eleito deputado federal, exercendo seu primeiro mandato de 1995 até 1999. Entre os anos de 1996 e 1998 foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e convidado a atuar concomitantemente como governador brasileiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e como Presidente do Conselho Nacional de Desestatização. Em 1998, foi novamente eleito deputado federal, exercendo o cargo de 1999 até 2003. Desde 2004, é sócio-diretor da Governança & Gestão Investimentos Ltda. Atualmente, é membro dos conselhos de administração da Gol, Medial, Avipal, Datasul, W.Torre, Supermercado Gimenes S.A. e do nosso Conselho de Administração.

*Gonçalo Torrealba.* Nascido em 1960, formou-se em bacharel de direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. No período de 1992 até a presente data, ocupa o cargo de Diretor Presidente, na Boreal DTVM S.A. No período de 2006 até a presente data, ocupa o cargo de Acionista e Diretor Presidente, na WPB Empreendimentos e Participações S.A. No período de 1992 até a presente data, ocupa o cargo de Diretor Presidente, na Companhia Imobiliária Mauá. No período de 1993 até a presente data, ocupa o cargo de Sócio Controlador, na TNT Competições, Participações e Empreendimentos Ltda. No período de 2006 até a presente data, ocupa o cargo de Acionista e Presidente do Conselho Administração, na Libra Terminais S.A. No período de 1997 até a presente data, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração, na Libra Administração e Participações S.A. No período de 1998 até a presente data, ocupa o cargo de Acionista e

Presidente do Conselho de Administração, na Libra Terminal Rio S.A. Atualmente, é membro do nosso Conselho de Administração.

*Manuel de Sousa.* Nascido em 11 de setembro de 1964, formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, sendo Mestre em Administração de Empresas pela Columbia Business School. Trabalhou no BES Investimento em Lisboa até 1993. No período de 1995 a 2001 atuou no departamento de fusões e aquisições para a América Latina do JP Morgan Chase & Co, tendo trabalhado nos escritórios de Cidade do México, São Paulo e Nova Iorque, como Vice Presidente a partir de 1998. Entre 2001 e 2006 ocupou o cargo de Diretor Executivo de Finanças Corporativas no BES Investimento do Brasil e desde essa data é responsável pelo negócio de *private equity* do Grupo Espírito Santo no Brasil. Atualmente, é membro do nosso Conselho de Administração.

*Luiz Kaufmann.* Nascido em 7 de agosto de 1945, formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Paraná em 1968 e possui mestrado em Engenharia Industrial pela *Illinois Institute of Technology*. Foi Presidente de diversas empresas, incluindo Aracruz Celulose, grupo Petropar, o grupo financeiro Multiplic, Vésper Telecomunicações e Primesys Telecomunicações. Foi também sócio da GP Investimentos, da Prosed S.A. e da Arthur D.Little no Brasil. Foi membro de vários conselhos de administração no Brasil e no exterior. Atualmente, é membro dos Conselhos de Administração da Gol Linhas Aéreas Inteligentes e da Vivo Telecomunicações. É presidente e CEO da Medial Saúde S.A.. Atualmente é membro independente de nosso Conselho de Administração.

*Renan Bergmann.* Nascido em 16 de fevereiro de 1954, formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1976. Pós-Graduado em Engenharia Química pela UFRJ em 1977. Realizou o Executive Program - John Anderson Graduate School of Management at UCLA em 1990. Entre 1978 a 1990, foi diretor geral da Fitesa, empresa transformadora de plásticos e primeira produtora brasileira de não tecidos *spunbonded* para higiênicos. Entre 1994 e 1996, foi Presidente da Foamex do Brasil, maior empresa americana de espumas de poliuretano. Entre 1990 e 1994, foi diretor de desenvolvimento de novos negócios da Petropar. Entre 1996 e 1998, foi presidente da Petropar Embalagens, *joint venture* da Crown Cork & Seal com a Petropar. Desde 1998, é presidente e CEO da Terphane do Brasil e dos EUA. É também membro dos conselhos de administração da Terphane e da Almatris B.V., em Rotterdam – Holanda. Atualmente é membro independente de nosso Conselho de Administração.

#### **COMITÊS DE ACESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nosso Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros do nosso Conselho de Administração ou não, observado que caberá ao nosso Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Atualmente não temos comitês técnicos ou consultivos.

#### **DIRETORES**

Nossa Diretoria é composta por no mínimo dois e no máximo cinco membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e os demais sem designação específica. O mandato dos Diretores é de três anos, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. Os membros da nossa Diretoria possuem endereço comercial na sede da Companhia.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembléia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais. As reuniões da Diretoria são convocadas pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores em conjunto, somente sendo instaladas com a presença da maioria de seus membros.

As deliberações de nossa Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes na reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma de nosso Estatuto Social, observados os casos de vacância ou ausência temporária previstos em nosso Estatuto Social.

As responsabilidades individuais de nossos Diretores são atribuídas pelo Estatuto Social e pelo nosso Conselho de Administração.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandato dos atuais membros de nossa Diretoria:

<b>Diretores</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data do ato societário que deliberou sobre a eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>
Hermínio de Freitas	Diretor Presidente	31 de janeiro de 2007	Três anos
Rubens Sardenberg	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	31 de janeiro de 2007	Três anos

Apresentam-se a seguir breves informações biográficas sobre cada um de nossos diretores estatutários:

*Hermínio de Freitas.* Nascido em 1961, formou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, tendo concluído curso de especialização *Program for Management Development (PMD)* pela Harvard Business School em 1996. No período de 1983 a 2006, ocupou diversas posições no grupo Petropar, entre elas a de Gerente de Fábrica da Fitesa North América, Diretor da Fitesa S.A. e Diretor Corporativo e de Relações com Investidores da Petropar S.A., seu último cargo antes de se tornar nosso Diretor Presidente.

*Rubens Sardenberg.* Nascido em 1959, formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo, tendo concluído pós-graduação em Economia na Universidade de Campinas. No período de 1992 a 1998, ocupou os cargos de Economista Sênior e Economista Chefe da Tesouraria do Citibank no Brasil e, entre 1998 e 2000, economista Chefe do Banco ABN-Amro no Brasil. Entre 2000 e 2002 atuou como Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, sendo responsável pela Administração da dívida pública do Governo Federal. Após sua saída do Tesouro Nacional, assumiu o cargo de Diretor de Finanças e Relações com Investidores do Banco Nossa Caixa S.A., seu último cargo antes de se tornar nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. O Sr. Rubens Sardenberg foi ainda Coordenador do Grupo de Trabalho ALCA da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos entre 2003 e 2004 e lecionou no Curso de Pós-Graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, entre 1988 a 1993.

Além dos nossos diretores executivos, contamos também com o apoio de um quadro de executivos não estatutários altamente experientes nos setores em que atuamos, dentre os quais se destacam:

*Cléber dos Santos.* Nascido 1958, formou-se em Engenharia Química em 1981 e em Administração de Empresas em 1992 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cursou Pós-Graduação em Gestão Empresarial em 1994 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cursou Negociação Efetiva pela Chester Karras nos Estados Unidos. Participou do Programa de Excelência Empresarial promovido pelo Centro de Excelência Empresarial – CENEX, Rio Grande do Sul. Cursou Sistema de Educação da Qualidade pela Philip Crosby Associates, Estados Unidos, Tomada de Decisão & Solução de Problemas pela Kepner Tregoe, Estados Unidos. De 1990 a 1994 atuou como Gerente de Exportação da Divisão de Não-Tecidos na Fitesa S.A. Em 1995 atuou como Gerente de Exportação da Fitesa North América, em Mooresville, Estados Unidos. Desde 1996 atua como Diretor Comercial da Divisão de Não-Tecidos da Cia. Providência Indústria e Comércio.

*Romeo Bregant.* Nascido 1944, formou-se em Engenharia Mecânica em 1972 pela Universidade de Tecnologia Nacional de Buenos Aires, Argentina. Cursou Pós-Graduação em Administração de Empresas em 1974 pela mesma universidade. De 1968 a 1974 atuou como Projetista de Ferramental na empresa FIAT Argentina S.A. De 1974 a 1978 atuou como Engenheiro Sênior de Aplicações Estruturais de Resinas Terfofixas na empresa F.I.P., Padova, Itália. De 1980 a 1987 atuou como Gerente Geral Técnico na empresa Plastipar, em Curitiba. De 1987 a 1998 ocupou o cargo de Gerente Industrial, na Companhia Providência Indústria e Comércio. Desde 1998 atua como Diretor Industrial da Divisão de Não-Tecidos da Companhia Providência Indústria e Comércio.

## **CONSELHO FISCAL**

Atualmente, não temos um Conselho Fiscal instalado.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa de uma companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

Nosso Conselho Fiscal não é permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social nos termos da legislação vigente, sendo seus membros eleitos pela Assembléia Geral Ordinária. Sempre que instalado, será constituído de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não for permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Além disso, nos termos da Instrução CVM nº 324, de 19 de janeiro de 2000, o Conselho Fiscal, poderá ser instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, as porcentagens constantes de referido normativo, sendo que, de acordo com o nosso capital social atual, acionistas que representem, no mínimo, 2,0% do nosso capital social podem solicitar a instalação do Conselho Fiscal da nossa Companhia.

A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, também têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente. O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do nosso quadro de empregados ou do quadro de empregados de uma empresa controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente dos nossos administradores. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10,0% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

#### **REMUNERAÇÃO**

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, o total de remuneração direta e indireta, incluindo benefícios de qualquer tipo pagos aos nossos administradores, foi de R\$33,3 mil. Para o ano de 2007, a remuneração global aprovada pela Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2007 foi de R\$2,4 milhões. Adicionalmente, em 5 de julho de 2007, nosso Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 Ações de nossa emissão, correspondentes a aproximadamente 1,5% do nosso capital social, na data deste Prospecto, ao preço de R\$8,40 por ação. Para mais informações sobre plano de opções de ações, ver item “Plano de Opção de Compra de Ações” que se encontra na página 154 deste Prospecto.

#### **RELAÇÃO FAMILIAR ENTRE OS ADMINISTRADORES, BEM COMO ENTRE OS ADMINISTRADORES E OS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA**

Os Sr. Joaquim Constantino Neto é irmão do Sr. Henrique Constantino.

#### **PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembléia Geral de 11 de maio de 2007, podemos outorgar planos de opção de compra ou subscrição de nossas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da nossa Companhia e de nossas controladas diretas ou indiretas.

Temos Diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações, que são administrados por nosso Conselho de Administração, que pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidas nos termos dessas Diretrizes representarão, a qualquer momento, até 3% do total de Ações de nossa emissão. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, nosso Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 Ações de nossa emissão, correspondentes a aproximadamente 1,5% do nosso capital social, na data deste Prospecto, ao preço de R\$8,40 por ação. O plano apresenta carência de um ano para o exercício das opções. Após esse período, os beneficiários poderão exercer sua opção de aquisição em três lotes anuais de até um terço das respectivas opções outorgadas.

Considerando a outorga de 827.244 opções no âmbito do plano de opção, o Preço por Ação de R\$15,00 e o preço de exercício da opção igual a R\$8,40 por ação, estimamos que os beneficiários do plano poderão auferir coletivamente um ganho de até R\$5,5 milhões (bruto de impostos), valor esse que impactaria o resultado do exercício e o patrimônio líquido caso a nossa Companhia fizesse o reconhecimento das despesas referentes à concessão das ações.

Ademais, tomando-se por base o Preço por Ação de R\$15,0, caso as opções outorgadas sejam exercidas integralmente, ao preço de R\$8,40 por ação, seria observada uma diluição de 64,3% em relação a um valor patrimonial por ação de R\$0,08, em 31 de março de 2007.

#### CONTRATOS COM ADMINISTRADORES

Não possuímos contratos com nossos administradores.

#### AÇÕES DE TITULARIDADE DE NOSSOS ADMINISTRADORES

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos nossos Conselheiros e Diretores, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações ordinárias emitidas, antes e após a Oferta e após o exercício da opção do Plano de Ações:

Nome	Cargo	Quantidade de Ações antes da Oferta	(%)	Quantidade de Ações após a Oferta <sup>(1)</sup>	(%)
Hermínio Freitas	Diretor Presidente	0	0	0	0
Rubens Sardenberg	Diretor Financeiro	0	0	0	0
Fernando Borges	Presidente do Conselho	1	0	1	0
Cristiano Lauretti	Conselheiro	1	0	1	0
Joaquim Constantino Neto	Conselheiro	1	0	1	0
Henrique Constantino	Conselheiro	1	0	1	0
Antonio Kandir	Conselheiro	1	0	1	0
Gonçalo Torrealba	Conselheiro	1	0	1	0
Manuel de Sousa	Conselheiro	1	0	1	0
Luiz Kaufmann	Conselheiro Independente	1	0	1	0
Renan Bergmann	Conselheiro Independente	1	0	1	0
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

<sup>(1)</sup> Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

#### DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Rubens Sardenberg

Endereço Comercial: Rodovia BR 376 km 16,5, s/ nº São José dos Pinhais - PR

CEP: 83015-000

Tel: (41) 3381-7600

Fax: (41) 3283-5909

E-mail: ri@providencia.com.br

Internet: www.providencia.com.br

## DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

### DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

#### Geral

Somos uma sociedade por ações de capital autorizado, constituída de acordo com as leis do Brasil.

#### Capital Social

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é de R\$419.768.606,50, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 54.322.377 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 35.300.000 novas ações ordinárias. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado acima mencionado.

De acordo com as regras do Novo Mercado, nosso capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias e, portanto, não estamos autorizados a emitir ações preferenciais. Em 11 de maio de 2007, realizamos uma Assembléia Geral Extraordinária que aprovou as últimas alterações em nosso Estatuto Social, o qual reflete as regras do Novo Mercado. Em 6 de julho de 2007, celebramos um contrato com a BOVESPA, regulando a listagem das nossas ações ordinárias no Novo Mercado.

### HISTÓRICO DO CAPITAL SOCIAL

A tabela a seguir apresenta as alterações de nosso capital social nos três últimos exercícios sociais, bem como as alterações ocorridas até a data deste Prospecto:

<b>Data</b>	<b>Valor da alteração</b>	<b>Valor do capital social</b>	<b>Alteração</b>
18/01/2007	R\$(11.522.933,86)	R\$222.785.242,92	Redução de nosso capital social em razão de cisão parcial de nossa Companhia com versão de parcela do patrimônio cindido para a Kami Providência Participações S.A. e versão de parcela do patrimônio cindido para a constituição de nova sociedade
28/02/2007	R\$196.983.363,14	R\$419.768.606,06	Aumento de nosso capital social em razão da incorporação da Alnilan por nossa Companhia, mediante a versão do patrimônio líquido da Alnilan, no montante de R\$196.983.363,14, para a nossa Companhia
03/07/2007	R\$0,44	R\$419.768.606,50	Aumento de nosso capital social em razão da emissão de 11 novas ações ordinárias para a realização de grupamento de ações na proporção de duas ações ordinárias existentes para cada ação ordinária.

#### Objeto Social

De acordo com o artigo 4º de nosso Estatuto Social, temos como objeto social a fabricação e o comércio de produtos plásticos em geral, dentre eles tubos, conexões, nãotecidos, embalagens flexíveis e rígidas, pratos e vasos ornamentais.

#### Direitos das Ações Ordinárias

Cada Ação Ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias de acionistas. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o nosso capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias. No caso da nossa liquidação, é conferido aos titulares das Ações Ordinárias direito ao recebimento do capital, na proporção das ações detidas por cada um, após o cumprimento de todas as obrigações sociais. Os titulares das Ações Ordinárias têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das ações detidas por cada um deles. Em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em “Direito de Preferência” abaixo, referido direito de preferência na subscrição de ações dos acionistas titulares de Ações Ordinárias poderá ser excluído ou ter seu prazo de exercício reduzido.

Nossas ações ordinárias têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação do nosso controle, nas mesmas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, de forma a assegurar a nossos demais acionistas tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

As Ações garantirão aos seus titulares o direito de recebimento integral dos dividendos que venham a ser por nós distribuídos.

### **Acordos de Acionistas**

Em 19 junho de 2007, foi celebrado um acordo de acionistas entre nossos Acionistas Controladores, do qual a Companhia é interveniente-anuente. Para mais informações, ver seção “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” que se encontra na página 181 deste Prospecto.

### **Assembléias Gerais**

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam também ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer assembléia geral.

Uma Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em Assembléia Geral sobre as matérias abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- reforma do nosso Estatuto Social;
- eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado;
- fixação dos honorários globais dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- atribuição de bonificações em ações;
- desdobramentos ou grupamentos de ações de nossa emissão;
- aprovação de diretrizes para implementação de planos de opção de compra de ações;
- tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
- eleição do liquidante, bem como dos membros do Conselho Fiscal, o qual deverá funcionar no período de liquidação;
- saída do Novo Mercado;
- escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da nossa Companhia para fins das ofertas públicas previstas no nosso Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo nosso Conselho de Administração;
- emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de nossa emissão, sem prejuízo da possibilidade de nosso Conselho de Administração deliberar emití-las, sem direito de preferência para os antigos acionistas, nas hipóteses mencionadas em “Direito de Preferência”, que se encontra na página 162 deste Prospecto;

- suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- avaliação de bens através dos quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
- nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- nossa fusão e incorporação em outra sociedade ou cisão;
- nossa dissolução e liquidação, eleição e destituição dos liquidantes, bem como aprovação das contas por estes apresentadas; e
- autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou requeiram nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com o Contrato de Alienação Fiduciária de nossas ações, que foi celebrado por nossos Acionistas Controladores para garantir o pagamento das Notas Promissórias (para mais informações sobre as Notas Promissórias ver “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos”, que se encontra na página 148 deste Prospecto), o exercício de direito de voto dos nossos acionistas controladores em determinadas deliberações relativas a nossa Companhia, incluindo as abaixo indicadas, dependerá do consentimento dos credores da Nota Promissória:

- outorga de opção de compra de ações acima dos limites previstos no Contrato de Alienação Fiduciária;
- alteração do nosso objeto social, quando relacionada a seu negócio principal;
- alteração da nossa política de dividendos;
- distribuição de rendimentos, frutos e vantagens, a qualquer título inclusive dividendos fixos ou mínimos aos nossos acionistas excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios, nos termos da Lei de Sociedade por Ações;
- dissolução, liquidação ou qualquer outra forma de extinção da nossa Companhia; e
- todas as deliberações, que nos termos da lei possam acarretar o direito de recesso ao acionista dissidente, exceto por deliberações relativas à criação de outros tipos de classes de ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social e as deliberações aprovadas em assembléia geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- direito de votar nas assembléias gerais;
- direito de participar na distribuição dos lucros;
- direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da nossa liquidação;
- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em “Direito de Preferência” que se encontra na página 162 deste Prospecto; e
- direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em “Direito de Retirada e Resgate” que se encontra na página 161 deste Prospecto.

### ***Quorum***

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembléia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25,0% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o *quorum* de instalação em primeira convocação será

de pelo menos dois terços dos acionistas titulares de Ações Ordinárias e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, para a aprovação de qualquer matéria pela Assembléia Geral, são necessários votos favoráveis da maioria absoluta dos acionistas presentes na Assembléia Geral, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. Destacamos que os acionistas devem comparecer pessoalmente à Assembléia Geral ou serem representados por procurador constituído de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações. Contudo, as matérias descritas abaixo dependem da aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das Ações Ordinárias:

- redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade;
- nossa cisão;
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido da Lei das Sociedades por Ações);
- cessação do nosso estado de liquidação;
- nossa dissolução; e
- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma.

Enquanto estivermos no Novo Mercado, o nosso capital social deve ser representado exclusivamente por Ações Ordinárias e, para sairmos do Novo Mercado e passarmos a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. Ver “Saída do Novo Mercado”, que se encontra na página 167 deste Prospecto.

### **Convocação**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembléias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado do Paraná, veículo oficial do Governo do Estado do Paraná, bem como em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia. Ademais, a Instrução CVM nº 207, de 01 de fevereiro de 1994, conforme alterada, determina que as companhias abertas realizem suas publicações em jornal de grande circulação, editado na localidade em que se situe a bolsa de valores em que seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, quinze dias antes da realização da assembléia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas assembléias gerais seja feita em até trinta dias antes da realização da respectiva assembléia geral.

### **Local da Realização de Assembléia Geral**

Nossas assembléias gerais são realizadas em nossa sede, na cidade de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembléias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na localidade da sede e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a assembléia geral deverá ocorrer.

### **Competência para Convocar Assembléias Gerais**

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembléias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada pelos mesmos, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
- acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal;
- Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardarem a convocação da Assembléia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização;
- Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados; e
- conforme o Estatuto Social, também o Presidente do Conselho de Administração ou quaisquer dois Conselheiros em conjunto.

### **Legitimação e Representação**

Os acionistas presentes à assembléia geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto mediante depósito na Companhia, com 3 dias de antecedência, do comprovante de ações escriturais de sua titularidade ou em sua custódia, bem como de procuração, na hipótese de representação do acionista.

Nossos acionistas podem ser representados na assembléia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Eleição**

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo 5 e, no máximo, 9 membros, todos acionistas, eleitos em Assembléia Geral para um mandato de dois anos. O número dos membros do Conselho de Administração para cada mandato será definido nas assembléias gerais pela maioria absoluta dos acionistas presentes. Com base em nosso capital social atual, a Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 5,0% do nosso capital votante. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros serão eleitos pela maioria absoluta dos acionistas presentes na Assembléia Geral, sendo assegurado aos acionistas que detenham, individualmente ou em bloco, pelo menos 10,0% de nossas Ações Ordinárias (excluído o acionista controlador), conforme interpretação do art. 141, §6º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de indicar, em votação em separado, um conselheiro e seu suplente. Esses direitos somente poderão ser exercidos pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembléia geral.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo 20,0% dos membros do Conselho de Administração de uma companhia listada no Novo Mercado devem ser “independentes”. O Regulamento do Novo Mercado define como “independente” o membro do Conselho de Administração que: (i) não tem qualquer vínculo com a companhia, exceto participação de capital; (ii) não é acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (à exceção de pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos três anos, empregado ou diretor da companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à companhia; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da companhia; (vii) não recebeu outra remuneração da companhia além da remuneração de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

## **Operações nas Quais os Conselheiros tenham Interesse**

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de:

- realizar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da assembléia geral ou do Conselho de Administração;
- receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de assembléia geral; e
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

## **DIREITO DE RETIRADA E RESGATE**

### **Direito de Retirada**

Quaisquer de nossos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- mudança do nosso objeto social;
- nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e
- aquisição do controle de outra companhia por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

- a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social;
- a redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); ou
- se a sucessora não for companhia aberta e não obtiver o registro de companhia aberta no prazo de 120 dias contados da data da Assembléia Geral que aprovou a respectiva operação.

Caso ocorra a (i) nossa fusão ou incorporação em outra companhia; ou (ii) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as Ações Ordinárias tenham as seguintes características:

- liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e

- dispersão no mercado, de forma que o nosso acionista controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas Ações Ordinárias.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos dez dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido há mais de 60 dias da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80,0% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da assembléia geral.

### **Resgate**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária.

### **DIREITO DE PREFERÊNCIA**

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de Ações Ordinárias em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, emissão de debêntures conversíveis em ações e emissão de bônus de subscrição dentro do limite de capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

### **REGISTRO DE NOSSAS AÇÕES ORDINÁRIAS**

Nossas Ações Ordinárias são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Bradesco S.A. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento por referido Banco em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

### **NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE NOSSA EMISSÃO PELOS NOSSOS ACIONISTAS CONTROLADORES, CONSELHEIROS E DIRETORES E PELA NOSSA COMPANHIA**

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, a nossa Companhia, nossos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados “*insiders*” para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) são impedidos de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, nas seguintes condições:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
- que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;

- sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão pela nossa Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM, exceto se realizada em conformidade com o plano de investimentos aprovado por nossa Companhia, nos termos previstos pela regulamentação da CVM aplicável; e
- relativamente aos nossos Acionistas Controladores, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao da nossa Companhia.

Além do disposto acima, nós, os nossos diretores, membros do nosso Conselho de Administração e Acionistas Controladores celebramos acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais concordamos, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, dentro de até 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, qualquer Ação, qualquer valor mobiliário conversível em Ação, ou que represente um direito de receber Ações.

Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, o acionista controlador e os administradores de companhia listada no Novo Mercado não podem vender e/ou ofertar à venda ações de emissão da companhia, ou derivativos lastreados nestas ações, durante os primeiros seis meses subsequentes à primeira distribuição pública de ações da companhia após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado. Após este período inicial de seis meses, o acionista controlador e os administradores não podem vender ou ofertar mais do que 40,0% de suas ações ordinárias, ou derivativos lastreados em ações de emissão da companhia de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição anteriormente mencionada, por seis meses adicionais.

### **Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão**

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do nosso capital social;
- requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, constantes do último balanço;
- criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas;
- ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes ao nosso acionista controlador; ou
- ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade do nosso acionista controlador, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão, observada a regulamentação aplicável.

### **Divulgação de Informações**

Como somos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas a divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, devemos seguir, também, as exigências relativas à divulgação de informações contidas no Regulamento do Novo Mercado.

## **Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas**

A legislação do Mercado de Valores Mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. A Lei do Mercado de Valores Mobiliários prevê também a obrigação de arquivarmos junto à CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as atas destas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;
- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado, devemos, no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social, (i) elaborar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas (a) do relatório da administração, (b) das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e a proposta da destinação do resultado, e (c) do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas (a) de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e (b) do parecer dos auditores independentes; e
- no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, devemos (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, acompanhadas de parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes. Esta apresentação de informações deverá ocorrer após a divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

## **Divulgação de Informações Trimestrais e Anuais**

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Novo Mercado, como nós, deverá:

- apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social;
- informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física;
- informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- informar a evolução da participação do acionista controlador, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores;
- incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa;
- informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e

- informar a existência e a vinculação à cláusula compromissária de arbitragem.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão também ser incluídas na seção “Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes” das Informações Trimestrais – ITR, bem como as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais – IAN da Companhia, na seção “Outras Informações Consideradas Importante para Melhor Entendimento da Companhia”.

### **Divulgação de Negociação por Acionista Controlador, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal**

Nossos administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nossa Companhia, que por sua vez deve informar à CVM e à BOVESPA, o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas por nós e das sociedades que detêm nosso controle, incluindo derivativos e quaisquer outros valores mobiliários referenciados naqueles valores mobiliários, que são detidos por eles e por seus cônjuges, companheiros(as), dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda e de sociedades controladas direta ou indiretamente, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à aquisição de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de cinco dias após a realização do negócio, sendo que devemos encaminhar essas informações à CVM e à BOVESPA no prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, as regras do Novo Mercado obrigam o nosso acionista controlador a divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% do nosso capital social a participação dos nossos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, ou de acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, se for o caso, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar a nossa Companhia, que por sua vez deve encaminhar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração do adquirente de que suas compras não objetivam alterar a composição do nosso controle ou da nossa estrutura administrativa;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

### **Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte:

- estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembléia geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (i) cotação dos valores mobiliários; (ii) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia;
- dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas;

- obriga o Diretor de Relações com Investidores, os Acionistas Controladores, diretores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM;
- requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação;
- obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição;
- estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e
- restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

### **Cancelamento do Registro de Companhia Aberta**

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o controlador ou a própria companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos:

- que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado; e
- que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, tomando-se como base de cálculo apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e o nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente quanto ao nosso poder de decisão, nossos administradores e/ou nossos acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10,0% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação, pelo mesmo ou por outro critério, para determinação do valor da nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, contados da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública. Caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse valor maior, ou ser cancelada.

### **Juízo Arbitral**

Nossa Companhia, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

## **Saída do Novo Mercado**

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da negociação das nossas Ações Ordinárias no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em assembléia geral por maioria absoluta dos acionistas presentes à respectiva assembléia geral, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito, com no mínimo 30 dias de antecedência.

Quando ocorrer a nossa saída do Novo Mercado, para que as Ações Ordinárias passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, no mínimo, pelo valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente com experiência comprovada, que será escolhida pela assembléia geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

O cancelamento da listagem das Ações Ordinárias no Novo Mercado não implica no cancelamento da negociação das Ações Ordinárias na BOVESPA.

Na hipótese da nossa saída do Novo Mercado, em razão de reorganização societária, na qual a companhia resultante não seja admitida à negociação no Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo valor econômico das ações.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subsequentes à nossa saída do Novo Mercado, o nosso acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço pago ao acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado.

Mediante o cancelamento da listagem das Ações Ordinárias no Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem das Ações Ordinárias no Novo Mercado no período de dois anos subsequentes ao cancelamento, salvo se ocorrer uma mudança no nosso controle acionário após o cancelamento.

## DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

### VALORES DISPONÍVEIS PARA DISTRIBUIÇÃO

Em cada Assembléia Geral Ordinária, o nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para CSLL e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social prevê que uma quantia equivalente a, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido anual ajustado, conforme reduzido pelas destinações à nossa reserva legal e reserva para contingências (se houver), e conforme acrescido mediante a reversão de valores das nossas reservas de lucros (exceto os valores alocados à nossa reserva legal e reserva estatutária (se houver) e da reserva para contingências (se houver), deverá estar disponível para distribuição aos nossos acionistas, a título de dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio em cada ano). Tal quantia distribuída ou paga representa o dividendo mínimo obrigatório. Além disso, o dividendo obrigatório estará limitado à porção do lucro líquido realizado. Adicionalmente, o montante de dividendos deve ser posteriormente acrescido da quantidade realizada da reserva de lucros a realizar. Nossos cálculos relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

A nossa Companhia está proibida de distribuir dividendos aos nossos acionistas acima do mínimo obrigatório, bem como distribuir juros sobre o capital próprio, conforme parágrafo anterior, enquanto forem devidos pela nossa Companhia montantes referentes a certas notas promissórias (para mais informações ver, “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais”, que se encontram nas páginas 148 e 79 deste Prospecto, respectivamente). Ademais, em caso de inadimplemento de obrigações com relação as debêntures que serão emitidas pela Companhia, não poderá haver distribuição de dividendos (para mais informações ver “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

### RESERVAS

De acordo com a legislação brasileira, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas – as reservas de lucros e as reservas de capital.

#### Reservas de Lucros

Nossas reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva de retenção de lucros e a reserva estatutária.

*Reserva legal.* Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual devemos destinar 5,0% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20,0% do nosso capital integralizado. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30,0% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores a serem alocados à reserva legal devem ser aprovados em assembléia geral e só podem ser utilizados para compensar prejuízos ou aumentar o nosso capital social. Dessa forma, os recursos da Reserva Legal não são disponíveis para pagamento de dividendos. Em 31 de março de 2007, detínhamos R\$19,5 milhões em reserva legal.

*Reserva de lucros a realizar.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo, se houver, da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização. Em 31 de março de 2007, o saldo da reserva de lucros a realizar era R\$0.

*Reserva para contingências.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor destinado à reserva para contingências deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. A alocação de recursos destinados à reserva para contingências está sujeita à aprovação dos acionistas em assembléia geral. Em 31 de março de 2007, o saldo da reserva para contingências era R\$0.

*Reserva de retenção de lucros.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em 31 de março de 2007, o saldo da reserva de retenção de lucros era R\$0.

*Reserva estatutária.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social poderá criar reservas para onde poderemos alocar parte do nosso lucro líquido, devendo indicar a finalidade, critério de cálculo e limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer caso tal alocação afete o pagamento do dividendo obrigatório. Nosso Estatuto prevê a “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos” que terá por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando nosso capital social e de giro, com vistas a nos permitir realizar novos investimentos e será formada com até 100,0% do lucro líquido que remanescer após todas as deduções legais e estatutárias. O limite máximo desta reserva será de até 100,0% do capital social. Em 31 de março de 2007, o saldo da reserva de expansão era R\$0.

O saldo das contas de reservas de lucros somado ao saldo da reserva estatutária, com exceção da reserva para contingências e reserva de lucros a realizar, não podem exceder o nosso capital social. Caso isso ocorra, a Assembléia Geral Ordinária deverá decidir se o excedente será utilizado no pagamento de capital subscrito e não integralizado, no aumento e subscrição de capital social ou no pagamento de dividendos.

### **Reservas de Capital.**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital somente poderão ser utilizadas, entre outras coisas, para (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das nossas próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social. As parcelas eventualmente destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas no cálculo do dividendo obrigatório. Em 31 de março de 2007, o saldo da reserva de capital era R\$0.

### **PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

A Lei das Sociedades por Ações determina que o estatuto social de uma sociedade anônima brasileira especifique um percentual mínimo do lucro disponível para pagamento aos acionistas, a título de dividendos, em cada exercício social, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio, denominado dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório tem como base um percentual do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ao invés de um valor monetário fixo por ações. De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos destinar, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido ajustado, conforme explicado em “Valores Disponíveis para Distribuição” que se encontra na página 168 deste Prospecto, ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso o Conselho de Administração informe à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer sobre a informação do Conselho de Administração. Nessa hipótese, a nossa administração deverá encaminhar exposição justificativa para a suspensão à CVM. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão registrados como reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a assembléia geral de uma companhia aberta, tal como nós, pode deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pelo pagamento de dividendos em um montante inferior ao dividendo obrigatório, ou decidir reter o total do lucro líquido, exclusivamente para o pagamento de créditos representados por debêntures vencíveis e que não sejam conversíveis em ações.

O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de IRPJ e CSLL.

## **Dividendos**

Somos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e por nosso Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada exercício social, para deliberar, dentre outras coisas, sobre o pagamento de dividendos, que toma por base as demonstrações financeiras auditadas não consolidadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos foram colocados à disposição dos acionistas, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em nosso favor.

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intercalares ou intermediários baseado em balanços semestrais ou períodos menores. Os dividendos intermediários e intercalares podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

## **Juros sobre o Capital Próprio**

Desde 1º de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas e considerar tais pagamentos dedutíveis do lucro para fins de cálculo do IRPJ e, a partir de 1997, também para fins de cálculo da CSLL. A dedução fica, de modo geral, limitada, em relação a um determinado exercício, ao que for maior entre (i) 50,0% do nosso lucro líquido (após as deduções de provisões para a CSLL, mas antes de se considerar a provisão para o IRPJ e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e (ii) 50,0% de nossos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício social em relação ao qual o pagamento seja efetuado. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do IRRF, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo obrigatório.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito ao IRRF à alíquota de 15,0%, sendo que esse percentual será de 25,0% caso o acionista que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um país onde não exista imposto sobre a renda ou que tenha imposto de renda com percentual máximo fixado abaixo de 20,0% ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou do proprietário do investimento).

De acordo com o artigo 32 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, as pessoas jurídicas brasileiras que estiverem em débito não garantido para com a União e suas autarquias de Previdência e Assistência Social, por falta de recolhimento de tributos, não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas ou dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios ou quotistas, bem como a seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

A multa aplicável à pessoa jurídica que deixar de observar tal determinação é 50,0% sobre o valor distribuído ou pago aos beneficiários, tendo sido recentemente limitada pela Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004 (“Lei nº 11.051/04”), ao percentual de 50,0% do valor do débito de tributo. Devido ao fato de que a Lei nº 11.051/04 foi editada recentemente, não havendo, até o momento, manifestação em âmbito judicial sobre a sua aplicação, não é possível prever se uma eventual interpretação de que tal dispositivo é aplicável para o pagamento de dividendos prevalecerá nos tribunais do País.

## **POLÍTICA DE DIVIDENDOS**

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas presentes à Assembléia titulares de nossas Ações e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão nossos resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que nosso Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes.

Os lucros não destinados para a reserva de lucro e reserva de lucro a realizar, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, deverão ser distribuídas como dividendos.

Observamos, no entanto, que a nossa Companhia está proibida de distribuir dividendos aos nossos acionistas acima do mínimo obrigatório, bem como juros sobre o capital próprio, que de acordo com o nosso Estatuto Social é de 25,0% do nosso lucro líquido anual ajustado, enquanto forem devidos pela nossa Companhia montantes referentes certas notas promissórias (para mais informações ver, respectivamente, “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” que se encontram nas páginas 148 e 79 deste Prospecto, respectivamente. Ademais, em caso de inadimplemento de obrigações com relação a debêntures que serão emitidas pela Companhia, não poderá haver distribuição de dividendos (para mais informações ver, respectivamente, “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontra na página 148 deste Prospecto.

Em 2004, 2005 e 2006, realizamos distribuições de lucros nos valores de R\$34,9 milhões, R\$24,4 milhões e R\$33,3 milhões, respectivamente. No primeiro trimestre 2007, distribuimos R\$221,8 milhões aos antigos acionistas de nossa Companhia como parte da remuneração pela aquisição da nossa Companhia pelos Acionistas Controladores.

## PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Esta seção contém informações sobre nossas práticas de Governança Corporativa e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social”, “Administração” e “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” que se encontram nas páginas 156, 150 e 148 deste Prospecto, respectivamente.

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as companhias são dirigidas e monitoradas e envolve os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal. O Novo Mercado é um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e a divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação vigente.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas, sendo o Novo Mercado o mais rigoroso deles e ao qual estamos sujeitos, uma vez que em 6 de julho de 2007, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado reforçando nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa. O Contrato de Participação no Novo Mercado entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração de companhias listadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Segundo o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 20,0% de nossos conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes. Possuímos dois membros independentes em nosso Conselho de Administração, os Srs. Luiz Kaufmann e Renan Bergmann, e que não possuem nenhuma ligação conosco além da sua participação no Conselho de Administração.

Todos os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever o Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado. Para mais informações sobre nosso Conselho de Administração, ver Seção “Administração” que se encontra na página 150 deste Prospecto.

### CONSELHO FISCAL

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa de uma companhia. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas.

O Conselho Fiscal não pode ter membros que façam parte do Conselho de Administração, da Diretoria ou do quadro de empregados de uma empresa controlada ou de uma empresa do mesmo grupo, tampouco um cônjuge ou parente dos nossos administradores. Adicionalmente, a Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam, a título de remuneração, no mínimo, 10,0% da média da remuneração paga aos Diretores, excluindo benefícios, verbas de representação e participações nos lucros e resultados.

Nosso Conselho Fiscal não é permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de certo número de acionistas, como descrito abaixo. Sempre que instalado, será constituído de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, de acordo com o Estatuto Social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, quando seu funcionamento não é permanente, o Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, com mandato até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte à sua instalação. Ademais, acionistas minoritários que representem, no mínimo, 10,0% das ações ordinárias, também têm direito de eleger separadamente um membro do Conselho Fiscal e seu suplente. Atualmente não temos Conselho Fiscal em funcionamento. Todos os membros do Conselho Fiscal devem subscrever um Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento.

## **PERCENTUAL MÍNIMO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO APÓS AUMENTO DE CAPITAL**

De acordo com as regras do Novo Mercado, nosso capital social deve ser representado exclusivamente por Ações Ordinárias e, portanto, não estamos autorizados a emitir ações preferenciais. Em 11 de maio de 2007, realizamos uma Assembléia Geral Extraordinária que aprovou as alterações no nosso Estatuto Social, o qual reflete as regras do Novo Mercado. Em 6 de julho, celebramos um contrato com a BOVESPA, regulando a listagem das nossas Ações Ordinárias no Novo Mercado.

Para que sejamos admitidos ao Novo Mercado, é necessário que tenhamos no mínimo 25,0% de nossas ações em circulação. O Regulamento do Novo Mercado determina que, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25,0% do total das ações de nosso capital social, dentro dos seis meses subsequentes à homologação da subscrição.

## **RESTRICÇÕES À REALIZAÇÃO DE DETERMINADAS OPERAÇÕES POR ACIONISTAS CONTROLADORES, CONSELHEIROS E DIRETORES**

Nossos Acionistas Controladores, conselheiros, diretores e membros do conselho fiscal (considerados “*insiders*” para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) devem abster-se de negociar valores mobiliários de nossa emissão, inclusive no contexto de operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão de nossa Companhia, nas seguintes condições, dentre outras:

- anteriormente à divulgação ao público de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios;
- na hipótese de nossa fusão, incorporação ou cisão de parte ou a totalidade de nossos ativos ou ainda de nossa reorganização;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais e anuais; ou
- relativamente aos nossos Acionistas Controladores, conselheiros e diretores, na hipótese de comprarmos ou vendermos ações de nossa própria emissão ou na hipótese de compra ou venda de ações de nossa própria emissão por qualquer uma de nossas sociedades controladas ou coligadas ou por qualquer outra sociedade sob controle comum com a nossa Companhia.

De acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, é vedado aos nossos administradores:

- praticar ato de liberalidade às nossas custas;
- sem prévia autorização da assembléia geral ou do conselho de administração, tomar por empréstimo nossos recursos ou bens, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os nossos bens, serviços ou crédito;
- receber de terceiros, sem autorização estatutária ou da assembléia geral, qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo;
- intervir em qualquer operação social em que tiver interesses conflitantes com os nossos, ou nas deliberações que os demais conselheiros tomarem a respeito;
- usar, em seu benefício ou de terceiros, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- omitir-se no exercício ou proteção de nossos direitos ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para terceiros, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de nosso interesse; e
- adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário a nossas operações ou que nós tenhamos intenção de adquirir.

A remuneração de nossos administradores em determinado exercício social é fixada pelos acionistas na assembléia geral ordinária que aprova as demonstrações financeiras do exercício social anterior.

## **VEDAÇÃO À NEGOCIAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES**

De acordo com as regras do Novo Mercado, o acionista controlador e os administradores de companhia listada no Novo Mercado não podem vender e/ou ofertar à venda ações de emissão da companhia, ou derivativos lastreados nestas ações, durante os primeiros seis meses subseqüentes à primeira distribuição pública de ações da companhia após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado. Após este período inicial de seis meses, o acionista controlador e os administradores não podem vender ou ofertar mais do que 40,0% de suas ações ordinárias, ou derivativos lastreados em ações de emissão da companhia de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição anteriormente mencionada, por seis meses adicionais.

Sem prejuízo de *lock-ups* adicionais celebrados no âmbito da Oferta e que não são relacionados às regras do Novo Mercado, a vedação não se aplicará: (i) na hipótese de ingresso de companhia no Novo Mercado que já possua ações de sua emissão cotadas na BOVESPA ou no mercado de balcão organizado administrado pela BOVESPA, desde que, nessa última hipótese, a companhia já tenha realizado distribuição pública de ações; (ii) na hipótese de empréstimo de ações que vise a permitir a antecipação do início da negociação das ações em bolsa, sujeito à aprovação da BOVESPA; (iii) na hipótese de cessão ou empréstimo de ações que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela BOVESPA, nesse caso limitado a 15,0% da quantidade total de ações cuja negociação esteja vedada; e (iv) na hipótese de venda das ações alienadas fiduciariamente em garantia de notas promissórias e/ou debêntures emitidas ou a serem emitidas pela Companhia, em razão da execução da garantia. Para mais informações, ver Seção “Informações Relativas à Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-Up*)” que se encontra na página 45 deste Prospecto.

## **CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

O cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do Controlador ou Grupo de Acionistas Controladores só pode ocorrer caso o Controlador, Grupo de Acionistas Controladores, ou a nossa própria Companhia efetive uma OPA de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM e o Regulamento do Novo Mercado. O preço mínimo ofertado pelas ações na OPA corresponderá, obrigatoriamente, no mínimo, ao valor econômico dessas ações, conforme determinado por laudo elaborado por empresa especializada.

O laudo de avaliação será elaborado por instituição ou empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria dos votos das ações em circulação dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, ações em tesouraria, ações detidas por sociedades controladas ou coligadas de nossa Companhia e outras sociedades que integrem o mesmo grupo econômico de fato ou de direito, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20,0% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante, conforme o caso. É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10,0% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação do valor de avaliação da nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor das ações da OPA, devidamente fundamentado. Os custos de elaboração da nova avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Controlador ou por nós, conforme o caso, sendo que os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir, ou ressarcir o Acionista Controlador, conforme o caso, pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a OPA deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor ou cancelá-la, devendo tal decisão ser divulgada ao mercado.

Na hipótese em que nossa saída do Novo Mercado ocorra em virtude do cancelamento de nosso registro de companhia aberta, deveremos, além de observar todos os procedimentos previstos na legislação pertinente, efetivar OPA tendo como preço mínimo ofertado o valor econômico da ação.

## **SAÍDA DO NOVO MERCADO**

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento de nossa listagem no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por maioria absoluta dos acionistas presentes à respectiva assembléia geral, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários por nós emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Novo

Mercado, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. Nossa saída do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BOVESPA.

Se ocorrer a nossa saída do Novo Mercado por deliberação dos acionistas reunidos em Assembléia Geral, para que nossas ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador ou Grupo de Acionistas Controladores deverá efetivar OPA se a saída ocorrer para a negociação das ações fora do Novo Mercado ou se decorrer de deliberação aprovando a reorganização societária na qual as ações de nossa Companhia resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado. O preço da OPA corresponderá, no mínimo, ao valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por sociedade especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20,0% do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta de votos das ações em circulação dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco, ações em tesouraria, ações detidas por sociedades controladas ou coligadas de nossa Companhia e outras sociedades que integrem o mesmo grupo econômico de fato ou de direito. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante.

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador, solidariamente, deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado.

Após uma eventual saída do Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de emissão de nossa Companhia no Novo Mercado pelo período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após nossa saída do Novo Mercado.

#### **ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA das demais ações dos nossos outros acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante.

A OPA é exigida, ainda:

- quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle;
- quando, sendo o controlador uma sociedade, o controle de tal sociedade controladora for transferido, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove; e
- quando aquele que já detiver nossas ações, adquirir o poder de controle em razão de contrato particular de compra de ações. Nesse caso, o acionista adquirente estará obrigado a efetivar OPA pelos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa, nos seis meses anteriores à data da alienação do controle. O valor do ressarcimento é a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações, nesse período, devidamente atualizado.

O comprador, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subseqüentes, o percentual mínimo de 25,0% de ações em circulação no mercado.

O Controlador não poderá efetuar a transferência das nossas ações por ele detidas, nem tampouco poderá a nossa Companhia efetuar nenhum registro de transferências destas ações, até que o comprador assine o Termo de Anuência do Controlador ao Regulamento do Novo Mercado e ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## **OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES**

Nosso Estatuto Social prevê que a configuração em um mesmo momento de mais de uma das situações acima descritas ensejam a realização de oferta pública de aquisição de ações, será facultada a formulação de uma única OPA visando a mais de uma finalidade, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA, e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Adicionalmente, nosso Estatuto Social permite que a nossa Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização de qualquer das OPAs assegurem sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e conforme o caso, nossa própria Companhia. Nossa Companhia ou o acionista responsável, conforme o caso, não se eximem de responsabilidade de efetivar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

## **AQUISIÇÃO DE CONTROLE POR MEIO DE AQUISIÇÕES SUCESSIVAS**

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, aquele que já detiver nossas Ações e que venha a adquirir o nosso controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá concretizar OPA nos moldes acima descritos e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à ata da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador alienante e o valor pago em bolsa, por nossas ações neste período, devidamente atualizado.

Fica estipulado ainda que para ocorrer a transferência da propriedade das ações de controle, o comprador deve subscrever o Termo de Anuência do Controlador, devendo o mesmo ser ainda encaminhado à BOVESPA. O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de Ações em Circulação, consistente em 25,0% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

## **REALIZAÇÃO, PELA NOSSA COMPANHIA, DE OPERAÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES DE EMISSÃO PRÓPRIA**

Nosso Estatuto Social autoriza nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela Companhia, de ações de emissão própria, ou a lançar opções de venda e compra referenciadas em nossas ações. A decisão de comprar ações de emissão própria para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- resultar na redução do nosso capital social;
- fazer com que seja necessária a utilização de recursos maiores do que o saldo de lucros ou reservas disponíveis constantes do último balanço;
- criar, direta ou indiretamente, qualquer demanda, oferta ou condição do preço por ação artificial, ou utilizar-se de qualquer prática injusta, como consequência de uma ação ou omissão nossa; ou
- ser utilizada para a compra de ações detidas por nosso acionista controlador.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% de nossas ações em circulação no mercado, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de emissão própria pela nossa Companhia deve ser realizada em bolsa, exceto se as ações somente estiverem admitidas à negociação em mercado de balcão, e não pode ser feita por meio de operações privadas exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de emissão própria, na hipótese em que a Companhia deixe de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda relacionadas às ações de emissão da Companhia.

## **AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E SEUS DERIVATIVOS POR ACIONISTA CONTROLADOR. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e Instrução CVM 358, nosso Acionista Controlador, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal devem comunicar à BOVESPA e à CVM, logo após a aquisição do poder de nosso controle ou investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, para o caso dos controladores.

## **DIVULGAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES COM AÇÕES REALIZADAS POR ADMINISTRADORES OU MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e Instrução CVM 358, nosso Acionista Controlador, nossos administradores e membros do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar à CVM e à BOVESPA, a quantidade e espécie de valores mobiliários de emissão de nossa Companhia, de nossas controladas e controladoras que sejam companhias abertas, incluindo derivativos, para o caso dos controladores, que são detidos por eles ou por pessoas ligadas, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas posições. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade, preço e data da operação) devem ser fornecidas a CVM e à BOVESPA dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

## **DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Tão logo nos tornemos uma companhia aberta, deveremos atender às exigências relativas à divulgação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função de nossa listagem no Novo Mercado, deveremos também seguir as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Novo Mercado.

### **Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas**

A legislação do mercado de valores mobiliários estabelece que uma companhia aberta deve fornecer a CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Esta legislação prevê também a obrigação de arquivarmos junto a CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de assembleias gerais, bem como as cópias das atas destas assembleias. Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para listagem de ações de nossa emissão no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa, a qual deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos;
- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social após a obtenção de autorização para listar nossas ações no Novo Mercado, devemos, no máximo quatro meses após o encerramento do exercício social: (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas conforme os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em reais ou dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil bem como a proposta da destinação do resultado e parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e conforme os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, devemos: (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de parecer ou relatório de revisão especial dos auditores independentes. Esta apresentação de informações deverá ocorrer após a divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

### **Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

De acordo com a Lei do Mercado de Valores Mobiliários, devemos informar a CVM e à BOVESPA a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos nossos negócios. Devemos também publicar um aviso sobre tal ato ou fato. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, a decisão de investidores de negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em circunstâncias especiais, podemos submeter a CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante.

### **Política de Divulgação de Informações**

Possuímos ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações, aprovada em Reunião de nosso Conselho de Administração realizada em 16 de maio de 2007, conforme ratificada em 14 de junho de 2007, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou de nossos órgãos de administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade da Companhia, por meio de seu Diretor de Relações com Investidores, divulgar e comunicar a CVM e às Bolsas de Valores qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (por meio de anúncio publicado no jornal, etc.).

### **INFORMAÇÕES PERIÓDICAS**

#### **Demonstrações de Fluxos de Caixa**

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir as demonstrações de fluxo de caixa, as quais indicarão, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado a Companhia deve apresentar as demonstrações de fluxos de caixa após seis meses da data de publicação do Anúncio de Início.

#### **Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais**

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas conforme os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, em reais ou dólares, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês e deverão ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório de administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, acompanhada de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes, que devem ser registrados na CVM e devem possuir experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

De acordo com o Novo Mercado a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a publicação do Anúncio de Início.

#### **Informações Trimestrais em Inglês ou elaboradas de Acordo com os Padrões Internacionais**

Conforme o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deverá apresentar a íntegra das informações trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas conforme os padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

Esta apresentação de informações, a qual deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, deverá ocorrer após a divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

### **Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR**

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5,0% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item (iii), em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir, em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

### **Requisitos adicionais para as Informações Anuais – IAN**

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vii) do tópico “Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais” nas Informações Anuais da Companhia no Quadro “Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia”.

### **Reunião Pública com Analistas**

O Regulamento do Novo Mercado estipula que, pelo menos uma vez ao ano, a Companhia e os administradores devem realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

### **Calendário Anual**

Fica estipulado pelo Regulamento do Novo Mercado que a Companhia e os administradores deverão enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento de que trata o referido evento à BOVESPA. Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BOVESPA e divulgadas imediatamente.

### **Contratos com o mesmo grupo**

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia, e suas sociedades controladas e coligadas, seu acionista controlador e seus administradores, bem como entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R\$200,0 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão conter o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia.

### **ARBITRAGEM**

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo nosso Estatuto Social, os acionistas, os administradores, a própria Companhia e os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos:

- (i) emissão exclusiva de ações ordinárias;
- (ii) política “uma ação igual a um voto”;
- (iii) contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- (iv) Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (v) transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- (vi) convocações de assembléia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- (vii) fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- (viii) vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- (ix) previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- (x) dispersão de ações (*free float*), visando à liquidez dos títulos;
- (xi) composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20,0% de membros independentes (sem vínculos com a companhia e com o acionista controlador); e
- (xii) conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração.

## PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

### PRINCIPAIS ACIONISTAS

A tabela abaixo contém informações sobre a titularidade das nossas ações ordinárias na data deste Prospecto de nossos principais acionistas, bem como ações ordinárias em tesouraria, antes e depois da Oferta, sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Suplementares.

Acionista	Quantidades de Ações e porcentagens			
	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações		Ações	
BSSF II	9.417.736	17,34	9.417.736	11,01%
AIG Brasil Equity II	6.278.492	11,56	6.278.492	7,34%
ASAS	13.952.203	25,68	13.952.203	16,30%
Fundo C.A.	1.162.683	2,14	1.162.683	1,36%
Boreal	4.651.081	8,56	4.651.081	5,44%
GGPAR	970.724	1,79	970.724	1,13%
Governança e Gestão	10.074.423	18,55	10.074.423	11,77%
Banco Espírito Santo	5.861.269	10,79	5.861.269	6,85%
Espírito Santo Capital	1.953.757	3,60	1.953.757	2,28%
Conselheiros	9	-	9	0,00%
Mercado .....	0	-	31.250.000	36,52%
<b>Total .....</b>	<b>54.322.377</b>	<b>100,00</b>	<b>85.572.377</b>	<b>100,00%</b>

Nosso controle acionário foi alterado em 31 de janeiro de 2007. Emitimos notas promissórias com prazo de vencimento de 180 dias, que são garantidas por alienação fiduciária de todas ações representativas de nosso capital social (exceto as ações dos membros do nosso conselho de administração). Para mais informações, ver seções “Informações Sobre Títulos e Valores Imobiliários Emitidos – Notas Promissórias” e “Negócios da Companhia - Aquisição de Nossa Companhia” que se encontram nas páginas 148 e 126 deste Prospecto, respectivamente.

### PRINCIPAIS ACIONISTAS

Abaixo segue descrição dos nossos principais acionistas:

#### Fundo de Investimento em Participações BSSF II

O BSSF II é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, tendo como objetivo o investimento em diversos setores da economia brasileira, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis e/ou permutáveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas. Para a prática de seus investimentos, o BSSF II leva em consideração o potencial de crescimento das companhias, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional e comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa. O BSSF II é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM 391/03, administrado pela AIG Capital Investments do Brasil S.A., que é indiretamente uma subsidiária integral da American International Group, Inc. (“AIG”), sociedade listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, o FIP BSSF II tem como únicos cotistas as seguintes entidades: (i) Oliver Investments II, L.P., (ii) Victoria Capital II, L.P, e (iii) Lauren Holdings II, L.P. (em conjunto, “Fundos AIG II”).

Na data deste prospecto, aproximadamente 80% dos investimentos em Oliver Investments II, L.P pertencem a um trust, uma universidade e a entidades direta ou indiretamente ligadas a seguradoras. Apenas 6 investidores têm participação superior a 5% no capital da Victoria Capital II, L.P., sendo que o único que possui participação superior a 20% é uma entidade ligada, direta ou indiretamente, a uma seguradora. Com relação a Lauren Holdings II, L.P., apenas 2 investidores possuem participação acima de 10%, a saber, uma sociedade de investimento que detém participação de aproximadamente 14% e uma outra sociedade de investimento que possui participação de aproximadamente 52% e tem como investidores outras 3 sociedades de investimento, independentes entre si, com participações aproximadamente equivalentes.

Os investidores dos Fundos AIG II não participam da administração ou do controle dos Fundos AIG II e não podem assumir qualquer responsabilidade em seu nome nem fazer com que celebrem qualquer compromisso ou contrato. As decisões de investimento realizadas pelos Fundos AIG II (incluindo decisões em relação a aquisição, venda e administração dos investimentos que compõem seus portfólios) são tomadas pelos general partners dos Fundos AIG II, que são, direta ou indiretamente, controlados pela AIG. Os investidores dos Fundos AIG II não têm poderes para destituir seus general partners, salvo em situações excepcionais.

## **Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II**

O AIG Brasil Equity II é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, tendo como objetivo o investimento em diversos setores da economia brasileira, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis e/ou permutáveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas. Para a prática de seus investimentos, o AIG Brasil Equity II leva em consideração o potencial de crescimento das companhias, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional e comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa. O AIG Brasil Equity II é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM 391/03, administrado pela AIG Capital Investments do Brasil S.A., que é indiretamente uma subsidiária integral da American International Group, Inc. (“AIG”), sociedade listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, o AIG Brasil Equity II tem como únicos cotistas as seguintes entidades: (i) Oliver Investments, L.P., (ii) Victoria Capital, L.P, e (iii) Lauren Holdings, L.P. (em conjunto, “Fundos AIG”).

Na data deste prospecto, aproximadamente 80% dos investimentos em Oliver Investments, L.P. pertencem a entidades, direta ou indiretamente, ligadas a seguradoras ou fundos de pensão, e aproximadamente 90% dos investimentos em Lauren Holdings, L.P. pertencem a entidades direta ou indiretamente ligadas a seguradoras. Com relação a Victoria Capital, L.P., aproximadamente 80% dos investimentos feitos na referida entidade pertencem a entidades direta ou indiretamente ligadas a fundos de pensão.

Os investidores dos Fundos AIG não participam da administração ou do controle dos Fundos AIG e não podem assumir qualquer responsabilidade em seu nome nem fazer com que celebrem qualquer compromisso ou contrato. As decisões de investimento realizadas pelos Fundos AIG (incluindo decisões em relação a aquisição, venda e administração dos investimentos que compõem seus portfólios) são tomadas pelos general partners dos Fundos AIG, que são, direta ou indiretamente, controlados pela AIG. Os investidores dos Fundos AIG não têm poderes para destituir seus general partners, salvo em situações excepcionais.

## **Fundo de Investimento em Participações ASAS**

O ASAS tem como objetivo aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional. O FIP ASAS tem realizado diversas análises de investimento em empresas de vários segmentos e diversos ramos de atividade e, atualmente, detém participação na Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e na Companhia Providência Indústria e Comércio.

## **Fundo de Investimento em Participações C.A.**

O Fundo C.A. tem como objetivo aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas localizadas no território nacional. As únicas quotistas do FIP CA são Auristela Constantino Alves e Cristiane Constantino Foresti.

## **Boreal Fundo de Investimento em Participações**

Fundo criado com o propósito específico de ser o veículo para os investimentos na Companhia criado pelo Grupo Libra. Reúne um conjunto de empresas com o *core business* em terminais portuários, além de navegação, apoio portuário, logística e finanças. A administração do fundo compete à Boreal DTVM, empresa que concentra os interesses financeiros do Grupo Libra.

## **Fundo de Investimento em Participações GGPARG**

Fundo criado com o propósito exclusivo de investir na Companhia. É administrado pela Governança & Gestão Investimentos Ltda., administradora independente de fundos de *private equity*.

## **Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão**

Fundo administrado pela Governança & Gestão Investimentos Ltda., administradora independente de fundos de *private equity* gerida por Antônio Kandir, ex-Ministro do Planejamento. A Governança & Gestão Investimentos Ltda. administra recursos dos principais fundos de pensão brasileiros, do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e de outros investidores qualificados não-institucionais.

## **Banco Espírito Santo, S.A.**

O Banco Espírito Santo é o terceiro maior grupo financeiro de Portugal, com ativos no valor de EUR 59,1 bilhões (31 de dezembro 2006), e valor de mercado de EUR 7,1 bilhões (20 de abril de 2007). O Banco Espírito Santo está presente em 18 países e possui atividades nas seguintes áreas: (i) banco comercial com 630 agências na Europa (Portugal e Espanha); (ii) seguros, possuindo uma das maiores seguradoras de Portugal, a Tranquilidade; (iii) banco de investimento com atuação nas áreas de *corporate finance*, mercado de capitais, *project finance*, corretagem, gestão de carteiras e *leveraged finance*; (iv) gestão de ativos com uma forte equipe nas áreas de *asset management*, tesouraria e gestão de risco, sendo que em dezembro de 2006 a ESAF “Espírito Santo Ativos Financeiros”, administrava ativos no montante de aproximadamente EUR 20 bilhões; (v) *private banking* com 28 escritórios no mundo. O Banco Espírito Santo é uma sociedade anônima portuguesa com suas ações negociadas na “Eurolist by Euronext Lisbon”. O Banco Espírito Santo têm como principais acionistas a BESPARG Sociedade Gestora Participações Sociais, S.A. (“BESPARG”), que detém 40% das ações emitidas pelo Banco Espírito Santo e o Credit Agricole S.A. que detém 10,81% das ações emitidas pelo Banco Espírito Santo (além de uma participação indireta no Banco Espírito Santo através de participação de 32,6% no capital da BESPARG). O Credit Agricole S.A. é um banco francês que tem suas ações negociadas na “Eurolist by Euronext Paris”. Nenhum acionista pessoa física possui participação individual superior a 3% do capital social do Banco Espírito Santo.

## **Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.**

A Espírito Santo Capital, divisão de *private equity* do Grupo Espírito Santo, possui um portfólio de 32 empresas em Portugal, Espanha, França e Brasil. O volume total de recursos administrado pela Espírito Santo Capital é de cerca de EUR 150 milhões. Espírito Santo Capital é uma sociedade anônima portuguesa, e é indiretamente uma subsidiária integral do Banco Espírito Santo.

## **ACIONISTAS VENDEDORES**

Os Acionistas Vendedores são: Fundo de Investimento em Participações BSSF II, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, Fundo de Investimento em Participações ASAS, Fundo de Investimento em Participações C.A., Boreal Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações GGPARG, Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão, Banco Espírito Santo, S.A. e Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. Para uma descrição detalhada dos Acionistas Vendedores ver item “Principais Acionistas e Acionistas Vendedores” que se encontra na página 181 deste Prospecto.

## **ACORDO DE ACIONISTAS**

Em 19 de junho de 2007 foi celebrado um acordo de acionistas entre nossos Acionistas Controladores, do qual a Companhia é interveniente-anuente.

O acordo de acionistas regula o exercício do direito de voto das ações detidas pelos seus signatários, a transferência e oneração de tais ações, o exercício do poder de controle, bem como estabelece os princípios gerais que regerão a condução dos negócios e atividades da Companhia. Todas as ações a qualquer tempo detidas pelos signatários do acordo de acionistas estão sujeitas às disposições do acordo de acionistas. O acordo de acionistas aplica-se à Companhia e qualquer subsidiária que esta venha a ter. O acordo de acionistas tem prazo de 50 anos, contado de 27 de outubro de 2006.

O acordo de acionistas exige que os seus signatários votem nas assembleias gerais da Companhia em bloco, com todas as suas ações. Os acionistas signatários do acordo de acionistas devem definir o voto do bloco previamente ao exercício do direito de voto. A aprovação de certas matérias exige a aprovação dos signatários do acordo de acionistas de acordo com determinados quorum de aprovação, contados em relação à totalidade das ações detidas por todos os signatários do acordo de acionistas. Algumas matérias de competência da assembleia geral, incluindo alterações ao estatuto social da Companhia, emissão de debêntures conversíveis, transformação, incorporação, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, estão sujeitas à aprovação de 65% das ações vinculadas pelo acordo de acionistas.

De acordo com o acordo de acionistas, os seus signatários devem fazer com que os conselheiros por eles eleitos para o conselho de administração (excluídos os conselheiros independentes) votem em bloco nas reuniões do conselho de administração, de acordo com instruções de voto determinadas pelos signatários de acordo conforme determinados requisitos e quorum de aprovação. Algumas matérias de competência do conselho de administração precisam ser aprovadas pelo voto favorável de signatários do acordo representando, pelo menos, 65% das ações vinculadas ao acordo, notadamente (i) eleição e destituição de diretores; (ii) aprovação do plano de negócios e do orçamento anual, bem como qualquer revisão, alteração ou atualização dos mesmos; (iii) aprovação da contratação de empréstimos e financiamentos (inclusive por meio de emissão de *commercial papers* ou outros instrumentos de dívida, para distribuição pública ou privada, no

Brasil ou no exterior, contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *comprar e vender* e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 por operação, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (iv) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato com prazo superior a 1 ano ou cujo valor exceda a R\$24.000.000,00, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (v) aprovação da realização de operações e de negócios de qualquer natureza com acionista controlador ou sociedades por este controladas ou sob controle comum, direto ou indireto, que não estejam previstas no orçamento anual aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer administrador da Companhia; (vi) aprovação da criação e extinção de controladas e da aquisição, alienação ou oneração de participações em outras pessoas jurídicas ou em consórcio; (vii) aprovação da aquisição, alienação ou oneração de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; e (viii) aprovação da concessão de garantia, real ou pessoal, inclusive aval, em favor de terceiros quando envolvendo valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00. Outras matérias de competência do conselho de administração precisam ser aprovadas pelo voto favorável de signatários do acordo representando a maioria das ações vinculadas ao acordo.

O acordo de acionistas prevê que a administração da Companhia e de suas subsidiárias será conduzida por profissionais qualificados e experientes e deverá buscar o mais alto nível de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade. O acordo de acionistas contém disposições acerca da eleição de membros do conselho de administração, bem como para a eleição de membros do conselho fiscal, caso este venha a ser instalado, pelos signatários do acordo de acionistas. De acordo com o acordo de acionistas, caberá ao conselho de administração eleger os diretores da Companhia.

O acordo de acionistas prevê que a Companhia terá um plano de negócios e um orçamento anual. O plano de negócios descreverá estratégias e projeções da Companhia para um período de seis anos, contados o ano do exercício fiscal corrente. O orçamento anual, além de refletir o plano de negócios deverá prever as despesas, receitas e investimentos da Companhia para cada exercício social.

No que se refere a transferência de ações, os acionistas signatários do acordo de acionistas se comprometeram a não alienar (*lock-up*) as suas ações ou direitos de subscrição durante um período de dois anos, contados de 31 de janeiro de 2007, salvo se com o consentimento de todos signatários do acordo de acionistas ou em determinados casos previstos no acordo de acionistas, notadamente no caso de venda por meio de oferta pública de ações. Após esse período, qualquer signatário do acordo de acionistas que desejar transferir as suas ações (que não por meio de uma oferta pública) deverá primeiramente oferecer as ações que pretender transferir aos demais signatários do acordo de acionistas, que terão o direito de fazer oferta para adquirir tais ações, nas condições estabelecidas no acordo de acionistas. O acordo de acionistas prevê certas exceções a esse direito de primeira oferta.

Caso as ações ofertadas sob o procedimento de primeira oferta acima mencionado não sejam alienadas a outro signatário do acordo de acionistas e o alienante chegar a um acordo com terceiro para a transferência das ações oferecidas, qualquer outro signatário do acordo de acionistas, independentemente de ter apresentado uma oferta sob o procedimento acima mencionado, terá o direito de aderir (*tag along*) à transferência para o terceiro e, para tanto, solicitar que seja incluída na transferência uma parcela de suas ações igual ao número de ações inicialmente ofertadas multiplicado por sua participação no total de participações dos signatários do acordo de acionista, excluídas as participações dos signatários que não desejem aderir à transferência.

Após o término do período de *lock-up* acima referido, qualquer signatário do acordo de acionistas que desejar transferir todas as suas ações terá o direito de exigir a venda compulsória de todas as ações detidas por todos os signatários do acordo de acionistas (*drag along*) em determinadas circunstâncias e dependendo da aprovação dos demais signatários do acordo de acionistas. Até cinco anos após o término do período de *lock-up* acima referido, o exercício do direito de exigir a venda compulsória de todas as ações detidas pelos signatários do acordo de acionistas deve ser aprovado por signatários que representem 65% da totalidade das ações detidas por todos os signatários do acordo de acionistas. Após esse prazo, o exercício do direito de exigir a venda compulsória de todas as ações exigirá a aprovação de 40% da totalidade das ações detidas por todos os signatários do acordo de acionistas e somente poderá ser exercido caso o signatário alienante tenha oferecido as suas ações aos demais signatários de acordo com o procedimento de primeira oferta acima mencionado.

Durante a vigência do acordo de acionistas, nenhum dos acionistas poderá criar, tentar criar ou permitir a criação de quaisquer ônus sobre as suas ações ou direitos de subscrição, salvo se em garantia de financiamento previsto no acordo de acionistas ou se de outra forma aprovado por todos os signatários do acordo de acionistas.

O acordo de acionistas prevê hipóteses em que um acionista poderá ser considerado inadimplente, tal como ter a sua falência declarada ou entrar em dissolução ou liquidação, requerer recuperação judicial ou extrajudicial, permitir que sejam aprovadas matérias em assembleias ou reuniões do conselho de administração que violem as disposições do acordo de acionistas ou transferir suas ações ou direitos de subscrição de forma diversa daquela prevista no acordo de acionistas. O acionista inadimplente que não sanar o descumprimento em 30 dias, contados do recebimento de notificação exigindo que a obrigação inadimplida seja sanada, perderá seus direitos sob o acordo de acionistas (ficando, porém, enquanto for acionista sujeito às obrigações assumidas no acordo) e poderá responder por perdas e danos perante os demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

**Qualquer controvérsia ou disputa que tenha por objeto o acordo de acionistas deverá ser submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado, observados os termos do regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.**

## OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Tínhamos até o início de julho de 2007, operações com nossa controlada Providência Transportes a preços, prazos e demais condições compatíveis com as de mercado, conforme descrito a seguir.

Até o início de Julho de 2007, nossa controlada Providência Transportes prestava serviços de transporte rodoviário de mercadorias à nossa Companhia. Os serviços prestados não eram objeto de um contrato escrito, de forma que os pagamentos eram determinados com base nos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas, faturados diretamente contra a Companhia e com prazo máximo de pagamento de 14 dias. Os pagamentos eram realizados por meio de transferências bancária. Em 2006, pagamos à Providência Transportes, R\$14,4 milhões pela prestação desses serviços de transporte. Em Julho de 2007, celebramos contrato de prestação de serviços por meio do qual terceirizamos a prestação de serviços de transportes, de forma que tais serviços não mais serão prestados pela Providência Transportes. Para mais informações sobre esse contrato, ver seção “Negócios da Companhia – Contratos Relevantes”, que se encontra na página 138 deste Prospecto.

Ademais, a Providência Transportes alugava veículos de propriedade da Providência, conforme Contrato de Locação de Bens Móveis celebrado em 2 de janeiro de 1980 e posteriormente aditado entre a Providência, na qualidade de locadora, e a Providência Transportes, na qualidade de locatária, de aproximadamente 29 veículos (caminhões e carretas, dentre outros) de propriedade da Providência. O valor do aluguel mensal total era de aproximadamente R\$24,0 mil, reajustado pela TJLP anualmente, e o prazo do contrato é de 12 meses, sendo prorrogado automaticamente. De acordo com os termos do contrato a Providência era responsável solidariamente e preferencialmente pelos danos que os veículos locados viessem a causar a terceiros, pelo licenciamento, multas de trânsito e pela manutenção dos veículos. Tal contrato foi rescindido em 1 de julho de 2007, em decorrência da venda de nossa frota de veículos e terceirização dos serviços de transporte. Para mais informações sobre esses contratos, ver seção “Negócios da Companhia – Contratos Relevantes”, que se encontra na página 138 deste Prospecto.

### **III – ANEXOS**

---

- ANEXO A** Estatuto Social
- ANEXO B** Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovando a realização da Oferta
- ANEXO C** Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia que deliberou sobre o preço de emissão
- ANEXO D** Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400

[página intencionalmente deixada em branco]

# Anexo A

## Estatuto Social

[página intencionalmente deixada em branco]

## ESTATUTO SOCIAL

### COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, SEDE E PRAZO

**Art. 1.º** COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pela legislação aplicável e por este estatuto social.

Parágrafo único. Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), sujeitam-se, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

**Art. 2.º** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na BR 376, Km 16,5, s/n.º, Bairro Barro Preto, CEP 83.015-000.

Parágrafo único. A Companhia poderá abrir e encerrar filiais ou escritórios em qualquer lugar do país ou do exterior, mediante deliberação do conselho de administração, independentemente de alteração estatutária.

**Art. 3.º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

#### CAPÍTULO II OBJETO SOCIAL

**Art. 4.º** A Companhia tem por objeto social a fabricação e o comércio de produtos plásticos em geral, dentre eles tubos, conexões, nãotecidos, embalagens flexíveis e rígidas, pratos e vasos ornamentais.

Parágrafo único. A Companhia poderá explorar outras atividades correlatas ou complementares ao objeto social, inclusive participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

### **CAPÍTULO III** **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Art. 5.º** O capital social da Companhia é R\$ 419.768.606,50 (quatrocentos e dezenove milhões, setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos e seis reais e cinqüenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 54.322.377 (cinqüenta e quatro milhões, trezentos e vinte e duas mil trezentas e setenta e sete) ações ordinárias, sem valor nominal.

§ 1.º O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias nominativas.

§ 2.º Cada ação ordinária dará o direito a um voto nas assembléias gerais da Companhia.

§ 3.º Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome dos seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia, sem emissão de certificados.

§ 4.º A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como os custos dos serviços relativos às ações custodiadas, observado os limites máximos fixados pela CVM.

§ 5.º É vedada a criação ou emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia.

§ 6.º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia.

§ 7.º Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Art. 6** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 35.300.000 (trinta e cinco milhões e trezentas mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, competindo ao conselho de administração deliberar sobre as emissões e suas condições, inclusive preço de emissão, forma e prazo de integralização.

§ 1.º A Companhia poderá emitir ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

§ 2.º O conselho de administração poderá deliberar a emissão, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência de que trata o § 4.º do art. 171 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante:

I – venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou  
II – permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos arts. 257 e 263 da Lei n.º 6.404/76.

§ 3.º A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, dentro do limite de capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela assembléia geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, a seus administradores ou empregados.

## **CAPÍTULO V** **ASSEMBLÉIAS GERAIS**

**Art. 7.º** A assembléia geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e realização as disposições legais aplicáveis e este estatuto social.

§ 1.º As assembléias gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, ou 8 (oito) dias, em segunda convocação.

§ 2.º Além das demais hipóteses previstas em lei e neste estatuto social, a assembléia geral poderá ser convocada pelo presidente do conselho de administração ou por dois conselheiros em conjunto.

§ 3.º As deliberações da assembléia geral, ressalvadas este estatuto social, as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

**Art. 8.º** Para tomar parte na assembléia geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembléia geral:

I – comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei n.º 6.404/76; e

II - instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste estatuto, na hipótese de representação do acionista.

§ 1.º O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembléia geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

§ 2.º O acionista poderá ser representado na assembléia geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

**Art. 9.º** A assembléia geral será instalada e presidida pelo presidente do conselho de administração e, em sua falta ou impedimento, por outro membro do conselho de administração ou, na falta destes, por outro acionista escolhido dentre os presentes.

Parágrafo único. O presidente da assembléia geral escolherá um dos presentes para servir de secretário.

## **CAPÍTULO VI** **ADMINISTRAÇÃO**

### **Seção I** **Disposições Gerais**

**Art. 10.** A Companhia será administrada por um conselho de administração e por uma diretoria.

§1.º A assembléia geral determinará a remuneração dos administradores da Companhia, a qual será fixada em bases globais, cabendo ao conselho de administração estabelecer a remuneração individual de cada membro da administração.

§2.º Os administradores da Companhia terão os deveres e responsabilidades estabelecidos neste estatuto social, na legislação societária vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

§3.º Os administradores responderão perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, deste estatuto social e do Regulamento do Novo Mercado.

§4.º A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo da ação, assegurará aos administradores e membros conselho fiscal, por meio de terceiros contratados, a sua defesa em processos judiciais e administrativos contra eles propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional aplicável, por atos praticados no exercício de suas funções.

§5.º O administrador ou membro do conselho fiscal condenado em decisão transitada em julgado, com base em violação de lei ou do estatuto ou culpa ou dolo no exercício de suas funções, deverá ressarcir a Companhia das perdas e danos porventura sofridos, inclusive pelos custos e despesas incorridos nos termos do §4.º acima.

§6.º A Companhia poderá, por deliberação do conselho de administração, contratar seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de cargos ou funções pelos administradores, membros do conselho fiscal, empregados ou mandatários da Companhia e suas controladas.

**Art. 11.** A administração da Companhia deverá zelar pela observância da legislação aplicável, deste estatuto social e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, bem como do plano de negócios e do orçamento anual da Companhia.

§ 1.º A Companhia terá um plano de negócios, o qual descreverá de forma consolidada e detalhada, para a Companhia e suas controladas, as estratégias e projeções econômicas e financeiras, inclusive balanço patrimonial, resultados, fluxo de caixa e principais dados operacionais, em valores mensais, com relação aos meses subsequentes ao exercício social então corrente e aos doze meses do exercício social seguinte e projeções anuais para os cinco anos subsequentes ao exercício social então corrente.

§ 2.º A Companhia terá um orçamento anual, o qual refletirá o plano de negócios e descreverá, de forma consolidada e detalhada, para a Companhia e suas controladas, a previsão de despesas, receitas e investimentos da Companhia para cada exercício social.

§ 3.º Caso um novo orçamento anual não seja aprovado antes do início do correspondente exercício social e enquanto estiver pendente de aprovação o novo orçamento anual, o orçamento anual aprovado para o exercício social anterior continuará a vigor, com seus valores sendo corrigidos de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA/IBGE”) ocorrida no exercício social anterior.

## **Seção II**

### **Conselho de Administração**

**Art. 12.** O conselho de administração será composto por 5 (cinco) a 9 (nove) membros, todos acionistas, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1.º No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do conselho de administração serão conselheiros independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tais na assembléia geral que os eleger.

§ 2.º Considera-se “conselheiro independente” o conselheiro que:

I - não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social;

II - não for Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, não for e não tiver sido nos últimos 3 (três) anos vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador, excluindo-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições de ensino e/ou pesquisa;

III - não tiver sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia;

IV - não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência;

V- não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;

VI - não for cônjuge ou parente até segundo grau de administrador da Companhia; e

VII- não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro, excluindo-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de participação no capital.

§ 3.º Quando a aplicação do percentual definido no § 1.º acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I - imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a cinco décimos; ou

II - imediatamente inferior, se a fração for inferior a cinco décimos.

§ 4.º Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos nos termos dos §§ 4.º e 5.º do art. 141 da Lei n.º 6.404/76.

§ 5.º Não poderá ser eleito para o conselho de administração, salvo dispensa da assembléia geral, aquele que:

I - for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou

II - tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

§ 6.º Os membros do conselho de administração tomarão posse mediante a assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, estando a respectiva posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 7.º Os membros do conselho de administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

§ 8.º Em caso de renúncia ou vacância no conselho de administração, será convocada assembléia geral, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da verificação da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato.

**Art. 13.** A assembléia geral nomeará o presidente do conselho de administração.

Parágrafo único. No caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do conselho de administração será substituído por outro conselheiro, escolhido pelos demais conselheiros.

**Art. 14.** Além das demais matérias previstas em lei e no presente estatuto, compete ao conselho de administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I – estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

II – eleger e destituir os diretores da Companhia, fixar suas remunerações, dentro do montante global fixado pela assembléia geral, bem como estabelecer-lhes atribuições e responsabilidades específicas, observado o disposto neste estatuto social;

III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores e dos funcionários de escalão superior da Companhia;

V – convocar a assembléia geral quando julgar conveniente, ou no caso do art.132 da Lei n.º 6.404/76, sem prejuízo do disposto no § 2.º do art. 7.º;

VI – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

VII – autorizar a emissão de novas ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, consoante o art. 6.º, bem como deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua venda ou colocação no mercado, observadas as normas da CVM e demais legislação aplicável;

VIII – declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou em outro balanço intermediário, bem como determinar o pagamento de juros sobre capital próprio (art. 26);

IX – aprovar a abertura ou encerramento de filiais e escritórios;

X – aprovar o plano de negócios e o orçamento anual (art. 11), bem como qualquer revisão, alteração ou atualização aos mesmos;

XI – aprovar a contratação de empréstimos e financiamentos (inclusive por meio de emissão de *commercial papers* ou outros instrumentos de dívida, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, contratos de abertura de crédito, mútuos, arrendamento mercantil, *comprar* e *vendor* e desconto ou cessão de recebíveis ou créditos) em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

XII – aprovar a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato com prazo superior a 1 (um) ano ou cujo valor exceda a R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

XIII - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

XIV – aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com o Acionista Controlador ou sociedades por este controladas ou sob controle comum, direto ou indireto, que não estejam previstas no orçamento anual aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza com qualquer administrador da Companhia;

XV – aprovar qualquer licenciamento, aquisição, alienação ou oneração de qualquer marca, patente, direito autoral, segredo de negócio, *know-how* ou outra propriedade intelectual;

XVI – aprovar o ingresso em *joint venture* ou associação;

XVII – aprovar a criação e extinção de controladas e a aquisição, alienação ou oneração de participações em outras pessoas jurídicas ou em consórcio;

XVIII - aprovar a aquisição, alienação ou oneração de qualquer outro bem ou direito em valor igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

XIX – aprovar a concessão de garantia, real ou pessoal, inclusive aval, em favor de terceiros;

XX – aprovar a propositura de qualquer ação judicial ou a celebração de acordo judicial ou transação para prevenir ou encerrar litígio, envolvendo valores iguais ou superiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

XXI – definir o voto da Companhia nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração de qualquer controlada ou qualquer outra pessoa jurídica ou consórcio em que a Companhia ou qualquer de suas controladas detenha participação;

XXII – aprovar planos de participação nos lucros, inclusive qualquer plano de participação nos lucros exigido por lei;

XXIII – elaborar a lista com no mínimo 3 (três) empresas especializadas para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de fechamento do capital da Companhia ou saída do Novo Mercado;

XXIV – escolher e destituir os auditores independentes;

XXV – aprovar alteração das práticas ou políticas contábeis da Companhia, exceto conforme exigido por lei;

XXVI – aprovar o regimento interno do conselho de administração e dos comitês previstos no artigo 16, se houver; e

XXVII – deliberar sobre qualquer matéria submetida à apreciação do conselho de administração pela diretoria.

Parágrafo único. Os valores expressos em reais nos incisos deste artigo 14 serão atualizados, anualmente, em janeiro de cada ano, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, ocorrida no ano anterior.

**Art. 15.** O conselho de administração reunir-se-á sempre que necessário e, ao menos, trimestralmente.

§ 1.º As reuniões do conselho de administração serão convocadas pelo seu presidente ou por 2 (dois) conselheiros, por meio de notificação escrita, com aviso de recebimento, endereçada ao local previamente indicado pelos conselheiros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, indicando a pauta, data, local e horário da reunião.

§ 2.º Em caráter de urgência, as reuniões do conselho de administração poderão ser convocadas pelo presidente do conselho de administração sem a observância do prazo previsto no § 1.º acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do conselho de administração.

§ 3.º Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros do conselho de administração, por si ou na forma dos §§ 5º, 6º ou 8º abaixo.

§ 4.º As reuniões do conselho de administração serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, observado o disposto nos §§ 5º, 6º ou 8º abaixo.

§ 5.º Em suas ausências ou impedimentos temporários, os conselheiros poderão se fazer representar na reunião por outro membro do conselho de administração, designado por meio de autorização específica e da qual conste a instrução de voto do conselheiro ausente ou impedido, valendo tal representação para fins de verificação de quorum de instalação e de deliberação.

§ 6.º Os conselheiros poderão enviar antecipadamente o seu voto, que valerá para fins de verificação de quorum de instalação e de deliberação, desde que enviado à Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração, por escrito, até o início da reunião.

§ 7.º As reuniões do conselho de administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

§ 8.º Os conselheiros poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os conselheiros que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado para a Companhia, em atenção ao presidente da respectiva reunião do conselho de administração.

§ 9.º As reuniões do conselho de administração serão presididas pelo presidente do conselho de administração e, na sua ausência, por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do conselho de administração presentes à reunião, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

§ 10. As deliberações do conselho de administração serão aprovadas pelo voto favorável de, pelo menos, a maioria de seus membros.

§ 11. Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do conselho de administração, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §§ 5º, 6º ou 8º acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

§ 12. O conselho de administração poderá convidar outros participantes para as suas reuniões, com a finalidade de prestarem esclarecimentos, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

**Art. 16.** O conselho de administração poderá, para seu assessoramento, estabelecer a formação de comitês técnicos ou consultivos, com objetivos e funções definidos e que poderão ser integrados por membros do conselho de administração ou terceiros indicados pelo conselho de administração.

Parágrafo único. Caberá ao conselho de administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo quanto à sua composição, funcionamento, prazo de gestão e remuneração de seus membros.

### **Seção III**

#### **Diretoria**

**Art. 17.** A diretoria será composta por um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 5 (cinco) diretores, sendo um o Diretor Presidente, um o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e os demais sem designação específica, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos pelo conselho de administração com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1.º Fica autorizada a cumulação de funções por um mesmo diretor.

§ 2.º Os diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões da diretoria, estando a respectiva posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 3.º Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

§ 4.º Em caso de renúncia ou vacância de qualquer cargo de diretor, será convocada reunião do conselho de administração, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da verificação da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato.

**Art. 18.** Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, observado o disposto neste estatuto social e nas deliberações do conselho de administração, competindo-lhes:

I – a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, observado o disposto no art. 22;

II – o cumprimento das atribuições previstas neste estatuto social e aquelas estabelecidas pelo conselho de administração; e

III - a execução do plano de negócios e do orçamento anual aprovados;

**Art. 19.** Compete:

I - Ao Diretor Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões de diretoria;

b) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da diretoria;

c) elaborar, em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o plano de negócios e o orçamento anual, para revisão e aprovação do conselho de administração;

d) fixar atribuições aos demais diretores não previstas neste estatuto social ou em resoluções do conselho de administração, conforme o inciso II do art. 14;

e) definir, juntamente com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, observado o plano de negócios e o orçamento anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;

f) submeter ao conselho de administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do conselho de administração; e

g) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo conselho de administração.

II – Ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

a) elaborar, juntamente com o Diretor Presidente, o plano de negócios e o orçamento anual, para revisão e aprovação do conselho de administração;

b) coordenar e controlar o orçamento anual;

c) administrar e controlar as reservas financeiras;

d) responder pela contabilidade e controladoria e pela contratação de auditores externos, observado o disposto no inciso IX do art. 142 da Lei n.º 6.404/76 e nos incisos XXIV e XXV do art. 14;

e) preparar balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou semestrais, os quais serão submetidos à diretoria;

f) definir, juntamente com o Diretor Presidente, observado o plano de negócios e o orçamento anual aprovados, a estrutura de capital mais apropriada à Companhia, incluindo a seleção de instrumentos de dívida de curto e longo prazo e a proposta de emissão de valores mobiliários;

g) substituir o Diretor Presidente em suas ausências;

h) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsa de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e

i) exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo conselho de administração ou pelo Diretor Presidente.

III - Aos demais diretores, se houver, exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas pelo conselho de administração ou pelo Diretor Presidente.

**Art. 20.** Compete à diretoria, como colegiado:

I - submeter, anualmente, à apreciação do conselho de administração, o relatório da administração e as contas da diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

II - definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;

III - elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

IV - aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento, observado o disposto no inciso IV do art. 14;

V - aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

VI - propor ao conselho de administração a criação, fixação da remuneração e a extinção de novo cargo ou função na diretoria da Companhia; e

VII - decidir sobre os assuntos que não sejam de competência privativa da assembléia geral ou do conselho de administração.

**Art. 21.** A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais.

§ 1.º As reuniões da diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) diretores, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2.º Independentemente do cumprimento das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os diretores.

§ 3.º As reuniões da diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4.º Os diretores poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os diretores que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado em atenção ao Diretor Presidente.

§ 5.º As deliberações da diretoria, reunida como colegiado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião, inclusive na forma do § 4.º.

§ 6.º Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os diretores fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas da diretoria, devendo os votos proferidos por diretores que tenham se manifestado na forma do §4.º acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

**Art. 22.** A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

I – por 2 (dois) diretores, agindo em conjunto;

II – por 1 (um) diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador;

III – por 2 (dois) procuradores em conjunto; ou

IV – por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, contanto que:

a) perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, bem como em assembleias gerais ou reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia participe;

b) perante entidades de classe, sindicatos e Justiça do Trabalho, para a admissão, suspensão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas;

c) para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha;

d) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia e na emissão de duplicatas ou cobranças; e

e) na assinatura de correspondências de rotina, que não impliquem responsabilidade para a Companhia.

**Art. 23.** As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, especificarão os poderes outorgados e, salvo as procurações para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

## **CAPÍTULO VII** **CONSELHO FISCAL**

**Art. 24.** A Companhia terá um conselho fiscal, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, que funcionará em caráter não permanente.

§ 1.º O conselho fiscal terá as atribuições e poderes previstos na lei.

§ 2.º Os membros do conselho fiscal serão eleitos pela assembleia geral que deliberar sua instalação, a qual também fixará a remuneração dos membros do conselho fiscal, observadas as disposições legais aplicáveis.

§ 3.º Os membros do conselho fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões do conselho fiscal, estando a respectiva posse condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado.

§ 4.º Os membros do conselho fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 5.º No caso de ausência temporária de qualquer membro do conselho fiscal, este será substituído pelo seu respectivo suplente.

§ 6.º Ocorrendo vaga no conselho fiscal, os membros em exercício deverão convocar assembleia geral extraordinária, conforme o inciso V do art. 163 da Lei 6.404/76, com o objetivo de eleger substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do conselho fiscal.

§ 7.º Os conselheiros fiscais poderão se reunir por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas, devendo os membros do conselho fiscal que participarem remotamente da reunião confirmar o seu voto ou parecer, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado, enviado em atenção aos demais membros do conselho fiscal presentes à reunião.

§ 8.º Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fiscais fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no livro de registro de atas do conselho fiscal, devendo os votos proferidos por conselheiros que tenham se manifestado na forma dos §7.º acima constar da ata e cópia da respectiva carta, fac-símile ou correio eletrônico contendo o seu voto ou parecer, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.

**CAPÍTULO VIII**  
**EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL, DISTRIBUIÇÃO DE**  
**RESULTADOS**

**Art. 25.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

**Art. 26.** Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as ao conselho de administração, que, após aprová-las, as submeterá à assembléia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

§ 1.º A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do conselho de administração, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

§ 2.º A Companhia poderá, mediante deliberação do conselho de administração, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

**Art. 27.** O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, terá a seguinte destinação, sucessiva e nesta ordem:

I – 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

II – uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme o art. 195 da Lei 6.404/76;

III – 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável;

IV – a parcela remanescente, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retido com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196, da Lei 6.404/76, conforme o disposto no plano de negócios e no orçamento anual aprovados; e

V – a parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos”, observado o disposto no art. 194 da Lei 6.404/76, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de

100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social. Uma vez atingido esse limite, a assembléia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

§ 1.º A assembléia geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, conforme o § 1.º do art. 152 da Lei 6.404/76.

§ 2.º Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

§ 3.º A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela assembléia geral, justificadamente.

## **CAPÍTULO IX** **DISSOLUÇÃO, EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

**Art. 28.** A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à assembléia geral nomear o liquidante e estabelecer o modo de liquidação.

## **CAPÍTULO X** **DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,** **CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E** **SAÍDA DO NOVO MERCADO**

**Art. 29.** A alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo único. Para os fins deste estatuto social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

I - “Acionista Controlador” significa o acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

II - “Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação de controle da Companhia.

III - “Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

IV - “Controle”, bem como seus termos correlatos, tais como “Controlador”, “Controlado”, “Controle Comum” e “Poder de Controle”, significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

V - “Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

**Art. 30.** A oferta pública referida no art. 29 será exigida, ainda:

I – quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou

II – em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

**Art. 31.** Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I – efetivar a oferta pública referida no art. 29;

II – ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE; e

III – tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das Ações em Circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

**Art. 32.** A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme o disposto no Regulamento do Novo Mercado.

**Art. 33.** Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no art. 32.

**Art. 34.** O Acionista Controlador ou a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia.

Parágrafo único. O cancelamento do registro de companhia aberta, bem como a oferta pública prevista no *caput*, observarão o disposto nas normas aplicáveis e o Regulamento do Novo Mercado.

**Art. 35.** O Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas na hipótese de os acionistas, em assembléia geral, deliberarem a saída da Companhia do Novo Mercado, seja para que os valores mobiliários emitidos pela Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, seja em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante de tal reorganização não sejam admitidas para negociação no Novo Mercado.

Parágrafo único. A notícia da efetivação da oferta pública prevista no *caput* deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da assembléia geral que houver aprovado a saída da Companhia do Novo Mercado ou a referida reorganização.

**Art. 36.** O preço a ser ofertado nas ofertas públicas de que tratam os arts. 34 e 35 deste estatuto social deverá corresponder, no mínimo, ao Valor Econômico das ações a serem adquiridas, apurado em laudo de avaliação, conforme o disposto neste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1.º O laudo de avaliação deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e seu Acionista Controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1.º do art. 8.º da Lei n.º 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no § 6.º do mesmo artigo.

§ 2.º A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência da assembléia geral, a partir da apresentação, pelo conselho de administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na assembléia geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 125 da Lei n.º 6.404/76.

§ 3.º Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

## **CAPÍTULO XII** **ARBITRAGEM**

**Art. 37.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, neste estatuto social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

**CAPÍTULO XIII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS / TRANSITÓRIAS**

**Art. 38.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembléia geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei 6.404/76.

**Art. 39.** As disposições contidas no parágrafo único do art. 1.º, nos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º do art. 12, e no Capítulo X deste estatuto social, bem como nas demais disposições deste estatuto social que decorram do Regulamento do Novo Mercado somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações referente à primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia objeto do pedido de registro protocolado na CVM em 7 de maio de 2007.

\* \* \*

Anexo B  
Ata de Reunião do Conselho de Administração da  
Companhia aprovando a realização da Oferta

[página intencionalmente deixada em branco]

**COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

CNPJ nº 76.500.180/0001-32

NIRE 41.300.050.813

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2007**

**LOCAL E HORA:** Sede da Companhia, na BR 376 – km 16,5, s/n.º, Bairro Barro Preto, São José do Pinhais, Paraná, às 10:00 horas.

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração.

**PRESENÇA:** Totalidade dos membros do conselho de administração.

**MESA:** Fernando César Dantas Porfirio Borges – Presidente, Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa – Secretário.

**ORDEM DO DIA:** 1) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de ações ordinárias para subscrição pública. 2) Aprovar a realização de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Distribuição Primária”), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e com esforços de venda no exterior, com possibilidade de venda de ações ordinárias suplementares pelos acionistas da Companhia nos termos do art. 24 da Instrução CVM 400, e/ou venda de ações ordinárias adicionais pelos acionistas da Companhia nos termos do art. 14, § 2.º, da Instrução CVM 400 (“Oferta”). 3) Aprovar a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações ordinárias a serem emitidas. 4) Autorização para a Diretoria tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução do aumento de capital social da Companhia e à Oferta. 5) Definição das demais condições da Oferta, salvo o preço de emissão das ações.

Mds

**DELIBERAÇÕES:** O conselho de administração, por unanimidade, deliberou: 1) Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em até 31.250.000 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (“Ações”), para subscrição pública. As Ações farão jus ao recebimento de dividendos integrais e juros sobre capital próprio que forem declarados pela Companhia, a partir da data de liquidação do seu preço de emissão, e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições. 2) Aprovar a realização de Distribuição Primária de até 31.250.000 (trinta e um milhões, duzentos e cinquenta mil) Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado e em regime de garantia firme de liquidação nos termos da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM 400”), e com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e CVM, nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* de 1933 (“*Securities Act*”) e nos regulamentos editado ao amparo do *Securities Act* e, nos demais países, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e em conformidade com a *Regulation S* editada pela SEC. A integralização das Ações será efetuada mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional. 3) Aprovar a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei n.º 6.404/76 e nos termos do § 2.º do art. 6º do estatuto social. 4) Autorizar os diretores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta, inclusive a representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à BOVESPA e à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, podendo praticar quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados às distribuições e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas, incluindo, sem limitação, (i) o *Offering Memorandum* Internacional, a ser utilizado nos esforços de venda no exterior; (ii) o Prospecto brasileiro; (iii) o Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Colocação de Ações de Emissão da Companhia; (iv) o Contrato de Estabilização de Preço das Ações; e (v) o *Placement Facilitation Agreement*, relativo à contratação de agentes para a

nds

realização de esforços de venda no exterior. 5) Para a realização da Oferta, será outorgada ao Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”, e em conjunto com o Banco Santander Banespa S.A., os “Coordenadores”), pelos acionistas da Companhia, opção para a distribuição pública secundária de até 4.687.500 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e quinhentas) ações ordinárias suplementares de titularidade dos acionistas, nas mesmas condições indicadas no item 2 acima, nos termos do art. 24 da Instrução CVM 400, as quais serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. 6) Sem prejuízo do disposto acima, a Oferta poderá, a critério dos acionistas, com a concordância dos Coordenadores, ser acrescida de até 6.250.000 (seis milhões, duzentos e cinquenta mil) ações ordinárias adicionais de titularidade dos acionistas, nas mesmas condições indicadas no item 2 acima, conforme dispõe o art. 14, § 2.º, da Instrução CVM 400. A Distribuição Primária e a distribuição pública secundária, se houver, serão realizadas em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, por meio de duas ofertas distintas: (i) a oferta destinada aos investidores não-institucionais; e (ii) a oferta destinada aos investidores institucionais, observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BOVESPA. 7) O preço de emissão das Ações objeto da Oferta (“Preço de Distribuição”) será oportunamente fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) a ser conduzido pelos Coordenadores junto aos investidores institucionais, em conformidade com o art. 44 da Instrução CVM 400, e de acordo com o inciso III do § 1.º do art. 170 da Lei n.º 6.404/76, tendo como parâmetro o preço de mercado verificado para as Ações, considerando as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto a investidores institucionais. A justificativa da escolha do critério de determinação do Preço de Distribuição é que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que as Ações serão colocadas por meio de distribuição pública, em que o valor de mercado das Ações reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentarão suas ordens de compra no contexto da Oferta. Para a conclusão da Oferta, restará tão somente a aprovação do Preço de Distribuição, que será aprovado oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Oferta pela CVM. Aprovaram ainda a eventual condução de atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável. 8) Ratificar todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia referentes à realização da Oferta.

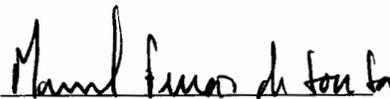
Mds

**ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelos conselheiros, que em seguida a assinam. São José dos Pinhais, 5 de julho de 2007. (a.a.) Fernando César Dantas Porfírio Borges - Presidente; Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa – Secretário. Conselheiros: Fernando César Dantas Porfírio Borges, Cristiano Gioia Lauretti, Joaquim Constantino Neto, Henrique Constantino, Antonio Kandir, Gonçalo Borges Torrealba e Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa.

---

Confere com a original,

São José dos Pinhais, 5 de julho de 2007



Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa  
Secretário

## Anexo C

Ata de Reunião do Conselho de Administração da  
Companhia que deliberou sobre o preço de emissão

[página intencionalmente deixada em branco]

**COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

COMPANHIA ABERTA

CNPJ n.º 76.500.180/0001-32

NIRE 41.300.050.813

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2007**

**LOCAL E HORA:** Sede da Companhia, na BR 376 – km 16,5, s/n.º, Bairro Barro Preto, São José do Pinhais, Paraná, às 10:00 horas.

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração.

**PRESENÇA:** Totalidade dos membros do conselho de administração.

**MESA:** Fernando César Dantas Porfirio Borges – Presidente, Manuel M. P. G. Ferrão de Sousa – Secretário.

**ORDEM DO DIA:** 1) Aprovar a fixação e justificativa do preço de emissão das ações (“Ações”) objeto da oferta pública de distribuição primária e secundária aprovada pela reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2007 (a “Oferta”). 2) Aprovar a destinação de valores à conta capital social e à conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações). 3) Aprovar o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta. 4) Autorizar e ratificar a celebração dos documentos relacionados com a Oferta e autorizar a Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução da Oferta.

**DELIBERAÇÕES:** O conselho de administração, por unanimidade, deliberou: 1) Aprovar o preço de R\$ 15,00 (quinze reais) por Ação (“Preço de Distribuição”), fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento

*MS*

(“Procedimento de Bookbuilding”) conduzido pelo Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e pelo Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”, e em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”), em conformidade com o art. 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, e de acordo com o inciso III, do § 1.º, do art. 170 da Lei n.º 6.404/76, de modo que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, tendo em vista que as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública, em que o valor de mercado das Ações foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais (conforme definidos no prospecto definitivo da Oferta) apresentaram suas ordens firmes de compra no contexto da Oferta. Os investidores não institucionais (conforme definidos no prospecto definitivo da Oferta) que aderiram à Oferta não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de fixação do Preço de Distribuição. 2) Aprovar a destinação, do Preço de Distribuição, de R\$ 0,08 (oito centavos de real) à conta capital social e de R\$ 14,92 (quatorze reais e noventa e dois centavos) à conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações), de forma que, do valor total da Oferta, R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) serão destinados à conta capital social e R\$ 466.250.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais) à conta de reserva de capital (ágio na emissão de ações). Dessa forma, o capital social da Companhia passará de R\$ 419.768.606,50 (quatrocentos e dezenove milhões, setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos e seis reais e cinquenta centavos) para R\$ 422.268.606,50 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e seis reais e cinquenta centavos). 3) Aprovar o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* final a serem utilizados na Oferta. 4) Autorizar a Companhia a celebrar todos os documentos relacionados com a Oferta, inclusive: (a) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Colocação de Ações de Emissão da Companhia, a ser celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores, os Coordenadores, tendo como interveniente anuente, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“Contrato de Distribuição”); (b) *Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores, UBS Securities LLC e Santander Investment Securities Inc. (“Placement Facilitation Agreement”); (c)

nds

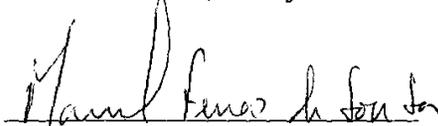
Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, a ser celebrado entre a Companhia, o Coordenador Líder e o UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Contrato de Estabilização”); (d) *Lock-up Agreement*; e o (e) Contrato de Prestação de Serviços da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, ficando a diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os demais atos e assinar todos os demais documentos necessários à realização da Oferta, na forma contemplada no Prospecto Definitivo, no Contrato de Distribuição, no *Placement Facilitation Agreement*, no Contrato de Estabilização e nos demais documentos da Oferta.

**ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelos conselheiros, que em seguida a assinam. São José dos Pinhais, 25 de julho de 2007. (a.a.) Fernando César Dantas Porfirio Borges – Presidente. Manuel M. P. G. Ferrão de Sousa – Secretário. Conselheiros: Fernando César Dantas Porfirio Borges, Cristiano Gioia Lauretti, Joaquim Constantino Neto, Henrique Constantino, Antonio Kandir, Gonçalo Borges Torrealba, Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa, Renan Bergmann e Luiz Kauffman.

---

Confere com a original,

São José dos Pinhais, 25 de julho de 2007.



Manuel M. P. G. Ferrão de Sousa  
Secretário

[página intencionalmente deixada em branco]

Anexo D  
Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do  
Coordenador Líder de que trata o artigo 56 da Instrução  
CVM 400

[página intencionalmente deixada em branco]

São Paulo, 9 de julho de 2007.

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111- 3ª andar  
20159-900 – Rio de Janeiro – RJ

At: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE**  
**Sr. Carlos Alberto Sobrinho Rebelo Sobrinho**

Ref: **Pedido de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de**  
**Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e**  
**Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

**Companhia Providência Indústria e Comércio**, sociedade por ações com sede na Rodovia BR 376, km 16,5, Bairro Preto, CEP:83015-000, Caixa Postal 334, São José dos Pinhais, Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.500.180/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Companhia”), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

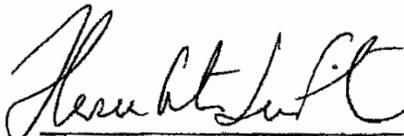
considerando que:

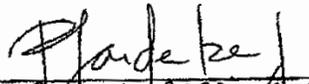
- (i) foram constituídos consultores legais pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia ;e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto como os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

A Companhia declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

  
Nome: HERMINIO V. S. DE FREITAS  
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

  
Nome: RUBENS SARDENBERG  
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO E DE R I

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações BSSF II, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.792.575/0001-04 e administrado por AIG Capital Investments do Brasil S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.223.854/0001-25, com sede na Rua Hungria, 514, 3º andar, sala 2, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;

K R

- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

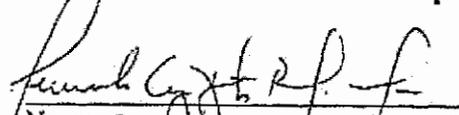
O Acionista Vendedor declara que:

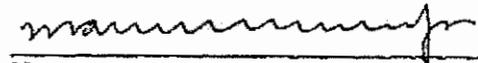
- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**AIG Capital Investments do Brasil S.A., na qualidade de Administrador do  
Fundo de Investimento em Participações BSSF II**

  
Nome: FERNANDO C. B. B. PEREIRA  
Cargo: DIRETOR

  
Nome: MARCELLE AQUINO  
Cargo: DIRETOR

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.533.582/0001-83 e administrado por AIG Capital Investments do Brasil S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.223.854/0001-25, com sede na Rua Hungria, 514, 3º andar, sala 2, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;

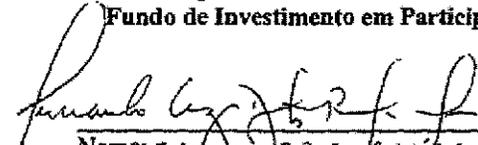
- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

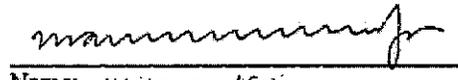
O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**AIG Capital Investments do Brasil S.A., na qualidade de Administrador do  
Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II**

  
Nome: FERNANDO C. D. ROFFINO  
Cargo: DIRETOR.

  
Nome: MARCELO ASSINK  
Cargo: DIRETOR.

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações ASAS, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.672.313/0001-35 e administrado por Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Rua Amador Bueno, 474, Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;

- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**Banco Santander Banespa S.A., na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Participações ASAS**

*Edvaldo Merata*  
VP Asset Management  
SANTANDER BANKING

Nome:  
Cargo:

*Almeida Matos*  
Fundo Almeida Matos  
Nome: Presidente  
Cargo: Pagamento



São Paulo, 9 de julho de 2007

A  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio ("Oferta")**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações C.A., fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.741.657/0001-11 e administrado por Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, com sede na Rua Amador Bueno, 474, Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor") no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia"), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Santander Banespa S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;



- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

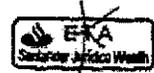
Banco Santander Banespa S.A., na qualidade de Administrador do Fundo de Investimento em Participações C.A.

*Edvaldo Morata*  
Asset Management  
e Private Banking

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

*Almeida Moraes*  
Vice-Presidente  
Materia de Pagamento



Rio de Janeiro, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

Boreal Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.389.335/0001-55 e administrado por Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.280.184/0001-51, com sede na Rua Jardim Botânico, 600, sala 205, Jardim Botânico, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;

4502  
MR

- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Definitivo”);
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (“Prospecto Preliminar”) e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

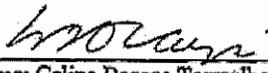
- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**Boreal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de  
Administrador do Boreal Fundo de Investimento em Participações**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Ronaldo Borges  
Cargo: Diretor

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Celina Borges Torrealba Carpi  
Cargo: Vice-Presidente

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio ("Oferta")**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.962.594/0001-06 e administrado por Governança e Gestão Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.969.434/0001-55, com sede na Rua Alexandre Dumas, 1.630, 2º andar, Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor") no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia"), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Santander Banespa S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta.

Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

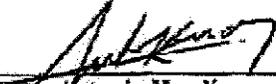
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participaram na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
  - (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
  - (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.
- 

*(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)*

**Governança e Gestão Investimentos Ltda., na qualidade de Administrador do  
Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Antonio Kandir  
Cargo: Diretor

TOTAL P.06

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio ("Oferta")**

Prezado Senhor,

Fundo de Investimento em Participações GGP&R, fundo de investimento em participações, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.546.470/0001-67 administrado por Governança e Gestão Investimentos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.969.434/0001-55, com sede na Rua Alexandre Dumas, 1.630, 2º andar, Chácara Santo Antônio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor") no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia"), tendo como coordenadores o Banco UBS Factual S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Santander Banespa S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta.

Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

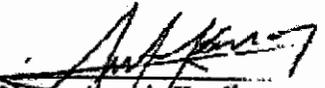
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

*(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)*

**Governança e Gestão Investimentos Ltda., na qualidade de Administrador do  
Fundo de Investimento em Participações GGPAR**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: Antonio Kandir  
Cargo: Diretor

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio ("Oferta")**

Prezado Senhor,

Banco Espírito Santo S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis de Portugal, matriculada na 1ª Secção da Conservatória do Registro Comercial de Lisboa, com cartão de identificação de pessoa colectiva nº 500.852.367, com sede na Av. da Liberdade, nº 195, em Lisboa, Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.720.823/0001-05, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor") no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia"), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e o Banco Santander Banespa S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;



- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**Banco Espírito Santo S.A.**



Nome:

Cargo: **Manuel Ferrão de Souza**

PROCURADOR



Nome:

Cargo: **Mécia Bruno**

Jurista Jurídica

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A., sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Portugal, definitivamente matriculada na Conservatória do Registro Comercial de Lisboa, com cartão de identificação de pessoa colectiva nº 502.040.246, com sede na Rua Alexandre Herculano, nº 38, Freguesia de Coração de Jesus, em Lisboa, Portugal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.579.746/0001-03, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, vem, pela presente, na qualidade de acionista vendedor (“Acionista Vendedor”) no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), tendo como coordenadores o Banco UBS Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e o Banco Santander Banespa S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores”, cujo pedido de registro encontra-se, presentemente, sob análise desta D. Comissão (“Oferta”), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”), o disposto abaixo:

considerando que:

- (i) foram constituídos consultores legais pelos Acionistas Vendedores para auxiliá-los na implementação da Oferta;

  
MIS

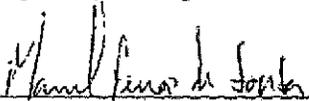
- (ii) para tanto, foi executada *due diligence* na Companhia, com início em março de 2007, devendo prosseguir até a data de divulgação do Prospecto de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");
- (iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados à Companhia documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e
- (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus próprios assessores jurídicos;

O Acionista Vendedor declara que:

- (a) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades e os riscos inerentes às mesmas, sua situação econômico-financeira e outras informações relevantes;
- (b) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (c) as informações prestadas durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia junto à CVM, que integram o Prospecto Preliminar e integrarão o Prospecto Definitivo, são e serão, respectivamente, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

(página de assinatura da Declaração exigida pelo Art. 56 e item 14 do Anexo II, ambos da Instrução CVM 400)

**Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital Risco S.A.**

	
Nome: _____	Nome: _____
Cargo: <b>Manuel Ferrão de Sousa</b>	Cargo: <b>Mercia Bruno</b>
<i>PROCURADOR</i>	<i>Advocacia Jurídica</i>

São Paulo, 9 de julho de 2007

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 3º andar  
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ

At.: **SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO - SRE**  
**Sr. Carlos Alberto Rebello Sobrinho**

Ref.: **Pedido de Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Companhia Providência Indústria e Comércio (“Oferta”)**

Prezado Senhor,

**Banco UBS Pactual S.A.**, instituição financeira com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0001-45, neste ato representada por seus Diretores Estatutários, na forma de seu Estatuto Social (“UBS Pactual” ou “Coordenador Líder”), pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta”), cujo pedido de registro encontra-se presentemente sob análise desta D. Comissão, vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão para assegurar que:

I - as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;



II - as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Coordenador Líder ainda declara que:

III - o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes a sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM n.º 400/03.

**BANCO UBS PACTUAL S.A.**



Nome:

**Rodolfo Riechert**  
**Diretor**



Nome:

**Roberto Balle Sallouti**  
**Diretor**



[página intencionalmente deixada em branco]

#### **IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

- ANEXO E** Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora e Consolidadas) da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
- ANEXO F** Informações Trimestrais – ITR (Controladora e Consolidadas) da Companhia, relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 e Relatório de Revisão Especial da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
- ANEXO G** Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (somente informações não constantes do Prospecto)

[página intencionalmente deixada em branco]

**Anexo E**  
**Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora e Consolidadas) da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006 e Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

[página intencionalmente deixada em branco]

**Cia. Providência**  
**Indústria e Comércio**  
**Controladora e consolidado**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004 e  
parecer dos auditores independentes

## **Parecer dos auditores independentes**

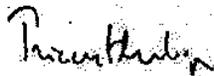
Aos Administradores e Acionistas  
Cia. Providência Indústria e Comércio

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cia. Providência Indústria e Comércio e os balanços patrimoniais consolidados da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Cia. Providência Indústria e Comércio e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das companhias, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Providência Indústria e Comércio e da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Cia. Providência Indústria e Comércio dos exercícios findos nessas datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

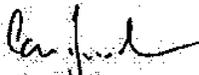
Cia. Providência Indústria e Comércio

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa da Cia. Providência Indústria e Comércio, bem como da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. As demonstrações do fluxo de caixa foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, tomadas em conjunto.
5. Conforme mencionado na Nota 18, em 18 de janeiro de 2007, foi efetuada a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Cia. Providência Indústria e Comércio, com a sua conseqüente redução em R\$ 115.229 mil. Adicionalmente, como parte integrante do processo de venda do controle acionário da companhia, em 31 de janeiro de 2007, foi deliberado em Assembléia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$ 221.780 mil.
6. Tendo em vista as alterações às demonstrações financeiras mencionadas na nota 2, estamos re-emitindo esse relatório, que substitui o relatório datado de 18 de junho de 2007.

Curitiba, 9 de julho de 2007



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR



Carlos Bledermann  
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" PR

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004	2006	2005	2004
<b>Ativo</b>												
<b>Circulante</b>												
Caixa e bancos	3.707	3.360	2.353	3.707	3.360	2.353	6.951	3.214	18.498	6.951	3.214	18.498
Aplicações financeiras (Nota 3)	288.867	205.230	91.961	288.867	205.230	91.961	5.545	2.651	7.597	5.545	2.651	7.597
Contas a receber de clientes (Nota 4)	113.829	111.509	117.574	113.829	111.509	117.574	2.834	7.432	2.365	2.834	7.432	2.765
Estoques (Nota 5)	39.324	47.929	80.790	39.324	47.929	80.790	138	2.283	7.605	138	2.283	7.605
Impostos a recuperar (Nota 6)	18.918	7.546	13.608	18.918	7.546	13.608		487	2.569		487	2.569
Outros direitos realizáveis	5.049	6.244	3.437	5.951	7.583	4.441	711	1.812	30.401	711	1.812	33.102
	<u>489.694</u>	<u>381.818</u>	<u>309.723</u>	<u>470.596</u>	<u>383.157</u>	<u>310.727</u>	<u>16.179</u>	<u>17.879</u>	<u>72.534</u>	<u>16.179</u>	<u>17.879</u>	<u>73.443</u>
<b>Não circulante</b>												
Realizável a longo prazo												
Partes relacionadas (Nota 15)	3.638	3.231	3.268	3.638	3.231	3.268	7.278	6.951	6.349	7.278	6.951	6.349
Impostos a recuperar (Nota 6)	4.046	119	1.324	4.046	119	1.324	3.902			3.902		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	6.307	5.594	4.931	6.307	5.594	4.931	11.180	7.903	6.349	11.180	6.951	6.349
Depósitos e cauções (Nota 12)	5.482	25	25	5.482	25	25						
Depósitos e empréstimos compulsórios	25	25	25	25	25	25						
	<u>262</u>	<u>121</u>	<u>243</u>	<u>121</u>	<u>121</u>	<u>151</u>	<u>234.308</u>	<u>234.308</u>	<u>234.308</u>	<u>234.308</u>	<u>234.308</u>	<u>234.308</u>
<b>Permanente</b>												
Investimentos (Nota 7)	83.871	101.825	128.773	83.871	101.825	128.773	90.260	90.260	90.260	90.260	90.260	90.260
Imobilizado (Nota 8)	31.698	49.805	67.837	31.698	49.805	67.837	19.053	14.343	9.154	19.053	14.343	9.154
Diferido (Nota 9)							234.043	177.845	103.719	234.043	177.845	103.719
	<u>135.569</u>	<u>160.720</u>	<u>206.610</u>	<u>135.569</u>	<u>160.720</u>	<u>206.610</u>	<u>577.664</u>	<u>516.756</u>	<u>437.441</u>	<u>577.664</u>	<u>516.756</u>	<u>437.441</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>605.023</u>	<u>542.538</u>	<u>516.324</u>	<u>605.784</u>	<u>543.877</u>	<u>517.236</u>	<u>605.023</u>	<u>542.538</u>	<u>516.324</u>	<u>605.784</u>	<u>543.877</u>	<u>517.236</u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>												
<b>Circulante</b>												
Fornecedores												
Adiantamentos sobre contrato de câmbio												
Encargos sociais e provisões trabalhistas												
Obrigações tributárias (Nota 10)												
Partes relacionadas (Nota 15)												
Contas a pagar a acionistas (Nota 11)												
Outras exigibilidades												
<b>Não circulante</b>												
Exigível a longo prazo												
Provisão para perdas em investimentos												
Provisão para contingências (Nota 12)												
Obrigações tributárias (Nota 10)												
<b>Participações minoritárias</b>												
<b>Patrimônio líquido (Nota 13)</b>												
Capital social												
Reserva de capital												
Reserva de lucros												
Lucros acumulados												
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>605.023</u>	<u>542.538</u>	<u>516.324</u>	<u>605.784</u>	<u>543.877</u>	<u>517.236</u>	<u>605.023</u>	<u>542.538</u>	<u>516.324</u>	<u>605.784</u>	<u>543.877</u>	<u>517.236</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

	<b>Controladora</b>			<b>Consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Receita bruta de vendas</b>						
Mercado interno	388.538	457.260	437.900	388.538	457.260	437.900
Mercado externo	169.734	124.216	112.294	169.734	124.216	112.294
	<u>558.272</u>	<u>581.476</u>	<u>550.194</u>	<u>558.272</u>	<u>581.476</u>	<u>550.194</u>
<b>Deduções de vendas</b>						
Impostos sobre vendas	(52.876)	(80.403)	(67.600)	(52.876)	(80.403)	(67.600)
Devoluções de vendas	(3.856)	(5.233)	(4.645)	(3.856)	(5.233)	(4.645)
	<u>(56.732)</u>	<u>(85.636)</u>	<u>(72.245)</u>	<u>(56.732)</u>	<u>(85.636)</u>	<u>(72.245)</u>
<b>Receita líquida das vendas</b>	501.540	495.840	477.949	501.540	495.840	477.949
Custo dos produtos vendidos	(322.703)	(295.265)	(276.631)	(333.087)	(306.641)	(287.336)
<b>Lucro bruto</b>	178.837	200.575	201.318	168.453	189.199	190.613
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas com vendas	(43.379)	(38.863)	(32.925)	(31.593)	(29.515)	(23.267)
Despesas administrativas	(33.886)	(21.852)	(18.240)	(33.886)	(21.852)	(18.240)
Depreciação e amortização	(18.584)	(18.372)	(18.411)	(18.584)	(18.372)	(18.411)
Receitas financeiras	43.789	23.767	16.402	43.789	23.767	16.402
Despesas financeiras	(19.807)	(18.044)	(6.805)	(19.807)	(18.044)	(6.805)
Provisão (reversão) para perdas em investimentos	952	(1.044)	(343)			
Resultado de equivalência patrimonial	141					
Outras receitas operacionais, líquidas	1.414	1.282	943	1.671	2.233	1.636
	<u>(69.360)</u>	<u>(73.126)</u>	<u>(59.379)</u>	<u>(58.410)</u>	<u>(61.783)</u>	<u>(48.685)</u>
<b>Lucro operacional</b>	109.477	127.449	141.939	110.043	127.416	141.928
Resultado não operacional, líquido	47	417	148	47	417	148
<b>Lucro antes da tributação e da participação</b>	109.524	127.866	142.087	110.090	127.833	142.076
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)						
Do exercício	(21.626)	(24.101)	(25.859)	(22.158)	(24.101)	(25.859)
Diferido	6.307			6.307		
Participação dos minoritários				(34)	33	11
	<u>94.205</u>	<u>103.765</u>	<u>116.228</u>	<u>94.205</u>	<u>103.765</u>	<u>116.228</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>94.205</u>	<u>103.765</u>	<u>116.228</u>	<u>94.205</u>	<u>103.765</u>	<u>116.228</u>
<b>Ações em circulação no final do exercício</b>	<u>64.966.636</u>	<u>64.966.636</u>	<u>64.966.636</u>			
<b>Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$</b>	<u>1,45</u>	<u>1,60</u>	<u>1,79</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Cia. Providência Indústria e Comércio

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital - ágio</u>	<u>Reserva de lucros - legal</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2003</b>	234.308	90.260	3.343	28.233	356.144
Lucro líquido do exercício				116.228	116.228
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reserva legal			5.811	(5.811)	
Juros sobre o capital próprio				(34.931)	(34.931)
<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>	234.308	90.260	9.154	103.719	437.441
Lucro líquido do exercício				103.765	103.765
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reserva legal			5.189	(5.189)	
Juros sobre o capital próprio				(24.450)	(24.450)
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	234.308	90.260	14.343	177.845	516.756
Lucro líquido do exercício				94.205	94.205
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reserva legal			4.710	(4.710)	
Dividendos distribuídos				(15.000)	(15.000)
Juros sobre o capital próprio				(18.297)	(18.297)
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>	<u>234.308</u>	<u>90.260</u>	<u>19.053</u>	<u>234.043</u>	<u>577.664</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
<b>Composição dos recursos originados das operações</b>						
Lucro líquido do exercício	94.205	103.765	116.228	94.205	103.765	116.228
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:						
Provisão para contingências	327	602	15	327	602	15
Provisão (reversão) para perdas em investimentos	(952)	1.044	343			
Depreciação do imobilizado	29.225	30.072	25.784	29.225	30.072	25.784
Amortização do diferido	18.109	18.110	18.121	18.109	18.110	18.121
Valor residual do ativo permanente baixado	1.074	100	688	1.074	100	688
Juros e variações monetárias do exigível a longo prazo			236			236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.307)			(6.307)		
Participações dos minoritários				34		(11)
<b>Recursos originados das operações</b>	<b>135.681</b>	<b>153.693</b>	<b>161.415</b>	<b>136.667</b>	<b>152.649</b>	<b>161.061</b>
<b>Origens dos recursos</b>						
De terceiros						
Acréscimo no exigível a longo prazo	3.902			3.902		
Redução do realizável a longo prazo	112	1.472	1.700	112	1.469	1.700
<b>Total dos recursos obtidos</b>	<b>139.695</b>	<b>155.165</b>	<b>163.115</b>	<b>140.681</b>	<b>154.118</b>	<b>162.761</b>
<b>Aplicações de recursos</b>						
Acréscimo no realizável a longo prazo						
Partes relacionadas	407		3.186	407		3.186
Impostos a recuperar	3.927			3.957		
Depósitos e cauções		663	1.171		663	1.171
No ativo permanente						
Investimentos	141		30			30
Imobilizado	12.345	3.224	51.917	12.345	3.224	51.917
Diferido	2	78	56	2	78	56
Dividendos (Nota 13)	15.000			15.000		
Juros sobre capital próprio (Nota 13)	18.297	24.450	34.931	18.297	24.450	34.931
<b>Total dos recursos aplicados</b>	<b>50.119</b>	<b>28.415</b>	<b>91.291</b>	<b>50.008</b>	<b>28.415</b>	<b>91.291</b>
<b>Aumento do capital circulante</b>	<b>89.576</b>	<b>126.750</b>	<b>71.824</b>	<b>90.673</b>	<b>125.703</b>	<b>71.470</b>
<b>Variações no capital circulante</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
No fim do exercício	469.694	381.818	309.723	470.596	383.157	310.727
No início do exercício	381.818	309.723	219.686	383.157	310.727	220.579
	<b>87.876</b>	<b>72.095</b>	<b>90.037</b>	<b>87.439</b>	<b>72.430</b>	<b>90.148</b>
<b>Passivo circulante</b>						
No fim do exercício	16.179	17.879	72.534	16.936	20.170	73.443
No início do exercício	17.879	72.534	54.321	20.170	73.443	54.765
	<b>(1.700)</b>	<b>(54.655)</b>	<b>18.213</b>	<b>(3.234)</b>	<b>(53.273)</b>	<b>18.678</b>
<b>Aumento no capital circulante</b>	<b>89.576</b>	<b>126.750</b>	<b>71.824</b>	<b>90.673</b>	<b>125.703</b>	<b>71.470</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

**1 Contexto operacional**

A companhia, com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles: Tecido não tecido marca KAMI, tubos e conexões de PVC marca PROVINIL e embalagens flexíveis.

**2 Principais práticas contábeis, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para obsolescência dos estoques, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**(a) Alterações das demonstrações financeiras**

A companhia, visando melhorar a apresentação das demonstrações financeiras e alinhar-se as práticas contábeis exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM promoveu uma criteriosa análise dos aspectos de divulgação de suas demonstrações financeiras. Essa análise resultou em alguns ajustes na apresentação das demonstrações financeiras. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras são diferentes daquelas anteriormente publicadas e/ou disponibilizadas aos seus acionistas.

Visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras em conformidade com o comentado acima, a companhia procedeu às seguintes alterações:

- Aprimorou a Nota 18, informando o reflexo dos eventos subseqüentes nos saldos das contas patrimoniais e de resultado da companhia.
- Aprimorou a Nota 17, explicitando o grau de exposição de risco da companhia.

Aprimorou a Nota 16, discriminando as importâncias seguradas por modalidade de seguro.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

- Aprimorou a Nota 15, explicitando que as operações foram realizadas em condições semelhantes a de mercado e explicitando as operações com a controlada Providência Transportes Ltda.
- Aprimorou a Nota 14, incluindo a estimativa das parcelas anuais de realização do ativo fiscal diferido.
- Aprimorou a Nota 13, incluindo a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício e explicitou que o montante de juros sobre capital contabilizado como despesa financeira foi devidamente revertido dessa conta.
- Aprimorou a Nota 9, informando a base e o fundamento adotado para a constituição e amortização do ágio, bem como taxa de desconto e prazos utilizados na projeção de resultados.
- Aprimorou a Nota 4, acrescentando informações detalhadas sobre os saldos de contas a receber vencidos por idade de vencimento.
- Divulgou a deliberação da aplicação do excesso apresentado entre o somatório da reserva legal com a reserva de lucros acumulados e o valor do capital social.
- Apresentou o valor total do ativo não circulante, composto pelo somatório das contas do Realizável a longo prazo, Investimentos, Imobilizado e Diferido.
- Aprimorou a apresentação dos percentuais de participação dos acionistas da Alnilan S.A. descritos na Nota 18 (b).

**(b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente pela administração da companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

créditos e leva em consideração o perfil da carteira de clientes, a conjuntura econômica e os riscos específicos.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção, inferior ao seu valor de realização. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**(d) Permanente**

O investimento na controlada Providência Transportes Ltda. é avaliado pela equivalência patrimonial sendo que a diferença negativa entre o custo contábil e o valor patrimonial da investida é ajustada na rubrica de provisão para perdas em investimentos na demonstração do resultado do exercício, quando aplicável. Os demais investimentos são avaliados ao custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995, sendo a depreciação calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8.

O diferido é amortizado pelo método linear em cinco anos a partir do início dos benefícios decorrentes conforme mencionado na Nota 9.

**(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**(f) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e alterações posteriores e incluem a controlada direta Providência Transportes Ltda. na qual a companhia detêm participação de 97% do capital votante e total.

Entre as principais eliminações de consolidação estão:

- eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre a controladora e sua controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações;
- eliminação das participações no capital e no lucro do exercício da controlada;
- eliminação dos lucros não realizados entre as companhias, quando aplicável;

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

- destaque das parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente a participações dos acionistas minoritários.

**3 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras, são representadas substancialmente por títulos de renda fixa atreladas a variação do Certificado de Depósito Bancário e Interfinanceiro – CDB e CDI e em títulos atrelados a variação cambial da moeda norte-americana em relação a moeda brasileira, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora e consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Aplicações em renda fixa	265.914	179.538	72.462
Aplicações atreladas a variação cambial	22.953	25.692	19.499
	<u>288.867</u>	<u>205.230</u>	<u>91.961</u>

**4 Contas a receber de clientes**

	<b>Controladora e consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
No mercado nacional	63.015	67.813	75.371
No mercado externo	59.892	49.589	47.542
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.078)	(5.893)	(5.339)
	<u>113.829</u>	<u>111.509</u>	<u>117.574</u>

**Aging-list do contas a receber**

	<b>Controladora e consolidado</b>		
	<b>2006</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>Mercado interno</b>	<b>Mercado externo</b>	<b>Total</b>
A vencer	54.163	38.075	92.238
Vencidos até 60 dias	2.683	16.404	19.087
Vencidos entre 61 e 90 dias	227	2.418	2.645

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Vencidos há mais de 90 dias	5.942	2.995	8.937
Total	63.015	59.892	122.907
Provisão para devedores duvidosos	(6.083)	(2.995)	(9.078)

**5 Estoques**

	<b>Controladora</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Produtos acabados	14.702	13.624	12.475
Produtos em elaboração	775	981	1.190
Matéria-prima	20.811	28.007	63.021
Matéria-prima auxiliar	1.261	1.519	1.139
Material de almoxarifado	3.716	3.748	2.895
Provisão para perdas / itens de giro lento	(1.957)		
	<u>39.308</u>	<u>47.879</u>	<u>80.720</u>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Produtos acabados	14.702	13.624	12.475
Produtos em elaboração	775	981	1.190
Matéria-prima	20.811	28.007	63.021
Matéria-prima auxiliar	1.261	1.519	1.139
Material de almoxarifado	3.732	3.798	2.965
Provisão para perdas / itens de giro lento	(1.957)		
	<u>39.324</u>	<u>47.929</u>	<u>80.790</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**6 Impostos a recuperar**

	<b>Controladora e consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.452	2.325	3.155
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.133	878	6.318
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.160	3.105	3.261
Programa de Integração Social - PIS	690	678	678
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	5.043		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.302		
Outros impostos	138	560	196
	<u>18.918</u>	<u>7.546</u>	<u>13.608</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	4.046	119	1.524
	<u>22.964</u>	<u>7.665</u>	<u>15.132</u>

De acordo com a legislação fiscal, a companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente da máquina VIII, dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo foram registrados no realizável a longo prazo e o correspondente imposto a pagar (Nota 10) em conta específica no exigível a longo prazo.

**7 Investimentos**

	<b>Controladora</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
	<b>Patrimônio líquido da investida</b>	<b>Lucro do exercício</b>	<b>Participação %</b>
Providência Transportes Ltda.	145	1.221	97
Demais investimentos			
	<u>145</u>	<u>1.221</u>	<u>97</u>
	<u>121</u>	<u>121</u>	<u>151</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

145	1.221	262	121	243
-----	-------	-----	-----	-----

Provisão para perdas em  
investimentos

(952)

Nas demonstrações financeiras da controladora a provisão para perdas em investimentos, decorrente da diferença negativa entre o custo contábil e o valor patrimonial da controlada Providência Transportes Ltda., está registrado em rubrica específica no exigível a longo prazo.

Descrição	Consolidado		
	2006	2005	2004
Demais investimentos	121	121	151

**8 Imobilizado**

Descrição	Controladora e consolidado					
	2006		2005	2004	Taxas anuais de depre- ciação (%)	
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Terrenos	2.136		2.136	2.123	2.123	
Edificações e construções	27.784	(11.991)	15.793	17.501	14.007	4
Instalações	3.729	(2.792)	937	1.117	1.401	10
Máquinas e equipamentos	274.206	(222.391)	51.815	75.559	58.610	20
Ferramentas e pertences	2.892	(1.110)	1.782	2.056	2.071	10
Veículos	2.924	(2.204)	720	1.634	2.037	20
Móveis e utensílios	2.346	(1.566)	780	881	911	10
Equipamentos de informática	2.152	(1.521)	631	861	504	20
Imobilizações em andamento	9.184		9.184		47.015	
Outras imobilizações	150	(57)	93	93	94	10
	<u>327.503</u>	<u>(243.632)</u>	<u>83.871</u>	<u>101.825</u>	<u>128.773</u>	

A depreciação do exercício alocada ao custo dos produtos vendidos (controladora e consolidado) monta a R\$ 28.750 (2005 - R\$ 29.810, 2004 - R\$ 25.494) e as despesas (controladora e consolidado) R\$ 475 (2005 - R\$ 262, 2004 - R\$ 290).

Em 2004, o imobilizado em andamento estava representado pelos gastos de aquisição e instalação de nova máquina industrial que entrou em operação em julho de 2005. Em 2006, o

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

imobilizado em andamento refere-se a adiantamento concedido ao fornecedor da nova máquina industrial.

A companhia trabalha em três turnos de oito horas, conseqüentemente adota a depreciação acelerada na vida útil de suas máquinas e equipamentos.

**9 Diferido**

	Controladora e consolidado					
			2006	2005	2004	Taxas anuais de amorti- zação (%)
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Ágio em participação societária	90.260	(58.669)	31.591	49.640	67.695	20
Outros	580	(473)	107	165	142	20
	<u>90.840</u>	<u>(59.142)</u>	<u>31.698</u>	<u>49.805</u>	<u>67.837</u>	

Em setembro de 2003, a companhia incorporou a Sul Providência Administração de Bens S.A. que possuía em seus registros, ágio decorrente de participação na Cia. Providência Indústria e Comércio, o valor está sendo amortizado em 60 meses, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em laudo elaborado por peritos independentes que utilizaram taxa de desconto real de 16 % a.a. Visando não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi deduzido da parcela para manutenção da integridade do capital social na Sul Providência Administração de Bens S.A.

**10 Impostos, taxas e contribuições a recolher**

	Controladora e consolidado		
	2006	2005	2004
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		4.002	2.507
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		1.407	924
Programa de Integração Social - PIS	92	215	622
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	430	988	2.865
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.232	812	223
Demais obrigações tributárias	80	8	464
	<u>2.834</u>	<u>7.432</u>	<u>7.605</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Controladora e consolidado</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Nota 6)	3.902		
	<u>6.736</u>	<u>7.432</u>	<u>7.605</u>

**11 Contas a pagar a acionistas - controladora e consolidado**

Em 2004, referiam-se a saldos a pagar a acionistas formados basicamente por juros sobre capital próprio destinados não exigidos pelos acionistas. Sobre este saldo não incidia atualização monetária.

Em 2005 o referido montante foi pago aos acionistas.

**12 Provisão para contingências**

	<u>Controladora e consolidado</u>					
	<u>Depósitos e cauções</u>			<u>Provisão para contingência</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Contingências tributárias	5.189	5.447	4.920	4.468	5.272	5.171
Contingências trabalhistas	180	147	11	2.355	1.537	896
Reclamações cíveis	113			455	142	282
	<u>5.482</u>	<u>5.594</u>	<u>4.931</u>	<u>7.278</u>	<u>6.951</u>	<u>6.349</u>

A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2004	6.349
Adições	3.168
Baixas	(3.200)
Estornos	446
Atualizações monetárias	<u>188</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2005	<u>6.951</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Adições	844
Baixas	(1.516)
Atualizações monetárias	999

Saldo em 31 de dezembro de 2006 7.278

A companhia está envolvida em diversos processos em andamento e vêm discutindo estas questões fiscais, trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como judicial, para as quais, quando aplicável, foram realizados depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, inclusive quanto ao prazo de exigibilidade, são estimadas pela administração amparada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

A companhia não possui ações envolvendo riscos de perda classificadas, pela administração e seus consultores jurídicos, como possíveis.

**13 Patrimônio líquido - controladora**

**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004, o capital social está representado por 64.966.636 ações ordinárias no valor de R\$ 3,6065 cada, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade</u>		
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Star Fundo de Investimentos em Participações	64.966.253		
Kami Providência Participações S.A.		64.966.253	64.966.253
Demais acionistas - pessoa física	383	383	383
	<u>64.966.636</u>	<u>64.966.636</u>	<u>64.966.366</u>

Em 31 de outubro de 2006, a acionista controladora Kami Providência Participações S.A. teve seu capital reduzido ao entregar as ações que ela detinha da Cia. Providência Indústria e Comércio para a acionista Star Fundo de Investimentos em Participações.

**(b) Reserva de capital – ágio**

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

A reserva de ágio, que corresponde ao benefício tributário a ser produzido pela amortização do ágio (Nota 9), poderá ser capitalizada ao final de cada exercício social.

**(c) Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia os dividendos mínimos a serem distribuídos aos acionistas é de 25% sobre o lucro líquido, após dedução da reserva legal.

A destinação de saldo de lucros acumulados será deliberada pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

**(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 a companhia remunerou os acionistas com juros sobre o capital próprio de R\$ 18.297 (2005 - R\$ 24.450 / 2004 - R\$ 34.931) e dividendos de R\$ 15.000.

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira e posteriormente revertido dessa conta, para efeitos destas demonstrações financeiras, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da companhia é assim demonstrada:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro líquido do exercício	94.205	103.765	116.228
Constituição de reserva legal	(4.710)	(5.189)	(5.811)
Base de cálculo dos dividendos	<u>89.495</u>	<u>98.576</u>	<u>110.417</u>
Dividendos propostos - R\$ 0,23 por ação	15.000		
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,28 por ação (2005 - R\$ 0,38 / 2004 - R\$ 0,54 por ação)	<u>18.297</u>	<u>24.450</u>	<u>34.931</u>
	<u>33.297</u>	<u>24.450</u>	<u>34.931</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Porcentagem sobre o lucro ajustado	<u>37.2%</u>	<u>24.8%</u>	<u>31.6%</u>
------------------------------------	--------------	--------------	--------------

A distribuição de dividendos, no montante de R\$ 15.000, foi aprovada através da 84ª Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de janeiro de 2007.

**(e) Lucros acumulados**

Em 31 de dezembro de 2006, a companhia possuía lucros acumulados no montante de R\$ 234.043, destes, o montante de R\$ 221.780 foi destinado ao pagamento de dividendos extraordinários aos ex-acionistas, conforme aprovado na 85ª Assembléia Extraordinária, realizada em 30 de janeiro de 2007.

Do saldo remanescente R\$ 11.523, foi vertido da companhia, através do processo de cisão parcial do patrimônio líquido da companhia efetuado em 18 de janeiro de 2007.

**14 Imposto de renda e contribuição social**

**(a) Composição dos tributos diferidos**

Os saldos ativos apresentam-se como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>
	<u>2006</u>
Diferenças temporárias	18.549
Alíquotas	25% e 9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.307

Durante o último exercício, a administração revisou os aspectos que envolvem o registro de créditos fiscais diferidos e registrou, na controladora, o montante referente ao crédito fiscal diferido sobre diferenças temporárias existentes em 31 de dezembro de 2006.

**(b) Período estimado de realização**

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Controlada e consolidado

Parcela estimada  
de realização

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

<b>Ano</b>	<b>31/12/2006</b>
2008	294
2009	1.114
2010	1.251
2011	1.068
2012	2.580
	<b>6.307</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da companhia.

**(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social**

	<b>Controladora e consolidado</b>		
	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	109.524	127.866	142.087
Juros sobre o capital próprio	(18.297)	(24.450)	(34.931)
Realização de ágio	(35.042)	(35.042)	(35.042)
Demais adições (exclusões), líquidas	7.490	2.580	4.181
Base de cálculo	63.675	70.954	76.295
Alíquotas	25% e 9%	25% e 9%	25% e 9%
Despesa do exercício da controladora	21.626	24.101	25.859
Despesa do exercício da controlada	532		
	<b>22.158</b>	<b>24.100</b>	<b>25.859</b>

**15 Partes relacionadas**

<b>Controladora e consolidado</b>					
<b>Providência Transportes Ltda.</b>			<b>Kami Providência Participações S.A.</b>		
<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Contas a receber				3.638	3.231	3.268
Contas a pagar	138	2.283	2.569			
Custos de transporte	10.384	11.376	10.705			

Os valores a receber da Kami Providência Participações S.A. referem-se a saldos de conta corrente entre as empresas com prazo indeterminado. Sobre estes saldos não incidem atualizações monetárias.

Em 31 de dezembro de 2006 tínhamos operações com nossa controlada Providência Transportes a preços, prazos e demais condições compatíveis com as de mercado, conforme descrito a seguir.

Nossa controlada Providência Transportes prestava serviços de transporte rodoviário de mercadorias à nossa Companhia. Os serviços prestados não são objeto de um contrato escrito, de forma que os pagamentos eram determinados com base nos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas, faturados diretamente contra a Companhia e com prazo máximo de pagamento de 14 dias. Os pagamentos eram realizados por meio de transferências bancária. Em 2006, pagamos à Providência Transportes, R\$ 14.400 pela prestação desses serviços de transporte.

Ademais, a Providência Transportes alugava veículos de propriedade da Providência, conforme Contrato de Locação de Bens Móveis celebrado em 2 de janeiro de 1980 e posteriormente aditado entre a Providência, na qualidade de locadora, e a Providência Transportes, na qualidade de locatária, de aproximadamente 29 veículos (caminhões e carretas, dentre outros) de propriedade da Providência Transportes. O valor do aluguel mensal total era de aproximadamente R\$ 24, reajustado pela TJLP anualmente, e o prazo do contrato era de 12 meses, sendo prorrogado automaticamente. De acordo com os termos do contrato a Providência era responsável solidariamente e preferencialmente pelos danos que os veículos locados pudessem causar a terceiros, pelo licenciamento, multas de trânsito e pela manutenção dos veículos. O contrato podia ser rescindido a qualquer momento pelas partes.

Em 31 de dezembro de 2006 tínhamos com a Providência Transportes um contrato de sublocação de um de nossos galpões situado na cidade de São Paulo, celebrado em 1 de setembro de 2004, por prazo de 12 meses, renovável automaticamente por igual período. Pagamos à Providência Transportes R\$ 20 por ano a título de aluguel. Além disso, em 27 de agosto de 2004, prestamos fiança em favor da Providência Transportes, na qualidade de locatária, sob um contrato de locação com prazo até 31 de agosto de 2007 cujo valor é de R\$15.

A partir do mês de Julho de 2007, com objetivo de redução de custos e melhoria na eficiência operacional, todo o transporte de nossos produtos passará a ser realizado por empresa

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

terceirizada. Em decorrência disto, todas as operações com a Providência Transportes se tornarão inativas, passando a inexistir qualquer relação econômico- financeiro entre ambas as empresas.

**16 Cobertura de seguros – controladora e consolidado**

Em 31 de dezembro de 2006, a companhia possuía apólices de seguro contratadas para cobertura conta incêndios ou avarias de bens do imobilizado, no montante máximo de R\$ 8.500 (2005 – R\$ 8.500 / 2004 – R\$ 14.800).

Em janeiro de 2007, a companhia revisou seu programa de gerenciamento de riscos e com o objetivo de delimitá-los, buscou no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram ampliadas e contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 25 de janeiro de 2007, a companhia contratou as seguintes apólices de seguro com terceiros com coberturas para incêndios e avarias de bens do imobilizado e dos estoques:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado	256.921
Incêndio de bens dos estoques	33.300
Responsabilidade civil	950
Lucros cessantes	134.456
Total	<u>425.627</u>

**17 Instrumentos financeiros – controladora e consolidado**

A companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

Conseqüentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

**Valorização dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da companhia em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

**(a) Caixas e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(b) Investimentos**

Consistem nas demonstrações financeiras da controladora, principalmente, em investimentos em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da companhia. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

**(c) Risco com taxa de câmbio**

A companhia esta exposta a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento esta indexado em moeda local a taxas variáveis e parte significativa das receitas (35%) advém de exportações o que nos expõe a variações na taxa de câmbio.

O endividamento está indexado substancialmente ao CDI, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis. Na data de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, a companhia não possui operações contratadas envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir riscos com a flutuação nas taxas de câmbio e/ou nas taxas de juros.

**(d) Risco de crédito**

A política de vendas da companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

**18 Evento subsequente - controladora**

**(a) Cisão parcial do patrimônio líquido contábil**

Em 18 de janeiro de 2007 foi efetuada cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Cia. Providência Indústria e Comércio, e a conseqüente versão de parte do acervo cindido da companhia para a Kami Providência Participações S.A., com conseqüente aumento de capital da mesma em R\$ 80.000 e emissão de 1.645.049.741 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas exclusivamente ao acionista controlador Star Fundo de Investimentos em Participações e a outra parte do acervo cindido da companhia para a formação da sociedade denominada Anamila Administração e Participações S.A., constituída para este fim. Esta nova sociedade terá um capital no valor de R\$ 35.229, dividido em 35.229.343 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da cisão, os seguintes saldos foram vertidos da Cia. Providência Indústria e Comércio.

<u>Ativo</u>		<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
Circulante		Patrimônio líquido	
Aplicações financeiras	80.000	Capital social	11.523
Realizável a longo prazo		Reserva de capital	90.260
Contas a receber de coligadas e controladas	3.638	Lucros acumulados	<u>13.446</u>
Permanente			
Diferido	<u>31.591</u>		
	<u>115.229</u>		<u>115.229</u>

**(b) Operação de venda do controle acionário da companhia**

Em 31 de janeiro de 2007, a Anilan S.A., que tinha como acionistas AIG Global Asset Management Holdings Corp. 17,34%, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II 11,56%, Fundo de Investimento em Participações ASAS 25,68%, Patrocínio Participações S.A. 2,14%, Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão 18,55%, Boreal Fundo de Investimento em Participações 8,56%, Fundo de Investimento em Participações GGPARG 1,79%, Banco Espírito Santo, S.A. 10,79%, Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A. 3,60%, adquiriu o controle acionário da Companhia Providência Indústria e Comércio, através da compra das ações da controladora Star Fundo de Investimento em Participações.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

Como parte integrante do processo de transferência do controle acionário, nesta data, foi deliberado o pagamento de dividendos extraordinários, no montante de R\$ 221.780, conforme aprovado na 85ª Assembléia Geral Extraordinária.

Devido a mudança da administração da companhia, foram deliberados os seguintes principais atos, aprovados na 86ª Assembléia Geral Extraordinária em 31 de janeiro de 2007:

- Aprovado a reforma, na íntegra do estatuto social;
- Consignado a renúncia dos membros que compunham o Conselho de Administração e eleitas as seguintes pessoas para atuar no novo Conselho de Administração: Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges, Cristiano Gioia Lauretti, Joaquim Constantino Neto, Henrique Constantino, Antonio Kandir, Gonçalo Borges Torrealba e Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa;
- Aprovada a prestação de fiança pela companhia da integralidade das obrigações assumidas pela nova acionista Alnilan S.A., referente ao financiamento contratado com o Banco Santander Banespa S.A. no montante de R\$ 475.000;
- Aprovado a contratação de uma linha de crédito no valor de até R\$ 210.000.

Após referida Aquisição, em 28 de fevereiro de 2007, a Alnilan foi incorporada por nossa companhia, de maneira que os Acionistas Controladores passaram a deter participação direta em nossa companhia. Além disso, passamos a deter 100% da Providência Transportes.

Em razão dos eventos descritos acima, as seguintes contas contábeis sofreram alterações relevantes:

**Aplicações financeiras**

Em razão dos eventos descritos acima, a conta de aplicações financeiras teve seu valor reduzido, passando de R\$ 288.867 em dezembro de 2006 para R\$ 28.177 em março de 2007.

Na data de 18 de janeiro de 2007, conforme ata da 84ª Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado sobre a cisão parcial do patrimônio líquido da Cia. Providência Indústria e Comércio, sendo parte do acervo cindido, representado pelo valor de R\$ 80 milhões integrante das aplicações financeiras.

Em 30 de janeiro de 2007, conforme ata da 85ª Assembléia Geral Extraordinária, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos à Star Fundo de Investimentos em Participações, no valor de R\$ 221.780. Além dos eventos acima descritos, o lucro gerado no trimestre findo em 31 de março de 2007, passou a integrar o saldo de aplicações financeiras.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

**Sociedade controlada – contas a receber**

No mesmo ato societário de cisão, o valor de R\$ 3.638 referente a contas a receber da controladora Kami Providência Participações S.A., foi transferido para a sociedade denominada Anamila S.A. a qual passou a ser sucessora deste direito de crédito junto a Kami S.A.

**Ativo permanente - diferido**

Em função do processo de incorporação da Alnilan S.A. o grupo do ativo permanente diferido, recebeu o valor de R\$ 670.399 correspondente ao valor total do ágio constituído quando a Alnilan S.A. assumiu o controle da Cia. Providência. O referido valor será amortizado num período de 60 meses com base na expectativa de rentabilidade futura suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por peritos independentes e de acordo com a legislação vigente. Visando não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi deduzido da parcela para a manutenção da integridade do capital social na Alnilan S.A., como a seguir:

Ágio	670.399
(-) Provisão para a manutenção da integridade do patrimônio líquido	<u>442.463</u>
	<u>227.936</u>

O valor de R\$ 31.591, correspondente ao saldo do ágio a amortizar, constituído em setembro de 2003 quando da criação da sociedade Holding denominada Kami Providência Participações S.A. foi cindido em 8 de janeiro de 2007 para a Kami Providência Participações S.A.

**Outras exigibilidades**

No processo de mudança do controle acionário, também ficou convencionado entre as partes (vendedor e comprador) que haveria um ajuste de preço em razão do volume “excesso” de capital de giro, posição em 31 de janeiro de 2007, o qual seria acertado num prazo de 45 dias.

Em 31 de março de 2007, mantivemos um valor de R\$ 9.888, representativo do saldo a pagar aos ex-acionistas controladores.

**Empréstimos e financiamentos**

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado

---

O empréstimo de R\$ 484.581 deve-se a incorporação da Alnilan S.A. e refere-se a dívida contraída pela mesma para aquisição das ações da Cia. Providência Indústria e Comércio. Este empréstimo é garantido por nota promissória com alienação fiduciária das ações da Cia. Providência.

**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da companhia foi afetado pelos seguintes atos societários:

- Redução do capital social de R\$ 11.523 em decorrência da cisão parcial realizada em 18 de janeiro de 2007 e aumento do mesmo em R\$ 196.983 pela incorporação da Alnilan S.A.
- Redução da reserva de capital em R\$ 90.260 decorrente da cisão parcial realizado em 18 de janeiro de 2007.
- A redução nos lucros acumulados ocorreu substancialmente pela distribuição de dividendos extraordinários aos ex-acionistas, no valor de R\$ 221.780 e pelo valor de R\$ 442.463 correspondente a provisão para a manutenção da integridade do patrimônio líquido.

**Provisionamento do ágio**

A Companhia declara que este ágio será recuperável de forma integral no futuro;

Por ser sociedade anônima de capital fechado, sem minoritários, não foi efetuada pela Alnilan a provisão para reserva especial de ágio, posto que a referida sociedade não estava sujeita à instrução CVM 319/99;

Ao decidir abrir o capital, a Companhia também decidiu realizar os ajustes contábeis necessários a fim de adaptar suas demonstrações financeiras às disposições das normas contábeis da CVM e, nesse sentido, entendeu que a operação de incorporação reversa deveria ser contabilizada de forma a atingir os efeitos preconizados pelas Instruções CVM nº 319/99/2001 e que tal adaptação enseja o reconhecimento de provisão para manutenção do patrimônio líquido, visando com isto primordialmente preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e os futuros minoritários;

Caso tal procedimento não fosse adotado, a futura amortização do ágio ("cheio") em contrapartida à conta de resultado iria provocar uma significativa diminuição do lucro e, conseqüentemente do fluxo dos dividendos;

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

---

Posto que a incorporação já ocorreu (em data que antecede o período de registro de companhia aberta) e a provisão não foi contabilizada no momento adequado (pela ausência de amparo normativo) a Companhia entendeu que a contabilização desta provisão deveria estar presente em suas demonstrações financeiras, devendo necessariamente, ser realizada em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados e não ao resultado do exercício de 2007, conforme determinado, posto que geraria distorção, uma vez que a Companhia não “perdeu” esse ativo (o ativo não perdeu sua substância econômica após a incorporação) além de prejudicar o fluxo de pagamento de dividendos no exercício de 2007;

Considerando que a Companhia foi adquirida por um grupo de acionistas, o ágio pago para aquisição desta deve ser apurado e contabilizado por esse grupo, os legítimos adquirentes do negócio, tendo todavia, esse conjunto de acionistas optado por utilizar uma empresa “veículo” e em seguida extingui-la, mediante sua incorporação na própria Companhia, considerando aspectos administrativos e a possibilidade do aproveitamento fiscal do ágio se seguido esse modelo de incorporação; e

A Companhia informa que pretende, respeitados os requisitos legais, absorver os prejuízos acumulados via redução de capital, após a concretização do seu processo de abertura de capital.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Informações suplementares às demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2006, 2005 e de 2004**

Em milhares de reais

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

	Controladora			Consolidado		
	2006	2005	2004	2006	2005	2004
<b>Da atividade operacional</b>						
Lucro líquido do exercício	94.205	103.765	116.228	94.205	103.765	116.228
Depreciação do imobilizado	29.225	30.072	25.784	29.225	30.072	25.784
Amortização do diferido	18.109	18.110	18.121	18.109	18.110	18.121
Valor residual do ativo permanente baixado	1.074	100	688	1.074	100	688
Provisão (reversão) para perdas em investimentos	(952)	1.044	343			
(Acréscimo) decréscimo de clientes	(2.320)	6.065	(48.427)	(2.320)	6.065	(48.427)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	8.605	32.861	(48.529)	8.605	32.861	(48.530)
(Acréscimo) decréscimo de impostos a recuperar	(15.299)	7.467	(7.838)	(15.299)	7.467	(7.838)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.307)			(6.307)		
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	2.553	(3.403)	(6.667)	1.337	(3.768)	(6.780)
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	3.737	(15.284)	14.716	3.737	(15.284)	14.716
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(2.861)	(2.255)	(1.362)	(2.738)	(3.515)	(1.793)
<b>Total dos recursos gerados pela atividade operacional</b>	<b>129.769</b>	<b>178.542</b>	<b>63.057</b>	<b>129.628</b>	<b>175.873</b>	<b>65.755</b>
<b>Da atividade de investimento</b>						
Investimentos	141		30			30
Imobilizado	12.345	3.224	51.917	12.345	3.224	51.918
Diferido	2	78	56	2	78	54
<b>Total dos recursos consumidos pela atividade de investimento</b>	<b>12.488</b>	<b>3.302</b>	<b>52.003</b>	<b>12.347</b>	<b>3.302</b>	<b>52.002</b>
<b>De atividade de financiamento</b>						
Adiantamentos de contratos de câmbio		(7.597)	2.884		(7.597)	2.884
Dividendos	(15.000)			(15.000)		
Pagamento juros sobre capital próprio	(18.297)	(50.698)	(32.705)	(18.297)	(50.698)	(32.705)
Demais atividades financiamentos		(2.699)				(2.699)
<b>Total de recursos consumidos pela atividade de financiamento</b>	<b>(33.297)</b>	<b>(60.994)</b>	<b>(29.821)</b>	<b>(33.297)</b>	<b>(58.295)</b>	<b>(32.520)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido do período</b>	<b>83.984</b>	<b>114.276</b>	<b>(18.767)</b>	<b>83.984</b>	<b>114.276</b>	<b>(18.767)</b>
Disponibilidades no final do período	292.574	208.590	94.314	292.574	208.590	94.314
Disponibilidades no início do período	208.590	94.314	113.081	208.590	94.314	113.081
<b>Varição do período</b>	<b>83.984</b>	<b>114.276</b>	<b>(18.767)</b>	<b>83.984</b>	<b>114.276</b>	<b>(18.767)</b>

[página intencionalmente deixada em branco]

## Anexo F

Informações Trimestrais – ITR (Controladora e Consolidadas) da Companhia, relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2006 e 2007 e Relatório de Revisão Especial da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

[página intencionalmente deixada em branco]

**Cia. Providência**  
**Indústria e Comércio**  
Relatório dos auditores independentes  
sobre a revisão limitada das  
informações financeiras trimestrais  
em 31 de março de 2007

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as revisões limitadas**

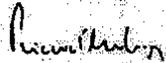
Aos Administradores e Acionistas  
Cia. Providência Indústria e Comércio

- 1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Cia. Providência Indústria e Comércio e da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada, referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia e sua controlada quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia e sua controlada.
- 3 Baseados em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 4 Nossas revisões foram conduzidas com o objetivo de emitirmos relatório sobre as Informações Trimestrais - ITR referidas no primeiro parágrafo. A demonstração do fluxo de caixa, referente aos trimestres findos em 31 de março de 2007 e de 2006, que está sendo apresentada junto com as Informações Trimestrais - ITR, para propiciar informações suplementares sobre a companhia, não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão limitada descritos no segundo parágrafo e concluímos que não há qualquer modificação relevante para que a mesma esteja adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Informações Trimestrais - ITR tomadas em conjunto.

Cia. Providência Indústria e Comércio

- 5 As informações trimestrais em 31 de março de 2007, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias em regime normal de operações. Nessa data, a companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 333.888 mil (consolidado - R\$ 333.437 mil), substancialmente representado por empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 486.640 mil (controladora e consolidado), com vencimentos no curto prazo. Conforme Nota 1(d), os planos da administração para o pagamento dessa dívida prevêm a captação de recursos por meio de emissão de debêntures e de abertura de capital, no primeiro semestre de 2007. As informações trimestrais da companhia não incluem quaisquer ajustes em virtude de eventual insucesso desse plano.
- 6 As Informações Trimestrais – ITR contém, também, informações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nessa data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, datado de 18 de junho de 2007, sem ressalvas.
- 7 Tendo em vista as alterações às informações trimestrais mencionadas na Nota 2, estamos re-emitindo esse relatório, que substitui o relatório datado de 18 de junho de 2007.

Curitiba, 9 de julho de 2007



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR



Carlos Biedermann  
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" PR



**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Demonstrações do resultado**  
**Trimestres findos em 31 de março**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

	Controladora		Consolidado	
	2007 (Não auditado)	2006 (Não auditado)	2007 (Não auditado)	2006 (Não auditado)
<b>Receita bruta</b>				
Vendas no mercado interno	79.764	101.215	79.764	101.215
Vendas no mercado externo	41.793	44.046	41.793	44.046
	<u>121.557</u>	<u>145.261</u>	<u>121.557</u>	<u>145.261</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>				
Impostos sobre vendas	(10.700)	(13.945)	(10.700)	(13.945)
Devoluções de vendas	(649)	(1.057)	(649)	(1.057)
	<u>(11.349)</u>	<u>(15.002)</u>	<u>(11.349)</u>	<u>(15.002)</u>
<b>Receita líquida de vendas e/ou serviços</b>	110.208	130.259	110.208	130.259
Custo dos produtos vendidos	(79.493)	(74.830)	(81.935)	(77.142)
<b>Lucro bruto</b>	<u>30.715</u>	<u>55.429</u>	<u>28.273</u>	<u>53.117</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas com vendas	(10.141)	(9.616)	(7.552)	(7.011)
Despesas administrativas	(6.256)	(6.861)	(6.304)	(7.033)
Depreciação e amortização	(7.768)	(4.680)	(7.768)	(4.680)
Receitas financeiras	4.483	8.384	4.483	8.384
Despesas financeiras	(14.383)	(6.285)	(14.383)	(6.285)
Outras receitas operacionais	7.429	421	7.628	486
Outras despesas operacionais	(1.875)		(1.875)	(148)
Resultado de equivalência patrimonial	244			
	<u>(28.267)</u>	<u>(18.637)</u>	<u>(25.771)</u>	<u>(16.287)</u>
<b>Lucro operacional</b>	<u>2.448</u>	<u>36.792</u>	<u>2.502</u>	<u>36.830</u>
Resultado não operacional	(28)	3	(28)	3
<b>Resultado antes da tributação/participação imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>2.420</u>	<u>36.795</u>	<u>2.474</u>	<u>36.833</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente		(5.532)	(54)	(5.570)
Diferido	7.303	4.793	7.303	4.793
<b>Lucro líquido do trimestre</b>	<u>9.723</u>	<u>36.056</u>	<u>9.723</u>	<u>36.056</u>
Lucro líquido por ação do capital social no fim do trimestre	<u>0,08949</u>	<u>0,55499</u>	<u>0,08949</u>	<u>0,55499</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

**1 Contexto operacional**

A companhia, com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles: Tecido não tecido marca KAMI, tubos e conexões de PVC marca PROVINIL e embalagens flexíveis.

**Reestruturação societária**

- (a) Em 18 de janeiro de 2007, foi efetuada cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Cia Providência Indústria e Comércio, e a conseqüente versão de parte do acervo cindido da companhia para a Kami Providência Participações S.A., com conseqüente aumento de capital da mesma em R\$ 80.000 e emissão de 1.645.049.741 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, atribuídas exclusivamente ao acionista controlador Star Fundo de Investimentos em Participações e a outra parte do acervo cindido da companhia para a formação da sociedade denominada Anamila Administração e Participações S.A., constituída para este fim. Esta nova sociedade terá um capital no valor de R\$ 35.229, dividido em 35.229.343 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência da cisão, os seguintes saldos foram vertidos da Cia. Providência Indústria e Comércio:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
Circulante		Patrimônio líquido	
Aplicações financeiras	80.000	Capital social	11.523
Realizável a longo prazo		Reserva de capital	90.260
Contas a receber de coligadas e controladas	3.638	Lucros acumulados	<u>13.446</u>
Permanente			
Diferido	<u>31.591</u>		
	<u>115.229</u>		<u>115.229</u>

- (b) Em 31 de janeiro de 2007, a Alnilan S.A., que tinha como acionistas AIG Global Asset Management Holdings Corp. 17,34%, Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II 11,56%, Fundo de Investimento em Participações ASAS 25,68%, Patrocínio Participações S.A. 2,14%, Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

18,55%, Boreal Fundo de Investimento em Participações 8,56%, Fundo de Investimento em Participações GGPARG 1,79%, Banco Espírito Santo, S.A. 10,79%, Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A. 3,60%, adquiriu o controle acionário da Companhia Providência Indústria e Comércio, através da compra das ações da controladora Star Fundo de Investimento em Participações.

- (c) Em 28 de fevereiro de 2007, foi incorporada a empresa Alnilan S.A., com base em laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes resultando no aumento do capital social de R\$ 196.983, a seguir demonstrado:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo e patrimônio líquido</u>	
Circulante		Circulante	
Caixas e bancos	1.622	Empréstimos	475.000
		Demais contas a pagar	46
Diferido		Patrimônio líquido	
Ágio	670.399	Capital social	196.983
Demais contas	8		
	<u>672.029</u>		<u>196.983</u>
			<u>672.029</u>

- (d) Em função da incorporação a Cia Providência assumiu a dívida contraída pela Alnilan S.A. no valor de R\$ 475.000, que foram utilizados na aquisição das ações da companhia. O referido valor espera ser amortizado com recursos que a administração pretende obter por meio uma emissão de debêntures e de emissão de ações por meio abertura de capital prevista para o primeiro semestre de 2007.
- (e) Ainda em decorrência da incorporação da Alnilan S.A., o ágio resultante da aquisição do controle da companhia, fundamentado na expectativa de resultados futuros, foi contabilizado em conta específica do ativo diferido e, visando não prejudicar o fluxo de dividendos, conforme preconiza a instrução CVM nº 349, foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, apresentada como redutora da conta em que o ágio foi gerado (Nota 9).

**2 Principais práticas contábeis e demonstrações financeiras consolidadas**

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas nas Leis das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para obsolescência dos estoques, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

**(a) Alterações das informações trimestrais.**

A companhia, visando melhorar a apresentação das informações trimestrais e alinhar-se as práticas contábeis exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM promoveu uma criteriosa análise dos aspectos de divulgação de suas informações trimestrais. Essa análise resultou em alguns ajustes na apresentação das informações trimestrais. Conseqüentemente, as informações trimestrais são diferentes daquelas anteriormente publicadas e/ou disponibilizadas aos seus acionistas.

Visando uma melhor apresentação das informações trimestrais em conformidade com o comentado acima, a companhia procedeu às seguintes alterações:

- Aprimorou a Nota 03, explicando a variação do saldo da conta de aplicações financeiras.
- Aprimorou a Nota 9, divulgando os procedimentos adotados em relação ao provisionamento do ágio.
- Aprimorou a Nota 12, demonstrando com relação ao ajuste de preço, quem são as partes envolvidas e a metodologia de cálculo usada.
- Aprimorou a Nota 14 (f), incluindo informações sobre lucros acumulados em 31 de dezembro de 2006.
- Aprimorou a Nota 16, explicitando as operações com a controlada Providência Transportes Ltda.
- Incluída Nota 19, Plano de Opção de Compra de Ações.
- Incluída Nota 20, Resultado do Trimestre Findo em 31 de Dezembro de 2006.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

- Aprimorou a apresentação de certas rubricas na Demonstração de Resultado do trimestre findo em 31 de março de 2007 e 2006.
- Aprimorou a apresentação dos percentuais de participação dos acionistas da Alnilan S.A. descritos na Nota 1 (b).

**(b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência. A provisão para imposto de renda é constituída com a inclusão da parcela de incentivos fiscais. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável (Nota 15).

**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente pela administração da companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e leva em consideração o perfil da carteira de clientes, a conjuntura econômica e os riscos específicos.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de compras ou produção, inferior ao seu valor de realização. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**(d) Permanente**

O investimento na controlada Providência Transportes Ltda. é avaliado pela equivalência patrimonial sendo que a diferença negativa entre o custo contábil e o valor patrimonial da investida é ajustada na rubrica de provisão para perdas em investimentos na demonstração do resultado do exercício, quando aplicável. Os demais investimentos são avaliados ao custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995, sendo a depreciação calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 8.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

O diferido é amortizado pelo método linear em cinco anos a partir do início dos benefícios decorrentes conforme mencionado na Nota 9.

**(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**(f) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e alterações posteriores e incluem a controlada direta Providência Transportes Ltda. na qual a companhia detêm participação de 100% do capital votante e total.

Entre as principais eliminações de consolidação estão:

- Eliminação de saldos das contas de ativos e passivos entre a controladora e sua controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Eliminação das participações no capital e no lucro do exercício da controlada.
- Eliminação dos lucros não realizados entre as companhias, quando aplicável.
- Destaque das parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente a participações dos acionistas minoritários.

**3 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras, são representadas substancialmente por títulos de renda fixa atreladas a variação do Certificado de Depósito Bancário e Interfinanceiro – CDB e CDI e em títulos atrelados a variação cambial da moeda norte-americana em relação a moeda brasileira, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
	(Não auditado)	
Aplicações em renda fixa	28.177	265.914
Aplicações atreladas a variação cambial		22.953
	<b>28.177</b>	<b>288.867</b>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

A saldo de aplicações financeiras sofreu redução de R\$ 260.690, em comparação a 31 de dezembro de 2006. Essa redução está relacionada à mudança no controle da companhia, já que estes recursos foram utilizados (i) para pagamento de dividendos, em 31 de janeiro de 2007, no valor de R\$210.000 aos acionistas da administração anterior e (ii) em 18 de janeiro de 2007, também previamente à transferência de controle, a cisão em que uma parcela no valor R\$80.000 foi transferida para a Kami Providência Participações S/A. O saldo final ainda foi impactado pelo lucro operacional gerado no trimestre que amenizou em parte os efeitos negativos no caixa da Companhia.

**4 Contas a receber de clientes**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/2007</b> (Não auditado)	<b>31/12/2006</b>
No mercado nacional	58.905	63.015
No mercado externo	49.777	59.892
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.459)	(9.078)
	<b>98.223</b>	<b>113.829</b>

**Aging-list do contas a receber (controladora e consolidado)**

	<b>31/03/2007</b> (Não auditado)			<b>31/12/2006</b>		
<b>Contas a receber</b>	<b>Mercado interno</b>	<b>Mercado externo</b>	<b>Total</b>	<b>Mercado interno</b>	<b>Mercado externo</b>	<b>Total</b>
A vencer	57.827	38.502	96.329	52.757	38.075	90.832
Vencidos até 60 dias	886	6.190	7.076	4.000	13.688	17.688
Vencidos entre 61 e 90 dias	22	1.745	1.767	248	2.418	2.667
Vencidos há mais de 90 dias	170	3.340	3.510	6.010	5.711	11.720

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

Total	<u>58.905</u>	<u>49.777</u>	<u>108.682</u>	<u>63.015</u>	<u>59.892</u>	<u>122.907</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(7.878)</u>	<u>(2.581)</u>	<u>(10.459)</u>	<u>(6.083)</u>	<u>(2.995)</u>	<u>(9.078)</u>

**5 Estoques**

	<b>Controladora</b>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
	(Não auditado)	
Produtos acabados	12.384	14.702
Produtos em elaboração	1.242	775
Matéria-prima	17.133	20.811
Matéria-prima auxiliar	1.288	1.261
Material de almoxarifado	2.597	3.732
Provisão para perdas / itens de giro lento	<u>(487)</u>	<u>(1.957)</u>
	<u>34.607</u>	<u>39.324</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
	(Não auditado)	
Produtos acabados	12.834	14.702
Produtos em elaboração	1.242	775
Matéria-prima	17.133	20.811
Matéria-prima auxiliar	1.288	1.261
Material de almoxarifado	2.618	3.732
Provisão para perdas / itens de giro lento	<u>(487)</u>	<u>(1.957)</u>
	<u>34.628</u>	<u>39.324</u>

**6 Impostos a recuperar**

	<b>Controladora</b>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
	(Não auditado)	
<b>Circulante</b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.033	3.452
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.063	3.133
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.158	3.160

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

	(continuação)	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Programa de Integração Social - PIS	687	690
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	10.268	5.043
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.641	3.302
Outros impostos	44	138
	<u>24.894</u>	<u>18.918</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Imposto sobre circulação de Mercadorias -ICMS	3.485	4.046
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.262	
	<u>9.747</u>	<u>4.046</u>
	<b>Consolidado</b>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
<b>Circulante</b>	(Não auditado)	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.033	3.452
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	3.063	3.133
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.161	3.160
Programa de Integração Social - PIS	707	690
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	10.777	5.043
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.646	3.302
Outros impostos	24	138
	<u>25.411</u>	<u>18.918</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	3.485	4.046
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.262	
	<u>9.747</u>	<u>4.046</u>

De acordo com a legislação fiscal, a companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente da máquina VIII, dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo foram registrados no realizável a longo prazo e o correspondente imposto a pagar (Nota 10) em conta específica no exigível a longo prazo.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

Em março de 2007, o Supremo Tribunal Federal declarou em decisão final, procedente a ação movida pela companhia, de pedido de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo para fins de apuração da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS pela Lei nº 9.718/98. Conseqüentemente, a companhia reconheceu os créditos referentes a estas exações, no montante de R\$ 6.262 em conta específica no realizável a longo prazo, por tratarem-se de créditos que deverão ser realizados através de compensações futuras e em contra partida de outras receitas operacionais na conta de resultado.

**7 Investimentos**

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>				
	<u>Patrimônio líquido da investida</u>	<u>Lucro do exercício</u>	<u>Participação %</u>	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
				<u>(Não auditado)</u>	
Providência Transportes Ltda.	385	240	100	385	141
Demais investimentos				121	121
				<u>506</u>	<u>262</u>
				<u>Consolidado</u>	
<u>Descrição</u>	<u>(Não auditado)</u>				
				<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
Demais investimentos				<u>126</u>	<u>121</u>

**8 Imobilizado**

Controladora

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

	31/03/2007		31/12/2006		Taxas anuais de depre- ciação (%)
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
	(Não auditado)				
Terrenos	2.136		2.136	2.136	
Edificações e construções	27.647	(12.141)	15.506	15.793	4
Instalações	3.808	(2.845)	963	937	10
Máquinas e equipamentos	275.064	(228.553)	46.511	51.815	20
Ferramentas e pertences	2.892	(1.180)	1.712	1.782	10
Veículos	2.925	(2.328)	597	720	20
Móveis e utensílios	2.357	(1.602)	755	780	10
Equipamentos de informática	2.190	(1.556)	634	631	20
Imobilizações em andamento	30.933		30.933	9.184	
Outras imobilizações	150	(57)	93	93	10
	<u>350.102</u>	<u>(250.262)</u>	<u>99.840</u>	<u>83.871</u>	

Consolidado

	31/03/2007		31/12/2006		Taxas anuais de depre- ciação (%)
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
	(Não auditado)				
Terrenos	2.136		2.136	2.136	
Edificações e construções	27.647	(12.141)	15.506	15.793	4
Instalações	3.808	(2.845)	963	937	10
Máquinas e equipamentos	275.064	(228.553)	46.511	51.815	20
Ferramentas e pertences	2.892	(1.180)	1.712	1.782	10
Veículos	3.173	(2.577)	596	720	20
Móveis e utensílios	2.407	(1.627)	780	780	10
Equipamentos de informática	2.190	(1.555)	635	631	20
Imobilizações em andamento	30.933		30.933	9.184	
Outras imobilizações	150	(57)	93	93	10
	<u>350.400</u>	<u>(250.535)</u>	<u>99.865</u>	<u>83.871</u>	

A depreciação do exercício alocada ao custo dos produtos vendidos (controladora e consolidado) monta a R\$ 6.606 (R\$ 8.534 no 1º trimestre/2006) e as despesas (controladora e consolidado) R\$ 157 (R\$ 151 no 1º trimestre/2006).

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

O imobilizado em andamento refere-se a adiantamento concedido ao fornecedor da nova máquina industrial.

A companhia trabalha em três turnos de oito horas, conseqüentemente adota a depreciação acelerada na vida útil de suas máquinas e equipamentos.

**9 Diferido**

	Controladora e consolidado				Taxas anuais de amorti- zação (%)
			31/03/2007	31/12/2006	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio em participação societária	670.399	(22.346)	648.053	31.591	20
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(442.463)	14.749	(427.714)		20
Outros	591	(486)	105	107	20
	<u>228.527</u>	<u>(8.083)</u>	<u>220.444</u>	<u>31.698</u>	

Em fevereiro de 2007, a companhia incorporou a Alnilan S.A. que possuía em seus registros, ágio decorrente da aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, o valor está sendo amortizado em 60 meses, conforme determinação da 89ª Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2007, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por peritos independentes que utilizaram taxa de desconto real de 9,87% a.a. pelo prazo de cinco anos.

Visando adequar-se as disposições da Instrução CVM nº 349, não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi deduzido da parcela para a manutenção da integridade do capital social.

O ágio registrado em 31 de dezembro de 2006 referia-se a incorporação da Sul Providência Administração de Bens S.A. O saldo remanescente foi cindido em 8 de janeiro de 2007 para a Kami Providência Participações S.A. (Nota 1).

A Companhia declara que este ágio será recuperável de forma integral no futuro.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balanços patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

Por ser sociedade anônima de capital fechado, sem minoritários, não foi efetuada pela Alnilan a provisão para reserva especial de ágio, posto que a referida sociedade não estava sujeita à instrução CVM 319/99.

Ao decidir abrir o capital, a Companhia também decidiu realizar os ajustes contábeis necessários a fim de adaptar suas demonstrações financeiras às disposições das normas contábeis da CVM e, nesse sentido, entendeu que a operação de incorporação reversa deveria ser contabilizada de forma a atingir os efeitos preconizados pelas Instruções CVM nº 319/99/2001 e que tal adaptação enseja o reconhecimento de provisão para manutenção do patrimônio líquido, visando com isto primordialmente preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e os futuros minoritários.

Caso tal procedimento não fosse adotado, a futura amortização do ágio ("cheio") em contrapartida à conta de resultado iria provocar uma significativa diminuição do lucro e, conseqüentemente do fluxo dos dividendos.

Posto que a incorporação já ocorreu (em data que antecede o período de registro de companhia aberta) e a provisão não foi contabilizada no momento adequado (pela ausência de amparo normativo) a Companhia entendeu que a contabilização desta provisão deveria estar presente em suas demonstrações financeiras, devendo necessariamente, ser realizada em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados e não ao resultado do exercício de 2007, conforme determinado, posto que geraria distorção, uma vez que a Companhia não "perdeu" esse ativo (o ativo não perdeu sua substância econômica após a incorporação) além de prejudicar o fluxo de pagamento de dividendos no exercício de 2007.

Considerando que a companhia foi adquirida por um grupo de acionistas, o ágio pago para aquisição desta deve ser apurado e contabilizado por esse grupo, os legítimos adquirentes do negócio, tendo todavia, esse conjunto de acionistas optado por utilizar uma empresa "veículo" e em seguida extingui-la, mediante sua incorporação na própria companhia, considerando aspectos administrativos e a possibilidade do aproveitamento fiscal do ágio se seguido esse modelo de incorporação.

A Companhia informa que pretende, respeitados os requisitos legais, absorver os prejuízos acumulados via redução de capital, após a concretização do seu processo de abertura de capital.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

<b>10</b>	<b>Impostos, taxas e contribuições a recolher</b>		<b>Controladora</b>
		<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
		(Não auditado)	
	<b>Circulante</b>		
	Imposto de Renda da Fonte - IRRF	133	
	Programa de Integração Social - PIS	15	92
	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	70	430
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.106	2.232
	Demais obrigações tributárias	15	80
		<u>2.339</u>	<u>2.834</u>
	<b>Exigível a longo prazo</b>		
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Nota 6)	<u>3.407</u>	<u>3.902</u>
			<b>Consolidado</b>
		<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
		(Não auditado)	
	<b>Circulante</b>		
	Imposto de Renda da Fonte - IRRF	134	
	Programa de Integração Social - PIS	29	92
	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	148	430
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.232	2.232
	Demais obrigações tributárias	26	80
		<u>2.569</u>	<u>2.834</u>
	<b>Exigível a longo prazo</b>		
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Nota 6)	<u>3.407</u>	<u>3.902</u>
<b>11</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>		

**31/03/2007**  
 (Não auditado)

**Encargos**

**Controladora**

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

<u>Modalidade</u>	<u>financeiros</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>e consolidado</u>
Moeda nacional	CDI+0,55% a.a.	30 de julho de 2007	484.581
Moeda estrangeira – ACC	5,80% a.a.	13 de maio de 2007	1.030
Moeda estrangeira – ACC	5,78% a.a.	27 de abril de 2007	1.029
			<u>486.640</u>

ACC – Adiantamento de contrato de câmbio  
 CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro

O empréstimo de R\$ 484.581 deve-se a incorporação da Alnilan S.A. e refere-se a dívida contraída pela mesma para aquisição das ações da Cia. Providência Indústria e Comércio. Este empréstimo é garantido por nota promissória com alienação fiduciária das ações da Cia. Providência.

Os adiantamentos de contrato de câmbio possuem como garantia notas promissórias.

**12 Outras exigibilidades**

Em decorrência da mudança do controle acionário ficou convencionado entre as partes, ex-controladores (Família Starostik) e a Alnilan S.A., então acionista da Companhia Providência Indústria e Comércio, o pagamento de "ajuste de preço" após transcorridos 45 dias da data da assinatura da venda da Companhia. O referido ajuste se baseou na posição de capital de giro e tesouraria existentes em 31 de janeiro de 2007, sendo a metodologia de cálculo aplicada em caráter definitivo, podendo ocorrer pequenas alterações somente no valor final a pagar.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/12/2006</u>
	(Não auditado)	
Ajuste de preço	9.888	
Outras exigibilidades	2.539	711
	<u>12.427</u>	<u>711</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2007</b> (Não auditado)	<b>31/12/2006</b>
Ajuste de preço	9.888	
Outras exigibilidades	2.539	1.019
	<u>12.427</u>	<u>1.019</u>

**13 Provisão para contingências**

	<b>Controladora</b>			
	<b>Depósitos e cauções</b>		<b>Provisão para contingência</b>	
	<b>31/03/2007</b> (Não auditado)	<b>31/12/2006</b>	<b>31/03/2007</b> (Não auditado)	<b>31/12/2006</b>
Contingências tributárias	5.189	5.189	6.086	4.468
Contingências trabalhistas	180	180	1.393	2.355
Reclamações cíveis	113	113	509	455
	<u>5.482</u>	<u>5.482</u>	<u>7.988</u>	<u>7.278</u>

A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2006	7.278
Adições	976
Baixas	(266)
Saldo em 31 de março de 2007	<u>7.988</u>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Depósitos e cauções</b>		<b>Provisão para contingência</b>	
	<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
	(Não auditado)		(Não auditado)	
Contingências tributárias	5.468	5.189	6.086	4.468
Contingências trabalhistas	180	180	1.772	2.355
Reclamações cíveis	113	113	509	455
	<u>5.761</u>	<u>5.482</u>	<u>8.367</u>	<u>7.278</u>

A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2006	7.278
Adições	1.355
Baixas	<u>(266)</u>
Saldo em 31 de março de 2007	<u>8.367</u>

A companhia está envolvida em diversos processos em andamento e vêm discutindo estas questões fiscais, trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como judicial, para as quais, quando aplicável, foram realizados depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, inclusive quanto ao prazo de exigibilidade, são estimadas pela administração amparada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

A companhia não possui ações envolvendo riscos de perda classificadas, pela administração e seus consultores jurídicos, como possíveis.

**14 Patrimônio líquido - controladora**

**(a) Capital social**

Em 31 de março de 2007, o capital social está representado por 108.644.743 (31 de dezembro de 2006 – 64.966.636) ações ordinárias no valor de R\$ 3,86 (31 de dezembro de 2006 – R\$ 3,60) cada, assim distribuídas:

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

Acionista	31/03/2007 (Não auditado)	31/12/2006
Star Fundo de Investimentos em Participações		64.966.253
AIG Global Asset Management Holdings Corp	18.835.473	
Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equith II	12.556.983	
Fundo de Investimento em Participações ASAS	27.904.406	
Patrocínio Administração e Participações S.A.	2.325.366	
Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão	20.148.846	
Boreal Fundo de Investimento em Participações	9.302.161	
Fundo de Investimento em participações GGPARG	1.941.449	
Banco Espírito Santo S.A.	11.722.539	
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	3.907.513	
Demais acionistas - pessoa física	7	383
	108.644.743	64.966.636

**(b) Cisão parcial do patrimônio líquido contábil**

Em 18 de janeiro de 2007, foi efetuada cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Cia Providência Indústria e Comércio, e a conseqüente redução de capital no valor de R\$ 11.523 (Nota 1).

**(c) Aumento de capital social por incorporação**

Em 28 de fevereiro de 2007, foi incorporada a empresa Alnilan S.A., resultando no aumento do capital social em R\$ 196.983 (Nota 1).

**(d) Reserva de capital – ágio**

O saldo remanescente da reserva de ágio registrado em 31 de dezembro de 2006 foi cindido para a Kami Providência Participações S.A. (Nota 1).

**(e) Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia os dividendos mínimos a serem distribuídos aos acionistas é de 25% sobre o lucro líquido, após dedução da Reserva Legal.

A destinação de saldo de lucros acumulados será deliberada pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

**(f) Prejuízos acumulados**

Em 31 de dezembro de 2006, a companhia possuía lucros acumulados no montante de R\$ 234.043, destes, o montante de R\$ 221.780 foi destinado ao pagamento de dividendos extraordinários aos ex-acionistas, conforme aprovado na 85ª Assembléia Extraordinária, realizada em 30 de janeiro de 2007.

Do saldo remanescente R\$ 11.523, foi vertido da companhia, através do processo de cisão parcial do patrimônio líquido da companhia efetuado em 18 de janeiro de 2007.

Do montante de prejuízos acumulados, o valor de R\$ 442.463 correspondente a contra partida do valor lançado no ativo diferido em conta redutora, referente a provisão para a manutenção da integridade do Patrimônio Líquido. Visando não prejudicar os dividendos futuros e assegurar os direitos dos acionistas minoritários, o valor do ágio apurado foi deduzido da parcela para manutenção da integridade do capital social na Alnilan S.A., de acordo com instrução nº 349 da CVM.

**(g) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 a companhia remunerou os acionistas com juros sobre o capital próprio de R\$ 487 (2006 - R\$ 10.836).

Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira e posteriormente revertido dessa conta para efeitos destas informações trimestrais, são apresentados como destinação do lucro líquido do trimestre.

Como parte integrante do processo de transferência do controle acionário da companhia, foi aprovado o pagamento de dividendos extraordinários aos antigos acionistas de R\$ 221.780, através da 85ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de janeiro de 2007.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

**15 Imposto de renda e contribuição social**

**(a) Composição dos tributos diferidos**

Os saldos ativos apresentam-se como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
	(Não auditado)	
Prejuízo fiscal	12.285	
Base negativa de contribuição social	11.571	
Diferenças temporárias	27.935	18.549
Base de cálculo de IR	40.220	18.549
Base de cálculo de CS	39.506	18.549
Alíquotas	25% e 9%	25% e 9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>13.610</b>	<b>6.307</b>

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros elaboradas fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(b) Período estimado de realização**

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	<b>Controlada e consolidado</b>	
	<b>Parcela estimada de realização</b>	
<b>Ano</b>	<b>31/03/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
	(Não auditado)	
2008	294	294

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

2009	1.114	1.114
2010	1.251	1.251
2011	1.068	1.068
2012	9.883	2.580
	<u>13.610</u>	<u>6.307</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da companhia.

**(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>31/03/2007</b>	<b>31/03/2006</b>
	<b>(Não auditado)</b>	
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	2.420	36.795
Juros sobre o capital próprio	(487)	(10.836)
Realização prov. manutenção integral. PL	(14.749)	(8.760)
Demais adições (exclusões), líquidas	133	(911)
Base de cálculo	(12.683)	16.288
Alíquotas	25% e 9%	25% e 9%
Despesa do período da controladora		5.532
Despesa do período da controlada	54	38
	<u>54</u>	<u>5.570</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>7.303</u>	<u>4.793</u>

**16 Partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>	<b>Controladora e consolidado</b>
--	---------------------	-----------------------------------

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balanços patrimoniais em 31 de março**  
 Em milhares de reais

(continuação)

	Providência Transportes Ltda.		Kami Providência Participações S.A.	
	31/03/2007 (Não auditado)	31/12/2006	31/03/2007 (Não auditado)	31/12/2006
Contas a receber			40	3.638
Contas a pagar	141	138		
Custos de transporte	3.062	10.384		

Em 31 de março de 2007 tínhamos operações com nossa controlada Providência Transportes a preços, prazos e demais condições compatíveis com as de mercado, conforme descrito a seguir.

Nossa controlada Providência Transportes prestava serviços de transporte rodoviário de mercadorias à nossa Companhia. Os serviços prestados não são objeto de um contrato escrito, de forma que os pagamentos eram determinados com base nos Conhecimentos de Transporte Rodoviário de Cargas, faturados diretamente contra a Companhia e com prazo máximo de pagamento de 14 dias. Os pagamentos eram realizados por meio de transferências bancárias. Em 2006, pagamos à Providência Transportes, R\$ 14.400 pela prestação desses serviços de transporte.

Ademais, a Providência Transportes aluga veículos de propriedade da Providência, conforme Contrato de Locação de Bens Móveis celebrado em 2 de janeiro de 1980 e posteriormente aditado entre a Providência, na qualidade de locadora, e a Providência Transportes, na qualidade de locatária, de aproximadamente 29 veículos (caminhões e carretas, dentre outros) de propriedade da Providência Transportes. O valor do aluguel mensal total era de aproximadamente R\$ 24, reajustado pela TJLP anualmente, e o prazo do contrato era de 12 meses, sendo prorrogado automaticamente. De acordo com os termos do contrato a Providência era responsável solidariamente e preferencialmente pelos danos que os veículos locados venham a causar a terceiros, pelo licenciamento, multas de trânsito e pela manutenção dos veículos. O contrato podia ser rescindido a qualquer momento pelas partes.

Em 31 de março de 2007 tínhamos com a Providência Transportes um contrato de sublocação de um de nossos galpões situado na cidade de São Paulo, celebrado em 1 de setembro de 2004, por prazo de 12 meses, renovável automaticamente por igual período. Pagamos à Providência Transportes R\$ 20 por ano a título de aluguel. Além disso, em 27 de agosto de 2004, prestamos fiança em favor da Providência Transportes, na qualidade de locatária, sob um contrato de locação com prazo até 31 de agosto de 2007 cujo valor é de R\$15.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

A partir do mês de Julho de 2007, com objetivo de redução de custos e melhoria na eficiência operacional, todo o transporte de nossos produtos passará a ser realizado por empresa terceirizada. Em decorrência disto, todas as operações com a Providência Transportes se tornarão inativas, passando a inexistir qualquer relação econômico-financeiro entre ambas as empresas.

Os valores a receber da Kami Providência Participações S.A. referem-se a saldos de conta corrente entre as empresas com prazo indeterminado. Sobre estes saldos não incidem atualizações monetárias.

**17 Cobertura de seguros – controladora e consolidado**

Em 31 de março de 2007, a companhia possuía apólices de seguro contratadas para cobertura conta incêndios ou avarias de bens do imobilizado, nos seguintes montantes:

<u>Ramos</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Incêndio de bens do imobilizado	256.921
Incêndio de bens dos estoques	33.300
Responsabilidade civil	950
Lucros cessantes	134.456
Total	<u>425.627</u>

**18 Instrumentos financeiros – controladora e consolidado**

A companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

Conseqüentemente, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

**Valorização dos instrumentos financeiros**

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da companhia em 31 de março de 2007 e em 31 de dezembro de 2006 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

**(a) Caixas e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(b) Investimentos**

Consistem nas demonstrações financeiras da controladora, principalmente, em investimentos em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da companhia. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

**(c) Risco com taxa de câmbio e juros**

A companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis e parte significativa das receitas (35%) advém de exportações o que nos expõe a variações na taxa de câmbio.

O endividamento está indexado substancialmente ao CDI, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis.

Na data de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, a companhia não possui operações contratadas envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir riscos com a flutuação nas taxas de câmbio e/ou nas taxas de juros.

**(d) Risco de crédito**

A política de vendas da companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

**19 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembléia Geral de 11 de maio de 2007, podemos outorgar planos de opção de compra ou subscrição de nossas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da nossa Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas.

Temos Diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações, que são administrados por nosso Conselho de Administração, que, a seu exclusivo critério, pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidas nos termos dessas Diretrizes representarão até 3% do total de nossas Ações após a Oferta, considerando as Ações Suplementares. Os termos e condições dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações.

**20 Resultado do Trimestre Findo em 31 de Dezembro de 2006**

Adicionalmente às informações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2007 e 2006, apresentamos abaixo a informação sobre o resultado do período de três meses findo em 31 de dezembro de 2006, unicamente para fins informativos.

**Período de três meses findo em 31 de dezembro de 2006**

(não auditado)

<b>RECEITA BRUTA</b>	<b><u>130.068</u></b>
Vendas no mercado interno	90.748
Vendas no mercado externo	39.320
<b>DEDUÇÕES DE VENDAS</b>	<b><u>(14.022)</u></b>
Impostos sobre vendas	(12.937)
Devoluções de vendas	(1.084)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b><u>116.047</u></b>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

Custo dos produtos vendidos	(86.746)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b><u>29.301</u></b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b><u>(17.487)</u></b>
Despesas com vendas	(10.177)
Despesas administrativas	(9.805)
Depreciação e amortização	(4.626)
Receitas financeiras	10.179
Despesas financeiras	(2.390)
Outras receitas operacionais, líquidas	(668)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b><u>11.814</u></b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL, LÍQUIDO</b>	<b><u>(23)</u></b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b><u>11.791</u></b>
Imposto de renda e contribuição social	
Do exercício	(3.376)
Diferido	1.414
Participação de acionistas não controladores	34
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b><u>9.795</u></b>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
**Em milhares de reais**

(continuação)

**21 Demonstrações dos fluxos de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2007	31/03/2006	31/03/2007	31/03/2006
<b>Da atividade operacional</b>				
Lucro do trimestre	9.723	36.055	9.723	36.055
Depreciação do imobilizado	6.763	8.685	6.764	8.688
Amortização do diferido	7.599	4.527	7.599	4.527
Valor residual do ativo imobilizado baixado	29	360	29	326
Valor residual do ativo diferido baixado	31.591		31.591	
Resultado de equivalência patrimonial	(244)			
(Acréscimo) decréscimo de clientes	15.606	(11.413)	15.606	(11.413)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	4.717	(3.790)	4.696	(3.848)
(Acréscimo) decréscimo de impostos a recuperar	(11.677)	(12.413)	(12.194)	(13.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.303)	(4.793)	(7.303)	(4.793)
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	4.422	(16.607)	4.815	(15.525)
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	12.926	8.422	12.976	8.465
Acréscimo de outras exigibilidades	10.951	14.478	10.888	14.463
<b>Total dos recursos gerados pela atividade operacional</b>	<b>85.103</b>	<b>23.511</b>	<b>85.190</b>	<b>23.566</b>
<b>Da atividade de investimento</b>				
Investimentos			5	5
Imobilizado	22.761	2.669	22.787	2.669
Diferido	227.936		227.936	
<b>Total dos recursos consumidos pela atividade de investimento</b>	<b>250.697</b>	<b>2.669</b>	<b>250.728</b>	<b>2.674</b>
<b>De atividade de financiamento</b>				
Aumento de capital	196.983		196.983	
Redução de capital	(115.229)		(115.229)	
Empréstimos	486.640		486.640	
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(442.463)		(442.463)	
Dividendos	(221.780)		(221.780)	
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(487)	(10.836)	(487)	(10.836)
<b>Total de recursos consumidos pela atividade de financiamento</b>	<b>(96.336)</b>	<b>(10.836)</b>	<b>(96.336)</b>	<b>(10.836)</b>

**Cia. Providência Indústria e Comércio**  
**Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada**

**Balancos patrimoniais em 31 de março**  
Em milhares de reais

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2007</u>	<u>31/03/2006</u>	<u>31/03/2007</u>	<u>31/03/2006</u>
Fluxo de caixa líquido do período	<u>(261.930)</u>	<u>(10.006)</u>	<u>(261.874)</u>	<u>10.056</u>
Disponibilidades no final do período	30.644	218.596	30.700	218.646
Disponibilidades no início do período	292.574	208.590	292.574	208.590
Variação do período	<u>(261.930)</u>	<u>10.006</u>	<u>(261.874)</u>	<u>10.056</u>

## Anexo G

Informações Anuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (somente informações não constantes do Prospecto).

[página intencionalmente deixada em branco]

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 999999	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76500180000132
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR *****		
6 - NIRE 41300050813		
7 - SITE www.providencia.com.br		

**01.02 - SEDE**

1 - ENDEREÇO COMPLETO BR 376, KM 16,5				2 - BAIRRO OU DISTRITO BARRO PRETO	
3 - CEP 83015-000		4 - MUNICÍPIO S.J.dos Pinhias			5 - UF PR
6 - DDD 41	7 - TELEFONE 3381-7600	8 - TELEFONE 3381-7672	9 - TELEFONE 3381-7689	10 - TELEX	
11 - DDD 41	12 - FAX 3381-7656	13 - FAX 3381-7615	14 - FAX -		
15 - E-MAIL cia@providencia.com.br					

**01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS  
 ATENDIMENTO NA EMPRESA**

1 - NOME RUBENS SARDENBERG					
2 - CARGO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES					
3 - ENDEREÇO COMPLETO BR 376 KM 16,5 S/N				4 - BAIRRO OU DISTRITO BARRO PRETO	
5 - CEP 83000-000		6 - MUNICÍPIO S.J.DOS PINHAIS			7 - UF PR
8 - DDD 41	9 - TELEFONE 3381-7600	10 - TELEFONE 3381-7681	11 - TELEFONE 3381-7672	12 - TELEX	
13 - DDD 41	14 - FAX 3381-7656	15 - FAX 3381-7615	16 - FAX -		
17 - E-MAIL rubens@providencia.com.br					

**AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA**

18 - NOME BANCO BRADESCO S.A					
19 - CONTATO PRISCILA M.SPALONCE					
20 - ENDEREÇO COMPLETO CIDADE DE DEUS				21 - BAIRRO OU DISTRITO VILA YARA	
22 - CEP 06029-900		23 - MUNICÍPIO OSASCO			24 - UF SP
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 3684-8013	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX	
30 - DDD 11	31 - FAX 3684-2714	32 - FAX -	33 - FAX -		
34 - E-MAIL 4010.acoes@bradesco.com.br					

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A AÇIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME RUBENS SARDENBERG					
2 - ENDEREÇO COMPLETO BR 376, KM 16.5 S/N				3 - BAIRRO OU DISTRITO BARRO PRETO	
4 - CEP 83015-000		5 - MUNICÍPIO S.J.DOS PINHAIS			6 - UF PR
7 - DDD 41	8 - TELEFONE 3381-7600	9 - TELEFONE 3381-7681	10 - TELEFONE 3381-7672	11 - TELEX	
12 - DDD 41	13 - FAX 3381-7656	14 - FAX 3381-7615	15 - FAX -		
16 - E-MAIL rubens@providencia.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 023.297.238-90	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2006		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2006	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2007		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2007	
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes			6 - CÓDIGO CVM 00287-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Carlos Biedermann			8 - CPF DO RESP. TÉCNICO 220.349.270-87

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO	
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVMESB
<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ
<input type="checkbox"/> BVST	<input type="checkbox"/> BVES
<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG
<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1020 - Petroquímicos e Borracha	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Fabricação e comércio de produtos plásticos em geral, como tubos, conexões, falso tecido, embalagens flexíveis e rígidas, pratos e vasos ornamentais.	
6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES NÃO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA INO E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input checked="" type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debêntures Simples	DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

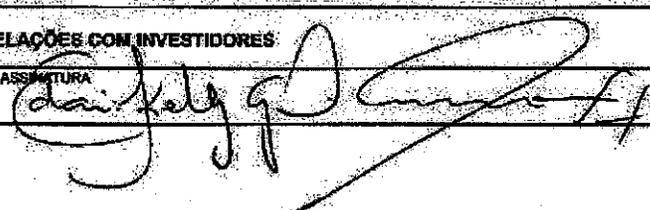
01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs 30/04/2007
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 25/04/2007

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	JORNAL O ESTADO DO PARANÁ	PR
02	DIÁRIO OFICIAL	PR
03	VALOR ECONÔMICO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 24/07/2007	2 - ASSINATURA 
------------------------	--

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE AGE	2 - DATA DO EVENTO 03/07/2007	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 9	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 3	5 - ACORDO DE ACIONISTAS SIM	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO NÃO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS 19/06/2007
------------------------	----------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	---------------------------------	---	---

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NÃO	10 - QUANTIDADE (Unidade) 0	11 - PERCENTUAL 0,00	12 - QUANTIDADE (Unidade) 0	13 - PERCENTUAL 0,00	14 - QUANTIDADE (Unidade) 0	15 - PERCENTUAL 0,00
--	--------------------------------	-------------------------	--------------------------------	-------------------------	--------------------------------	-------------------------

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL
------------	--------------------------	----------------

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ	5 - UF
99999-9	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	76.500.180/0001-32	

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS						
001	FIP BSSF II	08.792.575-0001/04	BRASILEIRA	BR				
	9.417.736	17,34	0	0,00	9.417.736	17,34	12/06/2007	SIM
002	FIP. AIG BRASIL EQUITY II	08.533.582-0001/63	BRASILEIRA	BR				
	6.278.492	11,56	0	0,00	6.278.492	11,56	28/02/2007	SIM
003	FIP. ASAS	07.672.313-0001/35	BRASILEIRA	BR				
	13.952.203	25,68	0	0,00	13.952.203	25,68	28/02/2007	SIM
004	FIP GG (GOV.E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA)	06.962.594-0001/06	BRASILEIRA	BR				
	10.074.423	18,55	0	0,00	10.074.423	18,55	28/02/2007	SIM
005	BOREAL FUNDO DE INVEST.EM PARTICIPAÇÕES	08.389.335-0001/55	BRASILEIRA	BR				
	4.651.081	8,56	0	0,00	4.651.081	8,56	28/02/2007	SIM
006	BANCO ESPIRITO SANTO S.A	05.720.823-0001/05	PORTUGUESA	PT				
	5.861.269	10,79	0	0,00	5.861.269	10,79	28/02/2007	SIM
007	FIP GGPARGOV. E GESTÃO INVEST.LTDA)	08.546.470-0001/67	BRASILEIRA	BR				
	970.724	1,79	0	0,00	970.724	1,79	28/02/2007	SIM
008	FUNDO DE INVEST.EM PARTIC. C.A	08.741.657-0001/11	BRASILEIRA	BR				
	1.162.683	2,14	0	0,00	1.162.683	2,14	12/06/2007	SIM
997	AÇÕES EM TESOURARIA							
	0	0,00	0	0,00	0	0,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
001	FIP BSSF II	12/06/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
001001	OLIVER INVESTMENTS II, LP				
	0	37,34	0	0,00	0
001002	VICTORIA CAPITAL II, LP				
	0	32,28	0	0,00	0
001003	LAUREN HOLDINGS II, L.P				
	0	30,38	0	0,00	0
001999	TOTAL	0	100,00	0	0,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
002	FIP - AIG BRASIL EQUITY II	28/02/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)
002001	OLIVER INVESTMENTS, LP	0	17,43	28/02/2007	CA
002002	VICTORIA CAPITAL, LP	0	18,70		CA
002003	LAUREN HOLDINGS, LP	0	63,87		CA
002999	TOTAL	0	100,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA OLIVER INVESTMENTS, L.P	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)
				11 - %
				12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA FIP. ASAS		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007						
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL								
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
003001	31.312	25,00	0	0,00	31.312	25,00	084.864.028-40	BRASILEIRO	BR
	JOAQUIM CONSTANTINO NETO								
003002	31.312	25,00	0	0,00	31.312	25,00	417.942.901-25	BRASILEIRO	BR
	CONSTANTINO OLIVEIRA JUNIOR								
003003	31.312	25,00	0	0,00	31.312	25,00	443.609.911-34	BRASILEIRO	BR
	HENRIQUE CONSTANTINO								
003004	31.312	25,00	0	0,00	31.312	25,00	546.988.806-10	BRASILEIRO	BR
	RICARDO CONSTANTINO								
003999	125.248	100,00	0	0,00	125.248	100,00			
	TOTAL								

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	76.500.180/0001-32

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
004	FIP GG (GOV.E GESTÃO INVESTIMENTOS LTDA)	28/02/2007				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
004001	BNDES PARTICIPAÇÕES S.A	00.383.281-0001/09	BRASIL	BR		
	0 19,99	0 0,00	0 19,99	28/02/2007		
004002	BOREAL MULTIMERCADO FIC	05.658.682-0001/48	BRASIL	BR		
	0 5,00	0 0,00	0 5,00	28/02/2007		
004003	FUNDO DE INVEST.PREVIDENCIARIO MULTIMER.	05.754.101-0001/71	BRASIL	BR		
	0 13,33	0 0,00	0 13,33	28/02/2007		
004004	FAPES		BRASIL	BR		
	0 6,66	0 0,00	0 6,66	28/02/2007		
004005	PETROS		BRASIL	BR		
	0 13,36	0 0,00	0 13,36	28/02/2007		
004006	FUNCEF		BRASIL	BR		
	0 13,46	0 0,00	0 13,46	28/02/2007		
004007	POSTALIS		BRASIL	BR		
	0 13,33	0 0,00	0 13,33	28/02/2007		
004008	OUTROS					
	0 14,87	0 0,00	0 14,87			
004899	TOTAL					
	0 100,00	0 0,00	0 100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
004001	BNEDES PARTICIPAÇÕES S.A	28/02/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
004001001	BNEDES	33.657.248-0001/89	BRASIL	BR	
004001999	TOTAL				
	0 100,00	0 0,00	0 100,00		
	0 100,00	0 0,00	0 100,00		



Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
004002003	LIBRAPORT CAMPINAS S.A				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
004002003001	LIBRA TERMINAIS S.A	33.813.452-0001/41	BRASIL	BR	
	0 60,00	0 0,00	0 60,00	28/02/2007	
004002003002	JAPÃO LOGISTICA LTDA	03.726.905-0001/31	BRASIL	BR	
	0 40,00	0 0,00	0 40,00	28/02/2007	
004002003999	TOTAL				
	0 100,00	0 0,00	0 100,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - C/PFCNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
004002003001	LIBRA TERMINAIS S.A				
2 - NOMERAZÃO SOCIAL					
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
004002003001002	0	19,16	0	19,16	28/02/2007
BOREAL SERVIÇOS E ADMINISTR.S.A					
004002003001003	0	68,38	0	68,38	28/02/2007
LIBRA TERMINAIS E LOGISTICA S.A					
004002003001004	0	7,10	0	7,10	
OUTROS					
004002003001005	0	5,36	0	5,36	
BOREAL EMPREENDIMENTOS E PARTIC. LTDA					
004002003001999	0	100,00	0	100,00	
TOTAL					
	0	100,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004002003001002	BOREAL SERVIÇOS E ADMINISTR.S.A		28/02/2007				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
004002003001002001	0	5,36	0	0,00	0	5,36	28/02/2007
BOREAL EMPREENDIMENTOS E PARTIC.LTDA							
004002003001002002	0	94,64	0	0,00	0	94,64	
OUTROS							
004002003001002999	0	100,00	0	0,00	0	100,00	
TOTAL							
004002003001002999	0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
00402003001002001	BOREAL EMPREENDIMENTOS E PARTIC.LTDA	28/02/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZO SOCIAL	3 - CFF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
00402003001002001001	WPB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A	68.661.057-000175	BRASIL	BR	
		0	99,99	0	99,99
	OUTROS				
00402003001002001002		0	0,01	0	0,01
00402003001002001999	TOTAL	0	100,00	0	100,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 004002003001002001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA WPB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMIENTOS S.A				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
2 - NOMERAZÃO SOCIAL		3 - COMPARTILHAMENTO		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
004002003001002001001001	0	99,99	0	0,00	0	99,99	
ZULEIKA BORGES TORREALBA							
004002003001002001001002	0	0,01	0	0,00	0	0,01	
OUTROS							
TOTAL							
004002003001002001001999	0	100,00	0	0,00	0	100,00	
BRASIL							

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
00402003001003	LIBRA TERMINAIS E LOGISTICA S.A	28/02/2007				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
00402003001003001	LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A	01.942.107-0001/11	BRASIL	BR		
		0	0,00	0	100,00	28/02/2007
TOTAL						
00402003001003999		0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF							
004002003001003001	LIBRA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A			28/02/2007							
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF							
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.					
004002003001003001001	WPB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A	68.661.057-0001/75	BRASIL	BR	0	66,66	28/02/2007	0	66,66	28/02/2007	BR
004002003001003001002	AMC HOLDINGS S.A	71.550.214-0001/80	BRASIL	BR	0	33,33		0	33,33	28/02/2007	BR
004002003001003001003	OUTROS				0	0,01		0	0,01		
004002003001003001999	TOTAL				0	100,00		0	100,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
004002003001003001001		WPB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A		28/02/2007					
1 - ITEM		2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS - % (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.			
004002003001003001001001	0	99,99	0	0,00	0	99,99	008.405.487-53	BRASIL	BR
				ZULEIKA BORGES TORREALBA					
004002003001003001001002	0	0,01	0	0,00	0	0,01			
				OUTROS					
004002003001003001001899	0	100,00	0	0,00	0	100,00			
				TOTAL					

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
004002003001003001002	AMC HOLDINGS S.A			28/02/2007	
2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS <sup>9</sup> - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
004002003001003001002901	0	33,33	0	33,33	ALVARO MARQUES CANOILAS FILHO
004002003001003001002002	0	33,33	0	33,33	ANDRÉ LUIZ MARQUES CANOILAS
004002003001003001002003	0	33,33	0	33,33	CLAUDIA CANOILAS BITTAR
004002003001003001002004	0	0,01	0	0,01	OUTROS
004002003001003001002999	0	100,00	0	100,00	TOTAL

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL						
004002003002	JAPÃO LOGISTICA LTDA	28/02/2007						
1 - ITEM	2 - NOMENCLATURA SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.		
004002003002001	MEIKO AMERICA INC	0	0,00	0	25,00	ESTADOS UNIDOS	US	
004002003002002	TRI-NET BRASIL LTDA	0	37,50	0	37,50	03.727.177-0001/82	BRASIL	BR
004002003002003	NIPPON YUSEN KABUSHIKI KAISHA	0	25,00	0	25,00		JAPÃO	JP
004002003002004	OUTROS	0	12,50	0	12,50			
004002003002999	TOTAL	0	100,00	0	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
004002003002002	TRI-NET BRASIL LTDA				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
004002003002002001	0 40,00	0 0,00	0 40,00		
	MITSUI CO.USA				
004002003002002002	0 60,00	0 0,00	0 60,00	28/02/2007	BRASILEIRA
	MITSUI BRASILEIRA IMP.E EXP.S.A				
	TOTAL				
004002003002002999	0 100,00	0 0,00	0 100,00		

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND. E. COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF							
004002003002002002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA MITSUI BRASILEIRA IMP. E. EXP. S.A.										
1 - ITEM	2 - NOMENCLATURA SOCIAL										
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.					
004002003002002002001	MITSUI & CO. LTD				0	0,00	0	0,00	0	100,00	28/02/2007
TOTAL											
004002003002002002999					0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
004002003002002002001	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL MITSUI & CO.LTD			28/02/2007	
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
004002003002002002001001	THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD				
0	11,23	0	0,00	0	11,23
004002003002002002001002	JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD				
0	9,13	0	0,00	0	9,13
004002003002002002001003	OUTROS				
0	79,64	0	0,00	0	79,64
004002003002002002001999	TOTAL				
0	100,00	0	0,00	0	100,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS**

1 - ITEM 004003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA FUNDO DE INVEST. PREVIDENCIARIO MULTIMER.		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007
1 - ITEM	2 - NOMENCLATURA SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %
10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004004	FAPES		28/02/2007		
1 - ITEM	2 - NOMERAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
004004001	0 100,00	0 0,00	0 100,00	0 100,00	BRASIL
004004989	0 100,00	0 0,00	0 100,00	0 100,00	BRASIL
TOTAL					

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
004005	PETROS	28/02/2007				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
004005001	PETROLEO BRASILEIRO S.A	33.000.167-0001/01	BRASIL	BR		
		0	0,00	0	100,00	
	TOTAL					
004005989		0	0,00	0	100,00	

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	76.500.180/0001-32

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004006	FUNCEF				28/02/2007		
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF			
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.	
004006001	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305-0001/04	BRASIL	BR			
	0 100,00	0	0,00	0 100,00			
	TOTAL						
004006999	0 100,00	0	0,00	0 100,00			

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS**

1 - ITEM 004007	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA POSTALIS	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007
1 - ITEM	2 - NOMENCLATURA SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - % (Unidades)	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)
	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - % (Unidades)
	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)	5 - UF
004007001	EMP. BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	34.028.316-0015/09
	0 0,00	BRASIL
	0 100,00	0 100,00
004007999	TOTAL	
	0 100,00	0 100,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
005	BOREAL FUNDO DE INVEST.EM PARTICIPAÇÕES				28/02/2007					
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL		3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF					
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.					
005001	0	59,17	0	0,00	0	59,17	008.405.487-53			
005002	0	40,83	0	0,00	0	40,83	68.661.057-0001/75	BRASIL		BR
005999	0	100,00	0	0,00	0	100,00	TOTAL			

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
005002	WPB PARTIC.E EMPREENDIMENTOS S.A	28/02/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
005002001	ZULEIKA BORGES TORREALBA	008.405.487-53			
		0	99,99	0	99,99
005002002	OUTROS			0	0,01
		0	0,00	0	0,01
005002999	TOTAL			0	100,00
		0	100,00	0	100,00

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	76.500.180/0001-32

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
006	BANCO ESPIRITO SANTO S.A				28/02/2007
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
006001	0	40,00	0	40,00	28/02/2007
BESPAR SOC.GESTORA PART.SOCIAIS S.A					
BRASIL					
006002	0	10,81	0	10,81	28/02/2007
CREDIT AGRICOLE S.A					
FRANÇA					
006003	0	49,19	0	49,19	
OUTROS					
006999	0	100,00	0	100,00	
TOTAL					

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL						
006001	BESPAR SOC.GESTORA PART.SOCIAIS S.A	28/02/2007						
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
006001001	CREDIT AGRICOLE, S.A.	0	0,00	0	32,60	28/02/2007	FRANÇA	FR
006001002	ESPIRITO SANTO FINANCIAL, SGPS S.A.	0	67,40	0	67,40	28/02/2007	PORTUGAL	PT
006001999	TOTAL	0	100,00	0	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 006001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA CREDIT AGRICOLE, S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)
	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
		12 - COMP.CAP.SOC.
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
006001002	ESPIRITO SANTO FINANCIAL, SGPS S.A.	28/02/2007				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
006001002001	ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP S.A		PORTUGAL			PT
		0	0,00	0	100,00	28/02/2007
	TOTAL	0	0,00	0	100,00	



Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
006001002001001	ESPIRITO SANTO IRMÃOS, SGPS, S.A	28/02/2007			
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
006001002001001001	ESPIRITO SANTO INTERNACIONAL S.A	0 0,00	0 100,00		PORTUGAL
TOTAL					
006001002001001999		0 100,00	0 0,00	0 100,00	

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL				
006002	CREDIT AGRICOLE S.A	28/02/2007				
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
006002001	SAS RUE DE LA BOETIE					
	0	49,75	0	0	49,75	
006002002	OUTROS					
	0	50,25	0	0	50,25	
006002999	TOTAL					
	0	100,00	0	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM 007	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA FIP GGPAR (GOV. E GESTÃO INVEST.LTDA)	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 28/02/2007
1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINARIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS 9 - % (Unidades)
	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP.CAP.SOC.	4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Reapresentação por Exigência CVM Nº 278/07

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES ORDINARIAS E/OU PREFERENCIAIS**

1 - ITEM 008	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA FUNDO DE INVEST.EM PARTIC. C.A	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 12/06/2007
1 - ITEM	2 - NOMERAÇÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
	12 - COMP.CAP.SOC.	12 - COMP.CAP.SOC.
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	18/01/2007	222.785.243	(11.522.934)	redução de capital	0	0,000000000000
02	28/02/2007	419.768.606	196.983.363	Incorporação de Empresas	46.873.071	4,2024046494
03	03/07/2007	419.768.606	0	Grupamento de ações	11	0,040000000000

Representação por Exigência CVM Nº 278/07

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO	3 - CNPJ 76.500.180/0001-32
---------------------------	--	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUIDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
01	COMPLEXO INDUSTRIAL	BR 376 KM 16,5 S/N	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PR	162.215,000	66.212,000	29	SIM	NÃO	NÃO		
02	COMPLEXO INDUSTRIAL	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO Nº 1/13	CURITIBA	PR	12.549,000	14.930,000	44	SIM	NÃO	NÃO		

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO 76.500.180/0001-32

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

**EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

	11-abr-06	10-out-06	25-out-06	1-nov-06
<b>Acionista Controlador</b>				
Milan Starostik	193	193	191	191
Ana Seles Mekis de Starostik	100	100	100	100
William Starostik	51	---	---	---
Karoline Zak Starostik	13	30	30	30
Milena Zak Starostik	13	30	30	30
William Starostik Filho	13	30	30	30
Kami Providência Participações S.A.	64.966.253	64.966.253	64.966.253	---
Vicente Batista de Lima	---	---	1	2
Carlos José Rolim de Mello	---	---	1	2
Star Fundo de Investimento em Participações	---	---	---	64.966.251
Alnilan S.A.	---	---	---	---
AIG Global Asset Management Holdings Corp.	---	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II	---	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações ASAS	---	---	---	---
Patrocínio Administração e Participações S.A.	---	---	---	---
Boreal Fundo de Investimento em Participações	---	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações GGPARG	---	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão	---	---	---	---
Banco Espírito Santo S.A.	---	---	---	---
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	---	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações C.A.	---	---	---	---

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO 76.500.180/0001-32

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

Fundo de Investimento em Participações BSSF II	----	---	---	---
<b>Conselho de Administração</b>				
Fernando César Dantas Porfírio Borges	---	----	----	----
Joaquim Constantino Neto	----	----	----	----
Cristiano Gioia Lauretti	----	----	----	----
Henrique Constantino	----	----	----	----
Antonio Kandir	----	----	----	----
Gonçalo Borges Torrealba	----	----	----	----
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa	---	---	----	----
Renan Bergmann	----	----	----	----
Luiz Kaufmann	----	----	----	----

	2-nov-06	18-jan-07	31-jan-07	28-fev-07
<b>Acionista Controlador</b>				
Milan Starostik	191	191	----	----
Ana Seles Mekis de Starostik	100	100	----	----
William Starostik	----	----	----	----
Karoline Zak Starostik	30	30	----	----
Milena Zak Starostik	30	30	----	----
William Starostik Filho	30	30	----	----
Kami Providência Participações S.A.	----	---	----	----
Vicente Batista de Lima	1	1	----	----
Carlos José Rolim de Mello	1	1	----	----
Star Fundo de Investimento em Participações	64.966.253	61.771.289	----	----
Alnilan S.A.	----	----	61.771.665	108.644.736
AIG Global Asset Management Holdings Corp.	----	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II	----	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações ASAS	---	---	----	---

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO 76.500.180/0001-32

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

Patrocínio Administração e Participações S.A.	---	---	---	---
Boreal Fundo de Investimento em Participações	----	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações GGPARG	----	---	---	---
Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão	----	---	---	---
Banco Espírito Santo S.A.	---	----	----	----
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	----	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações C.A.	----	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações BSSF II	----	----	----	----
<b>Conselho de Administração</b>				
Fernando César Dantas Porfírio Borges	----	----	1	1
Joaquim Constantino Neto	----	----	1	1
Cristiano Gioia Lauretti	----	----	1	1
Henrique Constantino	----	----	1	1
Antonio Kandir	----	----	1	1
Gonçalo Borges Torrealba	----	----	1	1
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa	----	----	1	1
Renan Bergmann	----	----	----	----
Luiz Kaufmann	----	----	----	----

	28-fev-07	12-jun-07	3-jul-07	3-jul-07
<b>Acionista Controlador</b>				
Milan Starostik	----	----	----	----
Ana Seles Mekis de Starostik	----	----	----	----
William Starostik	----	----	----	----
Karoline Zak Starostik	----	----	----	----
Milena Zak Starostik	----	----	----	----
William Starostik Filho	----	----	----	----

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO

76.500.180/0001-32

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

Kami Providência Participações S.A.	----	----	----	----
Vicente Batista de Lima	----	----	----	----
Carlos José Rolim de Mello	----	----	----	----
Star Fundo de Investimento em Participações	----	----	----	----
Anilan S.A.	----	----	----	----
AIG Global Asset Management Holdings Corp.	18.835.473	----	----	----
Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II	12.556.983	12.556.983	12.556.984	6.278.492
Fundo de Investimento em Participações ASAS	27.904.406	27.904.406	27.904.406	13.952.203
Patrocínio Administração e Participações S.A.	2.325.366	----	----	----
Boreal Fundo de Investimento em Participações	9.302.161	9.302.161	9.302.162	4.651.081
Fundo de Investimento em Participações GGPARG	1.941.449	1.941.448	1.941.448	970.724
Fundo de Investimento em Participações Governança e Gestão	20.148.846	20.148.846	20.148.846	10.074.423
Banco Espírito Santo S.A.	11.722.539	11.722.539	11.722.538	5.861.269
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	3.907.513	3.907.513	3.907.514	1.953.757
Fundo de Investimento em Participações C.A.	----	2.325.366	2.325.366	1.162.683
Fundo de Investimento em Participações BSSF II	----	18.835.472	18.835.472	9.417.736
<b>Conselho de Administração</b>				
Fernando César Dantas Porfírio Borges	1	1	2	1
Joaquim Constantino Neto	1	1	2	1
Cristiano Gioia Lauretti	1	1	2	1
Henrique Constantino	1	1	2	1
Antonio Kandir	1	1	2	1
Gonçalo Borges Torrealba	1	1	2	1

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO

76.500.180/0001-32

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa	1	1	2	1
Renan Bergmann	----	1	2	1
Luiz Kaufmann	----	1	2	1

**ARBITRAGEM**

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo nosso Estatuto Social, os acionistas, os administradores, a própria Companhia e os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

**PRINCIPAIS ACIONISTAS**

Abaixo segue descrição dos nossos principais acionistas:

**Fundo de Investimento em Participações BSSF II**

O BSSF II é destinado exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, tendo como objetivo o investimento em diversos setores da economia brasileira, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis e/ou permutáveis, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias brasileiras abertas ou fechadas. Para a prática de seus investimentos, o BSSF II leva em consideração o potencial de crescimento das companhias, vantagens competitivas sustentáveis, administração profissional e comprometimento com as melhores práticas de governança corporativa. O BSSF II é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM 391/03, administrado pela AIG Capital Investments do Brasil S.A., que é indiretamente uma subsidiária integral da American International Group, Inc. ("AIG"), sociedade listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, o BSSF II tem como únicos cotistas as seguintes entidades: (i) Oliver Investments II, L.P., (ii) Victoria Capital II, L.P. e (iii) Lauren Holdings II, L.P. (em conjunto, "Fundos AIG II").

Aproximadamente 80% dos investimentos em Oliver Investments II, L.P pertencem a um trust, uma universidade e a entidades direta ou indiretamente ligadas a seguradoras. Apenas 6 investidores têm participação superior a 5% no capital da Victoria Capital II, L.P., sendo que o único que possui participação superior a 20% é uma entidade ligada, direta ou indiretamente, a uma seguradora. Com relação a Lauren Holdings II, L.P., apenas 2 investidores possuem participação acima de 10%, a saber, uma sociedade de investimento que detém participação de aproximadamente 14% e uma outra sociedade de investimento que possui participação de aproximadamente 52% e tem como investidores outras 3 sociedades de investimento, independentes entre si, com participações aproximadamente equivalentes.

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO

76.500.180/0001-32

#### **14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

todos os signatários do acordo de acionistas e somente poderá ser exercido caso o signatário alienante tenha oferecido as suas ações aos demais signatários de acordo com o procedimento de primeira oferta acima mencionado.

Durante a vigência do acordo de acionistas, nenhum dos acionistas poderá criar, tentar criar ou permitir a criação de quaisquer ônus sobre as suas ações ou direitos de subscrição, salvo se em garantia de financiamento previsto no acordo de acionistas ou se de outra forma aprovado por todos os signatários do acordo de acionistas.

O acordo de acionistas prevê hipóteses em que um acionista poderá ser considerado inadimplente, tal como ter a sua falência declarada ou entrar em dissolução ou liquidação, requerer recuperação judicial ou extrajudicial, permitir que sejam aprovadas matérias em assembléias ou reuniões do conselho de administração que violem as disposições do acordo de acionistas ou transferir suas ações ou direitos de subscrição de forma diversa daquela prevista no acordo de acionistas. O acionista inadimplente que não sanar o descumprimento em 30 dias, contados do recebimento de notificação exigindo que a obrigação inadimplida seja sanada, perderá seus direitos sob o acordo de acionistas (ficando, porém, enquanto for acionista sujeito às obrigações assumidas no acordo) e poderá responder por perdas e danos perante os demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

**Qualquer controvérsia ou disputa que tenha por objeto o acordo de acionistas deverá ser submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado, observados os termos do regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.**

#### **JUSTIFICATIVA QUANTO A ABERTURA ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA DOS ACIONISTAS.**

O Fundo de Investimento em Participações BSSF II ("FIP BSSF II") e o Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II ("FIP AIG Brasil Equity II") são destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM. Em decorrência da natureza dos fundos de private equity utilizados pelo Grupo AIG, as informações até o nível de pessoa física referentes a esses fundos não estão disponíveis a Companhia. Seguem os textos que foram disponibilizados à Companhia:

##### **Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II**

FIP AIG Brasil Equity II é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM 391/03, administrado pela AIG Capital Investments do Brasil S.A., que é indiretamente uma subsidiária integral da American International Group, Inc. ("AIG"), sociedade listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, o FIP AIG Brasil Equity II tem como únicos cotistas as seguintes entidades: (i) Oliver Investments, L.P., (ii) Victoria Capital, L.P. e (iii) Lauren Holdings, L.P. (em conjunto, "Fundos AIG").

Na data do prospecto preliminar aproximadamente 80% dos investimentos em Oliver Investments, L.P. pertencem a entidades, direta ou indiretamente, ligadas a seguradoras ou fundos de pensão, e aproximadamente 90% dos investimentos em Lauren Holdings, L.P. pertencem a entidades direta ou indiretamente ligadas a seguradoras. Com relação a Victoria Capital, L.P., aproximadamente

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO

76.500.180/0001-32

#### 14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

80% dos investimentos feitos na referida entidade pertencem a entidades direta ou indiretamente ligadas a fundos de pensão.

Os investidores dos Fundos AIG não participam da administração ou do controle dos Fundos AIG e não podem assumir qualquer responsabilidade em seu nome nem fazer com que celebrem qualquer compromisso ou contrato. As decisões de investimento realizadas pelos Fundos AIG (incluindo decisões em relação a aquisição, venda e administração dos investimentos que compõem seus portfólios) são tomadas pelos *general partners* dos Fundos AIG, que são, direta ou indiretamente, controlados pela AIG. Os investidores dos Fundos AIG não têm poderes para destituir seus *general partners*, salvo em situações excepcionais.

#### Fundo de Investimento em Participações BSSF II

O FIP BSSF II é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da instrução CVM 391/03, administrado pela AIG Capital Investments do Brasil S.A., que é indiretamente uma subsidiária integral da American International Group, Inc. ("AIG"), sociedade listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Atualmente, o FIP BSSF II tem como únicos cotistas as seguintes entidades: (i) Oliver Investments II, L.P., (ii) Victoria Capital II, L.P. e (iii) Lauren Holdings II, L.P. (em conjunto, "Fundos AIG II").

Na data do prospecto preliminar aproximadamente 80% dos investimentos em Oliver Investments II, L.P pertencem a um *trust*, uma universidade e a entidades direta ou indiretamente ligadas a seguradoras. Apenas 6 investidores têm participação superior a 5% no capital da Victoria Capital II, L.P., sendo que o único que possui participação superior a 20% é uma entidade ligada, direta ou indiretamente, a uma seguradora. Com relação a Lauren Holdings II, L.P., apenas 2 investidores possuem participação acima de 10%, a saber, uma sociedade de investimento que detém participação de aproximadamente 14% e uma outra sociedade de investimento que possui participação de aproximadamente 52% e tem como investidores outras 3 sociedades de investimento, independentes entre si, com participações aproximadamente equivalentes.

Os investidores dos Fundos AIG II não participam da administração ou do controle dos Fundos AIG II e não podem assumir qualquer responsabilidade em seu nome nem fazer com que celebrem qualquer compromisso ou contrato. As decisões de investimento realizadas pelos Fundos AIG II (incluindo decisões em relação a aquisição, venda e administração dos investimentos que compõem seus portfólios) são tomadas pelos *general partners* dos Fundos AIG II, que são, direta ou indiretamente, controlados pela AIG. Os investidores dos Fundos AIG II não têm poderes para destituir seus *general partners*, salvo em situações excepcionais.

#### Banco Espírito Santo

O Banco Espírito Santo é uma sociedade anônima portuguesa com suas ações negociadas na "Eurolist by Euronext Lisbon". O Banco Espírito Santo tem como principais acionistas a BESPARG Sociedade Gestora Participações Sociais, S.A. ("BESPARG"), que detém 40% das ações emitidas pelo Banco Espírito Santo e o Credit Agricole S.A. que detém 10,81% das ações emitidas pelo Banco Espírito Santo (além de uma participação indireta no Banco Espírito Santo através de participação de 32,6% no capital da BESPARG). O Credit Agricole S.A. é um banco francês que tem suas ações negociadas na "Eurolist by Euronext Paris". Nenhum acionista pessoa física possui participação individual superior a 3% do capital social do Banco Espírito Santo.

---

99999-9 COMPANHIA PROVIDENCIA IND E COMERCIO

76.500.180/0001-32

---

**14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA**

---

**Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.**

Espírito Santo Capital é uma sociedade anônima portuguesa, e é indiretamente uma subsidiária integral do Banco Espírito Santo.

**Boreal Multimercado FIC**

Tendo em vista a relação distante entre Meiko America Inc., Japan Trustee Services Bank, Ltd., The Master Trust Bank of Japan, Ltd. e Mitsui Co. USA Inc. e a Companhia Providência Indústria e Comércio, não conseguimos maiores informações sobre a composição do capital social de tais empresas. Ademais, a participação indireta de Meiko America Inc. e de Mitsui Co. USA Inc. no Boreal Multimercado FIC é inferior a 2% e a de Japan Trustee Services Bank, Ltd. e The Master Trust Bank of Japan, Ltd. em referido fundo são inferiores a 1%.

Com relação a Nippon Yusen Kabushiki Kaisha, esclarecemos que se trata de companhia de capital aberto, tendo suas ações negociadas em bolsa de valores do Japão.

**Informações Complementares**

Com relação aos quotistas do Fundo de Investimento em Participações AIG Brasil Equity II e do Fundo de Investimento em Participações BSSF II, esclarecemos que apenas a American International Group, Inc. (companhia de capital aberto listada na bolsa de valores de Nova Iorque) detém participação indireta no capital da Companhia Providência Indústria e Comércio superior a 5%, perfazendo o percentual de cerca de 10%. Informamos, ainda, que os Srs. Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto, Ricardo Constantino e Constantino Oliveira Júnior têm, cada um deles, participação indireta no capital da Companhia Providência Indústria e Comércio, por meio do Fundo de Investimento em Participações BSSF II, inferior a 1%, porém, conforme informado anteriormente, possuem, por meio do FIP ASAS, participação indireta no capital da Companhia Providência Indústria e Comércio superior a 5%.

### **Companhia**

Companhia Providência Indústria e Comércio  
Rodovia BR 376 km 16,5, s/ nº  
São José dos Pinhais – PR, CEP: 83015-000

### **Coordenador Líder**

Banco UBS Pactual S.A.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 10º andar  
São Paulo, SP, CEP 04538-133

### **Coordenador**

Banco Santander Banespa S.A.  
Rua Hungria 1.400, 7º andar  
São Paulo, SP, CEP 01455-000

### **Consultores Legais Locais da Companhia**

Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados  
Rua Funchal, 418, 11º andar  
São Paulo, SP, CEP 04551-060

### **Consultores Legais Locais dos Coordenadores**

Pinheiro Neto Advogados  
Rua Hungria, 1.100  
São Paulo, SP, CEP 01455-000

### **Consultores Legais Locais dos Acionistas Vendedores**

Mundie e Advogados  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50, 18º andar  
São Paulo, SP CEP 04543-000

### **Consultores Legais Externos da Companhia**

Shearman & Sterling LLP  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 17º andar  
São Paulo, SP, CEP 04538-132

### **Consultores Legais Externos dos Coordenadores**

Simpson, Thacher & Bartlett LLP  
425 Lexington Avenue  
Estados Unidos da América, Nova Iorque, NY

### **Audidores Independentes da Companhia**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 10º andar – Centro  
Curitiba, PR CEP 80410-180